



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ  
CENTRO DE EDUCAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO  
MESTRADO ACADÊMICO EM EDUCAÇÃO**

**PAULO ROGÉRIO DE LIMA**

**A HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO FÍSICA NO MUNICÍPIO DE ICÓ-CE:  
(RE)CONSTITUIÇÃO DA PRÁTICA DOCENTE NAS ESCOLAS (1946-1983)**

**FORTALEZA – CEARÁ  
2019**

PAULO ROGÉRIO DE LIMA

A HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO FÍSICA NO MUNICÍPIO DE ICÓ-CE:  
(RE)CONSTITUIÇÃO DA PRÁTICA DOCENTE NAS ESCOLAS (1946-1983)

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado Acadêmico em Educação do Programa de Pós-Graduação em Educação do Centro de Educação da Universidade Estadual do Ceará como requisito parcial à obtenção do título de mestre em Educação.

Área de Concentração: Formação de professores.

Orientadora: Dr<sup>a</sup> Sílvia Maria Nóbrega-Therrien.

FORTALEZA – CEARÁ

2019

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação

Universidade Estadual do Ceará

Sistema de Bibliotecas

Lima, Paulo Rogério de.  
A história da Educação Física no município de Icó-CE:  
(re)constituição da prática docente nas escolas (1946-  
1983) [recurso eletrônico] / Paulo Rogério de Lima. -  
2019.  
1 CD-ROM: il.; 4 ¼ pol.  
CD-ROM contendo o arquivo no formato PDF do  
trabalho acadêmico com 204 folhas, acondicionado em  
caixa de DVD Slim (19 x 14 cm x 7 mm).  
Dissertação (mestrado acadêmico) - Universidade  
Estadual do Ceará, Centro de Educação, Mestrado  
Acadêmico em Educação, Fortaleza, 2019.  
Área de concentração: Formação de professores.  
Orientação: Prof.<sup>a</sup> Dra. Sílvia Maria Nóbrega-  
Therrien.  
1. História.. 2. Prática docente.. 3. Educação  
Física. 4. Icó. I. Título.

PAULO ROGÉRIO DE LIMA

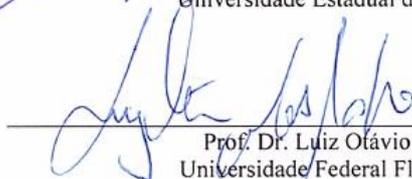
A HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO FÍSICA NO MUNICÍPIO DE ICÓ-CE:  
(RE)CONSTITUIÇÃO DA PRÁTICA DOCENTE NAS ESCOLAS (1946-1983)

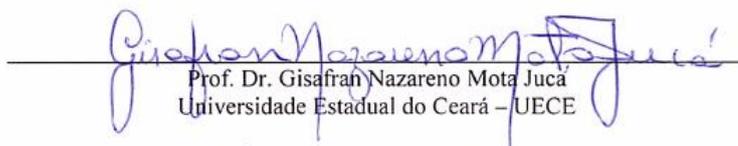
Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado Acadêmico em Educação do Programa de Pós-Graduação em Educação do Centro de Educação da Universidade Estadual do Ceará, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Educação. Área de Concentração: Formação de Professores.

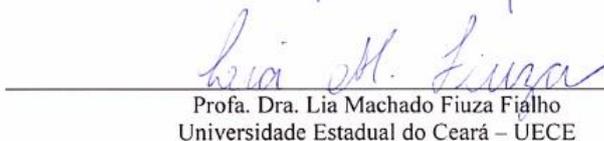
Aprovada em: 8 de julho de 2019.

BANCA EXAMINADORA

  
\_\_\_\_\_  
Prof. Dra. Silvia Maria Nóbrega-Therrien (Orientadora)  
Universidade Estadual do Ceará – UECE

  
\_\_\_\_\_  
Prof. Dr. Luiz Otávio Neves Mattos  
Universidade Federal Fluminense – UFF

  
\_\_\_\_\_  
Prof. Dr. Gisafran Nazareno Mota Juca  
Universidade Estadual do Ceará – UECE

  
\_\_\_\_\_  
Prof. Dra. Lia Machado Fiuza Filho  
Universidade Estadual do Ceará – UECE

De modo muito especial, dedico este trabalho aos meus pais: Raimundo Nonato de Lima e Maria Antônia de Lima.

## AGRADECIMENTOS

A Deus, por estar presente em todos os momentos de nossa vida, fortalecendo-nos diante dos obstáculos que nos são impostos. Pelos livramentos concedidos. Pela fonte de amor, sabedoria e amparo.

Aos meus familiares, base de tudo. Aos meus pais, Raimundo Nonato de Lima e Maria Antônia de Lima, pela condução de minha formação humana, mostrando que, mesmo no contexto de dificuldade que está inserido o sertanejo, é preciso ter caráter, ser digno, honesto e ter mérito pelo trabalho. Aos meus irmãos, Rosamilton, Randenberg e Renato pela força e união, à minha irmã Rozimária pela fé. Ao meu sobrinho e sobrinhas pela sabedoria e alegria que transmitem.

À minha orientadora, professora Dr<sup>a</sup> Sílvia Maria Nóbrega-Therrien por me oportunizar a realização de um sonho, depois de algumas tentativas frustradas. Pela maneira que me acolheu, pelos ensinamentos e formação, orientando essa pesquisa de maneira competente, ética e paciente. Pela grandeza de ser humano.

Aos professores do curso pela aprendizagem partilhada.

Aos meus colegas e parceiros de caminhada, mestrandos da turma de 2018, em especial, à amiga Genira Fonseca, Genifer e o amigo Evanildo.

À Gardênia Pereira, por me tornar uma pessoa mais forte, à Stephany Mirelly pela simpatia e brincadeiras que alegam o ambiente familiar.

Aos professores doutores examinadores da banca, Dr. Luiz Otávio Neres Mattos (UFF), Dr.<sup>a</sup> Lia Machado Fiuza Fialho (UECE) e Dr. Gisafran Nazareno Mota Jucá (UECE), pela disposição e contribuições valiosas.

À professora Dr<sup>a</sup> Maria Irismar de Almeida pela acolhida e pelo o aprendizado inesquecível na ocasião do estágio de docência no Curso de Medicina, na disciplina Educação em saúde.

Ao amigo Cesar Augusto Sadalla Pinto pela paciência, prontidão e aprendizagem. Um cara espetacular.

Aos colegas de trabalho, Neyrismar Felipe, Elival Pereira, Marcos José e Antônio José pela paciência, aprendizagem e por terem contribuído para a realização desta pesquisa.

À secretaria do PPGE pelo atendimento gentil e eficaz de Jonelma Marinho e Rosângela Evangelista em todos os momentos.

Ao professor e professoras colaboradoras da pesquisa que me presentaram com a singularidade de suas narrativas, sem as quais teria sido impossível realizá-la.

Aos diretores das instituições de ensino pesquisadas por fornecerem alguns documentos.

A todos os meus alunos de todos os níveis e temporalidades. E que me constituíram como profissional.

Aos amigos de todos os tempos, de perto e de longe. Gratidão!

## RESUMO

Olhar a história da Educação Física a partir das produções da bibliografia nacional, principalmente, aquelas concentradas nos grandes centros urbanos, é perder de vista os estudos das diferentes realidades sociais que compõem o conjunto do país. É perceptível, cientificamente, que ainda existe uma carência de estudos sobre a história da Educação Física em municípios do interior, especificamente, provenientes da região Nordeste. Desse modo, esta dissertação tem como objetivo compreender a história da Educação Física nas escolas do município de Icó – CE, com ênfase na (re)constituição da prática docente, no período de 1946 a 1983. O recorte temporal do estudo foi demarcado a partir da descoberta de dois documentos escolares locais em relação à Educação Física. Justificando o marco inicial, encontramos um caderno de planejamento do ano de 1946 de uma aluna normalista do Colégio Senhor do Bonfim e estabelecendo o marco final, o diário de classe das turmas de 5ª séries (A e B) e 6ª série (A) da Escola de 1º Grau Professora Lourdes Costa. O campo metodológico da investigação está amparado na abordagem qualitativa e no método de pesquisa histórica. O estudo utilizou fontes orais, por meio da entrevista temática (com caráter de História Oral), com 5 professoras e 1 professor que vivenciaram e/ou observaram a prática de Educação Física durante o período demarcado. Os relatos dos docentes foram entrelaçados com as análises de documentos nacionais, institucionais e pessoais. As condições éticas da pesquisa foram garantidas com base nas normas da resolução do Conselho Nacional de Saúde nº 510/2016. Como resultado da pesquisa, constatamos que os marcos iniciais da Educação Física inserida na matriz curricular nas escolas de Icó, foram detectados a partir do ano de 1946, com essa disciplina fazendo parte do Curso Normal do Colégio Senhor do Bonfim. Durante o período assinalado, não tivemos professores formados em nível superior na área específica de Educação Física e havia uma predominância nas escolas dessas aulas serem ofertadas em turno contrário ao dos outros componentes curriculares e as turmas eram formadas por sexo. Constatamos ainda que, de meados dos anos 1940 até final dos 1950, eram práticas fundamentadas no método de ginástica francês (atividades de corrida, saltos, marchas, atividades com bola, com bandeirinhas, alguns esportes, atividades que envolviam a valorização dos símbolos nacionais); dos anos de 1960 e meados dos anos de 1970, evidenciamos as práticas mais

constantes de exame médico biométrico, exames práticos, preparação para os desfiles cívicos, marchas, dança, carimbada, exercícios calistênicos e práticas esportivas; do final dos anos de 1970 a início de 1980, identificamos a perpetuação dessas práticas, porém o esporte (voleibol, atletismo, futebol) ganhou mais espaço, inclusive com preparação para competições. O estudo realizado, de cunho historiográfico, contribuiu com o campo científico de produções nessa área da Educação Física, especificamente, no desbravamento dessa disciplina pelo interior nordestino.

**Palavras-chave:** História. Prática docente. Educação Física. Icó.

## ABSTRACT

Observing at the history of the Physical Education from the productions of the national bibliography, mainly, those concentrated in the big urban centers, is lose sight of the studies of the different social realities that composed the set of the country. It is noticeable scientifically that still exist a lack of studies about the history of Physical Education in cities in the inland, specifically, in the northeast region. Thus, this dissertation aims to comprehend the history of Physical Education at schools in Icó – CE, emphasizing the (re)constitution of the teaching practice, in the period of 1946 to 1983. The temporal cut of the study was from discovery of two local school documents about Physical Education. Justifying the starting point, we find a notebook of planning of 1946 of a normal student at Colégio Senhor do Bonfim and establishing the end point, the diary of classes of 5<sup>th</sup> grade (A and B) and 6<sup>th</sup> grade (A) at elementary school teacher Lourdes Costa. The methodological field of investigation is supported in qualitative approach and in method of the historical research. The study used oral sources, through of a thematic interview (with character of oral history), with 5 female teachers and 1 man teacher that lived and/or observed the practice in Physical Education during the marked period. The teacher's reports were associated with analysis of national, institutional and personal documents. The etic conditions of the research were guaranteed based in the norms of the resolution by Conselho Nacional de Saúde nº 510/2016. As result of the research, we verify that the starting points of the Physical Education inserted in the curriculum at schools in Icó, was detected from 1946, with this subject in the Normal Course at Colégio Senhor do Bonfim. During the marked period, not have teacher formed in superior level in the specific area of Physical Education and that existed a predominance at schools, of these classes to be offered in another turn, different of others subjects, and the classes separated according to genres. we also found that from mid of 1940 until final of 1950 were practices substantiated in the French fitness method (racing activity, jumps, marches, activities with ball, with flags, some sports, activities that involve the valorization of the national symbols); from 1960 and mid 1970, we evidence the practices more constants of medical biometric exam, practical exams, preparation to civic parades, marches, dances, stamped, callisthenic exercises and sports practices; from final of 1970 to begin 1980, we identified the perpetuation of this practices, but that sport (volleyball, athletics, football) gained

more space in the classes, inclusive with preparation to competitions. The historiographical study contributed with the scientific field of production in this area of Physical Education, specifically, in the dismantling of this discipline by the northeastern interior.

**Keywords:** History. Teacher practice. Physical Education. Icó.

## LISTA DE FIGURAS E TABELA

<b>Figura 1 -</b>	<b>Síntese da base teórica.....</b>	<b>32</b>
<b>Figura 2 -</b>	<b>Professora Maria Irismar Maciel Moreira.....</b>	<b>71</b>
<b>Figura 3 -</b>	<b>Professora Maria de Lourdes Maciel Melo Peixoto.....</b>	<b>72</b>
<b>Figura 4 -</b>	<b>Professora Francisca Ricarte Beserra.....</b>	<b>73</b>
<b>Figura 5 -</b>	<b>Professora Carmênia Maria Garcia Alencar de Andrade.....</b>	<b>74</b>
<b>Figura 6 -</b>	<b>Professor José Reuber Bandeira Gondim.....</b>	<b>75</b>
<b>Figura 7 -</b>	<b>Professora Eleneuda de Sousa.....</b>	<b>76</b>
<b>Figura 8 -</b>	<b>Representação sintética do caminho teórico metodológico da Pesquisa.....</b>	<b>80</b>
<b>Figura 9 -</b>	<b>Funcionamento do grupo escolar de 1922 a 1930 no sobrado que pertenceu a família de Francisco Manoel, localizado na rua Ilídio Sampaio, Centro, Icó-CE.....</b>	<b>117</b>
<b>Figura 10 -</b>	<b>Funcionamento do Grupo Escolar de 1931 a 1935 no sobrado que pertence à Paróquia de Nossa Senhora da Expectação de Icó, localizado na rua Dr. Inácio Dias, nº 1912, Centro, Icó-CE....</b>	<b>118</b>
<b>Figura 11 -</b>	<b>Sobrado que pertenceu à família do Comendador Antônio Pinto Nogueira Acioly, onde funcionou o Grupo Escolar de 1937 a 1947, localizado na rua Ilídio Sampaio, nº 2131, Centro, Icó-CE.....</b>	<b>119</b>
<b>Figura 12 -</b>	<b>Prédio próprio do Grupo Escolar de Icó na década de 1950, localizado na Rua Dona Aldery, nº 324, Centro, Icó-CE.....</b>	<b>120</b>
<b>Figura 13 -</b>	<b>Fragmento da ficha da vida escolar do aluno, onde se pode constatar as matérias que eram ensinadas no ano de 1948 a 1951.....</b>	<b>121</b>
<b>Figura 14 -</b>	<b>Fragmento do livro de atas de resultados finais da Escola de 1º Grau Ana Vieira Pinheiro dos anos de 1977, 1978 e 1979.....</b>	<b>123</b>
<b>Figura 15 -</b>	<b>Trecho do livro de atas de perspectiva de fundação do Ginásio Senhor do Bonfim da página inicial do ano de 1938.....</b>	<b>125</b>
<b>Figura 16 -</b>	<b>Prédio, capela e terreno comprado para instalação do Colégio Senhor do Bonfim, imagem aproximadamente da década de 1940, localizado na antiga Praça da Bandeira, que atualmente (2019) se chama Rua Francisco Maciel da Silva, nº 2557, Centro,</b>	

	Icó-CE.....	126
Figura 17 -	Trecho do livro de atas de resultados de provas escolares de 1939 a 1946 contendo as disciplinas em que as alunas foram avaliadas no ano de 1939, página inicial.....	127
Figura 18 -	Fragmento do livro de registro de 1943/1976 que constam atas de resultados da turma de 1º ano do Curso Normal de 1946.....	129
Figura 19 -	Foto de uma turma do Curso Normal do Colégio Senhor do Bonfim, aproximadamente da década de 1950.....	130
Figura 20 -	Trecho da ficha individual de um aluno do ano letivo de 1960 que cursa a 2ª série do ginásial contendo as disciplinas cursadas.....	132
Figura 21 -	Fragmento que corresponde a primeira parte da ficha de EF.....	133
Figura 22 -	Centro Icoense de Ensino Técnicos (CIENTE), aproximadamente meados da década 1970, localizada na rua Monsenhor Frota, nº 609, Centro, Icó-CE. Atualmente nessas instalações funciona a Faculdade Vale do Salgado – FVS.....	134
Figura 23 -	Fragmento curricular do curso técnico em contabilidade iniciado em 1974.....	135
Figura 24 -	Grupo Escolar professora Lourdes Costa, localizado na Avenida Ilídio Sampaio, 1571, Centro, Icó-CE.....	136
Figura 25 -	Fragmento da ficha individual de uma aluna do Grupo Escolar Lourdes Costa em 1968.....	137
Figura 26 -	Fragmento do livro de Ata de Resultados Finais da Escola de 1º Grau Professora Lourdes Costa do ano de 1982.....	138
Figura 27 -	Fragmento do livro de Ata de Resultados Finais da Escola de 1º Grau Vivina Monteiro do ano de 1976.....	139
Figura 28 -	Cronologia com o ano de criação das instituições de ensino e o ano de identificação da EF nos registros documentais oficiais.....	140
Figura 29 -	Alunas do Grupo Escolar de Icó como “balizas” no desfile de 07 de setembro aproximadamente no final de 1960 e início da década 1970.....	145
Figura 30 -	Descrição da atividade bandeira individual, contendo material,	

	organização e seu desenvolvimento, contido no caderno de atividades de EF da aluna do 1º ano do Curso Norma do Colégio Sr. do Bonfim.....	150
<b>Figura 31 -</b>	<b>Descrição da atividade sobre as cores da bandeira localizada no caderno de atividades de EF da aluna do 1º ano do Curso Normal do Colégio Senhor do Bonfim.....</b>	<b>152</b>
<b>Figura 32 -</b>	<b>Galpão do Colégio Senhor do Bonfim, onde aconteciam aulas de EF.....</b>	<b>157</b>
<b>Figura 33 -</b>	<b>Aula de EF sobre Voleibol na quadra do Colégio Senhor do Bonfim.....</b>	<b>158</b>
<b>Figura 34 -</b>	<b>Fragmento que corresponde à primeira parte da ficha de EF.....</b>	<b>160</b>
<b>Figura 35 -</b>	<b>Fragmento que corresponde à segunda parte da ficha de EF.....</b>	<b>160</b>
<b>Figura 36 -</b>	<b>Fragmento que corresponde à primeira parte do verso da ficha de EF.....</b>	<b>161</b>
<b>Figura 37 -</b>	<b>Fragmento que corresponde à segunda parte do verso da ficha de EF.....</b>	<b>162</b>
<b>Figura 38 -</b>	<b>Instruções em relação aos exames clínico-biométricos dos discentes contidas no diário de classe das 5ª séries A e B e 6ª série A da Escola de 1º grau professora Lourdes Costa, do ano de 1983.....</b>	<b>164</b>
<b>Figura 39 -</b>	<b>Instruções em à avaliação dos discentes contidas no diário de classe das 5ª séries A e B da Escola de 1 grau Professora Lourdes Costa, do ano de 1983.....</b>	<b>166</b>
<b>Figura 40 -</b>	<b>Registro das atividades do 1º semestre das turmas de 5ª séries A e B e 6ª série A da disciplina de EF da Escola de 1 grau Professora Lourdes Costa, do ano de 1983.....</b>	<b>167</b>
<b>Tabela 1 -</b>	<b>Relação das instituições de ensino e pesquisa e quantidade de achados divididos entre dissertações e teses.....</b>	<b>49</b>

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 -	Combinações de descritores e booleanos utilizados na pesquisa e resultados obtidos com os filtros Brasil e idioma português no portal Scielo.....	37
Quadro 2 -	Relação de periódicos consultados e os respectivos achados no portal Scielo.....	38
Quadro 3 -	Periódicos científicos sobre história da Educação Física, ordenados por Revista, ano de publicação, título e autor..	39
Quadro 4 -	Síntese da busca avançada com combinação de descritores e resultados no portal da BDTD.....	48
Quadro 5 -	(Dissertações e teses) Instituições, ano de publicação, autor, tipo de programa e título dos achados.....	50
Quadro 6 -	Descrição dos documentos utilizados na pesquisa.....	67
Quadro 7 -	Professor e professoras participantes da pesquisa, idades e formação para o magistério.....	70
Quadro 8 -	Instituições de ensino do município de Icó e algumas de suas características históricas.....	77
Quadro 9 -	Principais atos normativos em relação ao ensino da ginástica no período do Império (1822-1889).....	84
Quadro 10 -	Ato normativo sancionado pelo Ministério da Guerra que estabelece a adoção do método de ginástica francês, regimento dos grupos escolares cearenses e Lei estadual cearense nº 1.953.....	91
Quadro 11 -	Atos normativos referentes à Educação Física no período da Era Vargas (1930-1945).....	96
Quadro 12 -	Atos normativos com implicações sobre a Educação Física na República Populista (1945-1964).....	102
Quadro 13 -	Atos normativos com implicações para formação e prática docente na EF no período da Ditadura Militar (1964-1985).....	105

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABE	Associação Brasileira de Educação
RBE	Revista Brasileira de Educação
BDTD	Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações
CAPES	Coordenadoria de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CEGAF	Coordenadoria de Gestão Administrativa e Financeira
CEJA	Centro de Educação de Jovens e Adultos
CEMEF	Centro de Estudos sobre Memória da Educação Física, Esporte e Lazer
CEMEFEL	Centro de Memória da Educação Física, Esporte e Lazer
CEMEN	Centro de Memória do Esporte do Nordeste
CHS	Ciências Humanas e Sociais
CIENTE	Centro Icoense de Ensinos Técnicos
CNE	Conselho Nacional de Educação
CNPq	Centro Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CONFED	Conselho Federal de Educação Física
CREDE	Coordenadoria Regional de Desenvolvimento da Educação
CREF	Conselho Regional de Educação Física
DGP	Diretório de Grupos de Pesquisa
EEFE	Escola de Educação Física e Esporte
EF	Educação Física
ENEFD	Escola nacional de Educação Física e Desporto
EQ	Estado da Questão
FIP	Faculdades Integradas de Patos
FIOCRUZ	Fundação Oswaldo Cruz
GEPHEFE	Grupo de Estudo e Pesquisas em História da Educação Física e do Esporte
HCEL	História da Cultura Corporal, Educação, Esporte, Lazer e Sociedade
HO	História Oral
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
LDB(EN)	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MEC	Ministério da Educação

MEL	Mídia/Memória, Educação e Lazer
MOBRAL	Movimento Brasileiro de Alfabetização
NEHME	Núcleo de Estudos em História do Esporte e da Educação Física
PCN	Parâmetros Curriculares Nacionais
PPP	Projeto Político Pedagógico
PPGE	Programa de Pós-Graduação em Educação
PUC	Pontifícia Universidade Católica
SciELO	Scientific Electronic Library Online
SEDUC	Secretaria de Educação do Estado do Ceará
UECE	Universidade Estadual do Ceará
UEFS	Universidade Estadual de Feira de Santana
UEM	Universidade Estadual de Maringá
UERN	Universidade do Estado do Rio Grande do Norte
UFBA	Universidade Federal da Bahia
UFC	Universidade Federal do Ceará
UFES	Universidade Federal do Espírito Santo
UFFS	Universidade Federal da Fronteira Sul
UFJF	Universidade Federal de Juiz de Fora
UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais
UFPE	Universidade Federal de Pernambuco
UFPeI	Universidade Federal de Pelotas
UFPR	Universidade Federal do Paraná
UFRS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UFS	Universidade Federal de Sergipe
UFSC	Universidade Federal de Santa Catarina
UFSCar	Universidade Federal de São Carlos
UnB	Universidade de Brasília
UNESP	Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”
UNICAMP	Universidade Estadual de Campinas
UNINOVE	Universidade Nove de Julho
USP	Universidade de São Paulo

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>21</b>
1.1	CONSIDERAÇÕES INICIAIS SOBRE (RE)CONSTITUIÇÃO HISTÓRICA DA EDUCAÇÃO FÍSICA.....	23
1.2	PROBLEMATIZAÇÃO E QUESTÕES NORTEADORAS.....	25
1.3	JUSTIFICATIVA E RELEVÂNCIA DA PESQUISA.....	27
1.4	ÂNCORAS DA NOSSA BASE TEÓRICA E ORGANIZAÇÃO DAS SEÇÕES.....	31
<b>2</b>	<b>OBJETIVOS.....</b>	<b>34</b>
2.1	GERAL.....	34
2.2	ESPECÍFICOS.....	34
<b>3</b>	<b>ESTUDOS SOBRE À HISTÓRIA DA FORMAÇÃO E PRÁTICA DOCENTE DE EDUCAÇÃO FÍSICA: O ESTADO DA QUESTÃO.....</b>	<b>35</b>
3.1	O ESTADO DA QUESTÃO: IMPORTÂNCIA E REFLEXÕES INICIAIS.....	35
3.2	ESTUDOS RELACIONADOS À HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO FÍSICA NAS ESCOLAS, PUBLICADOS EM PERIÓDICOS.....	37
3.2.1	<b>Caminho para se chegar aos achados.....</b>	<b>37</b>
3.2.2	<b>Análise dos achados nos periódicos.....</b>	<b>40</b>
3.2.3	<b>Discussões, contribuições e possíveis lacunas a partir da análise dos achados em periódicos.....</b>	<b>45</b>
3.3	ESTUDOS RELACIONADOS À HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO FÍSICA NAS ESCOLAS, PUBLICADOS NA BDTD.....	48
3.3.1	<b>Caminho para os achados.....</b>	<b>48</b>
3.3.2	<b>Análise dos achados nas dissertações e teses.....</b>	<b>52</b>
3.3.3	<b>Discussões, contribuições e possíveis lacunas a partir da análise dos achados na BDTD.....</b>	<b>57</b>
<b>4</b>	<b>CAMINHO TEÓRICO - METODOLÓGICO DA PESQUISA.....</b>	<b>61</b>
4.1	ABORDAGEM, MÉTODO E FONTES DE PESQUISA.....	61
4.2	A HISTÓRIA ORAL E ANÁLISE DE DOCUMENTOS: CARACTERIZAÇÕES E USO APROPRIADOS.....	64
4.3	AS ESCOLAS DE ICÓ COMO LÓCUS DA INVESTIGAÇÃO: CAMPO EMPÍRICO E SUJEITOS.....	68

4.4	QUESTÕES ÉTICAS DA PESQUISA.....	79
<b>5</b>	<b>CARTOGRAFIA DOS ATOS NORMATIVOS DA EDUCAÇÃO FÍSICA NAS ESCOLAS BRASILEIRAS E CEARENSES.....</b>	<b>82</b>
5.1	A LEGISLAÇÃO EM DEFESA DA IMPLANTAÇÃO DA GINÁSTICA NO CURRÍCULO ESCOLAR: NORMATIZAÇÃO NO PERÍODO DO IMPÉRIO (1822-1889).....	84
5.2	A PRÁTICA EM MEIO MILITAR E INSTRUÇÃO PÚBLICA CEARENSE: NORMATIZAÇÃO NO PERÍODO DA REPÚBLICA VELHA (1889-1930).....	90
5.3	EDUCAÇÃO FÍSICA VINCULADA AO PROJETO NACIONAL: NORMATIZAÇÃO NO PERÍODO DA ERA VARGAS (1930-1945).....	96
5.4	A BUSCA DE APROXIMAÇÃO ENTRE A FORMAÇÃO EM EDUCAÇÃO FÍSICA E AS DEMAIS LICENCIATURAS: NORMATIZAÇÃO NO PERÍODO POPULISTA (1945-1964).....	102
5.5	A HEGEMONIA DO ESPORTE: A NORMATIZAÇÃO NO PERÍODO DA DITADURA MILITAR (1964-1985).....	105
<b>6</b>	<b>A EDUCAÇÃO NO MUNICÍPIO DE ICÓ E O CONTEXTO DA EDUCAÇÃO FÍSICA: UMA CARTOGRAFIA EM BUSCA DO ENTRELAÇAR DESSA HISTÓRIA.....</b>	<b>113</b>
6.1	EDUCAÇÃO EM ICÓ, NO SEU PRIMEIRO GRUPO ESCOLAR, E O CONTEXTO DA EDUCAÇÃO FÍSICA.....	114
6.2	EDUCAÇÃO NO ICÓ DE INICIATIVA RELIGIOSA E PARTICULAR, E O CONTEXTO DA EDUCAÇÃO FÍSICA.....	123
6.3	AS ESCOLAS PÚBLICAS PROFESSORA LOURDES COSTA E VIVINA MONTEIRO, E O CONTEXTO DA EDUCAÇÃO FÍSICA.....	135
<b>7</b>	<b>A HISTÓRIA DA PRÁTICA DOCENTE DA EDUCAÇÃO FÍSICA NO MUNICÍPIO DE ICÓ (1946-1983): O QUE DIZEM SUJEITOS E DOCUMENTOS.....</b>	<b>142</b>
7.1	O GRUPO ESCOLAR DE ICÓ E A PRÁTICA DE EDUCAÇÃO FÍSICA.....	143
7.2	A PRÁTICA DOCENTE EM EDUCAÇÃO FÍSICA, NOS COLÉGIOS DE INICIATIVAS RELIGIOSAS E PARTICULARES.....	147
7.3	A PRÁTICA DOCENTE EM EDUCAÇÃO FÍSICA NAS ESCOLAS	

	PÚBLICAS PROFESSORA LOURDES COSTA E VIVINA MONTEIRO.....	164
7.4	A FORMAÇÃO DOS PROFESSORES, JOSÉ REUBER BANDEIRA GONDIM E CARMÊNIA MARIA GARCIA ALENCAR DE ANDRADE PARA ATUAREM COM A EDUCAÇÃO FÍSICA NAS ESCOLAS DE ICÓ.....	171
8	<b>À GUIA DE CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	175
	<b>REFERÊNCIAS.....</b>	179
	<b>APÊNDICES.....</b>	188
	APÊNDICE A – ROTEIRO PRÉ-ESTABELECIDO DE ENTREVISTA PARA PROFESSORAS SO MIUNICÍPIO DE ICÓ-CE.....	189
	APÊNDICE B – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE).....	190
	APÊNDICE C – TERMO DE VALIDAÇÃO DAS ESTREVISTAS.....	192
	APÊNDICE D – TERMO PARA AUTORIZAÇÃO DE USO DO NOME COMPLETO DO PARTICIPANTE NA DISSERTAÇÃO.....	193
	APÊNDICE E – AUTORIZAÇÃO PARA USO DE IMAGEM PESSOAL (FOTO) NA DISSERTAÇÃO.....	194
	APÊNDICE F – TERMO DE FIEL DEPOSITÁRIO.....	195
	APÊNDICE G – FOTOS COM OS SUJEITOS DA PESQUISA.....	196
	<b>ANEXOS.....</b>	197
	ANEXO A – ATA DE RESULTADOS FINAIS DE 1979 CONTENDO A EF NO GRUPO ESCOLAR ANA VIEIRA PINHEIRO.....	198
	ANEXO B – FICHA DE EF DE UM ALUNO DO ANO DE 1960 NO GINÁSIO NOSSA SENHORA DA EXPECTAÇÃO.....	199
	ANEXO C – FICHA INDIVIDUAL DE ALUNO QUE CONSTANDO A EF NA MATRIZ CURRICULAR NO ANO DE 1974, NO CENTRO ICOENSE DE ENSINOS TÉCNICOS.....	200
	ANEXO D – ATA DE RESULTADOS FINAIS DE 1982, CONSTANDO A EF NO GRUPO ESCOLAR PROFESSORA LOURDES COSTA.....	201
	ANEXO E – ATA DE RESULTADOS FINAIS DE 1967, CONTENDO A EF NA ESCOLAR DE 1ª GRAU VIVINA MONTEIRO.....	202

ANEXO F – FICHAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA DO GINÁSIO NOSSA SENHORA DA EXPECTAÇÃO (ANVERSO).....	203
ANEXO G – FICHA DE EDUCAÇÃO FÍSICA DO GINÁSIO NOSSA SENHORA DA EXPECTAÇÃO (VERSO).....	204

## 1 INTRODUÇÃO

Estudar os processos históricos de construção humana e educativa é instigante e nos ajuda a entender o contexto de nossas práticas pedagógicas atuais, notadamente no campo da Educação Física escolar. Nesse sentido, desenvolvemos uma investigação científica com o propósito de (re)constituir a história da Educação Física no município de Icó-CE, com ênfase na prática docente nas escolas no período de 1946 a 1983, abordando, em alguns momentos da pesquisa, a cartografia, em relação aos elementos históricos, educacionais e políticos que demarcam essa historicidade.

O recorte temporal de nossa pesquisa, nos foi sendo revelado nos primeiros contatos com o campo empírico (escolas do município de Icó), a partir da descoberta de dois documentos escolares locais relacionados à Educação Física (EF). Justificando o marco inicial demarcado, encontramos um caderno de planejamento do ano de 1946 da disciplina de EF, elaborado por uma aluna normalista do 1º ano do Curso Normal do Colégio Senhor do Bonfim. Esse documento contém descrições de atividades que apresentam indícios da prática docente da época, sendo o documento escolar de registro da EF mais antigo encontrado. O outro documento descoberto, que nos fez estabelecer o marco final deste estudo, foi o diário de classe das turmas de 5ª séries (A e B) e 6ª série (A) da disciplina de EF, do ano de 1983, da Escola Professora Lourdes Costa. Nesse documento, constam os registros das atividades desenvolvidas na prática pelo docente em cada aula, revelando-nos práticas do professor de EF antes do processo político de democratização do país.

Optamos por pesquisar em Icó, por estarmos inseridos profissionalmente na Educação nesse município, desde o ano de 2015. Além disso, por constatarmos a carência de estudos históricos em relação a essa área, sobretudo, na EF, apesar da representatividade histórica desse município no estado do Ceará, sendo a terceira vila<sup>1</sup> a ser instalada (em 1738) e uma das principais rotas comerciais, inclusive sua parte urbanística foi projetada pela corte portuguesa. Esse contexto nos motivou a registrar a história da Educação em Icó, especificamente, a (re)constituição da prática docente em EF, imbricada no contexto histórico do Grupo

---

<sup>1</sup> A povoação foi elevada à vila em 1738, a terceira vila do Ceará, logo após Aquiraz e Fortaleza. Em 1842, obteve a categoria de cidade.

Escolar de Icó, no Colégio Senhor do Bonfim, no Ginásio Nossa Senhora da Expectação, no Grupo Escolar Professora Lourdes Costa, no Centro Icoense de Ensinos Técnicos e na Escola de 1º Grau Vivina Monteiro. Essas Instituições de Ensino possuem grande representatividade histórica para a população icoense e um pioneirismo na Educação local. Assim, realizamos uma cartografia, apontando a história dessas escolas e, nelas inseridas, o contexto da EF, dando notoriedade à prática docente nessa disciplina.

Com relação ao uso da cartografia neste trabalho, não o restringimos à sua visão tradicional, que faz referência ao mapa como representação de um território e das características de uma população, enfatizando demasiado rigor estatístico e matemático. Transcendemos para um conceito social que se vincula às ciências sociais e humanas que, além do mapeamento físico, envolve, dentre outras coisas, as relações, movimentos, relação de poder, enfrentamentos entre forças, lutas, enunciações, modos de objetivação, de subjetivação, de estetização de si mesmo, práticas de resistência e de liberdade (PRADO FILHO; TETI, 2013). Nessa perspectiva, a cartografia em nosso trabalho considera o mapeamento físico, mas integra elementos da cartografia social. Nessa (re)constituição histórica da EF nas escolas de Icó, enfatizamos as características específicas de um lócus (mapeamento territorial e característica das escolas), permeadas pelas relações dos sujeitos (interações, movimentos, disputas).

É importante ressaltar que, esta pesquisa denominada “A história da Educação Física no município de Icó-CE: (re)constituição da prática docente nas escolas (1946-1983)” está vinculada ao Curso de Mestrado Acadêmico do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE), da Universidade Estadual do Ceará (UECE), correspondendo à Linha de Pesquisa B: Formação e Desenvolvimento Profissional em Educação, integrando o Núcleo 2: Formação, Profissão e Práticas Educativas em Saúde.

Ressaltamos ainda que não temos formação específica na área da História, o que implicou na forma de sistematização das informações de nossa pesquisa. Assim, por apresentarmos limitações diante da construção textual nesse campo, organizamos os conhecimentos históricos nas seções de uma forma linear, embora saibamos que os fatos e fenômenos na história estão imbricados e em movimento. A falta de formação na área também limitou a inserção e articulação

pontual e habilidosa do contexto político, social, cultural e até religioso aos fatos e momentos historicizados.

Esclarecemos que nossa concepção de prática docente, em relação à (re)constituição histórica, refere-se a elementos da prática pedagógica enfatizados por Franco (2016), que considera que, além de técnicas de didáticas adotadas em sala de aula pelo professor, envolve outros aspectos, como os espaços e tempos escolares e a organização do trabalho docente. Logo, nesse processo de (re)constituição da prática docente do professor de EF, evidenciamos as atividades desenvolvidas pelos professores (conteúdos), os procedimentos e estratégias por eles utilizadas (metodologias), a adoção de alguns instrumentais avaliativos e a organização dos espaços e horários das aulas de EF.

Neste texto introdutório apresentamos, inicialmente, um pouco da (re)constituição histórica da EF, em seguida, a problematização e as questões norteadoras da investigação. Logo após, trazemos a justificativa e a relevância da pesquisa, enfatizando o porquê de nos debruçarmos sobre este estudo, atentando para as justificativas pessoal, científica, pedagógica, política e social. Seguimos mostrando a relevância do trabalho, trazendo algumas reflexões sobre a necessidade deste estudo historiográfico em relação à EF Escolar de Icó.

## 1.1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS SOBRE (RE)CONSTITUIÇÃO HISTÓRICA DA EDUCAÇÃO FÍSICA

Nos últimos três anos que tenho<sup>2</sup> atuado na Coordenadoria Regional de Desenvolvimento da Educação (CREDE) 17 em Icó, observei na organização curricular das escolas estaduais desse município que a EF é oferecida no mesmo turno em que o aluno está matriculado. Esse fato considero um avanço<sup>3</sup> nesse campo profissional e disciplinar, uma vez que, anteriormente (até aproximadamente a década de 1990), era comum termos essas aulas ofertadas no contraturno, dificultando o acesso e participação de alguns discentes aos conhecimentos difundidos na área, bem como, separando os professores de EF de um processo

---

<sup>2</sup> Ressalto a necessidade de realizar uma mudança na pessoa verbal (primeira pessoa) como forma de expressar uma experiência pessoal e profissional (neste parágrafo).

<sup>3</sup> Apesar de ainda ser possível identificar a existência de fragilidades no desenvolvimento das práticas, por exemplo, sem a devida estrutura escolar, tais como vestiários para troca de vestimentas.

comum de envolvimento, não só com seus alunos (de forma integrada e interligada às demais disciplinas), mas também com seus pares.

Em termos legais, o ensino da disciplina de EF na escola está regulamentado pela Lei nº 10.793, sancionada em 1º de dezembro de 2003 (BRASIL, 2003), a qual reformulou o § 3º, do Artigo 26 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) nº 9.394/1996 (BRASIL, 1996), mencionando que a EF, integrada à proposta pedagógica da escola, é componente curricular obrigatório da educação básica, sendo sua prática facultativa ao aluno:

- I – que cumpra jornada de trabalho igual ou superior a seis horas;
- II – maior de trinta anos de idade;
- III – que estiver prestando serviço militar inicial ou que, em situação similar, estiver obrigado à prática da educação física;
- IV – amparado pelo Decreto-Lei no 1.044, de 21 de outubro de 1969;
- V – (VETADO);
- VI – que tenha prole (BRASIL, 2003, p. 1).

A referida lei é bastante criticada pelos profissionais da área por estabelecer facultatividade a alguns alunos, favorecendo a não inserção destes na disciplina. Nessa lógica, Darido e Rangel (2005, p. 56) complementam que a lei supramencionada dá “[...] a possibilidade de exclusão a um grande número de pessoas que se beneficiariam muito se frequentassem essas aulas” em todos os sentidos: integração, mais aprendizagens, conquistas para a saúde e educação, conseqüentemente, para a vida.

Diante desse contexto, nossa compreensão parte do fato de que esse cenário de aulas de EF foi sendo construído historicamente pelos atores da comunidade escolar, civil e política, dentre outros. Nessa ótica, analisar a prática docente de EF na educação básica, no município de Icó, exige do pesquisador um olhar mais aprofundado, o que significa buscar, muitas vezes, por indícios dessa realidade atual no passado, um caminho que nos forneça elementos teóricos e empíricos para a compreensão do presente e que contribua com elementos para planejarmos aonde queremos chegar. Fato que justifica também essa (re)constituição histórica.

Com âncora ainda nessa posição, percebemos que a inserção da EF nas escolas brasileiras não foi um processo simples e uniforme, pelo contrário, constituiu-se de um processo repleto de resistência, de defesa de ideologias e

concepções influenciadoras e distintas presentes em cada época e contexto, que a passos lentos foi adentrando no currículo escolar.

Nessa perspectiva, em algumas escolas brasileiras, a luta vem de longe, existindo desde o período do Império (1822-1889), uma vez que já se manifestava por meio de decretos de leis governamentais, a necessidade de uma disciplina que pudesse contribuir com a prática docente voltada para a formação de pessoas organicamente mais fortes e saudáveis. Nesse sentido, o Decreto nº 1.331-A, de 17 de fevereiro de 1854, aprovou o Regulamento da Instrução Primária e Secundária do Município da Corte (Rio de Janeiro), proposto por Luiz Pedreira de Couto Ferraz, colocando a ginástica como matéria na Instrução Primária Superior e a dança na Instrução Pública Secundária.

A denominação de ginástica se deve ao fato da influência dos diversos métodos de ginástica europeus (alemão, sueco, francês, inglês) que se espalharam por todo o mundo, influenciando seu ensino. No Brasil, inicialmente, as aulas no meio civil com a utilização desses métodos tiveram grande resistência, em virtude de alguns membros das elites econômicas associarem os exercícios físicos ao trabalho escravo, defendendo apenas o ensino de matérias relacionadas ao desenvolvimento intelectual (BRASIL, 1997).

Nessa perspectiva, o debate e os embates em defesa da EF foram se desenvolvendo ao longo de sua trajetória nas escolas brasileiras e as práticas dos professores de EF foram influenciadas pela legislação educacional e, em alguns momentos, pelo campo militar e político. Sabendo dessa influência, destacamos uma seção em nossa dissertação que trata de discussões relacionadas aos atos normativos para uma melhor compreensão da (re)constituição histórica da prática docente de EF, inclusive no município de Icó. Logo, ao tratarmos do conhecimento do passado da EF em Icó, entendemos que estamos desbravando um cenário dos sertões nordestinos, ainda pouco explorado no estudo dessa temática, notadamente no campo da prática docente de EF em suas escolas.

## 1.2 PROBLEMATIZAÇÃO E QUESTÕES NORTEADORAS

O meu<sup>4</sup> envolvimento profissional com o município de Icó, começou a

---

<sup>4</sup> Nesta subseção, uma nova mudança na pessoa textual foi necessária por referir-se a vivências pessoais e profissionais do autor.

partir do ano de 2015, no setor denominado de Célula de Desenvolvimento de Ensino e Aprendizagem, responsável pelo acompanhamento dos processos educacionais das escolas estaduais, o que aproximou-me da historicidade desse município. Então, as visitas pedagógicas às escolas estaduais, especialmente, ao CEJA Ana Vieira Pinheiro, antigo Grupo Escolar de Icó, que foi a primeira instituição de ensino pública do município, iniciando suas atividades no ano de 1922, me despertaram para os aspectos históricos educacionais. Somado a isso, ao realizarmos alguns deslocamentos pelas ruas da cidade, deparava-me com sobrados, igrejas e o teatro<sup>5</sup> com traços arquitetônicos europeus, envolvendo-me em uma atmosfera histórica.

Apesar de toda a historicidade que envolve a cidade de Icó, considero haver carências de estudos e pesquisas sobre a história da Educação em geral, e da EF em particular, área de minha formação na graduação. Destarte, aguçou-me o desejo de investigar o passado educacional, especificamente, da EF nas escolas do município de Icó, com o propósito de (re)constituição histórica da prática docente no período demarcado.

Partindo dessas considerações e concebendo a importância de investigar o passado recente com vistas à sua (re)constituição, particularmente, o da EF nas escolas de Icó, procurei nesta pesquisa registrar, analisar e refletir criticamente sobre: Como se deu a história da prática docente em EF nas primeiras escolas de Icó no período de 1946 a 1983? A partir dessa questão mais ampla, indago, especificamente, como está constituída a cartografia histórica das escolas e, nesse contexto, os marcos iniciais da EF? De que forma a prática de EF foi se estabelecendo, historicamente, como disciplina em Icó, em relação à legislação educacional? Quais eram as práticas docentes desenvolvidas nas aulas de EF nas escolas de Icó? Que formação possuíam os professores que lecionavam EF nas escolas icóenses? Estas inquietações, assinaladas em questionamentos, me instigaram a buscar respostas desde que passei a residir e trabalhar nessa cidade histórica e celeiro de terceira Vila instalada no estado do Ceará.

---

<sup>5</sup> Construído por volta de 1860 pelo engenheiro francês Henrique Théberge, foi idealizado pelo médico e historiador Pedro Théberge que trouxe ao sertão nordestino a ostentação europeia representada na monumental edificação. (LIMA; SOUSA, 1996). O Teatro da Ribeira dos Icó possui um estilo neoclássico e é o mais antigo teatro do Ceará.

### 1.3 JUSTIFICATIVA E RELEVÂNCIA DA PESQUISA

Para a realização de nossa pesquisa de mestrado apresentamos quatro (4) tipos de justificativa. Nesta subseção mencionamos a justificativa pessoal a partir de nossa vida acadêmica e profissional, seguida das justificativas científica, pedagógica e política e social.

Como **justificativa pessoal**<sup>6</sup> enfatizo que, durante todo percurso acadêmico e profissional, procurei me envolver em processos que me dessem subsídios para melhoria de minha prática pedagógica na área de EF. Esse caminho se deu, inicialmente, na Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN), Campus de Pau dos Ferros, onde atuei como aluno-monitor em três disciplinas da graduação em EF, obtendo experiências de aprendizagem no campo da docência. Logo depois de concluir a graduação de Licenciatura em EF, no ano de 2008, cursei uma pós-graduação<sup>7</sup> *lato sensu* em EF escolar, com o intuito de me aperfeiçoar como profissional, entendendo que a educação continuada é imprescindível para exercer com êxito a docência.

Foi durante minha experiência profissional como coordenador, em uma escola profissional do município de Pereiro-CE, no período de 2013 a 2015, que minha relação de estudo com a prática docente se intensificou. O referido cargo exigia conhecimento para conduzir os momentos de formação, planejamento e acompanhamento dos pares e questões relacionadas ao ensino-aprendizagem dos alunos. Nesse período, também fiz uma especialização em gestão escolar<sup>8</sup>, buscando aperfeiçoamento dessa prática.

Ao vir trabalhar na Coordenadoria Regional de Desenvolvimento da Educação (CREDE) 17 em Icó-CE, no ano de 2015, quando assumi o cargo de articulador de gestão, uma das atribuições exigidas do cargo era a de receber formação da Secretaria de Educação do Estado do Ceará (SEDUC) em Fortaleza e replicar as aprendizagens na regional na qual eu me encontrava lotado. Essa função

---

<sup>6</sup> Nesta justificativa pessoal pedimos licença aos leitores para escrevermos o texto em primeira pessoa do singular, por tratar-se de um percurso muito particular do pesquisador.

<sup>7</sup> Especialização em EF escolar foi feita pela Faculdade Integrada de Patos – FIP, concluída no ano de 2010.

<sup>8</sup> Curso realizado pela Universidade Federal do Ceará, pelo Instituto UFC Virtual e concluído em 2014.

me inseria diretamente no processo de ensino, docência, formação e aprendizagem com os pares. Essas experiências vivenciadas com formação e prática pedagógica, na qualidade de docente-gestor, fomentaram o meu desejo de procurar outras qualificações, o que ocorreu com minha inserção no curso de Mestrado Acadêmico na área de Educação do Programa de Pós-graduação em Educação (PPGE) da Universidade Estadual do Ceará (UECE) em 2018.

Apesar de muitas vezes debruçar-me sobre o estudo da prática pedagógica em EF ao longo da história, a ideia de trabalhar com uma (re)constituição historiográfica, tornou-se um desafio, uma vez que as evidências empíricas precisam ser descobertas e garimpadas e não tenho uma formação acadêmica na área de História. Acredito que um trabalho de pesquisa que busque (re)constituir e compreender a história da prática docente na EF das escolas pioneiras do município de Icó no período de 1946 a 1983, contribui para melhorar nosso entendimento sobre os processos que envolvem a prática docente por meio de interfaces com a história. As respostas aos problemas atuais, muitas vezes, se encontram no passado, sendo imprescindível conhecê-lo para resolver o presente e planejar o futuro.

Para a formulação de nossa **justificativa científica**, realizamos uma busca de textos científicos visando fazer um mapeamento das produções existentes sobre a história da EF, com foco na formação e prática docente no repositório do portal da *Scientific Electronic Library Online* (SciELO)<sup>9</sup>, em setembro de 2018. A procura por teses e dissertações ocorreu no portal da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD)<sup>10</sup>, durante o mês de outubro de 2018.

A combinação de descritores e booleanos da busca que trouxeram resultados significativos foram *história* AND *Educação Física*, *formação* AND

---

<sup>9</sup> A Scientific Electronic Library Online (SciELO) é uma biblioteca eletrônica que abrange uma coleção selecionada de periódicos científicos brasileiros. A SciELO é resultado de pesquisa da Fundação de Amparo à Pesquisa do estado de São Paulo (FAPESP), em parceria com o Centro Latino-Americano e do Caribe de Informações em Ciências da Saúde (BIREME). A partir de 2002, o Projeto conta com o apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). O portal de pesquisa se encontra nesse endereço eletrônico: <<https://search.scielo.org/?q=&where=ORG>>. Acesso em: 02 set. 2019

<sup>10</sup> A Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) a partir de seu portal de busca, dá acesso aos textos completos das teses e dissertações defendidas nas instituições brasileiras de ensino e pesquisa. O acesso a essa produção científica é livre de quaisquer custos. A BDTD contribui para o aumento de conteúdos de teses e dissertações brasileiras na *internet*, possibilitando maior visibilidade da produção científica nacional e a difusão de informações de interesse científico e tecnológico para a sociedade em geral. Seu portal de acesso é encontrado no endereço eletrônico: <<http://bdttd.ibict.br/>>. Acesso em: 02 out. 2019

*Educação Física AND história, prática pedagógica AND Educação Física AND história.* Com esses descritores, e utilizando-nos de alguns refinamentos (que detalharemos, posteriormente, na seção sobre o Estado da Questão) chegamos a um resultado de 233 artigos. Depois de uma análise minuciosa, somente 10 deles mantiveram aproximação com nossa temática. No caso das dissertações, a pesquisa nos remeteu à quantidade de 37 delas que, após análise, obtivemos 8 achados. Com relação às teses, encontramos 13 que, ao serem analisadas, permaneceram 5 como achados.

Em síntese, de um total de 283 trabalhos obtidos como resultado da pesquisa, 23 deles apresentaram aproximação com nossa temática. Esse número restrito de trabalhos já nos remete para a importância do estudo que realizamos que visa contribuir para o conhecimento científico na área da prática docente em EF em uma perspectiva histórica. A partir da análise dos 23 achados, acreditamos que uma das grandes contribuições de nossa pesquisa foi a de registrar a história da prática docente em EF em um município interiorano e localizado no sertão nordestino, visto que encontramos apenas duas (2) teses que tiveram como lócus municípios, sendo capitais, Belo Horizonte-MG e Fortaleza-CE, apresentadas como locais das referidas pesquisas.

Nessa perspectiva, nosso estudo justificou-se, cientificamente, por ser um dos pioneiros a trabalhar com a (re)constituição da história da EF em um município do interior nordestino, contribuindo para a compreensão dessa historicidade fora dos grandes centros urbanos brasileiros e fomentando o conhecimento científico e cultural por meio da História Oral e de documentos locais nela utilizados.

No tocante à **justificativa pedagógica**, apontamos que a busca pela compreensão da historicidade da EF no município de Icó-CE, com ênfase na prática docente, nos permitirá fazer uma (re)constituição da gênese dessa disciplina, nas escolas icóenses permeadas de elementos e concepções que envolvem o campo pedagógico. Concebendo a prática docente como conjunto de ações do professor na escola, com foco no gerenciamento de suas atividades pedagógicas que resultam nos processos de ensino e aprendizagem, ao pesquisar sobre essa temática, ela nos oferece elementos que caracterizaram pedagogicamente o ensino de EF em determinada época e, no caso de nossa pesquisa, contribui para obtenção de uma visão histórica sobre essa prática.

Nessa perspectiva, constatamos que, pedagogicamente, este estudo está alinhado à linha B: Formação e Desenvolvimento Profissional em Educação e ao núcleo 2: Formação, profissão e práticas educativas em saúde, do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE) do Centro de Educação (CED) da UECE, uma vez que a finalidade, foi registrar e compreender a EF no município de Icó, com ênfase na (re)constituição da prática docente no período demarcado.

Com relação à **justificativa política e social**, enfatizamos que nossa proposta de investigação pretendeu contemplar processos históricos de inserção da EF. Assim, com ênfase na prática docente de EF dentro da escola, somos conhecedores de que o ambiente escolar não se constitui em um espaço neutro. Ao contrário, as instituições de ensino são espaços de confrontos de ideologias políticas com impactos sociais para todos os que pertencem à comunidade educacional.

Nesse sentido, nossa pesquisa de perspectiva histórica com foco na prática docente pode levantar reflexões críticas sobre a atuação profissional e as condições de trabalho na EF, isto é, sobre a existência ou não de políticas de incentivo à docência nessa disciplina no recorte temporal demarcado pelo trabalho. Seguindo essa ideia, este estudo se justifica politicamente, por concebermos a escola e, especificamente, as aulas de EF, como espaços promotores de conhecimento disciplinares, mas também políticos que impactam nas relações sociais dos alunos, família, escola, comunidade icoense, cearense e brasileira.

Diante das justificativas apresentadas, podemos evidenciar, também, aspectos significativos de nossa dissertação para os interessados na temática. Todavia, explicitando com mais detalhes, para fundamentarmos a relevância de nossa pesquisa, recorreremos aos escritos de Castellani Filho (2003), amparado no pensamento de Shaff (1986) quando ressalta a necessidade de fazermos conexões com o passado para melhorarmos a compreensão do atual contexto de ensino da EF. Para o autor, não se pode compreender plenamente a história acontecida senão à luz de todos os seus efeitos realizados e reconhecidos. O significado de qualquer fato histórico consiste no significado que ele possui, ainda, na sua ação e nos efeitos que dele resultam.

Uma análise histórica sobre a educação em um município histórico como Icó, patrimônio nacional tombado em 1998 pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), permite-nos compreendê-la como um processo situado e também complexo. Para Gondra e Schueler (2008, p. 39) “[...] a construção do Brasil

e dos brasileiros foi objeto de lutas e confrontos entre projetos políticos distintos e de tensões entre sonhos, caminhos possíveis e formas plurais da nação e da educação brasileira”, isso reverberou distintamente em seus estados, principalmente nos das regiões do Norte e Nordeste. Nessa perspectiva, a busca por uma compreensão histórica dos fatos educacionais, sobretudo em Icó, ajuda-nos a entender, entre outros fatores e questões, o porquê de estarmos vivenciando algumas mudanças e ações hoje no âmbito da EF.

Trazendo essas ideias para serem discutidas especificamente na área da EF, e aí concordamos com Rocha (2011) ao ressaltar que olhar a história da EF por apenas um ângulo é perder de vista os estudos das diferentes realidades sociais que compõem o conjunto do país, tornando absoluta a bibliografia nacional/eixo Sul como a única detentora de uma verdade científica. Daí a importância e a singularidade de estudar sobre o eixo Nordeste, no Ceará, com foco no município de Icó. Nesse contexto, Rocha (2011) nos alerta que o Ceará, embora ligado ao contexto maior, possui particularidades que podem e devem ser estruturadas, analisadas, comparadas e produzir novos conhecimentos, pesquisas e debates, que nos ajudam, sobretudo, no conhecimento da realidade histórico-social da EF nas escolas do município de Icó-CE.

Nesse íterim, acreditamos que este trabalho se tornou singular para a comunidade local por deixar um acervo histórico para a educação de Icó-CE. Isso ocorre porque ele contribui para a reflexão e análise crítica da prática docente de EF ao longo do tempo, propiciando conhecimento histórico ao docente, permitindo-o entender o presente a partir desse passado reconstituído, bem como pode levar a refletir sobre a prática pedagógica na escola, melhorando as aulas e contribuindo, significativamente, para a aprendizagem exitosa dos alunos. Por fim, por meio da pesquisa vamos despertar nos pesquisadores da área da Educação e da EF a necessidade de compreensão da construção histórica do conhecimento, valorizando as especificidades e identidades culturais locais.

#### 1.4 ÂNCORAS DA NOSSA BASE TEÓRICA E ORGANIZAÇÃO DAS SEÇÕES

Esta dissertação está organizada em oito (8) seções. Temos a seção um (1), que corresponde à Introdução composta pelas considerações iniciais a respeito de nosso estudo e temática, pela problematização e questão norteadora, pelas

justificativas (pessoal, científica, pedagógica e, política e social) e relevância do estudo, bem como, de uma breve abordagem sobre os referenciais teóricos. Na seção dois (2) constam os objetivos (geral e específicos) da pesquisa, os quais expressam as metas que se pretendia alcançar quando do início de nossa incursão científica.

A seção três (3) está destinada ao nosso Estado da Questão (EQ), na qual, inicialmente, tecemos algumas considerações a respeito da importância do EQ, seguido das informações sobre o caminho, análise, discussões, lacunas e contribuições dos achados encontrados nos periódicos da SciELO e da BDTD. Em seguida, na seção quatro (4) abordamos o percurso teórico-metodológico de nossa pesquisa, mencionando a abordagem, o método, a História Oral e a análise documental utilizada no estudo, bem como o lócus e os participantes e ainda as questões éticas.

Nas seções cinco (5) e seis (6) encontra-se a base teórica desta dissertação, mais detalhada na Figura 1. É importante frisar que nos ancoramos nos estudos históricos que envolvem a EF, como os de: Castellani Filho (2003), Borges (1998), Pires (2007), Borel (2012), Rocha (2011), dentre outros. Além disso, o campo teórico ainda é permeado por atos normativos nacionais com implicação na disciplina de EF e por documentos institucionais.

**Figura 1 – Síntese da base teórica**



Fonte: Elaborado pelo autor.

Nessa síntese, mostramos a organização do nosso arcabouço teórico de pesquisa, composto pelos atos normativos, pela EF no município de Icó e ainda, permeando o campo teórico o nosso Estado da Questão (seção 3). Salientamos que essa fundamentação teórica, embora organizada didaticamente, está em constante movimento, com informações articuladas e interconectadas, que influenciaram a (re)constituição da prática docente de EF, no caso, no município de Icó.

Dito isso, ressaltamos que a seção cinco (5) aborda a “Cartografia dos atos normativos da Educação Física nas escolas brasileiras e cearenses”, na qual organizamos um mapeamento de documentos nacionais (leis, pareceres, decretos) sobre a disciplina de EF e suas implicações no meio escolar, em um percurso sequencial que se inicia no período do Império (1822 - 1889) até chegar à quarta fase da República, isto é, à ditadura militar (1964 -1985). A ideia de iniciar pelo Império, embora o contexto demarcado não o alcance é, sobretudo, a de ampliar o contexto de compreensão dos fatos que virão a seguir nos diversos momentos ou tipos de república. Dito de outra maneira, esta seção enfatiza a normatização no campo da EF para nos ajudar a compreender a prática docente nessa disciplina, a partir da legislação nacional e, quando possível, a estadual, em um processo de construção histórica.

Na seção seis (6), intitulada “A Educação no município de Icó e o contexto da Educação Física: uma cartografia em busca do entrelaçar dessa história”, descrevemos criticamente o contexto histórico da educação institucionalizada no referido município com ênfase no surgimento das escolas pioneiras, a partir da iniciativa pública e particular (de natureza religiosa), e a inserção da EF permeando e se movimentando nesse contexto.

Na sétima (7) seção, trazemos os resultados e as análises dos achados, intitulada de “A história da prática docente da Educação Física no município de Icó (1946-1983): O que dizem os sujeitos e documentos”, na qual fazemos uma (re)constituição dessa prática com base na História Oral dos sujeitos e na análise documental. Por fim, na seção oito (8) fazemos as considerações finais nas quais apontamos os desafios da pesquisa, ressaltamos o cumprimento dos objetivos, fazemos algumas sugestões de estudos e reforçamos as contribuições desta dissertação.

## 2 OBJETIVOS

### 2.1 GERAL

Compreender a história da EF nas escolas do município de Icó-CE com ênfase na (re)constituição da prática docente, no período de 1946 a 1983.

### 2.2 ESPECÍFICOS

- a) Cartografar os marcos iniciais da EF nas primeiras escolas do município de Icó-CE;
- b) Identificar a prática de EF como disciplina no processo de (re)constituição histórica nas primeiras escolas de Icó, em relação à legislação educacional;
- c) Evidenciar as práticas docentes de EF nas primeiras escolas do município de Icó, nos relatos dos sujeitos entrelaçados com os documentos garimpados, no período assinalado;
- d) Caracterizar a formação dos professores que lecionaram a EF nas escolas do município de Icó no período demarcado.

### 3 ESTUDOS SOBRE A HISTÓRIA DA FORMAÇÃO E PRÁTICA DOCENTE DE EDUCAÇÃO FÍSICA: O ESTADO DA QUESTÃO

Nesta seção expomos como aconteceu o mapeamento de estudos sobre nossa temática de investigação. A finalidade do Estado da Questão é conhecer o que há de produção no estado atual da ciência ao nosso alcance sobre a temática de pesquisa. Essa busca permitirá, além de crenças das categorias teóricas, evidenciar contribuições e ou lacunas possíveis com base no mapeamento realizado.

#### 3.1 O ESTADO DA QUESTÃO: IMPORTÂNCIA E REFLEXÕES INICIAIS

O mapeamento dos estudos científicos, em outras palavras, permite-nos conhecer as produções existentes no campo da ciência sobre a temática por nós investigada, além de desvelar os principais focos desses estudos, autores em que se ancoram, metodologias utilizadas, ideias que têm sido trabalhadas pelos autores quando pesquisam sobre o tema em questão. Para Nóbrega - Therrien e Therrien (2010, p. 34) o Estado da Questão (EQ) tem como finalidade:

[...] levar o pesquisador a registrar, com suporte em um rigoroso levantamento bibliográfico, como se encontra o tema ou o objeto de sua investigação no estado atual da ciência ao seu alcance. Sua finalidade também é a de contribuir para o rigor científico e a criticidade no mergulho bibliográfico realizado pelo estudante/pesquisador, de modo a evitar vieses na construção das categorias teóricas e empíricas que vão ser trabalhadas por ele na revisão de literatura.

Percebemos que o EQ é um caminho que contribui, a partir dos achados, para a realização e o desenvolvimento de nossa temática de pesquisa, uma vez que, ao mergulharmos nos dados advindos do inventário realizado, estes nos ajudaram a conhecer melhor o objeto de nossa investigação. Ao enfatizar o mapeamento de estudos, podemos constatar com rigor científico, como nosso objeto de estudo tem sido investigado, evidenciando quem são os autores, com que objetivos, utilizando-se de quais metodologias e chegando a que resultados e conclusões.

Os estudos levantados permitem ainda descobrir outras categorias teóricas, além de validar aquelas que nosso estudo já trazia a priori. Seguindo esse caminho, ao nos depararmos com os achados, em uma análise minuciosa, podemos evidenciar categorias teóricas inerentes ao nosso objeto para elaboração de uma

fundamentação teórica coerente com a temática de pesquisa. Colaborando com essa discussão, Nóbrega-Therrien e Therrien (2010, p. 35) mencionam que

A concepção proposta de EQ requer uma compreensão ampla da problemática em foco fundada nos registros dos achados científicos e nas suas bases teórico-metodológicas acerca da temática. Desse mergulho decorre igualmente a contribuição do próprio estudante/pesquisador, cuja argumentação, lógica, sensibilidade, criatividade e intuição delimitam as dimensões da nova investigação. É precisamente esse processo e o material/texto produzido nesta fase pelo pesquisador que fornecem os elementos para identificar e definir os referenciais e as categorias (a chamada base teórica) imprescindíveis à análise dos dados no enfoque pretendido.

Destacamos do trecho acima a importância do papel do pesquisador para desenvolvimento do EQ, uma vez que o mesmo necessita de habilidades inerentes ao como buscar e, posteriormente, diante do que foi encontrado, articular sua análise. Dito de outra forma, necessita-se de competência para conduzir todo o processo, desde a elaboração dos critérios para busca dos estudos, posteriormente, a organização e a análise dos achados, visando evidenciar suas contribuições, descobrindo nesse caminhar elementos para delimitação de seu objeto de investigação.

Nessa perspectiva, reafirmamos que se faz necessário habilidade e competência do pesquisador para trabalhar a literatura selecionada, sendo conhecedor das ideias em que estão fundamentados os autores dos referidos estudos, exigindo também capacidade para, nesse processo, ir tecendo a elaboração de seu texto, para não transparecer um amontoado de informações e conhecimentos desconectados. Esse processo de elaboração do EQ permite um desenvolvimento profissional significativo para o pesquisador, por proporcionar confronto crítico das ideias dos autores encontrados nos trabalhos mapeados, constatação de olhares plurais e compreensões epistemológicas divergentes, compreensão das complexidades na abordagem da temática que é um convite para desvelar as múltiplas racionalidades nele envolvidas e a contribuição dos debates sobre a multirreferencialidade (NÓBREGA-THERRIEN; THERRIEN, 2010). Portanto, para realização do nosso EQ, definimos a busca pelas produções sobre a temática em periódicos no portal da SciELO e em dissertações e teses na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD). Caminho que apresentamos mais detalhadamente a seguir.

## 3.2 ESTUDOS RELACIONADOS À HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO FÍSICA NAS ESCOLAS, PUBLICADOS EM PERIÓDICOS

### 3.2.1 Caminho para se chegar aos achados

Para o levantamento dos periódicos científicos definimos o portal de consulta *Scientific Electronic Library Online* (SciELO), pois acreditamos que, apesar da base de dados ser restrita em relação a outros depositórios (por exemplo, Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES)), apresenta um rigor científico na seleção dos periódicos. Além disso, sabemos que o tempo de duração dos cursos de mestrados passa rápido e, como fizemos também a consulta em teses e dissertações, trabalhar com um portal como um banco de dados grande, poderia comprometer nosso tempo de pesquisa. A consulta no portal da SciELO aconteceu no dia 14 de setembro de 2018, com a utilização dos seguintes descritores: *História, formação, prática pedagógica e Educação Física*.

Fizemos algumas combinações com os descritores utilizando o booleano AND, precisamente as seguintes: *história AND Educação Física, Educação Física AND formação, história AND Educação Física AND formação, Educação Física AND prática pedagógica, história AND Educação Física AND prática pedagógica*. Ressaltamos que no portal da SciELO utilizamos como filtros para consulta a marcação da opção todos os índices (isso corresponde ao ano, autor, financiador, resumo e título). No tocante à delimitação do idioma, selecionamos o português. Assim, a opção que fizemos por trabalhar com os periódicos brasileiros, teve o intuito de valorizarmos essas produções científicas, partindo de inquietações que permeiam nosso cenário nacional. No Quadro 1 mostramos as combinações de descritores e booleanos utilizados e os resultados encontrados.

**Quadro 1 – Combinações de descritores e booleanos utilizados na pesquisa e resultados obtidos com os filtros Brasil e idioma português no portal da SciELO**

(continua)

Combinação de descritores e booleanos	Resultado	Brasil	Idioma português
História AND Educação Física	194	171	158
Educação Física AND Formação	458	371	342
História AND Educação Física AND Formação	37	31	29

(conclusão)

Combinação de descritores e booleanos	Resultado	Brasil	Idioma português
Educação Física AND Prática pedagógica	63	57	52
História AND Educação Física AND Prática pedagógica	2	1	1

Fonte: Elaborado pelo autor.

Com obtenção desses dados, optamos por analisar os artigos encontrados com a combinação da categoria história, especificamente os que apresentavam recorte temporal caracterizado por uma reconstituição histórica. Nessa perspectiva, os achados derivaram da pesquisa com *história AND Educação Física*, *história AND Educação Física AND formação* e *história AND Educação Física AND prática pedagógica*.

Dos 194 artigos encontrados com *história AND Educação Física* obtivemos quatro (4) achados, dos trinta e sete (37) com *história AND Educação Física AND formação* ficaram seis (6) como achados e, dos dois (2) artigos encontrados com *história AND Educação Física AND prática pedagógica* não selecionamos nenhum. Os artigos estabelecidos como achados apresentaram aspectos históricos com demarcações de períodos (anos) e aspectos de (re)constituição histórica relacionados à EF com implicações nos processos formativos e/ou práticas docentes após, inicialmente, inferência no título e, posteriormente, leitura e análises do resumo.

Ressaltamos que alguns trabalhos se repetiram ao colocarmos a busca com *história AND Educação Física* e *história AND Educação Física AND formação*. Organizamos a relação dos achados por periódicos conforme Quadro 2.

### Quadro 2 – Relação de periódicos consultados e os respectivos achados no portal da SciELO

(continua)

Periódicos	Total dos resultados		Achados	%
	<i>História AND Educação Física</i>	<i>Formação AND Educação Física AND História</i>		
Revista Brasileira de Educação Física e Esporte	27	1	2	7,1
Educar em Revista	5	1	2	33,3
Educação e Pesquisa	4	3	1	14,3
Cadernos CEDES	2	1	1	33,3

(conclusão)

Periódicos	Total dos resultados		Achados	%
	<i>História AND Educação Física</i>	<i>Formação AND Educação Física AND História</i>		
Revista da Educação Física/UEM	9	3	1	8,3
Motriz: Revista de Educação Física	17	2	1	5,3
Revista Brasileira de Educação	2	1	1	33,3
História, Ciência, saúde- Manguinhos.	8	1	1	11,1
Total	74	13	10	11,4

Fonte: Elaborado pelo autor.

É interessante ressaltar que sintetizamos no Quadro 2 apenas as revistas eletrônicas em que foram destacados os achados, mas surgiram várias outras como: Saúde e sociedade, Ciência e Educação, História da Educação, Educação e Sociedade que foram acionadas como fontes. No entanto, ao analisarmos os artigos científicos, estes não atendiam aos critérios estabelecidos anteriormente, principalmente no tocante à ênfase na trajetória histórica da EF no âmbito educacional.

Após essas considerações, notamos que os achados dentro da amostra dos periódicos correspondem a um número reduzido ( $n=10$ ; 11,4%)<sup>11</sup>. A Revista Brasileira de Educação Física e Esporte foi a que mais se destacou com um número de vinte e oito (28) artigos científicos encontrados, sendo ( $n=2$ ; 7,1%) com aproximação ao nosso tema. O Quadro 3, a seguir, apresenta os trabalhos encontrados e selecionados no portal SciELO, aproximados à nossa temática de interesse.

**Quadro 3 – Periódicos científicos sobre história da Educação Física, ordenados por Revista, ano de publicação, título e autor**

(continua)

REVISTA	ANO <sup>12</sup>	TÍTULO	AUTOR
Educação e Pesquisa (USP)	2002	Educação Física escolar e ditadura militar no Brasil (1968 -1984): história e historiografia.	OLIVEIRA
Educar em Revista – UFPR	2009	Sobre a formação de professores para a disciplina Educação Física em Santa Catarina (1937-1945): ciência, controle e ludicidade na educação dos corpos.	BOMBASSARO; VAZ

<sup>11</sup> Isso significa que dentro dos resultados encontrados obtivemos o número de dez trabalhos em relação à temática, o que convertido em porcentagem corresponde a 11, 4%.

<sup>12</sup> Não utilizamos o filtro determinando ano por tratar-se de uma pesquisa de caráter histórico, acreditamos ser interessante não restringir a temporalidade da publicação.

(conclusão)

REVISTA	ANO	TÍTULO	AUTOR
Educar em Revista (UFPR)	2009	Os espaços para a educação física no ensino secundário paranaense: um estudo comparativo entre os anos finais da ditadura varguista e os anos da ditadura militar brasileira pós 1964.	OLIVEIRA; CHAVES JÚNIOR
Revista da Educação Física/UEM	2012	Educação Física Escolar e Ditadura Militar no Brasil (1964-1985): balanço histórico e novas perspectivas.	REI; LUDORF
Motriz: Revista de Educação Física – UNESP	2012	Estudo histórico sobre a formação profissional na Escola de Educação Física e Esporte da Universidade de São Paulo (1980-1990).	GÓIS JUNIOR <i>et al.</i>
Revista Brasileira de Educação Física e Esporte (USP)	2014	Momentos iniciais da educação física em Goiás (1917-1929).	DIAS
Revista Brasileira de Educação Física e Esporte (USP)	2014	O discurso médico e a Educação Física nas escolas (Brasil, século XIX).	COSTA; SANTOS; GÓIS JUNIOR
História, Ciência, saúde- Manguinhos. – FIOCRUZ	2014	O corpo da nação: posicionamentos governamentais sobre a educação física no Brasil monárquico.	MELO; PERES
Revista Brasileira de Educação (RBE)	2018	A educação física no currículo da formação de professores primários no Rio Grande do Sul (1877-1927).	LYRA; MAZO; BEGOSSI
Cadernos CEDES - UNICAMP	2018	A educação dos corpos infantis no projeto mato-grossense de formação do cidadão republicano (1910-1930).	SÁ

Fonte: Elaborado pelo autor.

Inicialmente, os achados já nos permitiram melhorar nossa compreensão do processo histórico da EF no contexto das escolas brasileiras, com vistas ao que vem sendo produzido em relação a essa temática. Na próxima subseção, analisamos de forma mais pontual, os achados nos periódicos científicos com o objetivo de discutir os conhecimentos trabalhados pelos autores.

### 3.2.2 Análise dos achados nos periódicos

Nossa discussão sobre os artigos deu-se de maneira cronológica, isto é, iniciamos com os mais antigos para os mais recentes considerando o ano de publicação. Como critérios, focamos em cada um deles nos objetivos, nas fontes metodológicas utilizadas e nos resultados obtidos, por acreditarmos que a análise desses pontos traz elementos importantes, contribuições e indícios norteadores para a compreensão e redefinição das categorias de nosso trabalho.

Seguindo essa proposta, inicialmente discutiremos o estudo de Oliveira (2002) que traz algumas considerações sobre a história da EF escolar no período da ditadura militar (1968-1984), objetivando a análise da dimensão social, política, econômica e cultural brasileira, sob a ótica de uma tradição de pesquisa comprometida com a transformação da EF brasileira em geral e a EF escolar em particular, a partir da década de 1980. Como outro objetivo importante do trabalho, o autor menciona a questão das análises das práticas escolares, particularmente da EF, na história recente, a partir de um olhar para dentro da escola, devolvendo aos sujeitos o seu lugar na história da EF escolar no Brasil.

O autor utiliza como fontes para análise documental a série de 1968 a 1984 da Revista Brasileira de Educação Física e Desportos, os programas de EF da Prefeitura Municipal de Curitiba entre 1970 e 1984 e os depoimentos de professores da rede municipal de ensino de Curitiba.

Oliveira (2002) menciona que a análise dos estudos realizados permitiu constatar que a escrita em EF tem sido à luz de determinantes estruturais, mas sem captar a lógica de processo impressa no desenvolvimento histórico. O autor ressalta que a abstração e generalização atribuídas à história da EF tem se derivado da ênfase às discussões vinculadas às normativas governamentais. Com relação aos estudos de Oliveira e Chaves Júnior (2009) percebemos que o estudo comparativo que realizaram teve como foco os diversos entendimentos e as diversas prescrições<sup>13</sup> para a EF escolar na segunda metade da década de 1940 e na primeira metade dos anos 1970 do século passado no estado do Paraná.

Como fontes para a realização do estudo foi utilizado por esses autores: documentos oficiais, Diretrizes para a EF nos estabelecimentos de ensino secundário de 1947, depoimentos de alguns professores escolares e alguns números da Revista Brasileira de Educação Física e Desportos dos anos 1970. Especificamente, ressaltando a estrutura física da escola de ensino secundário, Oliveira e Chaves Júnior (2009) mencionam que na década de 1950, a instituição escolar passou a ser configurada com a predominância de instalações direcionadas aos esportes.

No entanto, as instalações não se concretizaram de fato nas escolas e coube aos professores o poder de improvisação. Destarte, na década de 1970, para

---

<sup>13</sup> O autor utiliza no sentido de estabelecer, de determinar o que se ensina na Educação Física.

os autores, o esporte era visto como algo avançado naqueles anos, o esporte aparecia como elemento modernizador das práticas escolares. Mas as condições reais para seu trabalho dentro da escola pareciam atualizar o velho descompromisso com a qualidade da escola pública, manifestada pela carência e inadequação dos espaços para o desenvolvimento das aulas (OLIVEIRA; CHAVES JÚNIOR, 2009).

Colocando em evidência o trabalho de Bobassaro e Vaz (2009), notamos que o objetivo deles foi investigar sobre as prescrições para a prática de EF nas escolas catarinenses, entre os anos de 1930 e 1940, destinadas aos professores em geral e, talvez, aos professores egressos do recém-criado curso de formação de professores para a EF, em 1938.

Para isso, os autores utilizam como fonte documental a legislação que cria e regulamenta a Escola de Educação Física, os relatórios do Departamento de Educação do estado no qual foram encontrados relatórios da Inspeção de EF e, especialmente, o periódico Revista de Educação (1936-1937). Como principais resultados Bobassaro e Vaz (2009) encontraram três eixos que merecem destaque e estão articulados entre si: bases científicas das lições, controle das emoções ou disciplina moral e caráter lúdico pela prática de jogos. Finalizando as discussões sobre os resultados, os autores ressaltam que a EF na época tinha a finalidade de modelar o cidadão nacional, potencializando força física e disciplinando-o moralmente.

Trazendo o estudo de Rei e Ludorf (2012), os autores determinam como objetivo o de discutir algumas funções atribuídas à EF escolar no período da ditadura militar brasileira, sendo que usaram como fonte um levantamento de estudos bibliográficos pautados em Betti (1991), Lino Castellani Filho (1988), Paulo Ghiraldelli Junior (1988) e, utilizando-se como referencial de análise, os trabalhos de Taborda de Oliveira (2001) e Rosa (2006).

O resultado apresentado por Rei e Ludorf (2012) foi que, em nível de legislação, a EF escolar estaria a serviço da melhoria da produtividade para o trabalho, da formação de atletas de alto rendimento e do uso político do esporte. Porém, os dados demonstraram para os autores que a participação de alguns professores de EF na elaboração das políticas públicas gestadas para a área e a presença de práticas pedagógicas heterogêneas, não necessariamente estavam alinhadas com os interesses do regime ditatorial-militar.

Tendo como foco o trabalho de Góis Júnior *et al.* (2012), notamos que a finalidade foi a de analisar as influências dos debates sobre EF nos anos 1980 no âmbito da Escola de Educação Física e Esporte da Universidade de São Paulo (EEFE-USP), focando a análise no contexto histórico das reformas curriculares dos anos 1990 nessa instituição. Como fontes, os autores utilizaram relatos orais por meio do uso do método História Oral com alguns professores antigos da instituição.

Como resultados, constataram que os informantes têm visões diferentes sobre a formação profissional da Escola, ficando em evidência que um grupo formado não desejava a separação entre EF e esporte. Apesar disso, não se organizaram academicamente para esse debate. Os autores ainda enfatizam que o contexto de debate dos anos 1980 na EF brasileira influenciou a reforma curricular de 1992 na EEFE-USP.

Com relação à pesquisa realizada por Melo e Peres (2014), podemos detectar que visa investigar os sentidos e significados atribuídos ao corpo da nação pelo governo monárquico. Então, foram utilizados como fonte documental a legislação e os relatórios anuais do Ministério dos Negócios do Império (1831-1889), com especial interesse pelo que se refere ao Rio de Janeiro. Os autores abordam que a ginástica chamava a atenção das autoridades e era defendida no meio escolar, mas a sua implementação não aconteceu tanto quanto se esperava. O resultado que Melo e Peres (2014) apontam foi que as visões sobre a EF se deram a partir de uma matriz que articulava concepções de moral, saúde e civilização, tendo que lidar com as condições concretas de um país recém-independente, periférico e com uma burocracia ainda em formação.

Enfatizando os estudos de Dias (2014), percebemos que seu objetivo foi o de analisar os momentos iniciais do oferecimento de atividades de ginásticas, esportes e exercícios físicos em instituições escolares de Goiás. Para isso, o autor utiliza diversas fontes, como legislações, jornais, fotografias, livros de memórias e documentos oficiais. Como resultados de sua pesquisa, Dias (2014), sintetizando a história do início da EF no estado de Goiás, enfatiza que no começo, tratava-se de atividades difusas, mas mesmo assim apreendidas como importantes e, às vezes, indispensáveis. Com o tempo, elas ganhavam relevância, adquirindo estatuto de um saber especializado no programa curricular das escolas de Goiás. Para finalizar, o autor aborda que o principal responsável por esse processo de implantação parece ter sido uma combinação de interesses civis e militares, nacionais e regionais.

Debruçando-nos sobre os estudos de Costa, Santos e Góis Júnior (2014), evidenciamos que o objetivo foi o de descrever o contexto de escolarização da EF mediante o discurso médico do século XIX. Nesse sentido, foram utilizadas como fontes as teses para obtenção do título de doutor da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro e da Bahia. Os autores trazem como resultado a argumentação de que a compreensão dos ideais dos médicos higienistas era movida mecanicamente pelos interesses dominantes, já que o projeto de nação proposto, embora em bases patrióticas, era muito crítico em relação à falta de intervenção governamental nos campos sociais, sobretudo, na educação.

Sobre o estudo desenvolvido por Sá (2018), constatamos que o objetivo foi o de analisar as finalidades para a educação do corpo infantil que permearam a implantação da disciplina Gymnastica no ensino público primário mato-grossense na Primeira República. Para a realização da pesquisa, Sá (2018) utilizou-se de fontes documentais localizadas no Arquivo Público do estado de Mato Grosso. A autora relata que existiu grandes dificuldades de se implantar a disciplina de Gymnastica nas escolas, enfatizando motivos, como preconceito, dificuldades financeiras para aquisição de materiais, entre outros. Como resultados, Sá (2018) menciona que os programas da disciplina de Gymnastica tinham como finalidade exercer uma influência moralizadora e higiênica que visava o desenvolvimento do corpo, da coragem e do patriotismo do futuro cidadão republicano, também voltados para a formação da mulher e para o fortalecimento de seu corpo para o exercício da maternidade.

Com relação ao estudo proposto por Lyra, Mazo e Begossi (2018), este teve como objetivo investigar as práticas e as representações culturais conferidas à área de conhecimento da EF na formação de professores para atuar nas escolas primárias do Rio Grande do Sul. Como fontes foram utilizadas leis e relatórios expedidos no período, além de decretos, currículos oficiais de formação docente e currículos dos cursos de formação de professores. Como resultado, Lyra, Mazo e Begossi (2018) ressaltam que o movimento de entrada da EF foi sutil e lento no ambiente educacional. Eles constataram que sua presença se deu não apenas de uma forma de ensinar EF, mas de concepções variadas, provenientes de diferentes correntes de pensamento, que refletiam, justamente, a falta de um trabalho unificado e centralizado desde a preparação dos professores.

Dos estudos apresentados, expomos os objetivos, fontes utilizadas e resultados. Na próxima subseção desenvolvemos algumas considerações sobre eles, apontando algumas discussões e contribuições e ainda estabelecendo relações com nossa pesquisa.

### **3.2.3 Discussões, contribuições e possíveis lacunas a partir da análise dos achados em periódicos**

Mediante análise dos dez (10) trabalhos mapeados e selecionados, podemos constatar que cinco (5) deles se utilizaram de recortes temporais, delimitando o período a ser investigado, uma condição quase sempre presente quando se trata de estudos historiográficos (BOMBASSARO; VAZ, 2009; DIAS, 2014; LYRA; MAZO; BEGOSSI, 2018; SÁ, 2018) contendo trabalho com período que se assemelha ao estabelecido em nossa pesquisa (GÓIS JÚNIOR *et al.*, 2012). Sem embargo, debruçamo-nos sobre os demais por se tratarem de estudos históricos e que contribuem e enriquecem nossas discussões com indícios e subsídios da trajetória e surgimento da EF escolar brasileira de forma geral.

Desse modo, o inventário dessas produções foi importante para percebermos o que vem sendo pesquisado sobre a nossa temática no campo de conhecimento da EF relacionado à sua história, principalmente, no caso pertinente à data de busca e ao banco de dados acessado. Nessas produções foi possível conhecer os autores, o objetivo maior de seus estudos, as fontes utilizadas e os resultados alcançados. Para tanto, isso contribuiu para recondução e/ou validação do nosso objeto, bem como para definição, de forma mais concreta, das categorias teóricas que fundamentaram nossos argumentos e análises dos achados no campo documental e empírico de nossa investigação.

Considerando os objetivos dos artigos científicos analisados, constatamos que as investigações feitas envolveram a procura da compreensão de sentidos e significados atribuídos ao corpo, das práticas e representações aferidas à nossa área, das finalidades ou funções, da reconstituição dos momentos iniciais, das prescrições, da influência de áreas, da formação de acordo com o contexto, colocando sempre em evidência a EF escolar. Diante dos objetivos propostos nos estudos selecionados, percebemos que as pesquisas de caráter histórico têm estabelecido como foco a finalidade da EF nas escolas em determinado período o

que, de certa forma, quando articulamos com a pretensão da nossa pesquisa, observamos que a ênfase na formação e práticas do docente indiretamente estão implícitas às funções dessa disciplina no contexto escolar.

Em relação às fontes utilizadas nos estudos selecionados, um (1) deles se utilizou de levantamento bibliográfico (REI; LUDORF, 2012) e os nove (9) restantes de documentos oficiais e/ou institucionais como leis, decretos, diretrizes, currículos, relatórios, arquivos governamentais, programas, bem como de revistas, livros, teses, fotografias e jornais, para suas buscas de dados.

A História Oral também foi utilizada em dois deles (OLIVEIRA, 2002; GÓIS JÚNIOR *et al.*, 2012) em associação com os documentos oficiais normativos, institucionais e pessoais, já assinalados. Também, constatamos nos estudos selecionados para leitura e análises, que sete (7) deles (BOBASSARO; VAZ, 2009; OLIVEIRA; CHAVES JÚNIOR, 2009; COSTA; SANTOS; GÓIS JÚNIOR, 2014; MELO; PERES, 2014; DIAS, 2014; SÁ, 2018; LYRA; MAZO; BEGOSSI, 2018) foram realizados tendo como fonte somente os documentos, o que é comum por tratar-se de pesquisa historiográfica. Se relacionarmos esse fato com a nossa pretensão de tipo de pesquisa e com a fonte a ser utilizada, constatamos que ela se diferencia um pouco das demais, com relação a esse aspecto, uma vez que nos utilizamos de documentos, bem como da História Oral dos sujeitos que vivenciaram o período por nós demarcado ou possuem informações sobre ele. Essas duas fontes documentais e empíricas, no nosso entendimento, enriqueceram nossas análises.

Analisando os principais resultados dos artigos científicos mapeados e selecionados neste EQ, ficou evidente que a implantação da EF nas escolas de educação básica se deu lentamente. A EF estava vinculada, na maioria das vezes, por ideais governamentais que buscavam a disciplinarização, a produtividade, a higienização e o patriotismo dos cidadãos, por meio da ginástica corporal, sendo no seu início influenciada pelos métodos de ginástica europeus (principalmente, alemão e francês), incorporando posteriormente o esporte como conteúdo de destaque. Constatamos ainda que a dificuldade dessa implantação também esteve associada ao preconceito e a questões financeiras dos alunos/famílias.

Partindo dessas informações obtidas nos artigos mapeados e selecionados, encontramos alguns resultados semelhantes a partir de nossa investigação no município de Icó-CE no período de 1946 a 1983. Um fato que se destacou diante da análise dos estudos mapeados, foi à menção da implantação

lenta da EF nos currículos escolares, mesmo com a defesa e argumentação de alguns intelectuais e/ou governantes da época sobre sua importância. Outras constatações ainda pertinentes foram: a ocorrência de três (3) pesquisas históricas sobre a EF no período da ditadura militar (OLIVEIRA, 2002; OLIVEIRA; CHAVES JÚNIOR, 2009; REI; LUDORF, 2012) e a ênfase de trabalhos nas regiões Sul (LYRA; MAZO; BEGOSSI, 2018; OLIVEIRA; CHAVES JÚNIOR, 2009; BOMBASSARO; VAZ, 2009; OLIVEIRA, 2002), Sudeste (GÓIS JÚNIOR *et al.*, 2012; MELO; PERES, 2014) e Centro-Oeste (DIAS, 2014; SÁ, 2018) do país.

Diante desses achados analisados, constatamos que nossa dissertação de mestrado contribui para o avanço do conhecimento produzido sobre a temática trabalhada. Primeiramente, percebemos a lacuna de estudos históricos no país com relação à área da EF escolar. Há ausência de estudos dedicados a compreender a dinâmica histórica da EF na região Nordeste do país, especificamente no estado do Ceará e no município de Icó, uma vez que não foi encontrada nenhuma produção científica que tratasse da temática no contexto referido. A história da EF escolar abordada nos estudos analisados ainda está muito concentrada no eixo Sul, Sudeste e Centro-Oeste. Assim, ao investigá-la no município de Icó, estamos contribuindo, entre outras questões, para melhorar o acervo histórico desta temática no Nordeste, especialmente no estado do Ceará.

Outro ponto a considerar é que os estudos relacionados à história da EF, geralmente, são abordados de forma generalizada, muitas vezes, como se os estudos concentrados no eixo Sul e Sudeste fossem suficientes para explicar outras realidades ou particularidades situadas. Nesse sentido, ao realizarmos a investigação sobre a prática docente no município de Icó, focamos nas especificidades desse contexto, refletindo sobre como se iniciou e se desenvolveu os processos referentes a essa questão (prática) de EF nessa localidade.

Apesar de considerarmos significativas as constatações a partir dos achados no portal SciELO, estas ainda são limitadas, considerando o espectro de produções acadêmicas disponíveis. Dessa forma, ampliamos as buscas por meio da consulta na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD).

### 3.3 ESTUDOS RELACIONADOS À HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO FÍSICA NAS ESCOLAS, PUBLICADOS NA BDTD

#### 3.3.1 Caminho para os achados

Procurando expandir a busca em outros bancos de dados, realizamos o mapeamento das produções científicas no portal da BDTD. Esse portal disponibiliza de forma gratuita teses e dissertações defendidas nas instituições de ensino e pesquisa do Brasil, proporcionando maior visibilidade às produções científicas dos programas de Pós-Graduação. A busca aconteceu durante o mês de outubro de 2018. As temáticas ou descritores que utilizamos para essa busca foram *história, Educação Física, formação, formação docente e prática pedagógica*. Posteriormente articulados ao booleano AND.

Realizamos busca avançada, filtrando pela opção título. Nesse sentido, utilizando *história AND Educação Física*, encontramos um total de cinquenta (50) trabalhos, sendo trinta e sete (37) dissertações e treze (13) teses. Colocando *história AND Educação Física AND formação* obtivemos dez (10) produções, distribuídos em cinco (5) dissertações e cinco (5) teses. Inserindo as palavras *história AND Educação Física AND formação docente*, encontramos três (3) trabalhos, todos dissertações. Ao pesquisarmos com *história AND Educação Física AND prática pedagógica* encontramos apenas uma (1) dissertação. O Quadro 4, mostra a síntese dessa busca avançada.

**Quadro 4 – Síntese da busca avançada com combinação de descritores e resultados obtidos no portal da BDTD**

Combinação de descritores e booleanos	Resultados		
	Dissertações	Teses	Total
<i>história AND Educação Física</i>	37	13	50
<i>história AND Educação Física AND formação</i>	5	5	10
<i>história AND Educação Física AND formação docente</i>	3	0	3
<i>história AND Educação Física AND prática pedagógica</i>	1	0	1

Fonte: Elaborado pelo autor.

Começamos a seleção pelo título do trabalho, separando os trabalhos que se caracterizavam pela (re)constituição da histórica da EF em meio escolar, independente da existência de recorte temporal. Depois disso, fizemos a leitura dos resumos com foco nos objetivos, fontes utilizadas e principais resultados, sendo que

para o aprofundamento e esclarecimento desses pontos, realizamos leitura analítica dos respectivos capítulos ou seções nos próprios trabalhos.

As produções científicas acadêmicas que apareceram com as combinações formação, formação docente, prática pedagógica associada com Educação Física e história, e que se aproximaram de nosso objeto de investigação, estavam inclusas nas encontradas apenas com a combinação de *Educação Física AND história*. Nessa ótica, tratamos dos achados decorrentes de *Educação Física AND história*, que mostraremos a seguir na Tabela 1.

**Tabela 1 – Relação das Instituições de ensino e pesquisa e quantidade de achados divididos entre dissertações e teses**

Instituições de ensino e pesquisa	Total dos resultados			Achados/selecionados			% Total
	Dissertações	Teses	Total	Dissertações	Teses	Total	
UNICAMP	4	4	8	1	2	3	37,5
UFBA	4	3	7	-	1	1	14,3
UNESP	6	1	7	1	-	1	14,3
UFES	5 sendo 1 repetido	-	4	2	-	2	50
UFSC	4	1	5	-	-	-	-
PUC - Goiás	1	1	2	-	1	1	50
UFMG	2	-	2	1	-	1	50
UFPE	2 sendo 1 repetido	-	1	1	-	1	100
UFPEl	1	1	2	-	-	-	-
UFSCar	1	1	2	1	-	1	50
UFRS	1	-	1	-	-	-	-
UnB	2	-	2	-	-	-	-
PUC - São Paulo	1	-	1	-	-	-	-
UEFS	1	-	1	-	-	-	-
UFC	-	1	1	-	1	1	100
UFFS	1	-	1	-	-	-	-
UFJF	1	-	1	-	-	-	-
UFS	1	-	1	1	-	1	100
UNINOVE	1	-	1	-	-	-	-
Total	37	13	50	8	5	13	26

Fonte: Elaborado pelo autor.

Diante das informações contidas na Tabela 1, especificamente na coluna que trata das instituições de ensino e pesquisa, podemos observar que geograficamente as produções acadêmicas dos programas de Pós-Graduação com relação à história da EF escolar ainda continuam concentradas no eixo regional Sul e Sudeste. Contudo, podemos destacar os trabalhos das universidades federais do Nordeste, dos estados da Bahia, Pernambuco, Sergipe e Ceará, que juntas somam quatro (4) dos treze (13) achados.

Percebemos um número significativo de trabalhos produzidos nas universidades paulistas, sendo cinco (5) achados, com destaque para a Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), com três (3) produções. De certa forma, nos causou estranheza o fato de nenhuma instituição de ensino e pesquisa do estado do Rio de Janeiro ser citada nesse mapeamento, visto que, além do estado de São Paulo, tivemos produções de Minas Gerais e Espírito Santo, da região Sudeste.

Diante dos dados apresentados, podemos inferir que, dos cinquenta (50) trabalhos obtidos como resultado geral, tivemos treze (13) achados selecionados, que correspondem a 26%, um número que representa mais de um quarto ( $\frac{1}{4}$ ) desse inventário. Podemos deduzir também que diante dos treze (13) achados, há uma concentração maior de dissertações, pois selecionamos oito (8) delas, sendo que teses encontramos cinco (5). Esses trabalhos foram selecionados por apresentarem aspectos históricos demarcados (percurso, período, ano) relacionados à EF com implicações nos processos formativos e/ou práticas docentes após leitura e análises do resumo de cada um. No Quadro 5 enfatizamos as produções encontradas e correlacionadas com nosso objeto de investigação.

**Quadro 5 – (Dissertações e teses) Instituições, ano de publicação, autor, tipo de programa e título dos achados**

(continua)

DISSERTAÇÕES				
Instituição	Ano	Autor	Programa de pós-graduação	Título
UNICAMP	1996	Victor Andrade de Melo	Mestrado da Faculdade de Educação Física	Escola Nacional de Educação Física e Desportos – Uma possível história
UFMG	2007	Marcos Antônio Almeida Campos	Mestrado em Educação	Histórias entrelaçadas: presença da dança na Escola de Educação Física da Universidade Federal de Minas Gerais (1952-1977)
UFPE	2009	Júlio Ricardo de Barros Rodrigues	Mestrado em Educação	A Educação Física como disciplina escolar... Que história é essa? A construção do componente curricular Educação Física no Colégio de Aplicação da Universidade Federal de Pernambuco no período entre 1971 e 2001
UFES	2012	Antonio Sergio Francisco Oliveira	Mestrado em Educação Física	Inezil Penna Marinho: História e Educação Física (1940 a 1958)
UFES	2012	Tatiane Borel	Mestrado em Educação	Processos de formação e práticas docentes na constituição histórica da Educação Física Escolar no Espírito Santos, nas décadas de 1930 e 1940

(conclusão)

DISSERTAÇÕES				
Instituição	Ano	Autor	Programa de Pós-Graduação	Título
UFS	2016	Mariza Alves Guimarães	Mestrado em educação	Um olhar sobre a história da organização curricular da Educação Física no Colégio de aplicação da Universidade Federal de Sergipe (1959-1996)
UNESP	2016	Pedro Lucas dos Santos Pêgo	Mestrado em Ciências da Motricidade	A história da graduação em Educação Física da UNESP de Bauru e memória da reestruturação curricular de 1990
UFSCar	2016	Ribamar Nogueira da Silva	Mestrado em Educação	Currículo escrito e a história da Educação Física no Brasil (1896-1945)
TESES				
UFBA	2007	Roberto Gondim Pires	Doutorado em Educação	História da Educação Física na Bahia: o percurso da formação profissional.
UFC	2008	Ariza Maria Rocha	Doutorado em Educação Brasileira	Educação Física escolar: história da inserção e consolidação na capital cearense.
PUC-Goiás	2010	Paulo Roberto Veloso Ventura	Doutorado em Educação	A Educação Física e sua constituição histórica: Desvelando Ocultamentos.

Fonte: Elaborado pelo autor.

Com base nos dados do Quadro 5, podemos notar que a produção dos achados variou do ano de 1994 a 2016, o que representa que o mais antigo já tem 22 anos de produção. Ao nosso modo de ver, por se tratar de uma pesquisa que visa uma compreensão histórica da EF, esse ano de publicação mais antigo não terá nenhum prejuízo no tocante às informações. Reafirmamos que na plataforma BDTD utilizamos apenas como filtro a opção título, e diante do resultado encontrado de cinquenta (50) produções, achamos prudente partir desse número de trabalhos para fazermos nossa seleção de achados.

Outra inferência que podemos fazer é a de que dos treze (13) trabalhos selecionados, a história da EF tem sido investigada mais por programas de Pós-Graduação em Educação, (encontramos nove (9)), do que na área de EF, onde localizamos quatro (4). Isso demonstra que o foco dos estudos nesse campo da EF ainda não se volta de forma significativa para sua historicidade. Ou, também, que há um número maior de programas de Pós-Graduação na área de Educação em detrimento da EF e que a área da Educação apresenta linhas de pesquisas voltadas para a História, o que entendemos fomenta a busca dos licenciados em EF por esses programas e suas temáticas.

Observa-se também que, nos títulos de oito (8) trabalhos temos alguns recortes temporais, que variam desde o ano de 1897 a 2001. Apesar da nossa proposta de pesquisa ser a trajetória histórica de 1946 a 1983, é importante termos uma visão ampliada de historicidade na EF, permitindo-nos uma melhor compreensão dessa (re)constituição histórica. Na próxima subseção analisamos mais especificamente os achados selecionados nas dissertações e teses.

### **3.3.2 Análise dos achados nas dissertações e teses**

Para análise dos achados nas dissertações e teses seguimos a mesma estratégia metodológica utilizada com os artigos, isto é, enfatizamos os objetivos, as fontes utilizadas e os principais resultados de cada trabalho. Inicialmente apresentamos as contribuições das dissertações e depois abordamos as teses, seguindo uma ordem cronológica das publicações.

Iniciamos apresentando o estudo de Melo (1996) que estabeleceu como objetivo principal de sua pesquisa, registrar uma das possíveis histórias da Escola Nacional de Educação Física e Desportos (ENEFD), primeira escola de formação de professores de Educação Física brasileira ligada a uma universidade. Para isso, utilizou documentos escritos e a História Oral. Como resultados do estudo, Melo (1996) elencou seis fatos sobre o trajeto histórico da ENEFD:

- a) a criação da ENEFD estava ligada ao projeto político do Estado Novo (1937 a 1945);
- b) o processo de criação da ENEFD não se diferenciou de outras escolas formativas em relação à presença central de militares;
- c) a ENEFD obteve maior visibilidade no momento em que os médicos ocuparam a gestão;
- d) a ENEFD teve um importante papel na produção e divulgação de novos conhecimentos;
- e) os estudantes ocuparam papel de destaque na estrutura da ENEFD;
- f) a perda de status da ENEFD se deu tanto pela influência de fatores externos (mudanças de capital, reforma universitária, fusão do estado do Rio de Janeiro com o estado da Guanabara), quanto por fatores internos (lenta renovação do corpo docente, restrições ao movimento estudantil, afastamento dos médicos da direção).

Considerando o trabalho de Campos (2007), notamos que ele direciona a história da EF para a dança, sendo que a finalidade de seu estudo foi a de problematizar as práticas de dança na formação de professores de EF na Escola de Educação Física da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), no período que vai de 1952 a 1977. O autor utilizou, como fontes para o levantamento de dados, as informações escritas, orais e iconográficas.

Campos (2007), por meio de sua pesquisa, obteve como resultado que a dança se apresentava nas práticas de alunas e alunos por intermédio da atuação de professores com o intuito de diversificar conteúdos e estratégias de ensino. Além disso, a dança esteve presente como tema das disciplinas Ginástica Rítmica, Danças, Rítmica e Recreação, demarcando espaço em cursos e eventos internos e externos à UFMG.

Trazendo as contribuições do estudo de Rodrigues (2009), ressaltamos que seu trabalho teve como objetivo analisar de que maneira a EF se consolidou como disciplina escolar no Colégio de Aplicação da Universidade Federal de Pernambuco (CAP-UFPE) no período entre 1971 e 2001. Para a realização da pesquisa o autor utilizou como fontes os discursos produzidos nos documentos legais (LDB 5692/71, LDB 9394/96, Lei 10328/2001 e PCN - 1999) e nos documentos oficiais (PPP, Propostas Pedagógicas, Planos de Ensino da disciplina, periódicos, livros, fotos) produzidos no referido Colégio.

Os resultados apontados por Rodrigues (2009) demonstram que existiam dois discursos referentes à EF, um institucional e outro disciplinar. Inicialmente, esses discursos se aproximavam, mas com o tempo tiveram como principal vetor de divergência a manifestação e disputa por um poder que fez com que o processo de consolidação da EF não se efetivasse. O primeiro polo focou na subvalorização dos corpos frente ao intelecto, estabelecendo para a disciplina um papel meramente acessório (disforia). Já o segundo polo, caracterizado, inicialmente, por uma completa exclusão da disciplina na rotina do Colégio de Aplicação da Universidade Federal de Pernambuco e, posteriormente, pela sistematização do conteúdo e de uma proposta pedagógica, a disciplina se insere ainda que timidamente, na organização interna escolar do referido colégio (euforia).

Debruçando-nos sobre os estudos de Oliveira (2012), enfatizamos que ele define como objetivo analisar parte da obra de Inezil Penna Marinho com a intenção de dar visibilidade à sua compreensão sobre a história da EF no Brasil. As fontes

utilizadas para esse estudo foram livros e artigos publicados entre os anos de 1940 e 1958 (tanto fontes primárias, quanto secundárias), com viés de análise no âmbito da história cultural. Como resultado, Oliveira (2012) destaca que a produção intelectual de Inezil Penna Marinho se deu com maior intensidade nos anos de 1940, sendo que seus trabalhos foram constituídos de maneira a se tornar testemunhos da área, perpetuando sua produção e sua inserção como autoridade na EF brasileira.

Com relação ao estudo de Borel (2012) notamos que sua finalidade foi analisar a constituição da EF escolar no Espírito Santo, nas décadas de 1930 e 1940. Essa autora utiliza como fontes os relatórios, recortes de jornais diversos, artigos publicados em revistas (de Educação e de EF do Exército), pautas dos sujeitos, relatos e regulamentos. Como resultado encontrado, Borel (2012) destaca que a formação dos professores de EF no estado do Espírito Santo foi destaque em âmbito nacional, mesmo apresentando algumas dificuldades estruturais. Outro ponto relevante destacado pela autora foi o de que, nas escolas capixabas, a EF mesmo passando por algumas adversidades, era desenvolvida e constantemente destacada nos meios de comunicação, como revistas e jornais locais.

Guimarães (2016) desenvolveu um estudo com o objetivo de compreender a configuração curricular da disciplina de EF, no currículo mais amplo, do Colégio de Aplicação da Universidade Federal de Sergipe (CODAP-UFS) tendo como marco temporal o período de 1959 até 1996. Como fontes, foram utilizadas as documentações, leis, atas da instituição, jornais, fotografias e História Oral. Os resultados obtidos com essa pesquisa foram que a EF passa a ser vista como disciplina quando se sente a necessidade de professores específicos e preparados para a organização e a orientação de seu ensino. Em relação aos conhecimentos ensinados na EF, foram identificados a ginástica, os esportes, os conhecimentos relacionados à saúde e à higiene, sendo ensinados através de aulas práticas e aulas teóricas, sem muitas vezes apresentar uma continuidade.

No tocante às reflexões levantadas com a pesquisa de Pêgo (2016), destacamos que seu objetivo foi o de preservar a memória do processo de reestruturação curricular do Curso de Graduação em EF, do Departamento de Educação Física, da Faculdade de Ciências, da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP), do campus universitário de Bauru, ocorrido em 1990. Para isso, se utiliza da revisão de literatura, fontes documentais e História Oral.

Pêgo (2016) ressalta, como principais resultados, que a reestruturação curricular aconteceu por meio da efetiva participação e responsabilidade do coordenador do curso e que ocorreu uma discreta participação dos estudantes nesse processo. Ressalta que as principais determinantes se caracterizaram pela urgência na concretização do novo currículo, devido ao prazo estipulado pela Resolução nº 03 de 1987. Menciona ainda que houve diminuição da carga horária das disciplinas prático-esportivas, sendo que a atualização do currículo foi fruto de debates acadêmicos ocorridos a partir da década de 1980.

Considerando o estudo de Silva (2016), frisamos que sua finalidade foi a de analisar a relação entre currículo e história da EF escolar no Brasil, no período entre o início da Primeira República (1889-1930) e o final da Era Vargas (1930-1945). As informações exploradas para realização do estudo foram obtidas a partir da pesquisa bibliográfica com fontes primárias documentais.

Como resultados, Silva (2016) faz os seguintes apontamentos: o *Compêndio Gymnastica* escolar desenvolvido por Arthur Higgins é um marco na história do currículo da EF brasileira, devido a obra apresentar características do tipo de elaboração curricular moderna, notadamente daquela fundamentada na teoria do Currículo Tradicional, que se desenvolvia nas primeiras décadas do século XX. Ainda afirma que o Regulamento nº 7, que trata do método francês de ginástica foi produzido em relação de complementaridade à Revista da Educação Física fato que, de acordo com Silva (2016), desvela uma das formas através das quais o currículo da EF brasileira se desenvolveu naquele período.

Colocando em evidência os estudos das cinco (5) Teses, começamos destacando a pesquisa de Sousa (1994) que estabeleceu como objetivo central construir a história do ensino de EF em Belo Horizonte, envolvendo questões políticas e socioculturais, procurando compreender a distinção entre as qualidades atribuídas à representação masculina e feminina. As fontes consultadas pela autora foram documentos escritos, orais e iconográficos. Sousa (1994) ressalta como resultados encontrados que, na questão de tratamento de gênero nas aulas de EF, como turmas separadas por sexo, conteúdos separados para homens e mulheres, professores para alunos e professoras para alunas, entre outras normas, explicita valores consagrados pelo patrimônio cultural da nossa sociedade. Expõe também que as aulas de EF, com o propósito de coisificação do corpo, participam da construção social dos sujeitos masculinos e femininos. Por fim, destaca que a

história construída, ao mesmo tempo, mostra sinais de perpetuação das relações de gênero hierarquizados, com dominação masculina, mas revela também lentas mudanças nessas mesmas relações.

No tocante ao estudo de Anderáos (2005), percebemos que foram estabelecidos dois objetivos centrais, um procurando identificar os aspectos significativos que possam ter contribuído para as mudanças na formação profissional em EF no Brasil e outro buscando coletar posicionamentos de coordenadores de cursos na área sobre contribuições do Conselho Federal (CONFEF) e Conselhos Regionais de Educação Física (CREFs) para a melhoria da formação profissional. Para o levantamento de informações foi utilizada a pesquisa bibliográfica, a análise documental e a aplicação de questionários aos coordenadores de vinte e oito (28) cursos distribuídos pelo Brasil. Os resultados encontrados por Anderáos (2005) foram que a formação profissional na área de EF sempre foi questionada e após anos de discussão e com a regulamentação da profissão, vive-se momento de impasse. Na legislação promulgou-se a diferenciação entre as formações do licenciado e do bacharelado. Os conselhos passaram a fiscalizar o exercício profissional. Constatou-se que na percepção de alguns coordenadores dos cursos participantes da amostra, o CONFEF e os CREFs apresentam ações no sentido de contribuir para a capacitação profissional na área.

Em consulta ao trabalho de Pires (2007) evidenciamos que sua finalidade foi a de analisar a trajetória da formação profissional em EF na Bahia, procurando recuperar uma das possíveis histórias dessa área de conhecimento nesse estado. As fontes utilizadas foram documentais e a realização de entrevistas. Como resultados, Pires (2007) exalta a existência de três momentos diferentes no decorrer da formação profissional na área, especificando que o curso da Universidade Católica de Salvador (UCSal) foi o irradiador da formação em EF na Bahia. O curso da Universidade Federal da Bahia (UFBA) foi um instrumento de mudança no perfil da formação e os cursos das universidades estaduais foram responsáveis pela interiorização do processo de formação em EF no estado baiano.

Destacando a pesquisa de Rocha (2008), notamos que seu objetivo central foi o de compreender a gênese e o desenvolvimento da EF escolar em Fortaleza, entre o intervalo de tempo de 1860 a 1930. A autora utilizou diversas fontes, tais como literatura, fotografia, periódicos escolares, jornais, trabalhos acadêmicos, documentos oficiais e as obras dos memorialistas. Apresentou Rocha

(2008) como resultado a existência de práticas corporais nas escolas de Fortaleza, entre 1860 e 1930, frisando que os passos iniciais foram dados como ginástica em algumas instituições educacionais, até chegar à denominação de EF, perpassando pelos embates entre os agentes – acrobatas (os ginastas “marginais”), os instrutores (militares) e as normalistas, que contribuíram para o movimento de naturalização e objetivação da prática dessa disciplina na escola.

Com relação ao trabalho de Ventura (2010), destacamos que seu objetivo foi o de promover uma investigação sobre a luta pelo monopólio do pensamento na área da EF. Como fontes foram utilizados os anais do Simpósio Internacional de Ciências do Esporte e do Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte, de 1987 a 2009. Como resultado, Ventura (2010) aponta que as contradições de um movimento no interior da EF no Brasil, se manifestam de forma mais efetiva a partir dos anos de 1980, com acirramento na segunda metade dos anos 2000 nos diversos espaços das relações sociais de trabalho (produção do conhecimento, formação profissional, intervenção pedagógica), especialmente, por influência das diretrizes curriculares.

Diante do exposto, procuramos nesta subseção ser bastante incisivos quanto aos destaques aos objetivos, fontes utilizadas e resultados constatados das dissertações e teses encontradas e selecionadas para análises. Na subseção seguinte trazemos algumas discussões a partir das análises dos achados.

### **3.3.3 Discussões, contribuições e possíveis lacunas a partir da análise dos achados na BDTD**

Mediante inventário de trabalhos analisados, podemos constatar que no locus onde nos propomos a realizar a nossa pesquisa, o município de Icó-CE, não foram encontrados estudos investigativos que se aproximem à temática da história da EF. No entanto, em estudos realizados tendo como foco o estado do Ceará, encontramos a tese desenvolvida por Rocha (2008) que se propôs a constituir à história da EF escolar no município de Fortaleza, no período de 1860 a 1930.

Com relação à aproximação com a nossa temática, podemos destacar a dissertação de Borel (2012) intitulada “Processos de formação e práticas docentes na constituição histórica da Educação Física Escolar no Espírito Santo, nas décadas de 1930 e 1940”. Entretanto, o período de tempo investigado é outro, o locus é

diferente e seu conteúdo, embora traga contribuições às nossas reflexões, dá ênfase à formação inicial a partir das Instituições de Ensino Superior (IESs) capixabas.

Outro estudo que destacamos é o da pesquisadora Guimarães (2016). Na sua dissertação traz um levantamento de grupos de pesquisa e de estudo, departamentos, núcleos, etc., que estão registrados no Diretório de Grupos de Pesquisa (DGP), disponível no *site* do Centro Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), cuja investigação está relacionada à história e ao currículo da EF. A autora fez o mapeamento de 20 grupos que trabalham com a história da EF<sup>14</sup>. É importante ressaltar que, em consulta realizada em 10 de abril de 2019 no referido site (<<http://lattes.cnpq.br/web/dgp>>), não encontramos registros de grupos de estudos que trabalhem com essa temática nas instituições de ensino e pesquisa do estado do Ceará. Contudo, os dados de Guimarães (2016) mostram que a história da EF tem despertado interesse em pesquisadores de distintas instituições de ensino e pesquisa. No entanto, acreditamos que, se comparado a outras áreas e ou linhas de investigação, o fomento para as pesquisas relacionadas à temática ainda é pequeno.

Considerando os objetivos das treze (13) pesquisas (teses e dissertações) selecionadas. Percebemos que seis (6) delas, se encontram vinculadas a estudos relacionados à trajetória histórica da EF, com foco nas instituições de ensino superior, tais como o estudo de Melo (1996), que buscou registrar uma das possíveis histórias da ENEFD, o de Campos (2007), que focou na problematização da prática da dança na Escola de Educação Física da UFMG, o de Rodrigues (2009), que analisou a consolidação da Educação Física como disciplina no Colégio de Aplicação da UFPE, o de Guimarães (2016) que investigou a configuração curricular da Educação Física no Colégio de Aplicação da UFS, o de Pêgo (2016) que procurou preservar a memória da reestruturação curricular desse curso na UNESP, e o de Pires (2007) que analisou a trajetória da formação profissional na Bahia, com foco nos cursos superiores.

---

<sup>14</sup> Entre estes podemos destacar: o Centro de Estudos sobre Memória da Educação Física, Esporte e Lazer da UFMG (CEMEF); o Centro de Memória da Educação Física, Esporte e Lazer da UFS (CEMEFEL); o Centro de Memória do Esporte do Nordeste (CEMEN) da UFPE; o Grupo de Estudo e Pesquisas em História da Educação Física e do Esporte da UFJF (GEPHEFE); o Grupo de Estudos Socioculturais, Históricos e Pedagógicos da Educação Física da UNESP; o Grupo Mídia/Memória, Educação e Lazer (MEL) na UFBA; o Grupo de Pesquisa em Educação Física Escolar da UFMG; o História da Cultura Corporal, Educação, Esporte, Lazer e Sociedade da UFBA (HCEL); o Núcleo de Estudos em História do Esporte e da Educação Física da UFRGS (NEHME), entre outros.

Notamos que dois (2) trabalhos apontam para a historicidade em municípios, como o de Sousa (1994) que se empenhou na construção da história do ensino de EF em Belo Horizonte-MG e o de Rocha (2008) que focou na gênese do desenvolvimento da EF em Fortaleza-CE. Numa abrangência maior, isto é, em nível de estado, a pesquisadora Borel (2012) focou na constituição da EF no Espírito Santo.

Ainda temos quatro (4) trabalhos com olhares diversos sobre a historicidade voltados para a EF, como o de Oliveira (2012) que teve como referência a história dessa disciplina a partir de um olhar de Inezil Penna Marinho, o de Silva (2016) que analisou o currículo e a história da EF no Brasil em dois períodos (início da primeira República e final da Era Vargas), o de Anderáos (2005) que focou em aspectos que contribuíram para as mudanças profissionais nessa área no Brasil e, finalmente, o de Ventura (2010) que se preocupou em investigar a luta pelo pensamento ideológico na EF ao longo do tempo. Em síntese, podemos constatar que os objetivos dessas pesquisas permearam o campo da história da EF com foco em registro, compreensão, análise, reconstituição envolvendo currículo, formação e elementos da prática docente no meio escolar.

Correlacionando aspectos dos objetivos das pesquisas assinaladas com o do nosso trabalho de dissertação, verificamos que alguns dos elementos (município como lócus, reconstituição como foco) de investigação da história em relação à prática docente, são similares, no entanto, em realidades e contextos bastante singulares. Assim, apesar de existirem trabalhos que enfatizam a reconstituição histórica da EF em municípios, no caso particular de Icó, é inédito, e nos permite desenvolver e registrar especificidades locais.

No tocante ao uso das fontes de informações, evidenciamos que um (1) estudo ressalta a revisão de literatura com fontes primárias (SILVA, 2016), os demais utilizaram-se de documentos diversos (leis, decretos, diretrizes, artigos, anais, projetos políticos pedagógicos, atas, planos de aulas, relatórios, jornais, fotos, entre outros) para levantamento de seus dados, sendo que seis (6) do total de treze (13) teses e dissertações mapeadas e selecionadas para este EQ (MELO, 1996; CAMPOS, 2007; GUIMARÃES, 2016; PÊGO, 2016; SOUSA, 1994; PIRES, 2007) utilizaram-se também de relatos orais. Logo, na realização de nossa pesquisa, utilizamos fontes orais (História Oral) complementando com fontes documentais, priorizando, sobretudo, as fontes primárias empíricas.

Em relação aos resultados das pesquisas provenientes das teses e dissertações mapeadas podemos identificar apontamentos importantes a respeito da história da EF, destacando currículo, formação e prática docente. Sobre as questões curriculares, foi frisado que a EF passa a ser vista como disciplina quando sentem a necessidade de docentes específicos para orientarem e organizarem o ensino (GUIMARÃES, 2016). Além disso, foi mencionado que a obra *Compêndio de Higgins* é um marco na história do currículo da EF brasileira (SILVA, 2016). Ainda em relação a currículo, foi constatada ao longo da história da EF Escolar, a presença de turmas separadas por sexo, conteúdos diferenciados para ensinar homens e mulheres, professores para alunos e professoras para alunas (SOUSA, 1994).

Referindo-nos à formação, julgamos ser significativo destacar que o estado do Espírito Santo foi um dos primeiros a conceber formação em EF no âmbito da sociedade civil servindo de modelo para os demais (BOREL, 2012); a criação da ENEFD esteve ligada ao projeto político do Estado Novo (1937-1945), ressaltando-se a presença central dos militares (MELO, 1996); ao longo dos anos a legislação alterou-se exigindo uma diferenciação entre as formações do licenciado e do bacharel (ANDERÁOS, 2005).

Enfatizando as práticas docentes, podemos notar nesses trabalhos acadêmicos analisados que os métodos de ginástica europeus foram adotados no início da EF no meio escolar, constando também ao longo dos anos esportes, danças e conhecimentos relacionados à saúde e higiene vinculados aos ideais dos militares e médicos. Especificamente no município de Fortaleza, o surgimento da EF no contexto escolar decorreu de embates entre os agentes – acrobatas (os ginastas “marginais”), os instrutores (militares) e as normalistas (ROCHA, 2008).

Diante desses resultados, encontramos elementos históricos semelhantes com relação à prática docente na nossa investigação, apesar da pesquisa ser realizada em lócus diferente, com sujeitos distintos, e com documentos produzidos num contexto específico.

Nesse sentido, podemos destacar que uma das grandes contribuições de nosso EQ é a riqueza dos olhares plurais nos textos analisados que nos ajuda a conhecer outras realidades e maneiras de investigá-las, bem como constatar lacunas ou quase nenhuma produção científica, não somente no campo historiográfico da EF na região Nordeste, no Ceará, como no município de Icó com foco na EF.

Dessa forma, ao realizar o EQ, percebemos a riqueza de contribuições trazidas e reflexões levantadas a respeito da história da prática do professor de EF no Brasil, enfatizando os conhecimentos e discussões que existem nas produções científicas e que nossa pesquisa, entre outras propostas, contribui para enriquecer o acervo de produções no eixo Norte-Nordeste.

## 4 CAMINHO TEÓRICO - METODOLÓGICO DA PESQUISA

Nessa seção, apresentamos o caminho que percorremos para a realização de nosso estudo, com a finalidade de contemplar nele os objetivos traçados. Desse modo, nas subseções que se seguem, trazemos considerações sobre a pesquisa, sua abordagem, método de investigação e fontes, a História Oral e coleta documental como técnica, o campo empírico e os sujeitos da pesquisa, assim como a questão ética do estudo.

### 4.1 ABORDAGEM, MÉTODO E FONTES DE PESQUISA

Nossa pesquisa está fundamentada na abordagem qualitativa, que na compreensão de Minayo (2001, p. 21),

responde a questões muito particulares. Ela se preocupa, nas ciências sociais, com um nível de realidade que não pode ser quantificado. Ou seja, ela trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis.

Refletindo diante dos escritos da autora, percebemos que a pesquisa em uma abordagem qualitativa se preocupa em estudar uma determinada realidade (no nosso caso, a historicidade da EF no município de Icó), a partir de suas especificidades e, considerando as interações, os processos e fenômenos ocorridos nesse contexto. A autora deixa claro que o foco da pesquisa não é a quantificação como processo de entendimento ou para obtenção de uma relação de causa e efeito, mas sim, a compreensão do fenômeno, no caso, a historicidade de uma realidade em sua relação com a EF enquanto prática docente no lócus investigado. Em outras palavras, a abordagem qualitativa permite interpretar uma dada realidade atentando para os significados, crenças, valores, entre outros, que compõem o universo do objeto de estudo.

Nesse sentido, utilizamo-nos dessa abordagem uma vez que a intenção está mais focada no conhecimento para compreensão e (re)constituição e não no conhecimento para sua mensuração. Nessa lógica de entendimento, nossa pesquisa com foco na história da EF no município de Icó, nos direciona para uma compreensão que permite a (re)constituição, em parte, dessa realidade local

considerando os fatos e fenômenos educacionais, escolares, sobretudo, relacionados a EF, que permeiam esse contexto. Nele, os documentos que registram essa realidade e os sujeitos que a vivenciaram foram os informantes condutores dessa (re)constituição historiográfica.

Na investigação ou abordagem qualitativa Bogdan e Biklen (1994), ressaltam que os pesquisadores recolhem dados em forma de palavras ou imagens e não em números, sendo que os mesmos tentam fazer uma análise dos dados explorando toda sua riqueza, respeitando, tanto quanto possível, a forma em que estes foram registrados ou transcritos. Os autores ainda mencionam que os resultados escritos da investigação contêm citações feitas com base em vários dados, que podem incluir transcrições de entrevistas, notas de campo, fotografias, vídeos, documentos pessoais, memorandos e outros registros oficiais.

Ao realizarmos uma investigação para registrar e compreender o percurso histórico da EF no município de Icó, com ênfase na (re)constituição da prática docente nas escolas no período de 1946 a 1983, almejamos, a partir dos dados obtidos em campo, organizar a historicidade dessa disciplina e de sua prática no trajeto do tempo demarcado. Nesse sentido, nosso estudo nos remeteu à imersão em um passado recente, sendo possível o contato com os sujeitos, no caso, o professor e professoras que vivenciaram e/ou observaram esse tempo investigado.

Apesar de mencionar que a metodologia histórica pode surgir numa abordagem qualitativa ou quantitativa, Lobiondo-Wood e Haber (2001), esclarecem-nos que a natureza da história é essencialmente narrativa (qualitativa). Na lógica dessa abordagem, fizemos a opção pelo método histórico ancorado em Padilha e Borenstein (2005), uma vez que para essas autoras, o método de pesquisa histórica se caracteriza como uma abordagem sistemática que consiste na coleta, organização e avaliação de dados que possuem relação com ocorrências do passado.

É importante ressaltar que as autoras concebem o conceito de método como o modo pelo qual são enfatizados os problemas e se procuram as respostas para elucidá-los. Arelados a essa abordagem (qualitativa) e, no caso agora, ao método (histórico) ancoramos nosso entendimento, uma vez que se constituíram no caminho mais adequado para a (re)constituição da prática docente da EF no município de Icó. Sobre as fontes onde foram coletados os dados, estas

constituíram-se de orais e documentais (nacionais, institucionais e pessoais), e serão melhor detalhadas nas subseções que se seguem.

#### 4.2 A HISTÓRIA ORAL E ANÁLISE DE DOCUMENTOS: CARACTERIZAÇÕES E USO APROPRIADOS

A compreensão para (re)constituição da história da EF no município de Icó teve como fonte principal a História Oral decorrente da memória de um (1) professor e de cinco (5) professoras que vivenciaram e/ou observaram a prática docente de EF no período de 1946 a 1983. De acordo com Jucá (2011, p. 43)

A fecundidade da metodologia empregada através da história oral decorre da sua relação com a memória, considerada sua principal fonte de informação, propiciando ao historiador a opção do emprego de exame de características diferenciadas, mesmo em se tratando de temas voltados ao individual.

Nessa perspectiva, tivemos como ponto de partida para contemplar parte dos nossos objetivos, as lembranças do professor e professoras, por meio de suas memórias. Refletindo sobre a História Oral (HO), Alberti (1989, p. 52) ressalta que “ela trata de estudar acontecimentos históricos, instituições, grupos sociais, categorias profissionais, movimentos, etc”.

Um ponto também importante da HO é que ela pode ser utilizada com o auxílio de outras fontes, como as documentais. Nessa lógica de pensamento, Jucá (2011, p. 60) refletindo sobre a HO a partir de Gwyn Prints ressalta que

a história oral não deve surgir enquanto fonte única de pesquisa, mas como uma alternativa ao pesquisador, tendo em vista que não se pode considerar absoluta, quando não se dispõe de fontes escritas, pois uma complementa a outra, não se podendo, contudo, cair na visão limitada de que uma delas merece maior confiabilidade ao ponto de se sobrepor à outra.

Analisando o exposto, percebemos a importância da utilização de outras fontes para produção de um trabalho científico, portanto, mais consistente e rigoroso. Pois, enquanto fontes, utilizamos como antes foi assinalado, a HO com um total de seis (6) sujeitos, sendo um (1) professor e cinco (5) professoras e mais documentos (oficiais, institucionais e pessoais) que serão posteriormente melhor caracterizados.

Quando na HO utilizamos a mescla de fontes orais e documentais, denominamos de HO híbrida. Assim, sobre a HO híbrida, Meihy e Ribeiro (2011, p. 16) nos esclarecem que,

difere-se da história oral instrumental por ir além do uso das entrevistas, além das gravações, e por promover a mescla de análises derivadas das entrevistas cruzadas com outros documentos. Nesse caso somam-se às entrevistas aos documentos cartoriais, memórias escritas, dados estatísticos, literatura, reportagens, produtos historiográficos.

Ainda em relação à HO, Meihy e Holanda (2013, p.33) esclarecem-nos que existem três tipos considerando o gênero: a de vida, a temática e a tradição oral. Na HO de vida o sujeito narra sua própria trajetória de vida caracterizando-a pela subjetividade, na tradição oral o foco é nos estudos da cultura popular e na temática a ênfase é em temas específicos. Destarte, a que mais se adequou ao nosso trabalho foi a HO temática, uma vez que tínhamos um tema central como foco a ser historicizado.

Nesse sentido, ao focarmos no tema da EF nas escolas do município de Icó no período de 1946-1983, denotamos a sua especificidade temática. Esta evidencia-se no resgatar da memória do professor e professoras de uma dada realidade e de um determinado tempo com a finalidade de (re)constituição de uma história. (Re)constituição entrecruzada por meio das informações obtidas nas outras fontes, anteriormente assinaladas como documentais. Portanto, utilizamos as entrevistas temáticas nos moldes da HO e recorreremos à busca de documentos para enriquecer essas informações.

Esclarecemos que, por mais que atribuamos à entrevista um caráter especial, nesta pesquisa utilizamos a HO como técnica. Para Meihy e Holanda (2013, p. 70), como técnica, a HO supõe a existência de “uma documentação paralela, escrita ou iconográfica, e que as entrevistas entrariam como mais um apêndice formalizado, maneira precisa de diálogo de fontes”.

Para Alberti (1989, p.52) a HO “privilegia a realização de entrevistas com pessoas que participaram de, ou testemunharam acontecimentos, conjunturas, visões de mundo, como forma de se aproximar do objeto de estudo”. Posicionando-se sobre esse assunto, Meihy e Ribeiro (2011, p.22) ressaltam que

é na entrevista que o pesquisador encontra o “outro”, sujeito dono de sua história retrçada com lógica própria e submetida às circunstâncias do tempo da entrevista. Mais do que palavra, na entrevista se processa o

intercâmbio de percepções sobre acontecimentos explicáveis nos quadros da vida coletiva.

Nessa perspectiva, o uso da entrevista nos permitiu um contato direto com o professor e professoras detentores dos dados, isto é, das informações sobre a temática no período que se desejava conhecer e/ou aprofundar. As informações sempre são expressas em palavras associadas a gestos e semblantes corporais, atitudes e comportamentos aos quais estávamos atentos.

É importante ressaltar que, de acordo com Alberti (2010), para a obtenção de resultados significativos com os depoimentos orais, devemos seguir três etapas: a preparação das entrevistas, sua realização e seu tratamento. Geralmente na HO se privilegiam as entrevistas abertas sobre determinada temática, contudo, para nossa pesquisa, definimos um roteiro preestabelecido de perguntas com vistas à organização da condução do momento mais focado (o que não deixam de ser temas sobre a disciplina e a prática de EF nas escolas de Icó), e que foram assuntos pertinentes ao objeto da investigação, sem o engessamento e rigidez na sequência das questões.

Organizamos um roteiro de questões por itens, tais como identificação; formação/escolarização do professor e professoras entrevistados; e processo de docência profissional, notadamente, com ênfase na disciplina e na prática de EF nas escolas do município de Icó, sendo que com dois (2) professores que ministraram a EF, algumas questões foram mais aprofundadas (Apêndice A).

Buscando complementar e enriquecer as informações de nossa pesquisa, a outra técnica que utilizamos foi a de análise de documentos. Para Farias, Mendes e Nóbrega-Therrien (2011, p. 32), a “pesquisa documental busca compreender uma dada realidade não em sua concretização imediata, mas de forma indireta, por meio da análise de documentos produzidos pelo homem a seu respeito”. Embora não identifiquemos nossa pesquisa como do tipo documental, mas como a utilização do documento e sua posterior análise, como uma técnica para complementar os dados da HO, concordamos em parte com o que assinalam as autoras, uma vez que tivemos com a HO o acesso a dados diretos dos sujeitos.

Outro fator nos articula à pesquisa documental, quando nos ancoramos no que assinala Bell (2008), ao afirmar que a utilização da pesquisa documental é derivada de métodos históricos e complementa que, em alguns casos, é usada para suplementar informações obtidas por outras fontes.

Dito de outra forma, para nossa pesquisa utilizamos os documentos como fontes de dados para análises e articulação com a HO provinda dos sujeitos, ambos como técnicas ou estratégias utilizadas na pesquisa histórica. Para este estudo, classificamos como documentos primários os atos normativos emitidos em nível nacional e/ou estadual por órgãos governamentais; os secundários como documentos produzidos pelas instituições de ensino; e os pessoais ou particulares, os encontrados com os sujeitos da pesquisa e/ou no campo empírico que não tenham sido emitidos por órgãos governamentais ou instituições de ensino. Os organizamos conforme Quadro 6, a seguir.

**Quadro 6 – Descrição dos documentos utilizados na pesquisa**

<b>Natureza do documento</b>	<b>Descrição</b>
Documentos primários (nacionais)	Leis, decretos, pareceres.
Documentos secundários (institucionais)	Projetos pedagógicos ou proposta curricular, atas de resultados finais, ficha individual de alunos, diários de classe.
Documentos particulares ou pessoais	Fotos, caderno de planejamento de professores.

Fonte: Elaborado pelo autor.

Os documentos primários (nacional e/ou estadual) subsidiaram-nos com informações sobre a organização da EF no âmbito do País e/ou Estado, enfatizando determinações, orientações, recomendações, obrigações, implicações que permeiam essa disciplina em todo território brasileiro e/ou estadual. Além de organizarmos uma seção com uma descrição e análise desses principais documentos desde o tempo do Império – 1822 a 1889 (Decretos e pareceres) e nas fases: da República Velha – 1889 a 1930; da Era Vargas - 1930 a 1945; da República Populista - 1945 a 1964; e da Ditadura Militar- 1964 a 1985 (Leis e Decretos), retomamos as discussões de alguns destes na seção da (re)constituição da prática docente de EF nas escolas no município de Icó.

Os documentos secundários de origem institucionais forneceram-nos informações que nos auxiliaram a (re)constituir a história da EF a partir dos registros realizados nas próprias instituições de ensino. Foram fundamentais para nos situar no contexto local, mediante os aspectos envolvendo a organização institucional em relação ao campo investigado (EF). Utilizamos os programas ou propostas curriculares, projetos pedagógicos das primeiras escolas, atas de resultados finais

dos alunos e alunas, ficha individual de alunos e alunas, diário de classe, todos eles relacionados ao período de nosso recorte temporal (1946 a 1983).

Com relação aos documentos pessoais ou particulares, estes foram também essenciais para ampliar e enriquecer as informações desta pesquisa. Como fotos pessoais de momentos em sala de aula, fotos das escolas e um caderno de planejamento pessoal. A utilização da entrevista nos moldes da História Oral temática entrecruzada com os documentos assinalados foram as duas técnicas essenciais utilizadas para obtenção dos dados que nos levaram à compreensão para à (re)constituição histórica da EF nas escolas pioneiras do município de Icó-CE.

#### 4.3 AS ESCOLAS DE ICÓ COMO LÓCUS DA INVESTIGAÇÃO: CAMPO EMPÍRICO E SUJEITOS

Determinamos como campo de pesquisa para nossa investigação o município de Icó-CE, notadamente as escolas pioneiras dessa localidade. O município de Icó foi escolhido, principalmente, por duas razões a seguir anunciadas e que não obedecem necessariamente à ordem de importância da escolha, uma vez que se encontram imbricadas. Uma delas foi por termos trabalhado nesse município nos últimos três anos respondendo por um cargo técnico de acompanhamento das escolas estaduais de abrangência da CREDE 17, da qual o referido município é sede. Essa experiência contribuiu para buscas de respostas a fatos presentes no passado recente das escolas e nelas da EF. Inquietações que instigaram a necessidade de mais conhecimentos sobre a historicidade do próprio município e de suas escolas. Conhecimento de uma realidade passada que precisava ser (re)constituída e registrada para ser compreendida. Outra razão importante foi por Icó ser um município histórico, portanto, de expressiva relevância para a história do Ceará. Razão para conhecer a história da educação e, notadamente, da EF nas escolas desse município.

É forte a imersão na história que está presente em suas ruas, praças, casas, ramagens, becos, igrejas, sobrados e em sua gente hospitaleira. Trazendo mais algumas informações históricas sobre Icó e sua importância, Ferreira<sup>15</sup> (2014, p. 48) menciona que

---

<sup>15</sup>Maria Nahir Batista Ferreira é graduada em História e Especialista em Análise Regional do Nordeste Brasileiro pela Universidade Federal da Paraíba. Especialista em Gestão Escolar pela Universidade

[...] foi a terceira vila instalada no Ceará e possui um sítio arquitetônico datado do século XVIII. A povoação foi elevada a terceira vila do Ceará em 1738, logo após Aquiraz e Fortaleza. Em 1842, obteve a categoria de cidade devido à sua importância econômica, Icó foi uma das cidades que tiveram projetos urbanísticos planejados na corte de Lisboa.

Foi tombada pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) em 1998, entre outros motivos, por possuir uma arquitetura portuguesa a ser preservada. Com base nessas razões de escolha, passamos a enfatizar a representatividade histórica e a riqueza de um acervo patrimonial urbanístico, sendo a terceira Vila a ser instalada no estado do Ceará e que precisa ser mais estudado.

No caso especificamente da nossa pesquisa, a intenção é de ressaltar como, historicamente, a EF foi constituída nessa localidade cheia de história e memória, procurando buscar respostas às nossas perguntas e fatos vivenciados no presente, bem como dar notoriedade às práticas docentes. Para isso, conforme ressaltado na subseção anterior, utilizamos como técnicas de obtenção de dados, a entrevista por meio da História Oral temática e da análise de documentos.

Os sujeitos das entrevistas foram professores que construíram uma carreira em meio educacional no município e possuem experiência na docência ou ainda vivenciaram a EF como estudante dentro do recorte de tempo demarcado. Chegamos aos sujeitos por meio de indicação de profissionais do segmento Gestão de Pessoas (GP)<sup>16</sup> vinculado à Coordenadoria de Gestão Administrativa Financeira (CEGAF) da CREDE 17. E, a partir daí, contamos também com indicação dos próprios professores por ocasião das entrevistas, para identificarmos outros que pudessem contribuir com informações sobre a EF em algum momento no período demarcado de 1946 a 1983.

Seguindo esses passos, chegamos aos nomes de seis (06) professores (um (1) homem e cinco (5) mulheres) que, em contato conosco, aceitaram participar de nosso estudo. Dos seis (06) professores entrevistados em nosso estudo, dois (2) lecionaram por alguns anos a disciplina de EF, contemplando o recorte temporal (1946 a 1983), os demais falaram da EF com base nas suas observações e impressões da prática de seus colegas de EF na época em que ensinavam essa disciplina e ainda de suas vivências como alunas. Suas idades variam entre 55 e 95

---

Estadual de Santa Catarina. Mestre e doutora em Educação pela Universidade Estadual do Ceará. Professora da Rede Oficial de Ensino do Ceará - Secretaria da Educação (SEDUC). Fonte: Currículo *lattes*. Acesso em 10 abr. 2019.

<sup>16</sup> Esse seguimento trabalha com gerenciamento de alguns processos referentes aos professores, inclusive com encaminhamento da aposentadoria.

anos. Organizamos o Quadro 7 com algumas informações básicas sobre os sujeitos que nos contaram a história da EF em Icó.

**Quadro 7 – Professor e professoras participantes da pesquisa, idades e formação para o magistério**

<b>Nomes dos participantes</b>	<b>Idade</b>	<b>Formação para o magistério na época do recorte temporal do trabalho</b>
Maria Irismar Maciel Moreira	95 anos	Curso Normal pedagógico na Escola Rural de Juazeiro do Norte, conclusão em 1942.
Maria de Lourdes Maciel Melo Peixoto	79 anos	Curso Normal pedagógico na Escola Normal Senhor do Bonfim, conclusão em 1958.
Francisca Ricarte Bessera	69 anos	Curso Normal pedagógico na Escola Normal Senhor do Bonfim, conclusão em 1972 e Curso superior em Letras, na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Cajazeiras-PB, conclusão em 1977.
Carmênia Maria Garcia Alencar de Andrade	66 anos	Curso Normal pedagógico na Escola Normal Senhor do Bonfim, início da década de 1970.
José Reuber Bandeira Gondim	60 anos	Cursos em meio militar no quartel e curso (incompleto) de Agronomia em Fortaleza (final da década de 1970).
Maria Eleneuda de Sousa	56 anos	Habilitação profissional plena de Magistério (antigo Curso Normal pedagógico) pelo Colégio Senhor do Bonfim.

Fonte: Elaborado pelo autor.

O quadro está organizado pela idade dos sujeitos na ordem decrescente, isto é, do mais velho para o mais novo. As informações contidas no referido quadro foram preenchidas com base nas entrevistas e algumas (Maria Irismar, Maria de Lourdes e Maria Eleneuda) mostraram seus diplomas. Percebemos que na época da atuação no período demarcado, todas as professoras possuíam o Curso Normal pedagógico, sendo que Francisca Ricarte Beserra ainda tinha formação superior em Letras. O professor José Reuber Bandeira Gondim tinha o curso (incompleto) de Agronomia.

Sobre os sujeitos entrevistados, ressaltamos que a professora Maria Irismar Maciel Moreira (Figura 2), que se encontra com 95 anos de idade, teve grande destaque na educação institucionalizada no município de Icó, começando a exercer a docência em 1943. Atuou na gestão de algumas escolas, como no Grupo Escolar Professora Lourdes Costa em 1967, onde foi a primeira diretora desse estabelecimento de ensino, e também no Colégio Senhor do Bonfim a partir de 1974, onde permaneceu até 1989.

**Figura 2 – Professora Maria Irismar Maciel Moreira**



Fonte: Acervo pessoal do autor.

A entrevista com essa professora aconteceu em sua residência, localizada à rua Dr. Inácio Dias, nº 2094, no Centro de Icó, e foi repleta de dificuldades em função da limitação auditiva em que a mesma se encontra e de períodos de esquecimento. Maria Irismar forneceu-nos informações bastante gerais e em frases curtas sobre a EF em Icó, sem adentrar em detalhes. É popularmente chamada de Mazinha, é solteira e não tem filhos. Ainda vive na mesma residência onde nasceu, adornada por um grande pé de benjamim. A casa possui uma área, onde ela coloca sua cadeira de balanço todas as tardes, com a vista voltada para a imponente Matriz do Icó.

A professora Maria de Lourdes Maciel Melo Peixoto (Figura 3), que se encontra com 79 anos de idade, começou sua trajetória na docência em 1956 a partir de uma nomeação estadual ao cargo de professora substituta no Grupo Escolar Ana Vieira. A partir de então, a professora passou por algumas escolas dos sítios de Icó, foi gestora, teve experiência como delegada de ensino na regional de Icó e, no início da década de 1990, foi diretora do Colégio Senhor do Bonfim. A entrevista com a referida professora aconteceu na sua residência, localizada à Avenida Ilídio Sampaio, nº 181, no Centro de Icó. Sua casa, por sinal, possui um cômodo com grande acervo de materiais educacionais de sua época de docência e gestora. É uma historiadora de coração.

**Figura 3 – Professora Maria de Lourdes Maciel Melo Peixoto**



Fonte: Acervo pessoal do autor.

Ressaltamos que a professora Maria de Lourdes Maciel Melo Peixoto, além de contribuir com a oralidade em nossa pesquisa, forneceu-nos outras fontes, como fotos e um caderno de planejamento, uma preciosidade preservada em sua casa. Ela é viúva e tem 4 filhos e 2 filhas. Foi casada com um senhor proprietário de uma farmácia em Icó, formando um casal muito conhecido e admirado pela população icoense.

Com relação à professora Francisca Ricarte Beserra (Figura 4), com 69 anos de idade, teve suas primeiras experiências de docência no Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL), no final da década de 1960 e início dos anos 1970. Após lecionar no MOBRAL, a referida professora, em 1975, começou a ensinar no Colégio Senhor do Bonfim, e depois atuou em escolas públicas, dentre estas a Escola Vivina Monteiro. A entrevista com a professora Francisca Ricarte ocorreu em sua residência localizada à rua Roberto Correia Lima, nº 118, no Centro de Icó. Sua casa possui uma fachada alta e simples, sem árvores na frente.

**Figura 4 – Professora Francisca Ricarte Bessera**



Fonte: Acervo pessoal do autor.

Apesar da professora Francisca Ricarte Beserra já apresentar algumas dificuldades visuais, ela fez questão de contribuir com a pesquisa. Ela mora sozinha, é solteira e não tem filhos. É uma pessoa muito espontânea e atenciosa.

Referente à professora Carmênia Maria Garcia Alencar de Andrade (Figura 5), de 66 anos de idade, destacamos que ela atuou diretamente como docente da disciplina de EF em algumas escolas do município de Icó. Essa professora começou a ensinar EF em 1973 no Colégio Senhor do Bonfim nas turmas de primário, ginásial e Normal. Diversidade de público e de níveis de ensino, pontos que denotam uma experiência significativa dela na docência. Também passou pelo Centro Icoense de Ensinos Técnicos (CIENTE), Escola Vivina Monteiro e Escola Professora Lourdes Costa. A entrevista com a professora Carmênia Maria Garcia Alencar de Andrade aconteceu em sua residência, localizada à rua Jairo Almeida de Alencar, nº1520, bairro Novo Centro, em Icó. Essa rua já é afastada do centro da cidade, sendo bastante arborizada e as casas já não apresentam uma arquitetura com traços coloniais.

**Figura 5 – Professora Carmênia Maria Garcia Alencar de Andrade**



Fonte: Acervo pessoal do autor.

Durante a entrevista, inicialmente, a professora Carmênia Maria Garcia Alencar de Andrade se apresentou muito sucinta nas palavras e nos forneceu informações pertinentes à prática da EF. Infelizmente não encontramos com a professora outras fontes como fotos, certificados, ou diários de planejamentos que pudesse enriquecer as informações dadas por ela. A professora Carmênia é casada e possui 2 filhos.

No tocante ao professor José Reuber Bandeira Gondim (Figura 6), que se encontra com a idade de 61 anos, ressaltamos que ele também atuou como docente da disciplina de EF já no final do recorte temporal demarcado de nossa pesquisa. O professor começou lecionando aula de matemática em 1981 no CIENTE, sendo que em 1982 passou a ministrar aulas de EF nesse mesmo estabelecimento e também na Escola Vivina Monteiro, na Escola Professora Lourdes Costa e na Escola Ana Vieira Pinheiro. A entrevista com José Reuber, por preferência dele, aconteceu na sala de avaliação da Escola Ana Vieira Pinheiro.

**Figura 6 – Professor José Reuber Bandeira Gondim**



Fonte: Acervo pessoal do autor.

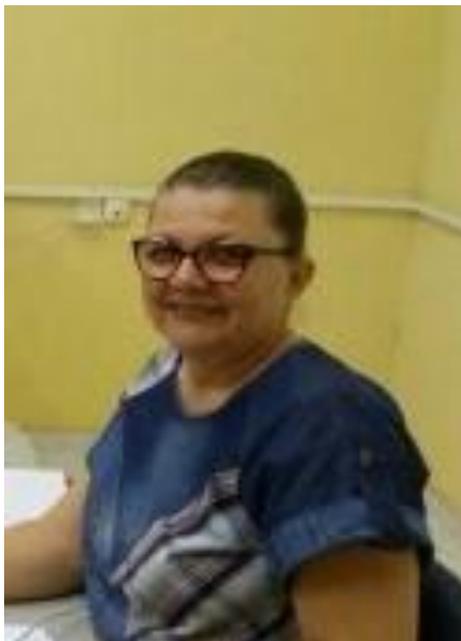
O professor José Reuber Bandeira Gondim contribuiu com bastantes informações para nossa pesquisa. Entretanto, assim como a professora Carmênia Maria, não encontramos outras fontes sob sua guarda. Ele mora na rua Inácio Dias, nº 1498, Centro de Icó, é divorciado e tem 4 filhos (todos do sexo masculino).

A professora Maria Eleneuda de Sousa (Figura 7) foi a mais nova entre as entrevistadas (56 anos). Começou sua atuação na docência no Colégio Senhor do Bonfim em 1983 após conclusão do curso quarto Normal<sup>17</sup>. Ela é uma professora que possui uma vasta experiência na educação icoense, mesmo sendo a mais nova entre todos. Ela possui um livro intitulado “Princesa dos Sertões” publicado em 1996 que registra um pouco da história de Icó, com trechos referentes à educação do município. A referida docente nos trouxe informações de como era a prática de EF, a partir de suas vivências como aluna na Escola Ana Vieira Pinheiro, CIENTE e Colégio Senhor do Bonfim. Informações que foram trabalhadas na seção na qual trazemos os resultados específicos relacionados à prática da EF.

---

<sup>17</sup>Era um curso opcional para quem terminava o Curso Normal, que tinha duração de um ano e habilitava para ensinar na 5ª e 6ª séries numa determinada área de conhecimento.

**Figura 7 – Professora Eleneuda de Sousa**



Fonte: Acervo pessoal do autor.

Atualmente (2019), Maria Eleneuda ainda continua exercendo suas funções de docente lotada no Centro de Educação de Jovens e Adultos Ana Vieira Pinheiro, onde foi realizada sua entrevista, especificamente, na sala de avaliação. Ela mora na rua Desembargador José Bastos, nº 302, Centro de Icó, é solteira e tem um filho adotivo.

O contato com o professor e as professoras que participaram da nossa pesquisa teve início ainda em maio de 2018, quando aconteceu a sondagem em campo para identificação, aproximação, apresentação do estudo e a realização do convite de adesão. Em janeiro de 2019, iniciamos a realização das entrevistas e posteriormente, a validação das mesmas, retomando o contato, no qual sempre eram acrescentadas outras informações. As entrevistas tiveram em média, duração de 35 minutos, sendo gravadas no gravador de voz do celular, e posteriormente, salvas em uma pasta no notebook, onde fizemos a transcrição.

Ressaltamos que em maio do corrente ano, voltamos novamente a campo para os professores esclarecerem algumas informações que julgamos estarem fragmentadas e soltas, portando dessa vez um material como fotos, ficha de EF, caderno de planejamento, diário de classe, elementos que ao ser-lhes apresentados avivaram as lembranças. Esse fato ocorreu já no trabalho com a análise de algumas entrevistas e de posse de achados documentais, como os acima assinalados, que exigiam maiores esclarecimentos para serem inseridos no contexto das discussões.

A partir de nosso conhecimento sobre uma parte ou uma perspectiva da história educacional de Icó e dos desvelamentos a partir dos contatos com os professores que vivenciaram a docência nas primeiras escolas na sede do município de Icó, e nelas, dois haviam ministrado aulas de EF, entendemos que o movimento de busca e de achados foi finalizado.

Como as escolas foram foco e lócus de muitos de nossos achados, inclusive de identificação dos sujeitos e local de exercício de sua profissão como docentes, entendemos como necessário relacionarmos as devidas instituições de ensino, inseridas na pesquisa, complementando algumas informações sobre estas, no Quadro 8 que se segue.

**Quadro 8 – Instituições de ensino do município de Icó e algumas de suas características históricas**

(continua)

Nome da Instituição de Ensino	Criação	Entidade responsável	Público alvo inicial	Nível de escolarização	Adequações
Grupo Escolar de Icó	1922	Estado e Município	Masculino e Feminino	Ensino Primário	- Grupo Escolar Ana Vieira Pinheiro; - Escola de 1º Grau Ana Vieira Pinheiro; - CEJA Ana Vieira Pinheiro.
Colégio Senhor do Bonfim	1938	Congregação das Filhas de Santa Teresa de Jesus (particular)	Feminino	Ensino Primário, Ginásial e Normal.	- Ginásio Senhor do Bonfim; - Escola Normal Senhor do Bonfim; - Colégio Senhor do Bonfim.
Ginásio Nossa Senhora da Expectação	1947	Paróquia Nossa Senhora da Expectação (particular)	Masculino	Escola de artes e ofícios (nível ginásial)	- Centro Icoense de Ensinos Técnicos (CIENTE).
Grupo Escolar Professora Lourdes Costa	1967	Estado e Município	Masculino e Feminino	Ensino primário	- Escola de 1º Grau Professora Lourdes Costa; - Escola Municipal Professora Lourdes Costa.
Centro Icoense de Ensinos Técnicos <sup>18</sup> (CIENTE)	1974	Conveniada particular e município	Masculino e Feminino	Ensino técnico (nível ginásial).	Foi descaracterizada para dar origem à Escola Municipal Manoel Antônio Nunes.

<sup>18</sup> Em 1998 passa a ser mantida apenas pela prefeitura municipal e em 2001 recebe o nome de Escola Municipal Manoel Antônio Nunes.

					(conclusão)
Nome da Instituição de Ensino	Criação	Entidade responsável	Público alvo inicial	Nível de escolarização	Adequações
Escola de 1º Grau Vivina Monteiro	1974	Estado	Masculino e Feminino	Ensino 1º grau	-Escola de 1º e 2º Graus Vivina Monteiro; - Escola de Ensino Médio Vivina Monteiro.

Fonte: Elaborado pelo autor.

Observamos no Quadro 8 algumas características do surgimento das instituições de ensino de Icó, inclusive que estas foram ao longo de sua existência, adquirindo novas identidades e/ou adequações. Podemos destacar que o Grupo Escolar de Icó, criado em 1922, é a instituição de ensino pública mais antiga do município, ofertando inicialmente o ensino primário. Ao longo do tempo passou por algumas mudanças na nomenclatura e, atualmente (2019), é denominado CEJA Ana Vieira Pinheiro. Notamos que duas instituições de ensino resultaram de iniciativas religiosas, o Colégio Senhor do Bonfim, criado em 1938, pela Congregação das Filhas de Santa Teresa de Jesus, direcionado inicialmente para a educação das moças, e o Ginásio Nossa Senhora da Expectação, criado em 1947 pela Paróquia de Nossa Senhora da Expectação, oferecendo o ensino para os rapazes.

O Ginásio Nossa Senhora da Expectação foi incorporado, em 1974, pelo Centro Icoense de Ensinos Técnicos (CIENTE), passando a ofertar a educação para ambos os sexos, sendo posteriormente extinto para dar origem à Escola Municipal Manoel Antônio Nunes. Em 1967, foi fundado o Grupo Escolar professora Lourdes Costa, de iniciativa do Estado e do Município, ofertando o ensino primário para meninos e meninas. No ano de 1974 tivemos o início da escola pública Vivina Monteiro, oferecendo o ensino de 1º grau para homens e mulheres.

Dentre as instituições de ensino assinaladas no Quadro 8, as que ainda estão em pleno funcionamento em Icó, e que foram visitadas são:

- a) CEJA Ana Vieira Pinheiro – antigo Grupo Escolar do Icó;
- b) Colégio Senhor do Bonfim – antigo Ginásio Senhor do Bonfim;
- c) Escola de Ensino Médio Vivina Monteiro – antiga escola de 1º grau Vivina Monteiro;
- d) e Escola Municipal professora Lourdes Costa – antigo Grupo Escolar professora Lourdes Costa.

Foram extintas as escolas:

- a) Ginásio Nossa Senhora da Expectação;
- b) e Centro Icoense de Ensinos Técnicos.

Mesmo extintas, conseguimos sobre elas alguns documentos no depósito e galpão da documentação escolar da SEDUC, tais como a ficha de EF e a ficha individual de alguns alunos que nos forneceram informações para a (re)constituição da prática docente de EF em Icó.

#### 4.4 QUESTÕES ÉTICAS DA PESQUISA

Na realização de nossa pesquisa, dispusemo-nos a garantir todas as condições éticas. Estávamos cientes da resolução do Conselho Nacional de Saúde nº 510/2016 (BRASIL, 2016), que dispõe sobre as normas aplicáveis a pesquisas em Ciências Humanas e Sociais (CHS), que foi oriunda de muitos debates e reivindicações dos pesquisadores dessa área, em virtude de que no Brasil, as regras e os procedimentos eram uniformes às áreas de biomédica e de CHS (MAINARDES, 2017).

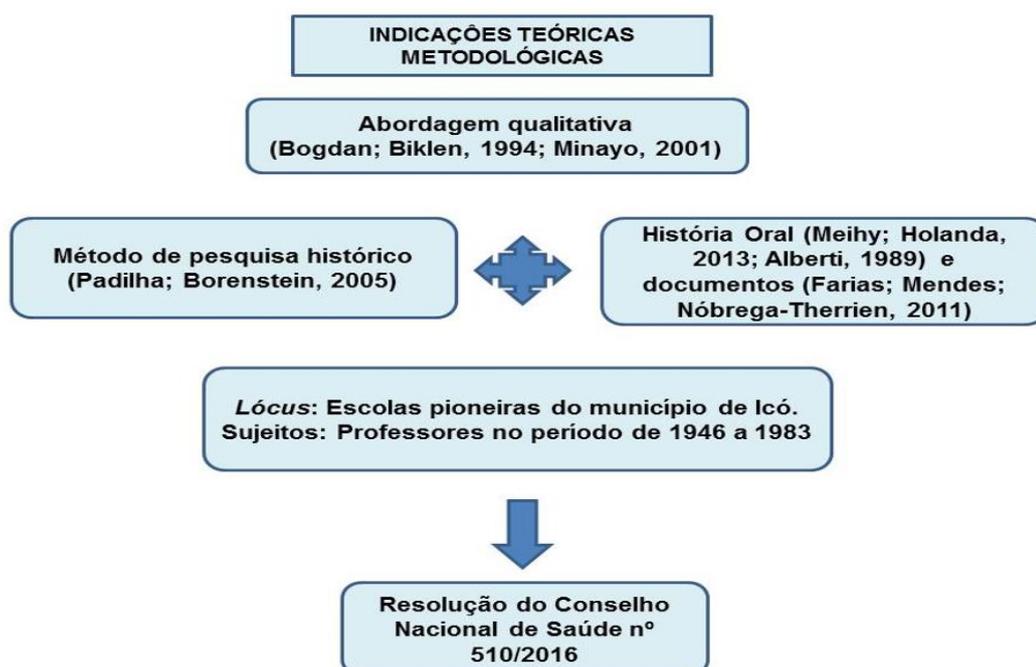
Podemos destacar dessa resolução os princípios éticos que regem as pesquisas nas Ciências Humanas e Sociais e, portanto, devem ser respeitados e adotados conforme Artigo 3º:

- I - reconhecimento da liberdade e autonomia de todos os envolvidos no processo de pesquisa, inclusive da liberdade científica e acadêmica;
- II - defesa dos direitos humanos e recusa do arbítrio e do autoritarismo nas relações que envolvem os processos de pesquisa;
- III - respeito aos valores culturais, sociais, morais e religiosos, bem como aos hábitos e costumes, dos participantes das pesquisas;
- IV - empenho na ampliação e consolidação da democracia por meio da socialização da produção de conhecimento resultante da pesquisa, inclusive em formato acessível ao grupo ou população que foi pesquisada;
- V – recusa de todas as formas de preconceito, incentivando o respeito à diversidade, à participação de indivíduos e grupos vulneráveis e discriminados e às diferenças dos processos de pesquisa;
- VI - garantia de assentimento ou consentimento dos participantes das pesquisas, esclarecidos sobre seu sentido e implicações;
- VII - garantia da confidencialidade das informações, da privacidade dos participantes e da proteção de sua identidade, inclusive do uso de sua imagem e voz;
- VIII - garantia da não utilização, por parte do pesquisador, das informações obtidas em pesquisa em prejuízo dos seus participantes;
- IX - compromisso de todos os envolvidos na pesquisa de não criar, manter ou ampliar as situações de risco ou vulnerabilidade para indivíduos e coletividades, nem acentuar o estigma, o preconceito ou a discriminação;
- X - compromisso de propiciar assistência a eventuais danos materiais e imateriais, decorrentes da participação na pesquisa, conforme o caso sempre e enquanto necessário (BRASIL, 2016, p. 05).

Nessa perspectiva, agimos orientados por esses princípios para assegurar as condições éticas possíveis. Para isso, ressaltamos que o professor e as cinco (5) professoras foram esclarecidos sobre o nosso estudo e seus objetivos, optando por participar de livre e espontânea vontade da pesquisa, assinando o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) (Apêndice B) e, posteriormente, foi utilizado o termo de validação da entrevista (Apêndice C). Mencionamos também que todos assinaram um termo (Apêndice D) no qual autorizaram a utilização dos nomes completos para nosso estudo, descartando assim, o anonimato. Além disso, os sujeitos da pesquisa assinaram o termo de autorização de uso de imagem (Apêndice E). Nas instituições que forneceram documentos, utilizamos o Termo de Fiel Depositário (Apêndice F).

Dessa forma, realizamos um trabalho pautado na ética para assegurar o rigor científico, desde as ações em campo para obtenção dos dados em total respeito e responsabilidade com as instituições e participantes do estudo até a produção textual, fazendo uso adequado das informações e respeitando os autores pesquisados. Diante do exposto nesta seção, organizamos uma síntese representativa do caminho teórico-metodológico de nossa investigação conforme demonstração na Figura 8.

**Figura 8 – Representação sintética do caminho teórico metodológico da Pesquisa**



Fonte: Elaborado pelo autor.

Mediante a Figura 8, destacamos que a abordagem de nossa pesquisa é a qualitativa que prioriza a compreensão e não a mensuração. Nosso método é o histórico que enfatiza o levantamento, organização e avaliação de dados relacionados ao passado, com vistas a uma (re)constituição histórica. Utilizamos a História Oral e a coleta documental como técnica. Os sujeitos de nosso estudo foram um (1) professor e cinco (5) professoras que ministraram aulas em algum momento do recorte temporal (1946-1983) nas escolas icoenses. Por fim, ressaltamos que agimos eticamente em nossa pesquisa, respeitando as normas estabelecidas pela resolução do Conselho Nacional de Saúde nº 510 do ano de 2016 (BRASIL, 2016).

## 5 CARTOGRAFIA DOS ATOS NORMATIVOS DA EDUCAÇÃO FÍSICA NAS ESCOLAS BRASILEIRAS E CEARENSES

Nesta seção abordamos o contexto da legislação nacional e, quando possível, a estadual referente à EF por meio da realização de uma cartografia dos principais atos normativos<sup>19</sup> que tiveram implicações na prática desses docente no cenário educacional brasileiro e cearense.

A finalidade dessa seção é a de situarmo-nos em relação à trajetória da legislação brasileira com implicações na disciplina de EF, enfatizando o processo de construção histórica como influenciadores da prática docente. Em outras palavras, procuramos discutir sobre os atos normativos, suas implicações e desdobramentos, na prática do profissional de EF.

Ao analisar os impactos da legislação da EF na prática docente, Lucena (1994, p. 3), ressalta que “a interferência legal não se restringia a um projeto legislativo que se configurava anterior ao projeto pedagógico, ela ditava também o conteúdo da matéria”. Assim, apresentamos os atos normativos da EF, porque nos forneceram indícios relevantes da prática docente nessa área, evidenciando, sobretudo, o que era trabalhado em determinada época.

Nesse sentido, quando mencionarmos posteriormente neste trabalho a trajetória da EF no município de Icó, (re)constituindo a prática docente no período de 1946 a 1983, já fica situado todo o processo histórico da legislação que enfatiza a EF, o que facilitou, de certa forma, a compreensão sobre o contexto descrito no referido município.

Além dessa fundamentação na legislação, buscamos amparar-nos em alguns escritos de autores, tais como Borges (1998), Castellani Filho (2003), Pires (2007), Borel (2008) e Rocha (2011), com o propósito de relacionar dados, fatos e ainda acrescentar outras informações e discussões que enriqueceram nossa discussão, ajudando-nos a compreender a história da EF.

---

<sup>19</sup> Leis: normas ou conjunto de normas elaboradas pelo poder legislativo; Decretos: trata-se de um elemento regulamentador da Lei; Decretos-Lei: são um decreto que o chefe do Poder Executivo expede com força de lei para absorver as funções do legislativo eventualmente suspenso; Portarias: documentos de ato administrativo de qualquer atividade pública que contêm instruções a respeito da aplicação de leis e regulamentos, recomendações gerais, nomeações; Resoluções: instrumentos legais normativos elaborados por órgãos colegiados (conselhos); Pareceres: são o estudo prévio de uma resolução; Estatuto: trata-se de alguns aspectos do regulamento; Regimentos: todas as normas específicas dos desdobramentos de uma norma geral da Instituição (BRASIL, 1974).

A análise e discussão da legislação nesta seção foram organizadas por períodos históricos brasileiros, demarcando a própria sequência do surgimento dessas legislações, que inserem a sua própria história, que se inicia com o Império (1822-1889), seguindo na República Velha (1889-1930), Era Vargas (1930-1945), República Populista (1945-1964), finalizando na Ditadura Militar (1964-1985), tempo que demarca nosso estudo. Os atos normativos em nível nacional foram encontrados, em sua maioria, nos *sítes* oficiais governamentais brasileiros da Câmara<sup>20</sup> e do Planalto<sup>21</sup>. Já os que destacamos em nível estadual foram encontrados no trabalho intitulado “Leis de reforma da Educação do Ceará”<sup>22</sup> organizado pelas professoras Sofia Lerche Vieira<sup>23</sup> e Isabel Maria Sabino de Farias<sup>24</sup>, o qual apresenta de certa forma um mapeamento da legislação educacional cearense.

É importante esclarecer que, apesar de em alguns momentos de nossa discussão não estarem inseridos claramente os contextos geradores dos acontecimentos, somos conscientes que os atos normativos são oriundos de embates de interesses, principalmente, políticos, sociais, religiosos e econômicos.

---

<sup>20</sup> Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/>>. Acesso em: 10 ago. 2018.

<sup>21</sup> Disponível em: <<http://www2.planalto.gov.br/>>. Acesso em: 10 ago. 2018.

<sup>22</sup> Esta obra contém o detalhamento da legislação educacional cearense, abrangendo 36 documentos. Nesse volume estão reunidos textos importantes para o conhecimento do pensamento pedagógico cearense no Império e na Primeira República, bem como em outros momentos da história da educação no Ceará (VIEIRA; FARIAS, 2006).

<sup>23</sup> Licenciada em Letras (UnB). Mestre em Educação (UFC). Doutora em Filosofia e História da Educação (PUC/SP), com Pós-Doutorado pela *Universidad Nacional de Educacion a Distancia*, Espanha. Bolsista de produtividade do CNPq. Professora permanente do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE) da Universidade Estadual do Ceará (UECE). Consultora da Fundação Getúlio Vargas-Rio de Janeiro. Fonte: Currículo lattes. (Disponível em: <<http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4797251Z5>>. Acesso em: 30 jul. 2018).

<sup>24</sup> Doutora em Educação pela Universidade Federal do Ceará (UFC), com estágio pós-doutoral pela UNB. Licenciada em Pedagogia pela Universidade Estadual do Ceará (UECE). Professora associada da UECE, vinculada ao Curso de Pedagogia e ao Programa de Pós-Graduação em Educação (Mestrado e Doutorado). Coordenou o Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência - PIBID na UECE (2010 a 02/2014). Fonte: Currículo lattes. (Disponível em: <<http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4707347P7>>. Acesso em: 30 jul. 2018).

## 5.1 A LEGISLAÇÃO EM DEFESA DA IMPLANTAÇÃO DA GINÁSTICA NO CURRÍCULO ESCOLAR: NORMATIZAÇÃO NO PERÍODO DO IMPÉRIO (1822-1889)

Nesse período do Império (1822-1889), encontramos na legislação nacional algumas menções em defesa do ensino da ginástica nas escolas primárias, secundárias e as ditas Normais. A instrução nessa época imperial teria um papel importante na construção de uma identidade nacional que pudesse ser elevada ao padrão de civilização de outros países. Assim, embutidos nesse contexto, a prática sistematizada da ginástica nas escolas poderia contribuir para a formação de sujeitos fortes e saudáveis, fundamentados em métodos que estavam sendo desenvolvidos em alguns países europeus, tais como: Alemanha, França, Suécia, Áustria, Dinamarca, Inglaterra, dentre outros.

Dito isso, apresentamos essas normatizações de forma mais clara e objetiva no Quadro 9, que evidencia a descrição contendo os atos, o ano de sanção, a regulamentação e os trechos do documento que fazem menção ao ensino da ginástica nas escolas.

**Quadro 9 – Principais atos normativos em relação ao ensino da ginástica no período do Império (1822-1889)**

(continua)

Ato normativo	Ano da sanção	Regulamentação	Trechos do ato normativo que faz menção a EF (Destaque nas partes textuais contidas nos incisos, parágrafos e artigos)
Decreto nº 1.331-A	17 de fevereiro de 1854	Aprova o Regulamento da instrução primária e secundária do Município da Corte (Decreto nº 630 de 17 de Setembro de 1851 proposto por Luiz Pedreira de Couto Ferraz)	<ul style="list-style-type: none"> <li>- A segunda parte do Artigo 47 que trata das matérias de instrução primária superior com denominação de escolas de segundo grau traz incluso o ensino da Gymnastica.</li> <li>- No Artigo 80 que trata das cadeiras de instrução pública secundária ministrada no Colégio Pedro II do curso para o bacharelado em Letras traz incluso o ensino da dança.</li> <li>- Parte do Artigo 80, ainda ressalta que os alunos fariam exercícios gymnasticos, sob direção de um mestre especial.</li> <li>- O Artigo 97 que trata dos vencimentos dos professores de instrução pública secundária ressalta que o docente de dança e Gymnastica teriam o ordenado de 600\$ e a gratificação de 200\$.</li> </ul>

(continuação)

Ato normativo	Ano da sanção	Regulamentação	Trechos do ato normativo que faz menção a EF (Destaque nas partes textuais contidas nos incisos, parágrafos e artigos)
Parecer e projeto (1881-1882, nº 64) tendo por relator Ruy Barbosa	13 de abril de 1882	Relativo ao Decreto 7247 de 19 de abril de 1879 (Reforma do Ensino Secundário no Município da Corte e superior em todo Império proposta por Carlos Leôncio de Carvalho)	<ul style="list-style-type: none"> <li>- No Artigo 76 que trata do ensino secundário oferecido no Lyceu Imperial Pedro II abrangendo os cursos de Ciências e Letras, Finanças, comércio, agrimensor e diretor de obras agrícolas, maquinista, industrial, relojoaria e instrumentos de precisão, percebemos que em todos os anos desses cursos consta o ensino da Gymnastica na matriz curricular.</li> <li>- Ainda no Artigo 76, o inciso VIII menciona que para o ensino desses cursos disporá o estabelecimento dos seguintes lentes o substitutos – Gymnastica: 2 professores o 1 substituto;</li> <li>- No Artigo 79 ressalta que a cadeira de Gymnastica será provida mediante contrato, de quatro anos no máximo, renovável no fim deles, se convier. É mencionado ainda que governo fará contratar homens de merecimento superior nessas especialidades e capaz de organizar no país esse ensino em relação a Gymnastica a sueca, a saxônia e suíça.</li> <li>- No Artigo 83, o inciso II menciona que frequência das aulas é obrigatória, dispensando-se tão somente no curso de Gymnastica, os que por inspeção forem declarados incapazes.</li> </ul>
Parecer e projeto (1882, nº 224) tendo por relator Ruy Barbosa	12 de setembro de 1882	Reforma do Ensino Primário e várias instituições complementares da Instrução pública	<ul style="list-style-type: none"> <li>- O Artigo 2º trata da Educação Primária Pública, no § 3º, inciso IV, é ressaltado que o curso da escola primária elementar durará regularmente dois anos, constando na alínea j o ensino da Gymnastica sendo que para as meninas era recomendado especialmente a calistenia.</li> <li>- No § 3º, inciso V é mencionado que o curso da escola primaria média durará dois anos, compreendendo na alínea k o ensino da Gymnastica calistênica.</li> <li>- No § 3º, inciso VI enfatiza que o curso da escola primaria superior durará quatro anos, compreendendo na letra m o ensino da Gymnastica, recomendando exercícios militares para os alunos e calistenia para as alunas.</li> <li>- No § 3º, inciso XI é abordado que nas escolas os programas de ensino dedicariam uma parte, nunca inferior diariamente a trinta minutos, quatro dias por semana pelo menos, depois das aulas, aos exercícios gymnasticos, calistênicos e militares. Cada escola possuiria indispensavelmente, para este fim seu gymnasio, com os aparelhos precisos. A Gymnastica professada seria exclusivamente a Gymnastica higiênica e educativa, sem caráter acrobático.</li> <li>- No § 3º, inciso XXI é frisado que o ensino da Gymnastica incumbe aos professores de primeiras letras, nas suas respectivas escolas, desde que para este fim se acharem habilitados.</li> </ul>

(conclusão)

Ato normativo	Ano da sanção	Regulamentação	Trechos do ato normativo que faz menção a EF (Destaque nas partes textuais contidas nos incisos, parágrafos e artigos)
			<p>- No § 8º que trata das disciplinas obrigatórias no Curso Normal é incluída no número 18 a Gymnastica, consistindo, para as mulheres, em exercícios especialmente calistênicos e para os homens, exercícios militares.</p> <p>- No § 16º, inciso V é enfatizado que para criar e assentar o ensino da Gymnastica, o governo contratará, na Europa, especialmente na Suécia, Alemanha ou Suíça, professores de competência reconhecida; sendo os seus vencimentos os que, nos respectivos contratos, se ajustarem.</p>

Fonte: Elaborado pelo autor.

Tendo por base o Decreto nº 1.331-A, sancionado em 17 de fevereiro de 1854, para aprovação do Regulamento da instrução primária e secundária do Município da Corte, percebemos que a ginástica é mencionada na segunda parte do Artigo 47, que trata das matérias de instrução primária superior, denominada também de escola de segundo grau. Na primeira parte do referido artigo, que aborda as matérias dos anos iniciais de instrução primária, denominada de elementar e correspondente à escola de primeiro grau, a ginástica não foi incluída no currículo.

Com relação à instrução nas escolas de ensino secundária, especificamente no Colégio Pedro II, no Rio de Janeiro, que servia de padrão para as demais instituições de ensino brasileiras, o Artigo 80 menciona como uma das matérias do curso de bacharelado em Letras o ensino da dança. Então, a dança seria a prática de exercícios físicos sistematizada nas escolas desse nível de ensino. O curioso é que ainda no Artigo 80, apesar da ginástica não configurar como matéria para o Colégio Pedro II, é ressaltado que os alunos farão exercícios de ginástica sob direção de um mestre especial e o Artigo 97 que trata de regulação dos vencimentos dos professores de ensino secundário menciona o professor de dança e ginástica.

Diante dessas menções dos dois artigos (80 e 97), podemos deduzir que apesar de não constar entre as matérias do ensino secundário, a ginástica pode ter sido oferecida em forma de uma atividade extracurricular para os alunos. É interessante mencionar que, no início da implantação nas escolas, essa matéria enfrentou resistência da elite econômica que associava a prática de atividade física com o trabalho escravo (BRASIL, 1997).

Outro fato que podemos destacar é a aula da ginástica sob orientação de um mestre especial. Nesse caso, geralmente o profissional bastava ter

conhecimento prático, isto é, ser um (ex)praticante de exercícios físicos. Com esse perfil, notadamente no período do Império (1822-1889), os olhos se voltavam para os instrutores militares, já que no meio militar a prática de exercícios físicos existe a partir da criação da Academia Real Militar em 1810.

Diante das determinações do Decreto nº 1.331-A, podemos constatar também que a ginástica e a dança na escola eram matérias para alunos com graus mais elevados de instrução (primário superior e secundário), portando num nível maturacional maior.

Com relação ao Parecer nº 64 sancionado por Rui Barbosa em 13 de abril de 1882 sobre a Reforma do Ensino Secundário no Município da Corte e superior em todo Império proposta por Carlos Leôncio de Carvalho, constatamos que no Artigo 76 que trata dos sete (7) cursos oferecidos no Lyceu Imperial Pedro II (Ciências e Letras, Finanças, comércio, agrimensor e diretor de obras agrícolas, maquinista, industrial, relojoaria e instrumentos de precisão) a ginástica aparece na matriz curricular de todos, sendo que no curso de formação em bacharéis em Ciências e Letras a partir do 2º ano, aparece ao lado de exercícios militares.

Nesse íterim, percebemos que nos cursos de formação profissional a prática sistemática da ginástica era recomendada como matéria escolar desde os tempos do Império, fazendo-se presente em todos os anos de curso. O Artigo 76 ainda estabelece a quantidade de três (3) profissionais de ginástica no referido Lyceu, sendo dois (2) professores e um (1) substituto.

Com relação à contratação dos professores de ginástica, o Artigo 79 menciona que seria por quatro (4) anos podendo ser prorrogado. Todavia, o que chama atenção é o fato de enfatizar que o governo contrataria homens com competências para organizar o ensino no país e no caso específico da ginástica, se recomendava profissionais com conhecimento principalmente da ginástica sueca. Diante dessa recomendação, notamos a pretensão e preferência pelo ensino da ginástica oriunda do método sueco, e mais ainda, um ensino ministrado pelo sexo masculino.

Destacamos ainda o Artigo 83, precisamente o inciso II, que trata da frequência nos cursos, ressaltando que a frequência nas aulas era obrigatória, sendo que nas aulas de ginástica poderia ser dispensado, mediante inspeção que constatasse que o aluno fosse incapaz de realizar a prática. Percebemos assim, uma forte tendência da não obrigatoriedade da prática de EF desde o Império, o que

ainda hoje (2019) evidencia-se. Além disso, a inexistência nesse momento histórico de um processo de formação específico para a atuação do professor de ginástica.

No tocante ao Parecer nº 224 que teve também Rui Barbosa como relator em 12 setembro de 1882 referente à Reforma do Ensino Primário e várias instituições complementares da instrução pública, constatamos uma intensa argumentação a favor do ensino da ginástica nas escolas brasileiras. Rui Barbosa nesse parecer faz um estudo sobre a educação em outros países (Inglaterra, França, Suécia, Alemanha, Estados Unidos, Suíça, entre outros) e ressalta que a ginástica está presente nos currículos das escolas dessas nações. Embasado nesse estudo, Rui Barbosa menciona que “todo mundo civilizado impõe como necessidade vital, na organização escolar, a gymnastica ampliada aos dois sexos”. Assim, ele defende o ensino da ginástica nas escolas brasileiras para homens e mulheres, sendo que para o sexo masculino se acrescenta a ginástica os exercícios militares e para o sexo feminino se recomenda os exercícios de calistenia “destinados a produzirem um simétrico desenvolvimento muscular, sem prejuízo da doçura das maneiras, da graça e elegância do talhe, da bela harmonia das formas femininas” (BRASIL, 1882, p. 130). Percebemos assim, a defesa da prática de exercícios para as mulheres para o desenvolvimento corporal, mas sem perder as características da sensibilidade feminina.

Nesse parecer, Rui Barbosa defende a prática da ginástica em todo o ensino primário (elementar, médio e superior) para todos os alunos, sendo que no primário superior deveria ser a calistenia para as mulheres e exercícios militares para os homens. A prática da ginástica deveria ocorrer depois das outras aulas, no mínimo quatro dias na semana e com duração mínima de 30 minutos, com a escola devendo conter um ginásio e aparelhos para realização dos exercícios. A ginástica que se recomendava para a prática era higiênica e educativa, ou seja, a derivada do método sueco.

Outro destaque do Parecer nº 224 é o ensino obrigatório da ginástica no Curso Normal. A ideia era justamente a formação no referido curso, que capacitasse os professores primários para lecionar a ginástica. Para isso, recomendava-se a contratação de docente do exterior com competência reconhecida na área, especificamente de países da Europa (Suécia, Alemanha ou Suíça).

Diante desse desenho cartográfico, podemos perceber que, em termos de legislação no Império (1822-1889), a ginástica passou a ganhar espaço na matriz

curricular das escolas, sendo que inicialmente no Decreto nº 1.331-A de 1954, ela passa a ser mencionada de maneira explícita como a matéria de ginástica no ensino primário superior e a dança no ensino secundário. Já no Parecer nº 64 de abril de 1882 sancionado por Rui Barbosa a ginástica passou a configurar na matriz curricular no curso secundário e no Parecer nº 224 a prática da ginástica era orientada para homens (exercícios militares) e mulheres (calistenia) em todo ensino primário e Curso Normal. Um grande avanço no sentido de sua inclusão na própria matriz ainda em tempos de Império. No entanto, na prática não se concretizava o que estava descrito nas leis. De acordo com Darido e Rangel (2005), as recomendações dos pareceres de 1882 ocorreram apenas em parte do Rio de Janeiro (onde se localizava a Corte) e nas escolas militares.

Portanto, chegamos ao final do Império (1882-1889) com a ginástica sendo recomendada na legislação das escolas primárias, secundárias, bem como, nas Escolas Normais, ministrada pelo sexo masculino. Porém, na prática se restringia a sua adoção em pouquíssimas instituições, entre estas, as militares.

No Ceará, tivemos no ano de 1881 a promulgação do Regulamento Orgânico da Instrução Pública e Particular da Província (10 de julho) e o Regimento Interno das Escolas Primárias (22 de setembro). Ambos não fazem menção ao ensino da ginástica, o que diverge com os achados documentais de nível nacional anteriormente analisados. No Artigo 38 do referido regulamento estadual é ressaltado que o ensino primário abrangeria a instrução moral, a instrução cívica, a leitura, a escrita, as noções de gramática portuguesa, o sistema legal de pesos e medidas, noções de geografia do Brasil com foco na província do Ceará, noções de história do Brasil com ênfase nos fatos da história do Ceará, noções de geometria plana e de desenho linear, costura simples (para as meninas), e nenhuma menção à ginástica. Não obstante, nos escritos de Rocha (2011), em Fortaleza no final do Império (1822-1889) já existia a prática de exercícios ginásticos nas escolas influenciada, principalmente, pelo trabalho dos militares, e também, contando com a difusão de algumas acrobacias circenses (acrobatas de circo) e início do trabalho das normalistas que se intensifica na fase da República. A autora supramencionada destaca que os primeiros instrutores de ginástica no meio civil saíram das instituições militares do Ceará. Para ela,

Das instituições militares, principalmente, a Escola Militar e a Aprendizizes de Marinheiros, saíram os primeiros instrutores, levando ideias e práticas ao ensino civil, como, por exemplo, Liceu, Escola Aprendizizes de Artífices, Escola Normal, Colégio Cearense do Sagrado Coração, Colégio Castelo Branco (ROCHA, 2011, p. 73).

Trazendo evidências dessa prática no tempo do Império (1882-1889), em Fortaleza, Rocha (2011, p.97) ainda ressalta que no Liceu do Ceará (1844) havia “ginástica, evoluções militares e esgrima” e à frente estava um instrutor militar e na Escola Normal do Ceará que passou a funcionar no ano de 1884 com a responsabilidade de formação de professores no ano de 1887, a ginástica já passava a fazer parte da programação da Escola sendo ministrada pelo instrutor militar.

É importante ressaltar que no início da prática em muitas das escolas cearenses, a ginástica encontrava-se à margem da matriz curricular oficial, sendo praticada na hora do recreio, fora dos horários da escola ou entre o intervalo dos trabalhos intelectuais. Contudo, a ginástica atendia aos fins utilitários para melhor acolher intelectual e moralmente aos escolares. Outro esclarecimento importante assinalado por Rocha (2011) em seus escritos é que sua localização no programa escolar variava de escola para escola.

Diante dessas considerações, constatamos que, mesmo que na legislação estadual analisada não tenha enfatizado o ensino da ginástica de forma horizontalizada em suas escolas, diante das evidências trazidas por Rocha (2011), no Ceará, estas derivam de um contexto nacional em que se recomendam a referida prática nas escolas de ensino primário, secundário e na Escola Normal (Decreto nº 1.331-A e Pareceres nº 64 e nº 224 de 1882, tendo por Relator Rui Barbosa). O Império, podemos constatar, trouxe sua contribuição para esse processo inicial de sistematização da EF, mesmo que essa permanecesse quase que totalmente só no escrito da Lei.

## 5.2 A PRÁTICA EM MEIO MILITAR E INSTRUÇÃO PÚBLICA CEARENSE: NORMATIZAÇÃO NO PERÍODO DA REPÚBLICA VELHA (1889-1930)

No início do período da República em relação ao ensino da ginástica, constatamos que houve poucos avanços em meio educacional em termos de legislação e seus contornos no cotidiano escolar. Contudo, em relação à prática da ginástica em meio militar evidenciamos uma série de acontecimentos que, de certa

forma, impactaram no contexto da educação em virtude da grande influência dos militares na sociedade.

De acordo com Castellani Filho (2003), a história da EF se confunde em alguns momentos com a história dos militares, pontuando a criação da escola militar em 1810 denominada de Academia Real Militar, a introdução da ginástica alemã em 1860 com o alemão Pedro Guilhermino Meyer como contramestre de Ginástica da Escola Militar, e a missão militar francesa em 1907, dentre outros acontecimentos.

Na lógica desse entendimento, Pires (2007) ressalta em seus estudos que a relação da EF com as instituições militares no Brasil se fortaleceram ainda mais, com a missão militar francesa em solos brasileiros. Foi a partir dessa missão militar francesa que em 1907 foi fundado o embrião da Escola de EF da Força Policial do estado de São Paulo. Para o autor, a partir do ano seguinte (1908), munidos do discurso da necessidade de segurança nacional, a instrução militar tornou-se obrigatória nas escolas secundárias e os segmentos militares firmaram-se no sistema de ensino.

Em 1909 foi criada a Escola de EF da Força Policial em São Paulo, como proposta do Coronel Paul Bologny. Essa escola foi responsável pela diplomação, em cursos regulares, dos primeiros mestres de ginástica e mestres em esgrima do país (FERREIRA; QUEIROZ, 2010). Assim, nesta subseção também destacamos no Quadro 10 um ato normativo promulgado no meio militar em nível nacional que teve impactos na prática docente da EF no meio educacional e, em nível estadual, destacamos o regimento interno dos grupos escolares de 1906 e a Lei nº 1.953 de 1922 que dispõe sobre a instrução pública no estado do Ceará.

**Quadro 10 – Ato normativo sancionado pelo Ministério da Guerra que estabelece a adoção do método de ginástica francês, regimento dos grupos escolares cearenses e Lei estadual cearense nº 1.953**

(continua)

Ato normativo	Ano de sanção	Regulamentação	Trechos do ato normativo que faz menção a EF (Destaque nas partes textuais contidas nos incisos, parágrafos e artigos)
Decreto nº 14.784 (Ministério da Guerra)	27 de Abril de 1921	Aprova o Regulamento de Instrução Física Militar destinado a todas as armas. (adoção do método francês)	De uma forma geral, esse ato normativo baseia-se nas leis fisiológicas que regulam o crescimento e o desenvolvimento do homem e nos métodos preconizados na França para a preparação física dos soldados.

(conclusão)

<b>Ato normativo</b>	<b>Ano de sanção</b>	<b>Regulamentação</b>	<b>Trechos do ato normativo que faz menção a EF (Destaque nas partes textuais contidas nos incisos, parágrafos e artigos)</b>
Regimento dos Grupos Escolares (Secretaria dos Negócios do Interior do estado do Ceará)	07 de dezembro de 1906	Esclarece e determina algumas observações a respeito dos grupos escolares da capital do Regulamento da Instrução primária de 1905	No Artigo 12, ressalta que além das matérias declaradas no Artigo 6º, será dada, em ambos os cursos, conveniente Educação Física aos alunos, compreendendo: I. Noções práticas de higiene: cuidados de asseio exigidos e recomendados. II. Exercícios físicos, marcha, assaltos, exercícios pé firme e outros exercícios gymnásticos durante os recreios. III. Jogos e brinquedos ao ar livre.
Lei estadual nº 1.953 (Palácio da presidência do Ceará)	02 de agosto de 1922	Dispõe sobre a Instrução Pública do estado do Ceará.	No Artigo 8º que trata sobre o curso complementar, é ressaltado que será de dois anos, compreendendo as seguintes disciplinas: Língua vernácula e Caligrafia; Francês, Aritmética e Noções de Álgebra; História do Ceará e do Brasil; História pátria, Física e Química e História Natural; Desenho do Natural, Música e Canto; Gymnastica e Trabalhos manuais. No Artigo 10 que trata do Curso Normal, a alínea i ressalta a criação das aulas de Gymnastica educativa e de Música e Canto.

Fonte: Elaborado pelo autor.

Antes de adentrarmos à análise dos atos normativos do Quadro 10, torna-se interessante mencionar que, de acordo com Lucena (1994, p. 32), no ano de 1905 o deputado Jorge de Moraes apresentou ao Congresso um projeto de lei que instituía a prática da ginástica sueca e jogos ao ar livre no Ginásio Nacional, Colégio Militar e Escolas de Aprendizes de Marinheiros e que também determinava a criação de duas (2) escolas de EF, sendo uma militar e outra civil. Porém, as escolas não foram construídas e a prática da ginástica sueca foi perdendo espaço para a de origem francesa, a partir da missão militar francesa no Brasil em 1907.

Dito isso, observando os normativos do Quadro 10, constatamos que o Decreto nº 14.784 sancionado em 27 de abril de 1921 oficializa a adoção do método de ginástica francês em meio militar brasileiro, e conseqüentemente, em um efeito cascata, já que os militares ministravam aulas de ginástica nas escolas, esse método começa a ser levado mais fortemente para o meio educacional. Na justificativa desse método, é preconizado pela melhoria da preparação física dos soldados por meio do crescimento e desenvolvimento das bases fisiológicas corporais.

Nesse sentido, a regra geral 3 do regulamento ressaltava que o objetivo com esse método francês era o desenvolvimento da força muscular, resistência, agilidade e virilidade por meio da prática sistemática dos movimentos naturais (saltar, correr, arremessar). Esse método deveria ser ministrado a todos os homens de todas as armas. Para Lamartine (2006) foi por meio desse decreto que o método francês passou a ser divulgado na EF nacional.

Em meio militar, as escolas de EF começaram a expandir-se, sendo que em 1922 foi fundado o Centro Militar de Educação Física, que deu origem à Escola de Educação Física do Exército, no Rio de Janeiro. Essa Escola foi criada objetivando formar instrutores, monitores, mestre de arma, monitores de esgrima e médicos para servir o Exército. Os cursos eram predominantemente oferecidos para militares e, eventualmente, civis podiam realizar o curso de monitor (PIRES, 2007).

É importante ressaltar que, de acordo com Pires (2007), fundamentado nos estudos de Oliveira (1998), foi somente através do Curso Provisório de EF que aconteceu no barracão da Escola de Sargentos da Infantaria do Exército no Rio de Janeiro, que no Brasil a nível federal, ocorreu a diplomação da primeira turma em um curso oficial dessa natureza em 1929. Esse curso teve duração de cinco meses, e contou com a participação de militares e professores públicos primários sendo que dessa turma foram formados 90 participantes, dos quais 20 eram civis.

É interessante mencionar que a partir da década de 1920 começaram as reformas educacionais em alguns estados brasileiros. Para Darido e Ranguel (2005), a partir dessas reformas de fato houve a inclusão da EF no currículo, com o nome mais comum de ginástica. Nessa perspectiva, com a implantação dessa disciplina nas escolas aumentou a demanda por profissionais em meio civil para ministrar essas aulas. Logo, alguns estados começaram a ofertar também curso de formação em EF conforme discutiremos na próxima subseção.

Direcionando nossa análise para os atos normativos promulgados no Ceará, constatamos que em 13 de março de 1905 é instituído o Regulamento de Instrução Primária do estado do Ceará que no Artigo 13 menciona que o ensino primário abrangeria Língua Portuguesa, compreendendo leitura, recitação, exercícios gramaticais, lexicológicos, exercícios de composição; caligrafia e desenho linear; aritmética e noções de geometria prática; noções de geografia, acompanhadas de elementos de história do Brasil e direitos e deveres do cidadão; lições de coisas ou primeiras noções científicas; costuras simples e mais trabalhos

de agulha (para meninas) e canto (VIEIRA; FARIAS, 2006). Então, percebemos no texto dessa lei que a ginástica no início da República nesse estado cearense não permeia a matriz curricular no ensino primário.

Dois anos depois da emissão do referido regulamento, é lançado o regimento dos grupos escolares da capital cearense para seu funcionamento no ano de 1907. Nesse documento em seu Artigo 6º, é definido o programa de estudo dos grupos escolares sem constar a ginástica e/ou a EF. No entanto, o Artigo 7º ressalta que o ensino primário nos grupos escolares era dividido em dois graus: 1º grau ou curso elementar e 2º grau ou curso superior, sendo que o Artigo 12 enfatiza que, além das matérias expostas no Artigo 6º, em ambos os cursos (elementar e superior) seria oferecida a EF abrangendo noções práticas de higiene; exercícios físicos, marcha, assaltos, exercícios pé firme e outros exercícios ginásticos durante os recreios; jogos e brinquedos ao ar livre. Notamos que, para os grupos escolares de Fortaleza em 1907, no ensino primário, houve a recomendação de práticas de EF no horário do recreio.

Em 02 de agosto de 1922 é promulgada a Lei nº 1.953 que dispõe sobre a instrução pública do estado do Ceará. No seu Artigo 1º menciona que o ensino público cearense contempla: o ensino preliminar, com três anos de duração, ministrado nas escolas isoladas<sup>25</sup> e reunidas<sup>26</sup>; o ensino primário integral nos grupos escolares com quatro (4) anos; o ensino complementar, composto de dois (2) anos, ofertado na escola complementar; o ensino secundário especial no Liceu e na Escola Normal; o ensino profissional nas escolas profissionais que deveriam serem criadas; e o ensino superior, na Faculdade de Direito da Capital.

Para o curso complementar, o Artigo 8º ressalta que no programa desse curso deveria conter as disciplinas de língua vernácula (nacional) e caligrafia;

---

<sup>25</sup> Escola de um só professor, a que se entregam 40, 50 e às vezes mais crianças. Funciona quase sempre em prédio improvisado. É de pequeno rendimento, em geral, pelas dificuldades decorrentes da matrícula de alunos de todos os graus de adiantamento, falta de direta orientação do professor, falta de fiscalização, falta de material, falta de estímulo ao docente. É a escola típica dos núcleos de pequena densidade de população, a escola da roça, a escola capitulada de "rural" (LOURENÇO FILHO, 1940 *apud* GIL; CALDEIRA, 2011).

<sup>26</sup> Toma o nome de "escolas-reunidas", se poucas classes possuem; de "grupo escolar", se as mantém numerosas. Aqui, o prédio oferece melhores condições de conforto e higiene, mesmo quando adaptado. As classes apresentam, em geral, efetivo menos numeroso que o das escolas isoladas, e os alunos se distribuem por elas, segundo os respectivos graus de adiantamento. A um dos professores, seja sem regência da classe, ou também com encargos de ensino, entrega-se a responsabilidade do conjunto. O material é menos precário. Aí temos a escola comum nos meios urbanos (LOURENÇO FILHO, 1940 *apud* GIL; CALDEIRA, 2011).

francês, aritmética e noções de álgebra; história do Ceará e do Brasil; história pátria, física e química e história natural; desenho do natural, música e canto; ginástica e trabalhos manuais. Notamos assim, no curso complementar, a ginástica se fazendo presente na matriz curricular dessas escolas.

No Artigo 10 que se refere à matriz curricular do ensino na escola normal<sup>27</sup>, especificamente alínea i, é mencionada para esse nível de ensino a criação das aulas de ginástica educativa, de música e de canto, sendo fixada duas aulas semanais ao longo dos quatro (4) anos de curso. Além disso, no Artigo 11 é ressaltado que o governo deve prover a contratação desse profissional de ginástica com capacidade para tal função.

É importante ressaltar que nos escritos de Rocha (2011, p.82) no final dessa fase da República deve-se destacar o trabalho das normalistas frente à EF. Para a autora, “a formação das professoras normalistas era exigida que fosse sadia, exercitada e instruída com cultura intelectual, aptidão pedagógica e idoneidade moral”. As funções das normalistas na inserção e consolidação da ginástica escolar, ainda para autora, transcendia a Escola Normal, sendo seus discursos e práticas pedagógicas expandidas para escolas primárias do estado. Todavia, a presença delas no ensino primário não significava a exclusão da atuação dos militares nesse campo.

Mediante ao exposto, constatamos que no contexto nacional no período da República Velha (1889-1930), a EF foi intensamente influenciada pelas instituições militares, que adotou o método de ginástica francês e deu início a formação também de civis por meio de cursos oriundos das Instituições militares. Em relação ao contexto cearense, a EF nos currículos das escolas primárias passou a ser difundida a partir do regimento dos Grupos Escolares em 1907, sendo que na Lei nº 1.953 de 1922, sob a instrução pública do estado do Ceará é explicitado seu ensino nas escolas de ensino complementar e Escola Normal. Além disso, com toda a influência dos militares no meio educacional brasileiro, no Ceará começa a despontar o trabalho das normalistas frente a essa disciplina.

---

<sup>27</sup> Escola Normal do Ceará que passou a funcionar no ano de 1884 com a responsabilidade de formação de professores, no ano de 1887 a ginástica já passava a fazer parte da programação da Escola sendo ministrada pelo instrutor militar (ROCHA, 2011). No município de Icó, o Curso Normal passa a ser ofertado em 1943, no Colégio senhor do Bonfim (PPP do colégio Senhor do Bonfim, 2017).

### 5.3 EDUCAÇÃO FÍSICA VINCULADA AO PROJETO NACIONAL: NORMATIZAÇÃO NO PERÍODO DA ERA VARGAS (1930-1945)

No início do período republicano no Brasil, denominado de Era Vargas (1930-1945), aconteceram algumas iniciativas para formação de profissionais da EF em meio civil. Alguns estados, especialmente o Espírito Santo e São Paulo começaram a organizarem-se no intuito de criar escolas de EF. Na segunda metade da década de 1930, a EF passa então a ser vista como parte integrante de um projeto nacional político e social, contribuindo efetivamente para o preparo dos sujeitos para atender ao mercado de trabalho (economia) e à defesa da pátria (exército).

No Quadro 11, que se segue, organizamos a legislação contemplando alguns atos normativos de iniciativas estaduais que julgamos relevantes para a (re)constituição histórica da EF e outros de abrangência nacional, com implicações significativas nesse campo.

**Quadro 11 – Atos normativos referentes a Educação Física no período da Era Vargas (1930-1945)**

(continua)

<b>Ato normativo</b>	<b>Ano da sanção</b>	<b>Trechos do ato normativo que faz menção a EF (Destaque nas partes textuais contidas nos artigos)</b>
Decreto nº 19.890 (organização do Ensino Secundário – Ministério da Educação e Saúde)	18 de abril de 1931	No Artigo 9º é ressaltado que durante o ano letivo haverá ainda, nos estabelecimentos de ensino secundário, exercícios de educação física obrigatórios para todas as classes.
Portaria nº 70 (adoção oficial do métodos francês no Ensino Secundário – Ministério da Educação e Saúde)	30 de junho de 1931	Aprova os programas de atividades da Educação Física para o curso secundário, acompanhados de orientação metodológica (Adoção de normas e diretrizes do Centro Militar de Educação Física).
Decreto Estadual nº. 1450 (Departamento de Educação Física do Estado do Espírito Santo).	15 de julho de 1931	Secretaria de Instrução do estado do Espírito Santo, por meio do Departamento de Educação Física, lançou um documento com as Instruções para o Curso de Educação Física do Estado.
Decreto Estadual nº. 4.855 (Estado de São Paulo).	27 de janeiro de 1931	Cria o Departamento de Educação Física (DEP), na época subordinado à Secretaria do Interior de São Paulo.
Decreto Estadual nº 5.207 (Estado do Espírito Santo)	24 de agosto de 1934	Cria a Escola de Educação Física do Espírito Santo.
Decreto Estadual nº. 6.440 (Estado de São Paulo)	16 de maio de 1934	Restabelece o Departamento de Educação Física (DEP) de São Paulo

(conclusão)

<b>Ato normativo</b>	<b>Ano da sanção</b>	<b>Trechos do ato normativo que faz menção a EF (Destaque nas partes textuais contidas nos artigos)</b>
Constituição Federal de 1937 (Presidente da República do Brasil)	10 de novembro de 1937	No Artigo 131 é mencionado que a Educação Física, o ensino cívico e o de trabalhos manuais seriam obrigatórios em todas as escolas primárias, Normais e secundárias, não podendo nenhuma escola de qualquer desses graus ser autorizada ou reconhecida sem que satisfaça aquela exigência. No Artigo 132 é estabelecido que o Estado fundaria instituições ou daria o seu auxílio e proteção às fundadas por associações civis, tendo umas e outras por fim organizar para a juventude períodos de trabalho anual nos campos e oficinas, assim como promover-lhe a disciplina moral e o adestramento físico, de maneira a prepará-la ao cumprimento dos seus deveres para com a economia e a defesa da Nação.
Decreto-Lei 1212 (Presidente da República do Brasil)	17 de abril de 1939	No Artigo 1º é definido a criação, na Universidade do Brasil, a Escola Nacional de Educação Física e Desportos.
Decreto-Lei 2.072 (Presidente da República do Brasil)	08 de março de 1940	No Artigo 4º é destacado que a Educação Física a ser ministrada de acordo com as condições de cada sexo por meio da ginástica e dos desportos, terá por objetivo não somente fortalecer a saúde das crianças e dos jovens, tornando-os resistentes a qualquer espécie de invasão mórbida e aptos para os esforços continuados, mas também dar-lhes ao corpo solidez, agilidade e harmonia.
Decreto-Lei nº 4.244 (Lei Orgânica do Ensino Secundário - Presidente da República do Brasil)	09 de abril de 1942	No Artigo 19 é abordado que a Educação Física constituiria, nos estabelecimentos de ensino secundário, uma prática educativa obrigatória para todos os alunos, até a idade de vinte e um anos.
Decreto-Lei nº 4.073 (Lei Orgânica de Ensino Industrial - Presidente da República do Brasil)	30 de Janeiro de 1942	No Artigo 26 é mencionado que os alunos regulares dos cursos seriam obrigados às práticas educativas seguintes: a) Educação Física, obrigatória até a idade de vinte e um anos, e que será ministrada de acordo com as condições de idade, sexo o trabalho de cada aluno.
Decreto-Lei nº 6.141 (Lei Orgânica de Ensino Comercial - Presidente da República do Brasil)	28 de dezembro de 1943	No Artigo 13 é enfatizado que os alunos dos cursos de formação são obrigados às práticas educativas seguintes: a) Educação Física, obrigatória até a idade de vinte e um anos.

Fonte: Elaborado pelo autor.

Em 18 de abril de 1931, o ministro Francisco Campos do Ministério da Educação e Saúde, recém-criado (novembro de 1930) pelo Governo provisório de Getúlio Vargas, emitiu o Decreto nº 19.890 que dispõe sobre a organização do ensino secundário. No referido decreto, em seu Artigo 9º determina que durante todo o ano letivo nos estabelecimentos de ensino secundário deveria haver obrigatoriamente à prática de exercícios de EF em todas as classes. O interessante é que dois meses depois (30 de junho), Francisco Campos<sup>28</sup> lança a Portaria nº 70,

<sup>28</sup> Francisco Luís da Silva Campos nasceu em Dores do Indaiá-MG em 18 de novembro de 1891, e faleceu em Belo Horizonte-MG em 1 de novembro de 1968. Foi um advogado, professor, jurista e

aprovando os programas de atividades da EF para o curso secundário, acompanhados da orientação da adoção das normas e diretrizes do Centro Militar de EF (CASTRO, 2012). Isso implica na adoção oficial do método francês de ginástica nas escolas brasileiras.

Outro destaque normativo em relação à EF na Era Vargas (1930-1945), refere-se à atuação do Departamento de EF no estado do Espírito Santo, que é considerado o pioneiro na formação em EF em meio civil. De acordo com Borel (2012) em agosto de 1931 a referida instituição inicialmente promoveu um curso de emergência para habilitação de professores para atuação em Cursos Especiais que seriam instalados no futuro. Esse curso teve uma duração aproximada de 3 meses, para homens e mulheres.

Por meio do Decreto nº. 1450 sancionado pelo Departamento de EF em 15 de julho de 1931 foram lançadas instruções para o primeiro Curso Especial de EF do Espírito Santo, que se iniciou em 12 de dezembro de 1931. Sobre esse curso Borel (2012, p. 48) ressalta que,

o curso era destinado aos professores do Estado e aos oficiais do regimento policial militar. Aos oficiais seriam oferecidos conhecimentos essencialmente práticos, a fim de constituir um grupo de monitores destinados às funções de auxiliares do ensino da Educação Física na corporação militar e nas instituições de ensino. Já aos professores o curso objetivava: 'preparar professores de Educação Physica, preparar instructores de Educação Physica, difundir, unificar e intensificar, o ensino da Educação Physica nos estabelecimentos militares e de ensino do Estado'.

Seguindo essa ideia, podemos perceber que apesar de ser considerado o pioneiro na formação de civis em EF, o curso também era direcionado aos oficiais militares. O curso tinha uma tendência militar em virtude da formação de seus idealizadores, o tenente coronel Carlos Marciano de Medeiros e o capitão João Punaro Bley, ambos frequentadores da Escola Militar. O curso foi dividido em duas categorias: uma visando à formação de professores e instrutores e outra de monitores (BOREL, 2012). Em 1934 o interventor João Punaro Bley, por meio do Decreto nº 5.207 de 24 de agosto de 1934 cria a Escola de Educação Física do Espírito Santo, onde o curso de EF passou a funcionar.

---

político brasileiro, responsável, entre outras obras, pela redação da Constituição brasileira de 1937 e do AI-1 do golpe de 1964. No Governo Provisório de Getúlio Vargas, assumiu a direção do recém-criado Ministério da Educação e Saúde, credenciado pela reforma que promovera no ensino de Minas Gerais. Assim sendo, promoveu a reforma do ensino secundário e universitário em todo o país. Francisco Campos deixou o Ministério da Educação em setembro de 1932 (Disponível em: <[https://pt.wikipedia.org/wiki/Francisco\\_Campos](https://pt.wikipedia.org/wiki/Francisco_Campos)>. Acesso em: 12 jan. 2019).

Com relação à criação do Departamento de EF do estado de São Paulo em 1931, por meio do Decreto Estadual nº. 4.855/SP, Borel (2012) ressalta que, inicialmente, este tinha a finalidade de organização, fiscalização, incentivo e registro da prática dos esportes no estado, mas que durante seus primeiros anos foi impedido de funcionar plenamente devido a acontecimentos de ordem política. Somente em 16 de maio de 1934 por meio do Decreto Estadual nº. 6.440/SP, o Departamento de EF do estado de São Paulo começa a funcionar oficialmente, com a criação do curso oferecido pela Escola de EF.

Nesse sentido, Pires (2007) considera o curso da referida escola como o primeiro programa sistematizado de EF no Brasil, ainda ressalta o autor, que esse curso visava a formação de dois profissionais diferentes: instrutor de ginástica e professor de EF. Corroborando esse assunto, Castellani Filho (2003) menciona que o curso, no caso, na modalidade de licenciatura possuía em seu quadro docente, alguns professores leigos, ex-atletas e tinha duração de dois anos.

Percebemos que a EF já começa a destacar-se no meio educacional na Era Vargas, sendo que em 1935, o VII Congresso Nacional de Educação coloca como temática central a EF e aprovou como indicativo a criação de uma Escola Nacional de EF, ligada à Universidade do Rio de Janeiro (PIRES, 2007). Marco importante nesse campo da EF brasileira.

Nesse ensejo de criação de uma Escola Nacional de EF, de acordo com Melo (1996), alguns militares começaram a vislumbrar e deixaram-se contagiar pela ambição da docência na área, abolindo a ideia de ligar a Escola de EF ao Ministério da Guerra. Nesse entorno, a EF ganha interesses governamentais, e fica vinculada a um projeto de segurança nacional, algo mais complexo do que uma simples preocupação como disciplina escolar ou somente exercícios militares.

Nesse sentido, a EF ganha destaque na Constituição Federal de 1937, especificamente em seus artigos 131 e 132. No Artigo 131, a EF, junto do ensino cívico e dos trabalhos manuais passa a ser obrigatória em todas as escolas primárias, secundárias e normais e, no Artigo 132, o Estado se compromete em fundar instituições ou auxiliar as existentes na formação da juventude, na promoção da disciplina moral e do adestramento físico, buscando a preparação para a economia e a defesa da nação. Destarte, como foi já assinalado, se constata que a EF nas escolas era uma estratégia governamental para formação de um indivíduo

forte, saudável, obediente e disciplinado que pudesse contribuir com o Estado nas indústrias (mercado de trabalho) e nas frentes militares (defesa da nação).

Em 1937 foi criada também a Divisão de Educação Física (DEF) do Ministério da Educação e da Saúde, órgão governamental, fato que se tornou um avanço para implantação da Escola Nacional em EF. Para Melo (1996) a DEF junto com a juventude brasileira e associada à criação da Escola Nacional de EF e Desporto seria o tripé de sustentação da EF no Estado Novo (1937-1945).

Borges (1998) amparada em Farias Júnior (1987) faz uma observação interessante a respeito da criação da DEF, para ela, esse órgão governamental acabou promovendo o distanciamento da EF das demais licenciaturas, uma vez que as questões relativas a esse campo disciplinar eram tratadas desvinculadas em relação aos assuntos da educação de um modo geral.

Em 17 de abril de 1939 por meio do Decreto Lei 1212, especificamente do Artigo 1º é criada a Escola Nacional de EF e Desporto da Universidade do Brasil no Rio de Janeiro. Essa instituição foi criada com as funções de formar profissionais para área de EF e desportos, estabelecer uma unidade teórica e prática no ensino da EF no país, difundir conhecimentos ligados a essa área e despostos e realizar pesquisas que apontassem os caminhos mais adequados para EF e os desportos no país (BRASIL, DECRETO LEI 1212, 1939). Ressalta Castellani Filho (2003) que antes da criação da referida instituição, aconteceu um curso de emergência para formação de professores que iriam compor o quadro docente. Para o ingresso de discentes eram realizados exames de seleção compostos de provas intelectuais e físicas.

Com a criação da Escola Nacional de EF e Desporto que estabeleceu as diretrizes para a formação profissional, de acordo com Pires (2007) começam as articulações para organização e regulamentação na constituição do campo da EF, uma vez que se procura organizar e regulamentar a profissão entre leigos e não leigos. Entretanto, na prática a formação em EF estava muito diferente das outras licenciaturas. De acordo com Borges (1998, p. 26)

A terminalidade dos cursos de educação física era definida segundo os objetivos da instituição formadora e variava de acordo com o nível escolar do aluno ingressante no curso. Formavam-se profissionais nos seguintes níveis: técnicos, especialistas, monitores e professores, sendo que estes últimos eram procedentes de escolas militares, cursos de 2º grau, licenciaturas curtas e programas de treinamentos para leigos.

Diante dessas considerações, constatamos que os cursos de EF em tempos da Era Vargas (1930-1945) tinham várias especificidades se comparado a outros cursos de licenciatura, até mesmo dentro da própria área tinha essa variedade de profissionais formados com durações e programas de treinamento distintos, o que contribuiu para a disparidade e o distanciamento dos próprios profissionais.

Analisando o Decreto nº 1212, constatamos que a Escola Nacional de EF começou ofertando cinco (5) cursos, a saber: curso superior de EF; Curso Normal de EF; curso de técnica desportiva; curso de treinamento e massagem; e curso de medicina da EF e dos desportos. É importante mencionar que, à exceção do curso direcionado para formação dos professores que tinha duração de dois anos, as outras modalidades ofertadas possuíam um único ano para seu desenvolvimento. Percebemos uma ampla visão na formação profissional na área, distanciando-a das outras áreas formativas e contribuindo para falta de uma uniformidade na própria EF.

Um ano depois da criação da Escola Nacional de EF, precisamente em 08 de março de 1940, o governo de Getúlio Vargas sanciona o Decreto – Lei nº 2.072 que se volta para o fortalecimento da juventude brasileira. Esse decreto, enfatiza a obrigatoriedade da educação cívica, moral e física da infância e da juventude. É ressaltado no Artigo 4º que a prática da EF deveria considerar as condições de cada sexo, sendo voltadas para a ginástica e os desportos, com a finalidade de fortalecer a saúde das crianças e jovens, desenvolvendo a solidez corporal, a agilidade e a harmonia.

Nesse momento, é interessante salientar que as leis orgânicas de ensino tornaram a prática da EF obrigatória em algumas modalidades de ensino, por meio do Artigo 19 do Decreto-Lei nº 4.244 de 09 de abril de 1942 no Ensino Secundário; do Artigo 26 do Decreto-Lei nº 4073 de 30 de janeiro de 1942 no Ensino Industrial; e do Artigo 13 do Decreto-Lei nº 4161 de 28 de dezembro de 1943 no Ensino Comercial. Notamos, o quanto em termos de legislação, os governantes estavam empenhados em conceber a EF como uma prática estratégica para a formação voltada para preparação para mercado de trabalho, embora conceituada e vista de forma tão diversificada.

Diante do exposto, podemos constatar que, na Era Vargas (1930-1945), a EF passou a fazer parte de um projeto nacional de formação dos sujeitos para atender as demandas de mercado (econômica) e defesa da pátria (militares) sendo

promulgada na Constituição Federal de 1937 (artigos 131 e 132), resultando na Criação da DEF (1937) e da Escola Nacional de Educação Física e Desportos (ENEFD) (1939). Foi nesse período também, o que consideramos um fato importante, que se iniciou a formação em meio civil dos profissionais relacionados à área de EF e Desportos, contudo a formação era muito diversificada e suas terminalidades de curso também. Então, necessitava-se delimitar seu campo próprio e nesse sentido de aproximar a formação de EF com as demais licenciaturas.

No Ceará, na consulta realizada às leis de reforma educacional relacionadas no livro das professoras Vieira e Farias (2006) não encontramos na legislação nenhuma menção ao ensino da EF. Portanto, o referido ensino, entendemos que seguiu a normatização promulgada nacionalmente.

#### 5.4 A BUSCA DE APROXIMAÇÃO ENTRE A FORMAÇÃO EM EDUCAÇÃO FÍSICA E AS DEMAIS LICENCIATURAS: NORMATIZAÇÃO NO PERÍODO POPULISTA (1945-1964)

Mesmo no início da República Populista (1945-1964) as leis orgânicas de ensino continuaram sendo promulgadas, e a EF continuou sendo recomendada como prática nos cursos técnicos e como disciplina no ensino primário. Nessa fase republicana também ocorreram tentativas normativas de aproximar a formação em EF das demais licenciaturas, em um esforço de delimitar mais seu campo teórico-prático enquanto uma profissão docente.

Dito isso, organizamos os atos normativos para melhor clareza e objetividade no Quadro 12 a seguir, constando as leis orgânicas de ensino, leis de diretrizes e bases e pareceres do Conselho Nacional de Educação.

#### **Quadro 12 – Atos normativos com implicações sobre a Educação Física na República Populista (1945-1964)**

(continua)

<b>Ato normativo</b>	<b>Ano de implantação</b>	<b>Trechos do ato normativo que faz menção a EF (Destaque nas partes textuais contidas nos artigos)</b>
DECRETO – LEI nº 8.529 (Lei orgânica ensino primário – Presidente da República do Brasil)	02 de Janeiro de 1946	No Artigo 7º que trata das disciplinas do curso primário elementar, de quatro anos de estudos, consta no inciso VIII a Educação Física; No Artigo 8º que trata das disciplinas e atividades educativas do curso primário complementar, de um ano, consta no inciso IX a Educação Física.

(conclusão)

<b>Ato normativo</b>	<b>Ano de implantação</b>	<b>Trechos do ato normativo que faz menção a EF (Destaque nas partes textuais contidas nos artigos)</b>
DECRETO – LEI nº 8.530 (Lei orgânica do ensino normal – Presidente da República do Brasil)	02 de Janeiro de 1946	No Artigo 8º que trata das disciplinas do curso de formação de professores primários em três séries anuais, constam Educação Física, recreação e jogos nos três anos de curso. Na alínea e do Artigo 14, ressalta que Educação Física, recreação e jogos, na última série de cada curso compreenderia a orientação metodológica dessa disciplina, no grau primário.
DECRETO-LEI nº 9.613 (Lei orgânica do Ensino agrícola- Presidente da República do Brasil)	20 de agosto de 1946	No Artigo 18, é ressaltado que os alunos de qualquer dos cursos de formação seriam obrigados às práticas educativas seguintes: a) educação física, obrigatória até a idade de vinte e um anos.
LDB nº 4.024 (Presidente da República do Brasil)	20 de Dezembro de 1961	O texto do Artigo 63 enfatiza que nas faculdades de filosofia será criado, para a formação de orientadores de educação do ensino médio, curso especial a que terão acesso os licenciados em pedagogia, filosofia, psicologia ou ciências sociais, bem como os diplomados em Educação Física pelas Escolas Superiores de Educação Física e os inspetores federais de ensino, todos com estágio mínimo de três anos no magistério.
Parecer 298/Conselho Federal de Educação	17 de novembro de 1962	Fixa o currículo mínimo dos cursos superiores de Educação Física com as matérias pedagógicas do parecer 292/62.

Fonte: Elaborado pelo autor.

Conforme podemos observar, o Decreto-Lei nº 8529 de 2 de janeiro de 1946, que é direcionado para normatização do ensino primário, apresenta a EF como disciplina tanto no primário elementar quanto no complementar. Na mesma data também foi promulgado o Decreto-Lei nº 8530, que ficou conhecido como lei Orgânica do Ensino Normal, direcionada ao curso de formação de professores primários com duração de três (3) anos, constando a EF durante todo esse período no seu programa, sendo que no último ano de curso as aulas se voltariam para orientação metodológica da EF a serem aplicadas no grau primário. Portanto, percebemos que as leis educacionais continuavam expandindo o ensino da EF nos níveis escolares. Nesse sentido, o Decreto-Lei nº 9.613 de 20 de agosto de 1946 que regulava o ensino agrícola, tratou de mencionar no Artigo 18, a EF como uma prática educativa obrigatória até a idade de 21 anos.

Com relação à formação dos profissionais da EF no início da República Populista (1945-1964), esta ainda continuou diferente das outras licenciaturas. Assim, visando uma aproximação, com a criação da Lei de Diretrizes e Bases da

Educação Nacional (LDB) nº 4.024 de 1961 no tocante à formação do profissional de EF, ela faz a seguinte menção no seu Artigo 63:

Nas faculdades de filosofia será criado, para a formação de orientadores de educação do ensino médio, curso especial a que terão acesso os licenciados em pedagogia, filosofia, psicologia ou ciências sociais, bem como os diplomados em Educação Física pelas Escolas Superiores de Educação Física e os inspetores federais de ensino, todos com estágio mínimo de três anos no magistério (BRASIL, 1961, p.11).

Analisando esse artigo da LDB nº 4.024 de 1961 percebemos a busca de estreitar os laços formativos entre EF e as demais áreas da licenciatura, estabelecendo o período mínimo de três (3) anos de magistério. Outra menção que a referida lei faz à EF está contida no Artigo 22, no qual determina a obrigatoriedade de sua prática nos cursos primários e médios até a idade de 18 anos.

A promulgação da referida LDB no tocante à formação do profissional de EF desencadeou a aprovação de dois pareceres pelo Conselho Federal de Educação no ano de 1962. O Parecer nº 292/62 que elenca matérias pedagógicas (psicologia da educação, psicologia da aprendizagem, elementos de administração escolar e prática de ensino sob forma de estágio supervisionado) para os cursos de licenciatura, e o Parecer nº 298/62 que fixa o currículo mínimo dos cursos superiores de EF com as matérias pedagógicas recomendadas pelo parecer anterior (292/62).

No entanto, mais uma vez na prática não ocorreu essa implantação e a formação do profissional de EF seguiu diferenciada em relação às outras licenciaturas. Borges (1998) ressalta sobre o fato que após o golpe de 1964, em decorrência dos acordos firmados entre o MEC e a *United States Agency for International Development* (USAID), as universidades brasileiras passaram por inúmeras modificações. Na EF para a autora, aconteceu a expansão de escolas universitárias, a adoção do desporto de alto nível como paradigma, e o desenvolvimento científico nas áreas de fisiologia do esforço, treinamento desportivo e biomecânica.

Diante dessas considerações, constatamos que no período da República Populista (1945-1964) a EF na legislação continuou sendo referenciada para fazer parte da proposta curricular das escolas, destaque para a LDB de 1961 que determina sua prática obrigatória nos cursos de primário e médio até 18 anos de idade. Essa mesma lei estabeleceu para diplomação nas licenciaturas um estágio mínimo de três (3) anos de magistério o que, teoricamente, aproximaria a formação

em EF das demais áreas. Porém, na prática isso não se concretizou. Como na fase anterior da república, no Ceará, na nossa pesquisa feita às leis de reforma educacional com amparo na obra de Vieira e Farias (2006) não foi constatado na legislação estadual, normativos com implicação ao ensino da EF.

### 5.5 A HEGEMONIA DO ESPORTE: A NORMATIZAÇÃO NO PERÍODO DA DITADURA MILITAR (1964-1985)

No período da Ditadura Militar (1964-1985), a EF também ganhou status de prática estratégica para formação de um sujeito disciplinado, obediente e forte fisicamente que pudesse representar a pátria. O esporte teve ascensão e hegemonia como conteúdo em escolas e universidades e houve grandes interesses da elite governamental em torno de fazer o Brasil ser conhecido mundialmente por meio do desempenho exitoso nas competições internacionais. Na verdade, embutido nessa estratégia, estava submerso o maior interesse, que era desviar as atenções da população, especialmente dos estudantes, das questões sociais e políticas, no intuito de “eliminar as críticas internas e deixar transparecer um clima de prosperidade e desenvolvimento” (DARIDO, 2003, p.2). Logo, a prática esportiva era utilizada como uma distração capaz de ocultar os problemas nacionais. O ópio do povo.

Em relação à formação e prática do profissional de EF nessa época, a legislação continuou sendo promulgada no intuito de aproximá-la das outras licenciaturas, no sentido que a matriz curricular dos cursos de EF necessitavam de matérias pedagógicas. Diante dessas considerações, e objetivando mais clareza e objetividade, organizamos o Quadro 13 trazendo resoluções do Conselho Federal de Educação (CFE), Lei de Diretrizes e Bases nº 5.692/71 e Decreto nº 69.450/71 que tiveram implicações com a sua promulgação no campo da EF.

#### **Quadro 13: Atos normativos com implicações para formação e prática docente na EF no período da Ditadura Militar (1964-1985)**

(continua)

<b>Ato normativo</b>	<b>Ano de implantação</b>	<b>Trechos do ato normativo que faz menção a EF (Destaque nas partes textuais contidas nos artigos)</b>
Lei nº 5.540 (Reforma Universitária – Presidente da República do Brasil)	28 de novembro de 1968	O Artigo 40 ressalta que as Instituições de Ensino Superior, na alínea b, asseguraria ao corpo docente meios para a realização dos programas culturais, artísticos, cívicos e desportivos; e na alínea c, estimularia as atividades de educação cívica e de desportos, mantendo, para o cumprimento desta norma, orientação adequada e instalações especiais;

(conclusão)

Ato normativo	Ano de implantação	Trechos do ato normativo que faz menção a EF (Destaque nas partes textuais contidas nos artigos)
Decreto – Lei nº 705 (Presidente da República do Brasil)	25 de julho de 1969	No Artigo 1º estabelece a mudança do Artigo 22 da Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961, passando a vigorar com a seguinte redação: "Será obrigatória a prática da educação física em todos os níveis e ramos de escolarização, com predominância esportiva no ensino superior".
Resolução nº 69 do Conselho Federal de Educação	02 de dezembro de 1969	O Artigo 1º enfatiza que a formação de professores de Educação Física seria feita em curso de graduação que conferiria o título de Licenciado em Educação Física e Técnico em Desportos. O Artigo 2º menciona que ao currículo mínimo deveria ser acrescida as matérias pedagógicas de acordo com o Parecer 672/69 <sup>29</sup> . O Artigo 3º estabelece que o curso teria a duração mínima de 1.800 horas-aulas, ministradas no mínimo em três (3) anos e no máximo em cinco (5) anos.
LDB Nº 5.692 (Presidente da República do Brasil)	11 de agosto de 1971	O Artigo 7º ressalta a obrigatoriedade da inclusão de Educação Moral e Cívica, Educação Física, Educação Artística e Programas de Saúde nos currículos plenos dos estabelecimentos de 1º e 2º graus.
Decreto Federal nº 69.450 (Presidente da República do Brasil)	01 de novembro de 1971	Destacamos os artigos 1º e 2º (O relacionamento da Educação Física com o sistema de Educação Nacional), 5º (Padrões de referência para o ensino da Educação Física) e 6º (Compensação e controle nas aulas de Educação Física).
Lei Estadual nº 9.636 (Assembleia Legislativa do Estado do Ceará)	31 de outubro de 1972	O Artigo 6º menciona a obrigatoriedade da inclusão da Educação moral e Cívica e Educação Física nos currículos plenos, observando-os, quanto à primeira, o disposto no Decreto-Lei nº 856, de 12 de setembro de 1969.

Fonte: Elaborado pelo autor.

Em 28 de novembro de 1968 foi promulgada a Lei nº 5540 que procurou fixar normas de organização e funcionamento para o ensino superior e sua articulação com a escola média. A referida lei ficou conhecida como reforma universitária e de acordo com Freitas e Biccas (2009) a participação estudantil foi essencial para o acontecimento dessa reforma, pois por meio do movimento estudantil as instituições universitárias foram pressionadas a produzir as mudanças necessárias. Em relação ao ensino da EF nas universidades, a referida lei, ressalta em seu Artigo 40, alínea b, que as instituições de ensino superior deveriam assegurar aos alunos condições para que pudessem se envolver em programas artísticos, cívicos, culturais e desportivos, e na alínea c, complementa mencionando que as universidades deveriam estimular as atividades de educação cívica e

<sup>29</sup> O Parecer CFE 672/69 de 4/9/69 conduz à Resolução 9/69 de 10/10/69. Esse parecer reexamina o Parecer 292/62 no qual se teve a fixação das matérias pedagógicas da licenciatura, especialmente com relação ao tempo de duração da formação pedagógica no âmbito de cada licenciatura.

desportiva provendo para isso, orientações adequadas e instalações especiais. Percebemos assim, que a EF no ensino superior estava restrita à prática de esportes oferecidos ao corpo discente na forma de programas, ou seja, como espécie de atividade complementar ao currículo.

Esse caráter esportivo dado à EF nas universidades é reforçado mais ainda com a alteração do Artigo 22 da LDB 4024 de 1961 pelo Decreto-Lei nº 705, que estabeleceu que a prática da EF seria obrigatória em todos os níveis e ramos de escolarização (não se restringindo apenas a cursos primários e médios), e no ensino superior teria predominância esportiva.

Ainda sobre a Lei nº 5.540 de 1968, seu Artigo 26 atribui ao CFE a responsabilidade de fixar o currículo mínimo e a duração mínima dos cursos superiores das profissões regulamentadas em lei. Assim, o CFE ficou com a incumbência da normatização (pareceres e resoluções) referente à matriz curricular e duração dos cursos de licenciaturas.

Nesse sentido, o CFE emite a Resolução nº 9 em 10 de outubro de 1969, que em seu Artigo 1º procura fixar nos currículos dos cursos de preparação para o magistério em escolas de 2º grau, as matérias pedagógicas de Psicologia da Educação, Didática e Estrutura e Funcionamento do Ensino de 2º grau. Em outras palavras, os cursos de licenciatura teriam que promover em sua matriz curricular uma adequação de modo a contemplar essas matérias de caráter pedagógico. Além disso, o Artigo 2º da referida resolução ressalta a obrigatoriedade da prática de ensino sob forma de estágio supervisionado que deveria ser realizado de preferência numa escola da comunidade local. No Artigo 3º, enfatiza que como duração mínima dessa formação pedagógica prescrita nos artigos 1º e 2º deverá contemplar pelo menos um oitavo (1/8) das horas de trabalho fixadas.

Menos de dois meses depois da Resolução nº 9, o CFE emite outra específica para a formação de professores de EF, a Resolução nº 69 de 02 de dezembro de 1969. Essa resolução em seu Artigo 1º estabelece em nível de curso de graduação a formação de dois tipos de profissionais, o licenciado em EF e o técnico em Desportos. Notamos a magnitude do esporte na EF, pois além da formação de um professor licenciado na área, essa resolução, estabelecia a formação de um profissional exclusivo para o trabalho com desporto.

No Artigo 2º, determina que no currículo mínimo do curso de graduação em EF deve ser fixada as matérias pedagógicas (Psicologia da Educação, Didática,

Estrutura e Funcionamento do Ensino e Estágio Supervisionado) de acordo com o Parecer nº 672/69. Outro artigo que destacamos é o 3º, que determina a duração mínima do curso de formação em EF com 1.800 horas-aulas, ministradas no mínimo em três (3) anos e no máximo em cinco (5) anos. Para Borges (1998), amparada nos estudos de Faria Júnior (1987), foi somente a partir dessas resoluções que se fixou a duração mínima dos cursos de licenciaturas e as matérias pedagógicas que a formação dos professores de EF se aproximou das demais licenciaturas, ou seja, no ano de 1969.

Dois anos depois dessas resoluções, é promulgada a LDB nº 5692 em 11 de agosto de 1971. Essa lei por meio do Artigo 7º fixou a obrigatoriedade da EF nos currículos plenos dos estabelecimentos de 1º e 2º graus, isto é, nos dois graus que formam a educação básica. Ainda em 1971 (1 de novembro) é emitido o Decreto Federal nº 69450 que estabelece toda uma regulamentação em relação à EF. Mais uma vez essa área ganha uma atenção especial em relação às demais matérias. Desse ato normativo destacamos os artigos 1º, 2º, 5º e 6º, para tecermos alguns comentários por serem direcionados à prática docente.

Inicialmente no Artigo 1º a EF é concebida como uma atividade capaz de promover o desenvolvimento e aprimoramento das forças físicas, morais, cívicas, psíquicas e sociais dos alunos, sendo essencial na finalidade da educação nacional. No 2º, estabelece-se sua presença no currículo dos cursos em todos os graus de qualquer sistema de ensino, como uma atividade regular. Nesses artigos iniciais, podemos constatar uma visão ainda muito restrita sobre a EF, concebendo-a como uma atividade prática para desenvolvimento da aptidão física dos alunos e valores voltados para o espírito nacionalista, por isso a necessidade de estar presente em todos os currículos dos estabelecimentos de ensino.

No Artigo 3º que enfatiza a caracterização dos objetivos da EF, esportiva e recreativa, no § 2º é estabelecida que a partir da 5ª série de escolarização, é incluso um programa de atividades de iniciação esportiva. Percebemos que o fomento da prática sistematizada do esporte na escola deveria acontecer a partir da 5ª série escolar.

Em seu Artigo 5º que trata de alguns padrões de referência para o desenvolvimento do ensino da EF, desportiva e recreativa, nós temos as seguintes determinações,

- I - Quanto à sequência e distribuição semanal, três sessões no ensino primário e no médio e duas sessões no ensino superior, evitando-se concentração de atividades em um só dia ou em dias consecutivos;
- II - Quanto ao tempo disponível para cada sessão, 50 minutos, não incluindo o período destinado à preparação dos alunos para as atividades;
- III - Quanto à composição das turmas, 50 alunos do mesmo sexo, preferencialmente selecionados por nível de aptidão física,
- IV - Quanto ao espaço útil, dois metros quadrados de área por aluno, no ensino primário, e três metros quadrados por aluno, no ensino médio e no superior (BRASIL, 1971, p. 2).

Diante dessas orientações (turmas separadas para homens e mulheres, três (3) seções em dias alternados, tempo mínimo de 50 minutos por sessão e organização por nível de aptidão), percebemos nitidamente que a preocupação é com a melhoria dos níveis de aptidão física dos alunos que seria necessário para o mercado de trabalho ou servir a pátria nas competições esportivas ou meio militar. Evidenciamos nessa legislação que, a EF ainda se encontrava longe de uma visão como disciplina escolar dedicada à formação integral do indivíduo.

Outro aspecto relevante que podemos destacar do Decreto Federal 69.450/71 é a facultabilidade em relação à participação nas seções da EF mencionada no Artigo 6º. Para qualquer nível de todo sistema de ensino era facultada a participação dos alunos que estudassem em curso noturno e comprovasse exercer emprego remunerado em jornada igual ou superior a seis horas; também alunos que fossem maiores de trinta anos de idade; alunos que estivessem prestando serviço militar na tropa; e ainda os alunos amparados pelo Decreto-Lei nº 1.044<sup>30</sup>, de 21 de outubro de 1969, mediante laudo do médico assistente do estabelecimento. É interessante ressaltar que esses casos que permitem a facultabilidade nas aulas de EF continuam até hoje (2019) regularizados pela Lei nº 10.793, sancionada em 1º de dezembro de 2003.

Mediante o exposto, percebemos que esse decreto, buscou organizar e padronizar a sistemática de funcionamento da EF no contexto escolar brasileiro, deixando claramente o objetivo em formar pessoas obedientes, disciplinadas e com disposição física, isto é, com nível de aptidão física necessário para impulsionar o desenvolvimento e atuação no mercado e na defesa da pátria.

---

<sup>30</sup> Esse Decreto-Lei no Artigo 1º ressalta que, são considerados merecedores de tratamento excepcional os alunos de qualquer nível de ensino, portadores de afecções congênitas ou adquiridas, infecções, traumatismo ou outras condições mórbidas, determinando distúrbios agudos ou agudizados (Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/CCIVIL\\_03/Decreto-Lei/Del1044.htm](http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/Decreto-Lei/Del1044.htm)>. Acesso em: 12 dez. 2018).

Voltando-se novamente, agora no caso, para o profissional dessa área, de acordo com Borges (1998) no final da década de 1970, houve uma ampliação do debate em relação à formação em EF. Assim, de acordo com a autora, a partir de 1979, vários seminários (Rio de Janeiro 1979, Florianópolis 1981, Curitiba 1982, São Paulo 1984) organizados pela Secretaria de EF e Desporto do MEC, foram realizados objetivando discutir o currículo dos Cursos das Escolas de EF. Essas discussões resultaram posteriormente (oito anos depois de seu início), na emissão pelo CFE da Resolução nº 03 de 16 de junho de 1987 que, entre outras coisas, em seu Artigo 1º estabelece a formação de graduados em EF em bacharéis e/ou licenciados.

Essa resolução do CFE foi um marco para a formação dos profissionais da EF. Se no princípio dos processos formativos com a ENEFD em 1939 havia a possibilidade de formação nos níveis: técnicos, especialistas, monitores e professores (BORGES, 1998), a partir da Resolução nº 3 de 1987 essa formação passou a ser direcionada aos níveis de bacharel e licenciado.

Mediante o exposto, podemos constatar que na época da Ditadura Militar (1964-1985), pela qual passou o Brasil, nos aspectos legais ocorreu a aproximação da formação da EF em relação as outras licenciaturas por meio da inserção de disciplinas de caráter pedagógico em comum a todo curso de magistério, assim como o estabelecimento do tempo mínimo de duração de três (3) anos. Ainda nessa fase republicana, iniciaram-se as discussões e articulações que resultaram em 1987, na Resolução nº 03 do CFE que estabeleceu a graduação em EF nos níveis de bacharéis e licenciados. Outro destaque normativo foi a LDB nº 5692 de 1971 que determinou o ensino obrigatório da EF nas escolas de 1º e 2º graus.

No Ceará tivemos a promulgação da Lei nº 9.636 em 31 de outubro de 1972, que dispõe sobre o sistema de ensino do Estado do Ceará, no qual o Artigo 2º enfatiza que o sistema de ensino cearense é formado principalmente por escolas de ensino de 1º e 2º graus, de ensino supletivo e do grau superior. No Artigo 6º estabelece a obrigatoriedade da inclusão de ensino da EF nos currículos plenos. Com essa determinação, percebemos que a obrigatoriedade da EF nos currículos de todos os estabelecimentos de ensino cearenses no tocante à legislação local foi baseada na LDB nº 5.692 de 11 de agosto de 1971 que ressaltava essa prerrogativa em todo território nacional.

É interessante registrar que, com a demanda de mercado aberta para profissionais de EF, tornava-se necessário uma melhor preparação e formação desses profissionais. Destarte, em nível de ensino superior essa formação em solo cearense só aconteceu a partir da década de 1970, quando a Universidade de Fortaleza (UNIFOR), a primeira universidade particular do Ceará, cria em 1973, o primeiro curso de EF do estado, ou seja, após um ano da promulgação da Lei Estadual nº 9.636 que determinava o ensino da EF nas instituições de ensino cearenses.

Então a UNIFOR, atentando para essa carência profissional, cria o curso de licenciatura em EF com o propósito de formação de professores da área visando a promoção da melhoria da qualidade de vida, por meio do desenvolvimento de atividades corporais e também da integração sócio desportiva em benefício da saúde das pessoas. Esse curso estava vinculado ao Centro de Ciências da Saúde (CCS) da referida Instituição e, durante nove anos, foi o único oferecido no estado do Ceará (FERREIRA; QUEIROZ, 2010).

Em 1982, a Universidade Vale do Acaraú – UVA que possui a sede no município cearense de Sobral, com o intuito de formar profissionais para atender à carência de mercado de docentes da área, cria também o curso de EF previsto para um período mínimo de nove (9) semestres. Esse curso foi criado pertencente ao Centro de Ciências Biológicas (CCB) e dava a possibilidade de formação em bacharel e licenciado (FERREIRA; QUEIROZ, 2010).

Mediante o exposto, notamos que foi nessa fase da República que a EF nos solos nacionais e, especificamente, cearenses, teve grande notoriedade na legislação, sendo seu ensino obrigatório nos estabelecimentos de ensino cearense e acontecendo as primeiras iniciativas de formação profissional em nível superior, contando com o pioneirismo da UNIFOR em Fortaleza em 1973 e expandindo-se para interior com a iniciativa da UVA em Sobral em 1982.

Considerando o percurso traçado nessa seção em relação aos atos normativos que se iniciam no Império (1822-1889) até a Ditadura Militar (1964-1985), evidenciamos um crescimento no entendimento da EF, que inicialmente apesar de uma legislação em favor de sua inserção no currículo escolar, na prática não se consolidou facilmente. Constatamos uma forte influência dos instrutores militares que tiveram atuação direta e intensa nas aulas em meio civil. É de se destacar a grande notoriedade que foi dada à EF na Era Vargas (1930-1945)

vinculada a um projeto maior de segurança nacional e desenvolvimento industrial. E, apesar de que na Ditadura Militar o esporte ter sido usado para ocultar os problemas sociais e políticos vivenciados no país com a liberdade cerceada, se consideramos o contexto da trajetória a partir desse período, observamos, no entanto, que se encaminha para a construção de uma epistemologia na área que só chega tempos depois, principalmente com as mudanças de formação na graduação.

## 6 A EDUCAÇÃO NO MUNICÍPIO DE ICÓ E O CONTEXTO DA EDUCAÇÃO FÍSICA: UMA CARTOGRAFIA EM BUSCA DO ENTRELAÇAR DESSA HISTÓRIA

Nesta seção, procuramos com base em documentos escritos, (re)constituir, mesmo que de forma breve, a história da Educação em Icó, a partir do surgimento das primeiras instituições de ensino na sede<sup>31</sup> do município, e nela evidenciar os marcos iniciais da EF. Nossa intenção não é esgotar a temática sobre a historicidade da Educação, e em especial, da EF, no município de Icó. Somos conscientes de que os registros dessa história nem sempre estão expressos, e os que estão, muitas vezes não se encontram disponíveis ou nem temos o conhecimento de sua existência e ainda requerem um tempo maior para buscá-los. Procuramos trazer nesta seção, elementos que possam fomentar as reflexões e possíveis discussões a respeito dessa (re)constituição histórica. Dito de outra forma, a finalidade deste registro é a de cartografar o contexto histórico educacional de Icó, tendo como referência o surgimento das escolas, com a intenção de melhor compreender e, conseqüentemente, situar o surgimento da EF enquanto disciplina escolar.

É interessante esclarecermos novamente que quando nos remetemos à cartografia neste trabalho não fugimos de seu conceito tradicional vinculado à Geografia Física e Humana que faz referência ao mapa como representação de um território e das características de uma população. Porém, transcendemos esse entendimento para um conceito também social. De acordo com Prado Filho e Teti (2013, p. 47), a cartografia social está vinculada às Ciências Sociais e Humanas e vai além do mapeamento físico, envolvendo entre outras coisas, “as relações, movimentos, relação de poder enfrentamentos entre forças, lutas, enunciações, modos de objetivação, de subjetivação, de estetização de si mesmo, práticas de resistência e de liberdade”. Destarte, para os autores, consiste numa “estratégia de análise crítica e ação política, olhar crítico que acompanha e descreve relações, trajetórias, formações rizomáticas<sup>32</sup>, a composição de dispositivos<sup>33</sup>, apontando

---

<sup>31</sup> Sede nesse estudo corresponde à localização urbana do município (compreensão do autor).

<sup>32</sup> Deriva de rizoma. Rizoma é um modelo descritivo ou epistemológico na teoria filosófica de Gilles Deleuze e Félix Guattari. A noção de rizoma foi adotada da estrutura de algumas plantas cujos brotos podem ramificar-se em qualquer ponto, assim como engrossar e transformar-se em um bulbo ou tubérculo; o rizoma da botânica, que tanto pode funcionar como raiz, talo ou ramo, independente de sua localização na figura da planta, servindo para exemplificar um sistema epistemológico onde não há raízes - ou seja, proposições ou afirmações mais fundamentais do

linhas de fuga, ruptura e resistência” (PRADO FILHO; TETI, 2013). Um modo complexo e interessante de ao adotar esse conceito, tentar articulá-lo ao nosso objeto de investigação e, conseqüentemente, de apreensão do significado que a ele se adequa de forma ímpar.

Feito esse esclarecimento, ressaltamos que ao nos determos à (re)constituição histórica educacional icoense, temos consciência de que é resultado de embates sociais, políticos, religiosos e econômicos decorrentes de interesses ideológicos de atores em diversos momentos da sua temporalidade. Desse modo, esclarecemos que por mais que em alguns momentos neste trabalho o cenário político, social e econômico não esteja claramente inserido no texto, somos conscientes de sua presença e força, embora, não tenhamos a competência, muitas vezes, de articulá-los aos acontecimentos, sobretudo, àqueles relacionados à Educação, notadamente, a EF enquanto disciplina escolar.

As instituições de ensino, que retratamos neste estudo, para mencionar a historicidade educacional de Icó, foram o Grupo Escolar de Icó, o Ginásio Senhor do Bonfim, o Ginásio Nossa Senhora da Expectação, o Grupo Escolar Professora Lourdes Costa, o Centro Icoense de Ensinos Técnicos e a Escola Vivina Monteiro. Dessa forma, nas próximas subseções abordamos um pouco da história dessas instituições de ensino, (re)constituindo o contexto dessa trajetória, para nela encontrarmos a disciplina EF.

## 6.1 EDUCAÇÃO EM ICÓ, NO SEU PRIMEIRO GRUPO ESCOLAR, E O CONTEXTO DA EDUCAÇÃO FÍSICA

Embora o nosso período demarcado de pesquisa se insira, inicialmente, na década de 1940, historicamente, reconhecemos como importante

---

que outras - que se ramifiquem segundo dicotomias estritas (Disponível em: <[https://pt.wikipedia.org/wiki/Rizoma\\_\(filosofia\)](https://pt.wikipedia.org/wiki/Rizoma_(filosofia))>. Acesso em: 13 nov. 2018). O rizoma se estende e desdobra num plano horizontal, de forma acêntrica, indefinida e não hierarquizada, abrindo-se para a multiplicidade, tanto de interpretações quanto de ações, remetendo à formação radicular da batata, da grama e da erva daninha. (PRADO FILHO; TETI, 2013).

<sup>33</sup> “um conjunto decididamente heterogêneo que engloba discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas. Em suma, o dito e o não dito são os elementos do dispositivo. O dispositivo é a rede que se pode estabelecer entre esses elementos” (MICHEL FOUCAULT, 1979).

contextualizarmos os tempos históricos e seus acontecimentos que reverberaram e influenciaram décadas bem posteriores a estes, daí nosso recuo nesses registros.

A Educação brasileira na década de 1920, estava sob grande influência das ideias provindas da Escola Nova<sup>34</sup>, fortalecendo-se um movimento em defesa da escola pública, universal e gratuita. Nesse contexto, a referida década foi repleta de diversas reformas educacionais. A Reforma Sampaio Dória, em São Paulo, de acordo com Saviani (2008), foi a pioneira que ocorreu em 1920. Depois, aconteceram a reforma cearense, em 1922, liderada por Lourenço Filho, a reforma de Lysimaco Ferreira da Costa e Prieto Martinez no Paraná, em 1923, a reforma de José Augusto no Rio Grande do Norte, em 1924, a reforma na Bahia, em 1925, realizada por Anísio Teixeira, a reforma mineira, realizada por Francisco Campos e Mário Casasanta, em 1927, a reforma do Distrito Federal, em 1928, liderada por Fernando de Azevedo, e a reforma pernambucana, em 1929, dirigida por Carneiro Leão.

É importante ressaltar que no censo populacional de 1920, o Ceará tinha uma população de 1.319.228 habitantes, sendo que em relação à instrução educacional 1.073.262 pessoas não sabiam ler nem escrever, o que correspondia a 81,36% de analfabetos (IBGE, 1940). Um número muito elevado de cearenses, não sabia ler e nem escrever.

Nesse sentido, os poderes públicos, estaduais e municipais, conscientizaram-se de que era preciso expandir a Educação institucionalizada à população, sobretudo carente. Logo, um dos marcos da reforma educacional cearense foi a criação de grupos escolares, que foram instalados em 1922 nas principais cidades e vilas do Ceará. Almeida (2009, p. 48), sobre essa questão, assinala que

No decorrer da Reforma Educacional cearense houve a criação de grupos escolares, melhorando a oferta de ensino em todo o Estado, o crescimento do número de materiais adquiridos para melhor funcionamento desses grupos e um aumento substancial de matrículas, resultando do recenseamento escolar promovido durante a Reforma de Ensino. No ano de

---

<sup>34</sup> As primeiras Escolas Novas surgiram na Europa e na América por volta de 1889 a 1900, na Inglaterra, com Cecil Reddie (1858-1932). Para ele, o ensino deveria atender as demandas da sociedade moderna. Assim, outras escolas foram fundadas por diversos teóricos, inovando cada vez mais em suas práticas educacionais. Nos Estados Unidos, as iniciativas da Escola Nova foram promovidas por Dewey, dando base ao surgimento de outras perspectivas significativas. A partir dessa nova concepção educacional, admite-se que o conhecimento não pode ser transmitido aos alunos, mas deve ser um processo de desenvolvimento da construção ativo e prazeroso da aprendizagem, na qual a vontade do aluno é levada em consideração (ROSA, 2017).

1922, foram instalados os grupos escolares e escolas reunidas nas principais cidades e vilas do Estado. Cabia às prefeituras fornecer o edifício e ao Estado os professores e material. Os grupos escolares criados em 16 de dezembro 1922 foram: Aracati, Baturité, Barbalha, Crato e Icó<sup>35</sup>.

Analisando esse escrito de Almeida, constatamos que Icó, foi uma das cinco (5) primeiras cidades cearenses a ser contemplada com a criação de um grupo escolar em 1922. É importante notar que, para a implantação de um Grupo Escolar era necessária a parceria da Prefeitura e do Estado, na qual a primeira cedia o terreno e definia o local para sua construção ou instalação (no caso de Icó, instalou-se em sobrados<sup>36</sup>), para que as aulas acontecessem, já o segundo, era incumbido de contratar os professores e providenciar materiais para a realização das aulas. É importante registrar que antes do grupo escolar, ou ainda, existindo concomitante com este, as crianças e jovens icoenses eram alfabetizados nas casas das professoras ou pessoas que ensinavam. Geralmente, nessas casas existia uma sala grande com bancos e bancadas escolares onde uma moça ou senhora ministrava o ensino das primeiras letras. Na maioria das vezes, o ensino não era pago diante da falta de recursos das famílias.

Em relação ao processo histórico de criação e instalação do Grupo Escolar de Icó em 1922, encontramos em fontes documentais, esse escrito,

Tomando por base as ideias de Lourenço Filho, unido a vontade de fazer crescer o Ceará, Justiniano de Serpa cria diversas escolas no Estado, entre tantas, o Grupo Escolar de Icó, no ano de 1922. E apesar do Icó ter possuído uma escola nos moldes religiosos durante o século XIX, o Grupo Escolar de Icó constituía-se como a primeira escola pública, gratuita e laica. Dos anos de 1922 a 1930 o Grupo funcionou no sobrado que tinha pertencido à família do Comandante Francisco Manoel. Nos anos de 1931 a 1936, passou a funcionar no sobrado cedido pela Paróquia de Nossa Senhora da Expectação. Sendo transferido no ano de 1937 e permanecendo até 1947 no sobrado que pertenceu à família do Comendador Antônio Pinto Nogueira Acioly, que mais tarde seria a sede da Prefeitura Municipal, o 'Palácio da Alforria' (PPP DO CEJA ANA VIEIRA PINHEIRO, 2015, p. 12).

---

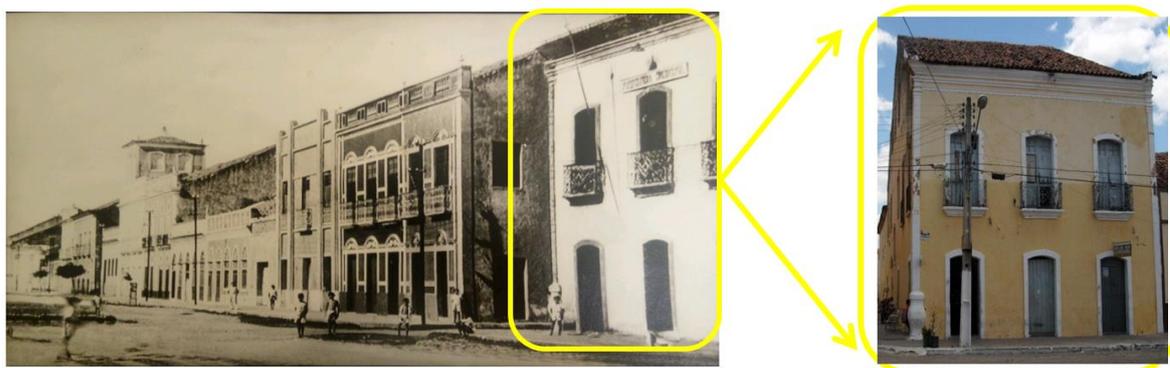
<sup>35</sup> Grifo nosso.

<sup>36</sup> É um tipo de edificação constituída por dois ou mais andares e com relativamente grande área construída. Na época do Brasil colônia os sobrados eram as residências dos senhores nas cidades e marcaram o início de uma tímida urbanização do Brasil. A expressão surgiu de forma natural a partir dos sobrados construídos nas cidades mineiras (especialmente durante o Ciclo do Ouro), normalmente caracterizadas por uma topografia tipicamente chamada de "mar de morros": as construções eram realizadas a partir do nível mais alto da rua, de forma que "sobrava" um espaço sob o piso principal da edificação. Com o tempo, este nível inferior passou a ser considerado o piso térreo, vindo a caracterizar os "sobrados". (Disponível em: <[https://pt.wikipedia.org/wiki/Sobrado\\_\(arquitetura\)](https://pt.wikipedia.org/wiki/Sobrado_(arquitetura))>. Acesso em: 1 jun. 2019).

Percebemos a ênfase no documento de exaltar os feitos de Justiniano de Serpa e as ideias educacionais de Lourenço Filho na condução da Reforma Educacional. O documento também faz um registro importante a respeito do grupo escolar, enfatizando que foi a primeira escola pública no município de Icó, oferecendo escolarização gratuita e laica. Sobre a existência dessa escola nos moldes religiosos durante o século XIX, antes do grupo escolar, não encontramos evidências em fontes consultadas. Entretanto, constatamos que no período do Império (1822-1889) em Icó, existiu um professor público de latim (também chamado de primeiras letras), denominado de Simplício Delfino Montezuma, contratado pelo governo da Província.

Destacamos que, de 1922 a 1947, ou seja, por um período de 26 anos, o Grupo Escolar do Icó funcionou em três locais diferentes (Sobrado da Família do Francisco Manoel – Figura 9, Sobrado da Paróquia de Nossa Senhora da Expectação – Figura 10 e Sobrado da família de Antônio Pinto Nogueira Acioly – Figura 11).

**Figura 9 – Funcionamento do grupo escolar de 1922 a 1930 no sobrado que pertenceu à família de Francisco Manoel, localizado na rua Ilídio Sampaio, Centro, Icó-CE**



Fonte: Acervo pessoal da professora Maria de Lourdes Maciel Melo Peixoto.

Com base na Figura 9, podemos observar, que na rua onde estava localizado o grupo escolar, havia vários sobrados perfilados, que possuíam uma arquitetura bastante semelhante, construídos com concepções e estilos europeus, inclusive, vários deles apresentavam detalhes mais sofisticados. Dependendo dos recursos de seu proprietário, possuíam as frentes azulejadas, com esse material vindo de terras europeias, especificamente, portuguesas. Notamos que as sacadas

são colocadas na parte superior oferecendo à vista para a rua. A parte inferior de onde originou-se o nome de sobrado, na maioria das vezes, era um espaço vazio ou servia para guardar os arreios e comidas dos cavalos. Pela concentração de sobrados observados na foto, deduzimos que era uma área habitada por pessoas que faziam parte da elite econômica da época. Essa rua é conhecida popularmente como “Rua Grande”, pelo seu enorme comprimento.

Percebemos ainda que o sobrado onde funcionou o primeiro Grupo Escolar do Icó tinha um estilo mais discreto, encontrava-se localizado em uma esquina, possuindo na parte inferior, três imensas portas horizontais, próprias do estilo da época e na parte superior, também três sacadas, com cobertura em telhas e ainda na época, sem forro de concreto. Podemos verificar também que, apesar de ser um sobrado comprido, a largura nos parece ser pequena, o que nos faz acreditar que no início a demanda de alunos era pouca. Podemos notar um amplo espaço à frente da edificação, sem arborização, era a “Rua Grande” em formação. A Figura 10 nos mostra uma constituição mais limitada.

**Figura 10 – Funcionamento do Grupo Escolar de 1931 a 1936 no sobrado que pertence à paróquia de Nossa Senhora da Expectação de Icó, localizado na rua Dr. Inácio Dias, nº 1912, Centro, Icó-CE**



Fonte: Acervo pessoal da professora Maria de Lourdes Maciel Melo Peixoto.

Podemos constatar olhando para essa foto, que a rua onde passou a funcionar o Grupo Escolar de Icó, era mais discreta se comparada com a anterior.

Percebemos que, apesar das casas apresentarem traços da arquitetura europeia, são mais simples, o destaque do local é o próprio Sobrado da Paróquia de Nossa Senhora da Expectação, onde funcionava a escola. Notamos uma edificação maior em relação à anterior, na parte inferior, apresenta três (3) portas e duas janelas, e na superior, cinco (5) sacadas de frente para a rua, e ainda um outro andar superior, que antigamente, funcionava como espécie de mirante, usado para apreciar a paisagem e também como sótão para a guarda de objetos.

Verificamos ainda que à frente do prédio tinha um espaço amplo e sem arborização. Pelo tamanho do sobrado, podemos deduzir que a quantidade de alunos, possivelmente, teria aumentado. Pela edificação do sobrado, podemos inferir uma igreja católica forte e influente no município de Icó, intercedendo nos processos sociais e educacionais, visto que o Grupo Escolar não estava mais localizado onde se concentrava a maior parte da elite econômica da época, mas em espaços que pertenciam à Paróquia do Município. A Figura 11 nos oferece novas mudanças no grupo escolar.

**Figura 11 – Sobrado<sup>37</sup> que pertenceu à família do Comendador Antônio Pinto Nogueira Acioly, onde funcionou o Grupo Escolar de 1937 a 1947, localizado na rua Ilídio Sampaio, nº 2131, Centro, Icó-CE**



Fonte: Festival Icozeiro. (Disponível em: <<http://icozeiro.blogspot.com/2013/12/fotos-de-ico-ceara.htmlmesmas>>. Acesso em: 10 out. 2018).

<sup>37</sup> Atualmente recebe o nome de Palácio da Alforria e funciona como sede da prefeitura municipal.

Percebemos na Figura 11, que o Grupo Escolar volta a funcionar na “Rua Grande”, onde existia grande quantidade de sobrados e uma concentração de pessoas com um poder aquisitivo maior. Na edificação do sobrado, podemos notar que na parte inferior, este possuía quatro (4) portas, e na parte superior era formada por quatro (4) sacadas de frente para a rua. Verificamos a existência de um amplo espaço em frente ao prédio e arborização em suas proximidades. São anos que já despertam para a arborização de ruas e espaços como as praças e logradouros.

Esse sobrado pertenceu à família de Antônio Pinto Nogueira Acioly (1840-1921). Esse icoense, de descendência portuguesa, foi um dos mais influentes políticos do Ceará durante o período da República Velha (1889-1930) e governou o referido estado, entre 1896 e 1912.

Após funcionar nesses sobrados, em 25 de outubro de 1948, o Grupo Escolar de Icó ganha um prédio próprio para seu funcionamento (Figura 12). A construção foi iniciada em 1945 e concluída somente em 1948 com recursos públicos (Estado e Município). Nas novas instalações, o Grupo Escolar de Icó recebeu o nome, na ocasião de sua inauguração, de Grupo Escolar Ana Vieira Pinheiro<sup>38</sup>. O prédio do Grupo Escolar de Icó, de acordo com educadores e autoridades cearenses que o visitaram na época, foi considerado um exemplo de arquitetura planejada, estando dentro dos padrões educacionais modernos (PPP DO CEJA ANA VIEIRA PINHEIRO, 2015, p.12). A Figura 12 nos retrata essa realidade.

**Figura 12 – Prédio próprio do Grupo Escolar de Icó na década de 1950, localizado na Rua Dona Aldery, nº 324, Centro, Icó/CE**



Fonte: Acervo pessoal da professora Maria de Lourdes Maciel Melo Peixoto.

<sup>38</sup> Ana Viera Pinheiro foi a segunda professora formada a atuar no município de Icó que faleceu um pouco antes da inauguração do novo prédio (LIMA; SOUSA, 1996).

Analisando a Figura 12, podemos observar que a porta de entrada do Grupo Escolar não era central, ficava recuada para um dos lados. Percebemos que nas janelas havia pequenas aberturas que facilitavam a ventilação e a entrada da luz solar. Notamos que o muro era bastante baixo, formado por uma espécie de cerca de madeira e nas suas proximidades havia algumas árvores que já estavam crescidas. Verificamos também que nas mediações do prédio, na época, não havia residências, contudo, apesar de localizar-se em uma outra rua, encontrava-se numa distância, em torno de 350 metros do sobrado no qual funcionava anteriormente.

Com relação à organização curricular do Grupo Escolar de Icó, não temos evidências dos anos anteriores ao seu funcionamento em prédio próprio, isto é, não encontramos documentos referentes à matriz curricular da referida escola antes do ano de 1948, quando funcionava nos sobrados. Em pesquisa realizada em fontes documentais da escola, encontramos na ficha de alunos, as matérias ofertadas no ensino primário a partir do ano de 1948 (Figura 13).

**Figura 13 – Fragmento da ficha da vida escolar do aluno, onde se pode constatar as matérias que eram ensinadas no ano de 1948 a 1951**

**VIDA ESCOLAR – 1.º GRAU**

Escola de 1.º Grau Ana Vieira Pinheiro					Icó	Escola de 1.º Grau Ana Vieira Pinheiro					Icó
Estabelecimento					Local	Estabelecimento					Local
1948	Pernambuco				Aprovado	1949	Pernambuco				Aprovado
Ano	Estado				Resultado	Ano	Estado				Resultado
1a. S E R I E	Matéria	Comunicação e Expressão	Estudos Socials	Ciências							
Conceito		Bom	Bom	Bom							

Escola de 1.º Grau Ana Vieira Pinheiro					Icó	Escola de 1.º Grau Ana Vieira Pinheiro					Icó
Estabelecimento					Local	Estabelecimento					Local
1950	Pernambuco				Aprovado	1951	Pernambuco				Aprovado
Ano	Estado				Resultado	Ano	Estado				Resultado
1a. S E R I E	Matéria	Comunicação e Expressão	Estudos Socials	Ciências							
Conceito		Bom	Ótimo	Bom							

Escola de 1.º Grau Ana Vieira Pinheiro					Icó	Escola de 1.º Grau Ana Vieira Pinheiro					Icó
Estabelecimento					Local	Estabelecimento					Local
1950	Pernambuco				Aprovado	1951	Pernambuco				Aprovado
Ano	Estado				Resultado	Ano	Estado				Resultado
1a. S E R I E	Matéria	Comunicação e Expressão	Estudos Socials	Ciências							
Conceito		Bom	Ótimo	Bom							

Fonte: Pasta individual do aluno na secretaria do CEJA<sup>39</sup> Ana Vieira Pinheiro.

<sup>39</sup> A partir de 2003, o Grupo Escolar Ana Vieira Pinheiro inicia o processo gradativo para transformar-se em Centro de Educação de Jovens e Adultos (CEJA), oferecendo as modalidades da EJA presencial 1º e 2º segmentos, além da modalidade semipresencial nos níveis fundamental

Mediante o histórico encontrado da vida escolar de um aluno, podemos perceber que do ano letivo de 1948 até 1951, da 1ª a 4ª série, as matérias ensinadas pelos professores eram: Comunicação e Expressão, Estudos Sociais e Ciências e, não eram atribuídas notas na forma numérica, sendo adotado o conceito de insatisfatório, regular, bom e ótimo.

Percebemos que o ensino da EF, oficialmente, não fazia parte das matérias curriculares dessa instituição educacional. Entretanto, o ensino da EF no primário, em termos de legislação, no Brasil, estava em vigência por meio da Lei nº 8529 de 02 de janeiro de 1946, denominada de Lei Orgânica do Ensino Primário, que no Artigo 7º, incluía no inciso VII, a EF como uma das matérias pertencentes ao quadro de estudo desse nível educacional.

No tocante à organização curricular que impactou no Grupo Escolar de Icó, as mudanças mais expressivas foram realizadas a partir da promulgação da Lei de Diretrizes e Base da Educação nº 5692 de 1971. A referida Lei traz uma série de mudanças na Educação, entre estas, estabelece a integração do ensino primário e ginásial passando a formar o 1º grau, composto de 8 anos, extinguindo o exame de admissão e ampliando a obrigatoriedade de oferta de séries ao setor público. O ensino secundário (nível médio), passa a formar o ensino de 2º grau, composto de três (3) ou quatro (4) anos. Essa lei ainda estabelece a obrigatoriedade do ensino da EF em ambos os graus.

Nessa perspectiva, sob influência dessa lei, quatro anos depois, por meio do Decreto Estadual nº 11.493, em 17 de outubro de 1975 e da publicação no Diário Oficial do Estado do Ceará, dia 30 de dezembro de 1975, o Grupo Escolar de Icó, passa a chamar-se Escola de 1º Grau Ana Vieira Pinheiro<sup>40</sup> (PPP DO CEJA ANA VIEIRA PINHEIRO, 2015, p. 13).

---

e médio, recebendo um novo nome CEJA Ana Vieira Pinheiro (PPP DO CEJA ANA VIEIRA PINHEIRO, 2015).

40 Outra mudança aconteceu a partir da LDB nº 9394 de 1996 e com a implementação estadual da proposta “Todos pela educação de qualidade para todos” e da “Escola do novo milênio”, a escola passa a oferecer da 1ª a 8ª séries do ensino fundamental e ser denominada de Escola de Ensino Fundamental Ana Vieira Pinheiro (PPP DO CEJA ANA VIEIRA PINHEIRO, 2015). E a partir de 2003 a escola inicia o processo de oferta da Educação de Jovens e Adultos que até 2019 ainda acontece. A escola se transforma em Centro de Educação de Jovens e Adultos (CEJA), oferecendo as modalidades da EJA presencial 1º e 2º segmentos, além da modalidade semipresencial nos níveis fundamental e médio.

Diante da demanda de oferta de nível educacional da Escola de 1º Grau Ana Vieira Pinheiro (antigo Grupo Escolar), constatamos, a partir do livro de registro de atas de resultados finais da referida escola dos anos de 1977, 1978 e 1979, a presença oficial da EF como disciplina na matriz curricular no ano de 1979 nas turmas de 5ª séries A e B, conforme a Figura 14 que se segue.

**Figura 14 – Fragmento do livro de atas de resultados finais da Escola de 1º grau Ana Vieira Pinheiro dos anos de 1977, 1978 e 1979**

ATA DE RESULTADOS FINAIS

Aos 21 dias do mês de Dezembro do ano de 1979 terminou-se o processo de apuração das notas finais e nota global dos alunos da 5ª série do 1º grau, deste estabelecimento, com os seguintes resultados:

M E S	Comunicação e Língua Portuguesa			Estudos Sociais e Biológicas			Matemática			Educação Artística			Técnicas Comerciais			Educação Física			
	HA	FD	MF	HA	FD	MF	HA	FD	MF	HA	FD	MF	HA	FD	MF	HA	FD	MF	
Dezembro	144	B	144	B	108	B	144	B	36	B	36	B	36	B	36	B	36	B	36
Outubro	144	R	144	R	108	R	144	R	36	R	36	R	36	R	36	R	36	R	36
Novembro	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outubro	144	R	144	R	108	R	144	R	36	R	36	R	36	R	36	R	36	R	36

Fonte: Pasta individual do aluno na secretaria do CEJA Ana Vieira Pinheiro.

Nesse fragmento documental, notamos que na turma de 5ª série A, que funcionava no turno da tarde, em 1979, a matriz curricular era formada pelas disciplinas de Comunicação e Língua Portuguesa, Estudos Sociais, Ciências Físicas e Biológicas, Matemática, Educação Artística, Técnicas Comerciais e Educação Física. Em relação à EF, percebemos que o registro na ata final, se restringia à carga horária e quantidade de falta. Ressaltamos que a EF, nessa época, era eminentemente prática.

## 6.2 EDUCAÇÃO NO ICÓ DE INICIATIVA RELIGIOSA E PARTICULAR, E O CONTEXTO DA EDUCAÇÃO FÍSICA

Em Icó, a educação institucionalizada não se restringiu à ação do poder público (parceria entre Estado e Município) com a instalação do Grupo Escolar,

tivemos também, a criação de escolas de iniciativas de entidades religiosas. É importante ressaltar, que no início da República, a igreja católica encontrava-se forte e influente na sociedade civil cearense, acreditada pelos dados do censo populacional de 1940, que registrava uma população de 2.091.032 habitantes no Ceará, dos quais 2.078.173 deles, declaram-se ser da religião Católica Apostólica Romana, o que correspondia a 99,39 % (IBGE, 1940), quase a totalidade de habitantes da época. Com essa população, eminentemente católica, afluíam não somente as igrejas, os seminários, os colégios, as escolas, provenientes de congregações que vinham, algumas, da Europa e outras, já com suas raízes fincadas em solo brasileiro.

A Congregação das Filhas de Santa Teresa de Jesus, foi uma delas, com sede no município de Crato<sup>41</sup>, resolveu fundar um colégio em Icó, no ano de 1938 (16 anos após a criação do primeiro grupo escolar dessa cidade), denominado de Colégio Senhor do Bonfim. De acordo com a parte histórica, contida no PPP do referido Colégio, a Madre Ana Couto<sup>42</sup> (1885-1947) consagrou a nova instituição educacional à proteção do Senhor do Bonfim<sup>43</sup>, um dos santos de grande devoção dos icoenses. No livro de atas de fundação do Colégio Senhor do Bonfim, encontramos o seguinte trecho (Figura 15):

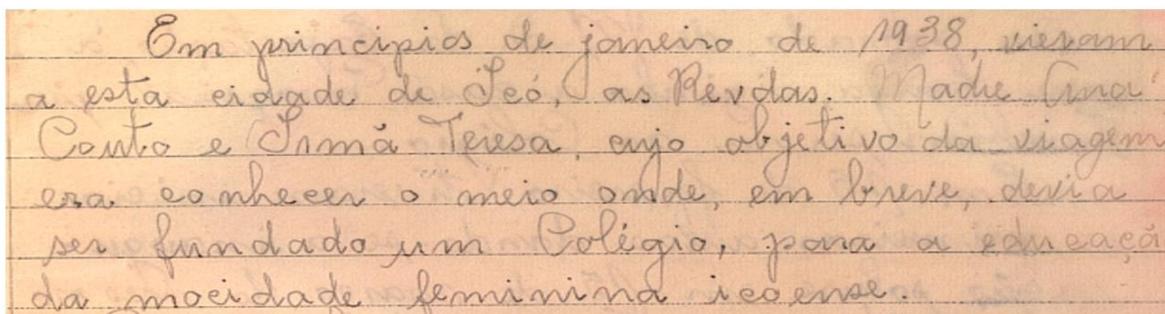
---

<sup>41</sup>É um município brasileiro do estado do Ceará. A cidade situa-se no Cariri cearense, conhecido por muitos como o "Oásis do Sertão" pelas características climáticas mais úmidas e favoráveis à agropecuária. Faz divisa com o estado de Pernambuco, constituindo também um entroncamento rodoviário que a interliga ao Piauí, Paraíba e Pernambuco, além da capital do Ceará, Fortaleza. Localiza-se no sopé da Chapada do Araripe no extremo-sul do estado e na Microrregião do Cariri, integrante da Região Metropolitana do Cariri e em 2016, tinha quase 130 mil habitantes (Disponível em: <[https://pt.wikipedia.org/wiki/Crato\\_\(Cear%C3%A1\)](https://pt.wikipedia.org/wiki/Crato_(Cear%C3%A1))>. Acesso em: 12 mar. 2019).

<sup>42</sup>Foi uma religiosa católica jardinense que desde criança manifestou, através dos seus atos e palavras, um coração voltado para os pobres, os doentes, os idosos, os que sofrem. O seu lema era: "Caridade e Fortaleza" o qual viveu em todo o curso de sua vida. No dia 30 de janeiro de 1885, no Sítio Engenho D'água em jardim - CE, nasceu Ana Álvares Couto. Filha do casal: Cláudio Álvares Couto e Eponina Gouveia Couto. Pertencia à Congregação Filhas de Santa Tereza de Jesus do Crato (Memorial Ana Alvares Couto. Disponível em: <<http://cepafmac.blogspot.com/p/madre-ana-couto.html>>. Acesso em: 16 fev. 2019).

<sup>43</sup>Criada nos idos de 1749, a Festa do Senhor do Bonfim de Icó é considerada uma das mais expressivas manifestações de fé e o terceiro maior santuário do Ceará, após o de Nossa Senhora das Dores em Juazeiro do Norte e o de São Francisco das Chagas em Canindé. Trata-se, portanto, de uma festa que reúne cerca de trinta milromeiros no primeiro dia do ano e mobiliza grande parte da população da mesorregião Centro-Sul cearense (SANTOS, 2018). (Disponível em: <<http://www.periodicos.uem.br/ojs/index.php/RbhrAnpuh/article/view/36820/21510>>. Acesso em: 16 fev. 2019).

**Figura 15 – Trecho do livro<sup>44</sup> de atas de perspectiva de fundação do Ginásio Senhor do Bonfim da página inicial do ano de 1938**



Fonte: Livro de atas do Colégio Senhor do Bonfim de 1938 a 1988.

Percebemos no livro de atas da fundação do referido colégio, o registro da visita da Madre Ana Couto e da irmã Teresa à procura de possíveis espaços para instalação de uma escola para moças de Icó e, de uma reunião realizada na paróquia de Nossa Senhora da Expectação, onde essa intenção ou propósito foi discutido. Depois da visita e reunião no município, as religiosas retornaram para o Crato e foram autorizadas à criação do referido colégio por Dom Francisco de Assis Pires<sup>45</sup> (1880-1960). Após essa autorização, no dia 25 de janeiro de 1938, a madre Ana Couto envia para o Icó, as irmãs Teresa, Francisca, Beatriz e Félix para instalarem o Colégio no Sobrado de Nossa Senhora da Expectação, que funcionava como casa paroquial, sendo o mesmo local onde funcionou o Grupo Escolar de Icó (1931 a 1936) (LIVRO DE ATAS DA FUNDAÇÃO DA ESCOLA, 1938-1988).

O funcionamento das primeiras aulas ocorreu em 15 de fevereiro de 1938, sendo que em julho do mesmo ano, foi efetuada a compra do novo prédio e terreno pertencente a Bernardino Ferreira Antero, que doa a capela particular da família que se encontrava em sua propriedade, na condição da Congregação das Filhas de Santa Teresa de Jesus zelarem o cemitério particular também da família que existia no local (LIVRO DE ATAS DA FUNDAÇÃO DA ESCOLA, 1938-1988). De acordo com Lima e Sousa (1996), ainda contemplava nesse termo de doação, objetos e utensílios sacros, imagens de origem italiana e quadros de valor pertencentes à

<sup>44</sup> No trecho está escrito “Em princípios de Janeiro de 1938, vieram a essa cidade de Icó, as reverendas Madre Ana Couto e Irmã Teresa, cujo objetivo da viagem era conhecer o meio onde, em breve, devia ser fundado um Colégio, para a educação da mocidade feminina icoense”.

<sup>45</sup> Nasceu em Salvador – BA, no dia 4 de outubro de 1880 e, faleceu em Crato-CE, no dia 10 de fevereiro de 1960. Foi sacerdote da Igreja Católica Romana, tornando-se o segundo bispo da Diocese do Crato, de 1931 a 1959 (Disponível em: <[https://pt.wikipedia.org/wiki/Francisco\\_de\\_Assis\\_Pires](https://pt.wikipedia.org/wiki/Francisco_de_Assis_Pires)>. Acesso em: 10 mar. 2019).

capela. As autoras em seus escritos<sup>46</sup>, mencionam que a edificação do prédio teve como marco da construção a década de 1840 e, nele habitava a família Antero<sup>47</sup> (Figura 16).

**Figura 16 – Prédio, capela e terreno comprados para instalação do Colégio Senhor do Bonfim, imagem aproximadamente da década de 1940, localizado na antiga Praça da Bandeira, que atualmente (2019) se chama Rua Francisco Maciel da Silva, nº 2557, Centro, Icó/CE**



Fonte: Acervo pessoal da professora Maria de Lourdes Maciel Melo Peixoto.

Analisando a Figura 16, podemos notar que o prédio era bastante comprido e largo, possuindo uma parte inferior com uma porta central entre seis janelas (três de cada lado), e na parte superior um espécie de sacada. Notadamente, na arquitetura da edificação (tanto na capela quanto no prédio), constatamos traços europeus. Nas proximidades do prédio, observam-se algumas árvores e um grande espaço livre à frente, denotando um espaço pouco habitado. Verificamos que, interligando as frentes da capela e do prédio há uma fileira de pequenos postes, que parece formar um cercado. E na parte de trás essa conexão entre as duas edificações é feita por um muro bastante alto.

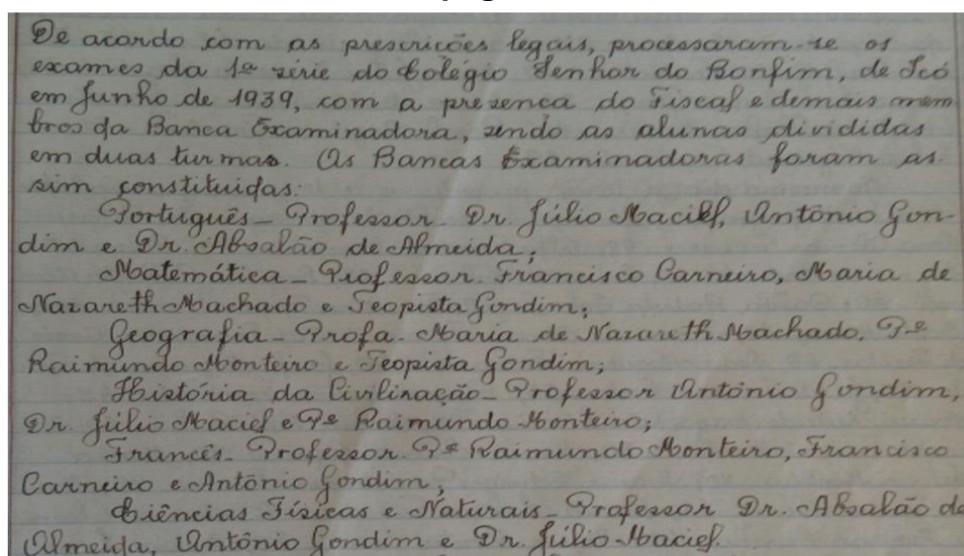
<sup>46</sup> Livro denominado "Princesa dos Sertões", publicado em 1996.

<sup>47</sup> O Patriarca da família, proprietário do prédio e terreno foi Antonio Ferreira Antero (1812 - 1885), comerciante natural de Santiago, Espanha que, estabelecendo-se em Icó, em 1843, quando aquela cidade era grande centro comercial do sertão, adquiriu considerável fortuna da qual gastou grande parte na seca de 1877-1879, sendo a salvação de muitas famílias. Seu sobrenome originalmente era "Antelo", porém como, aportuguesando a palavra, chamavam-no Antero, para evitar confusão em sua firma comercial, teve que adotar este nome que legou à sua descendência (Disponível em: <[https://pt.wikipedia.org/wiki/Francisco\\_Ferreira\\_Antero](https://pt.wikipedia.org/wiki/Francisco_Ferreira_Antero)>. Acesso em: 20 mar. 2019).

Nesse prédio, as aulas iniciaram em 03 de agosto de 1938, começaram apenas com o ensino primário, sendo posteriormente implantado o Curso Normal e adotado o sistema de internato, constituindo-se em um respeitável estabelecimento de ensino na região (LIMA; SOUSA, 1996). As moças icoenses de famílias abastadas, não precisavam mais se deslocarem para Juazeiro ou Crato em busca de uma formação mais completa.

Em 1939, o Colégio Senhor do Bonfim já oferta o 1º ano secundário, com as aulas começando em 15 de fevereiro com o exame de admissão<sup>48</sup>, para o qual, cinquenta (50) candidatas inscreveram-se e conseguiram êxitos nessa avaliação. Em pesquisa realizada no livro de atas do referido colégio, considerando o andamento do ano letivo com desistências e transferências, como resultado parcial do 1º ano secundário, constatamos o registro de trinta e nove (39) alunas que foram divididas em duas turmas e avaliadas em seis (6) disciplinas, conforme Figura 17.

**Figura 17 – Trecho do livro de atas de resultados de provas escolares de 1939 a 1946 contendo as disciplinas em que as alunas foram avaliadas no ano de 1939, página inicial**



Fonte: Livro de atas de resultados de 1939 a 1946 que se encontra na secretaria escolar do Colégio Sr. do Bonfim.

<sup>48</sup> Os exames de admissão foram introduzidos para o ingresso no Colégio Pedro II através do Decreto nº 4.468 de 1º de fevereiro de 1870 e regulamentados pelo Decreto nº 981 de 8 de novembro de 1890. Por meio do Decreto nº 19.890/31, como parte da Reforma Campos, os exames de admissão ao ginásio tornaram-se obrigatórios em todas as escolas secundárias oficiais do Brasil, sendo extintos somente com a Lei nº 5692/71 e marcaram um período histórico de ampliação no acesso ao ensino primário e restrição ao ensino secundário (AKSENEN; MIGUEL, 2014).

Com base nesse trecho<sup>49</sup> do documento, podemos constatar que no 1º ano seriado faziam parte da matriz curricular seis disciplinas: Português, Matemática, Geografia, História da Civilização, Francês e Ciências Físicas e Naturais em que as alunas eram submetidas a avaliações semestrais. Cinco anos depois de sua inauguração, em 1943, o colégio resolve ofertar o curso técnico de formação de professores primários, conhecido como Curso Normal.

Essa primeira turma foi composta por catorze (14) alunas. Pelo livro de atas de resultados de 1939 a 1946, encontra-se muito deteriorado e faltando algumas páginas. Por isso, não podemos mencionar com exatidão, a quantidade de disciplinas que compunha o Curso Normal para formação de professoras. Mas, podemos constatar que uma parte indicava as disciplinas propedêuticas, contendo Matemática, Português, Francês, Antropogeografia, Física, Química, História Natural. E um eixo técnico com Higiene e Educação Sanitária, Anatomia, Psicologia, Pedagogia, Técnica de Ensino, História e Filosofia da Educação, Higiene e Puericultura. Essas disciplinas eram distribuídas em três anos de curso.

Diante dos fatos mencionados, percebemos que até o ano de 1943, a EF, não figurava entre as matérias que constam nos registros em documentos oficiais do Colégio Senhor do Bonfim. Encontramos evidência da existência da EF incluída oficialmente no currículo dessa instituição de ensino, a partir de 1946. Essa informação está contida no livro (Registros 1943/1976) de atas de resultados finais do Curso Normal (conforme Figura 18), bem como em um caderno de descrição de atividades de EF de uma aluna normalista do 1º ano do referido colégio.

---

<sup>49</sup> Esse trecho apresenta a seguinte descrição: De acordo com as prescrições legais, processaram-se os exames de 1ª série do Colégio Senhor do Bonfim, de Icó em junho de 1939, com a presença do Fiscal e demais membros da banca examinadora, sendo as alunas divididas em duas turmas. As Bancas examinadoras foram assim constituídas: Português – Professor Dr. Júlio Maciel, Antônio Gondim e Dr. Absalão de Almeida; Matemática – Professor Francisco Carneiro, Maria de Nazareth Machado e Teopista Gondim; Geografia – Professora Maria de Nazareth Machado, Padre Raimundo Monteiro e Teopista Gondim; História da Civilização – Professor Antônio Gondim, Dr. Júlio Maciel e Padre Raimundo Monteiro; Francês – Professor Padre Raimundo Monteiro, Francisco Carneiro e Antônio Gondim; Ciências Físicas e Naturais – Professor Dr. Absalão de Almeida, Antônio Gondim e Dr. Júlio Maciel.

**Figura 18 – Fragmento do livro de registro de 1943/1976 que constam atas de resultados da turma de 1º ano do curso normal de 1946**

#	Nome	Aplicação		
		Exame	Exame	media geral
1	Eledina Alencar Teixeira	100	100	100
2	Francisca Sobral Vianna	90	90	90
3	Maria Euclides Crispim	100	80	90
4	Maria Euclides M. Teixeira	90	80	80,5
5	Maria Sara Noqueiro Almeida	90	80	80,5
6	Maria de Jesus Nunes	70	60	60,5
7	Maria Socorro Linsire	100	70	80,5
8	Maria Vanice Aquino	100	90	90,5
9	Maria Feli Vieira	80	90	80,5
10	Olinda Bezerra	100	80	90

George Chaves Teixeira

Fonte: Secretaria do Colégio Senhor do Bonfim, Icó-CE.

Nesse trecho do livro de atas de resultados finais do Curso Normal, que faz os registros de 1943 a 1976, constatamos a EF na matriz curricular do referido curso no ano de 1946. Destacamos, também, o nome da aluna, “Eledina Alencar Teixeira”, que produziu o caderno com a descrição das atividades de EF, material no qual discutiremos, posteriormente, na seção sobre a prática docente de EF em Icó.

Esses documentos (registro no livro de atas e o caderno de EF da aluna normalista), correspondem aos registros mais antigos encontrados por nós nas escolas icoenses que fazem menção ao ensino da EF organizado na matriz curricular, como matéria ou disciplina escolar. É relevante frisar que no início do ano de 1946 (02 de janeiro), em termos de legislação nacional, entrou em vigência a Lei Orgânica do Ensino Normal, por meio do Decreto-Lei nº 8530, que no seu Artigo 8º, ao enfatizar as disciplinas a serem trabalhadas no curso de formação de professores primários, consta a EF nas três séries do referido curso.

No Curso Normal do Colégio Senhor do Bonfim, a formação das professoras não se restringia à preparação didática para atuação no ensino primário, existia uma forte formação religiosa, com vistas ao desenvolvimento de valores e condutas cristãs para atuação no ensino e no lar, com rigidez até nas roupas das alunas (conforme Figura 19).

**Figura 19 – Foto de uma turma do Curso Normal do Colégio Senhor do Bonfim, aproximadamente da década de 1950**



Fonte: Acervo pessoal da professora Maria de Lourdes Maciel Melo Peixoto.

Diante da imagem, podemos perceber que o uniforme das normalistas era composto de uma blusa na cor branca de mangas compridas, sem decote algum na gola, e uma saia pregueda na cor vermelha com o comprimento abaixo do joelho, com meias brancas um pouco longas e um sapato na cor preta. Completava o uniforme uma boina na cor vermelha em tecido de feltro que era usada somente nas solenidades ou comemorações da escola. Assim, notamos que o uniforme das alunas, era bem discreto e possuía o modelo, principalmente, na cor vermelho escuro, similar ao das normalista da Escola Justiniano de Serpa em Fortaleza. Demonstrando no uniforme uma disciplina religiosa rigorosa sob a direção das irmãs da Congregação das Filhas de Santa Tereza de Jesus.

O Colégio Senhor do Bonfim, de acordo com os escritos de Lima (1995), foi dirigido pelas religiosas da Congregação das Filhas de Santa Tereza de Jesus até 1975, quando a congregação<sup>50</sup>, passando por crise financeira, resolve arrendar a

---

<sup>50</sup> A partir de 2001, depois de um período de 26 anos ausentes, as irmãs da Congregação das Filhas de Santa Teresa de Jesus retomam à direção do Colégio Senhor do Bonfim e continuam até hoje (2019). Durante esse período passaram as seguintes equipes: de 2001 a 2004, Maria do Socorro

instituição de ensino para as professoras Maria Irismar Maciel Moreira e Eutímia Maciel Moreira (duas irmãs). As referidas professoras passaram quinze (15) anos no comando do colégio (1975 a 1990). Nesse período promoveram algumas mudanças, dentre elas, destacamos a abertura dos portões do colégio para os alunos carentes no turno da tarde através de um convênio com o Governo do Estado do Ceará com a compra de vagas ociosas. Além disso, criaram o 4º Ano do Normal pedagógico, na época, Estudos Adicionais<sup>51</sup>.

No município de Icó também tivemos uma escola que partiu das ações de um líder religioso local, o padre Antônio Vieira<sup>52</sup> (1919-2003). De acordo com Lima (1998), o padre Antônio Vieira era um grande incentivador da educação icoense, em 01 de janeiro de 1947, por sua iniciativa e contando com parceria de José Walfrido Monteiro<sup>53</sup> e a Sociedade Educadora Icoense<sup>54</sup>, foi criado o Ginásio Nossa Senhora da Expectação, nove anos após a criação do Colégio Senhor do Bonfim (1938).

Essa escola foi idealizada com a finalidade de oferecer uma formação profissional de *artes e ofícios*<sup>55</sup> para os rapazes e de iniciação doméstica para as

Lira e suas Colaboradoras Irmãs Fabiana Soares Lima e Irinete Maria Gonçalves Mota, de 2005 a 2011, as irmãs Maria Berenice, Marieta Moura, Eugênia e Aldenira Maximo, de 2012 a 2015, as irmãs Itaira de Vasconcelos Sobral, Maria Floremir Moreira e Fabiana Soares Lima, em 2016, as irmãs Marieta Moura, Francisca Pinheiro do Amaral e Gehilde de Oliveira Leite, sendo que em 2017 chega a Irmã Aldenira para fazer parte da equipe (PPP DO COLÉGIO SENHOR DO BONFIM, 2017).

<sup>51</sup> Era um curso opcional para quem terminava o Curso Normal, que tinha duração de um (1) ano e habilitava para ensinar nas 5ª e 6ª séries.

<sup>52</sup> Nasceu na cidade de Várzea Alegre – CE em 1919. Foi advogado, político, padre e escritor de vários livros, entre eles, “O jumento nosso irmão”. Na paróquia de Icó deu assistência espiritual e integral aos que necessitavam de uma orientação, assim como voltado para os problemas sociais e educacionais da cidade, prestando relevantes serviços ao município. Foi um dos fundadores da sociedade Educadora Icoense, iniciou as construções de uma nova igreja em Icó em 1957 – Igreja de São José (LIMA; SOUSA, 1996), através de seus esforços conseguiu a instalação da Agência do Banco do Brasil (LIMA, 1998). Foi ainda vigário da paróquia de Iguatu (CE) e Icó (CE) de 1954 a 1962, lecionando também Português e Sociologia Educacional nessas cidades. Faleceu no dia 19 de abril de 2003 (Disponível em: <<http://www.fgv.br/CPDOC/BUSCA/dicionarios/verbete-biografico/antonio-batista-vieira>>. Acesso em: 02 abr. 2019).

<sup>53</sup> Filho de Walfrido Monteiro Sobrinho, viria a ser um dos políticos mais influentes do município de Icó, tornando-se prefeito de Icó em 1972 e posteriormente deputado estadual (1979-1983). Era um político carismático, poeta, jurista e escritor. No auge de sua carreira política, morre em Fortaleza num trágico acidente automobilístico ocorrido em 1983 (LIMA, 1995).

<sup>54</sup> Era uma entidade criada por iniciativa do padre Antônio Vieira e José Walfrido Monteiro com a finalidade de fundar uma escola profissional de artes e ofícios para rapazes e de iniciação doméstica para moças (LIMA, 1998).

<sup>55</sup> Uma formação técnica que buscava qualificar a mão de obra para atender à demanda do capital industrial, geralmente direcionado para as camadas mais populares visando o oferecimento de

moças. Entretanto, o funcionamento dessa escola ficou limitado em virtude das dificuldades de ordem estrutural. Inicialmente, o ginásio passou a oferecer a formação destinada só para os rapazes, com as atividades começando a funcionar num prédio particular, sendo construído posteriormente, uma edificação própria por meio dos esforços e empenho do padre Antônio Vieira na destinação de recursos da paróquia para essa finalidade (LIMA, 1998). Em Icó, para essas arrecadações, geralmente fazia-se os leilões e as quermesses no pátio da Igreja da Matriz.

É pertinente notar a organização curricular do Ginásio de Nossa Senhora da Expectação. Em uma busca documental no Galpão da SEDUC-CE (visto que essa escola foi extinta, com a incorporação pelo Centro Icoense de Ensino Técnicos (CIENTE) em 1974 encontramos uma pasta com a ficha individual do aluno, Cláudio Eduardo Falcão Graça, que cursava a 2ª série do ginásial no ano letivo de 1960 (Figura 20).

**Figura 20 – Trecho da ficha individual de um aluno do ano letivo de 1960 que cursa a 2ª série do ginásial contendo as disciplinas cursadas**

Ginásio Nossa Senhora da Expectação  
 (Nome do Estabelecimento)  
 Icó (Cidade)      Ceará (Estado)

FICHA INDIVIDUAL DO ANO LETIVO DE 1960  
 Curso: Ginásial      Turno: Vespertino      Série: 2ª      Turma: Rínias      1.º CICLO

1.a EPOCA		Português	Latim	Francês	Inglês	Matemát.	Ciências Naturais	H. Geral	Hist. do Brasil	Geografia	Trabalhos Manuais	Desenho	Canto Orfeon.
MÊSES	Abril	2,10	5,00	3,50	8,50	buco	-	9,50	-	6,60	10,00	9,00	9,00
	Maio	5,50	3,50	3,70	9,50	4,00	-	7,50	-	6,00	10,00	5,60	9,00
	Agosto	7,00	4,50	5,00	8,00	4,00	-	5,00	-	9,80	9,00	4,50	7,00
	Setembro	6,50	8,50	8,70	6,50	2,00	-	4,00	-	6,50	9,00	9,50	9,00

Fonte: Sala (galpão) de documentação escolar da Secretaria de Educação do Estado do Ceará-CE. Arquivo morto.

Nesse fragmento da ficha, podemos perceber que o aluno na 2ª série do ginásial cursava as disciplinas de Português, Latim, Francês, Inglês, Matemática, História Geral, Geografia, Trabalhos Manuais e Canto Orfeônico. Notamos também

---

trabalhos manuais e, especificamente para o público feminino, continha oficinas de modas, economia doméstica, de flores, de chapéus, de bordados e costuras.

que, na matriz curricular, ainda encontravam-se as matérias de Ciências Naturais e História do Brasil.

Em relação à EF no Ginásio Nossa Senhora da Expectação, na pasta do mesmo aluno, encontramos evidências dessa disciplina a partir de uma folha denominada de ficha de Educação Física (conforme Figura 21).

**Figura 21 – Fragmento que corresponde à primeira parte da ficha de EF**

Nome do estabelecimento: *Liceu Ginásio Nossa Sra. da Expectação*  
 Cidade: *Lio* Estado: *Ceará*

**FICHA DE EDUCAÇÃO FÍSICA**

Nome do aluno: *Cláudio Eduardo F. Graca* Sexo: *masculino*  
 Data e Lugar do nascimento: *22 de Julho de 1946* *Lio - Ceará*  
 Filiação: *Bairrio Antero da Graca - Francisca Telão Graca*

NOME DOS ESTABELECIMENTOS	Ano	Série	Município	Estado
<i>Ginásio Nossa Sra. da Expectação</i>	<i>1960</i>	<i>2ª</i>	<i>Lio</i>	<i>Ceará</i>
<i>Seminário Diocesano</i>	<i>1959</i>	<i>1ª</i>	<i>Crato</i>	<i>Ceará</i>

Fonte: Setor da documentação escolar da SEDUC/CE.

Podemos constatar que no ano de 1960, na 2ª série do ginásial, os alunos possuíam uma ficha de acompanhamento e controle da prática de EF no Ginásio de Nossa Senhora da Expectação.

Ressaltamos que de acordo com Lima (1995), a Lei nº 01 de 22 de janeiro, de 1974, cria o Centro Icoense de Ensino Técnicos (CIENTE)<sup>56</sup> e incorpora ao município o Ginásio Nossa Senhora da Expectação, tornando-o responsabilidade da prefeitura municipal. O fundador e idealizador do CIENTE (Figura 22) foi o prefeito da época José Walfrido Monteiro. O referido centro, começou oferecendo cursos primários, técnico em contabilidade e técnico em agricultura.

<sup>56</sup> Em 02 de março de 2001, por meio da Lei nº 496, a escola muda para Escola Municipal Manoel Antônio Nunes (descaracteriza seu ensino e a documentação escolar referente ao CIENTE é enviada para arquivamento na SEDUC-CE), em homenagem a um cidadão icoense, membro de uma família de políticos da cidade, posteriormente muda de instalações e volta a oferecer o ensino fundamental e EJA, principalmente, para os filhos das camadas trabalhadoras da cidade, surgindo para atender o crescente número de crianças e adolescentes da comunidade local (PPP DA ESCOLA MUNICIPAL MANOEL ANTÔNIO NUNES, 2016).

**Figura 22 – Centro Icoense de Ensino Técnicos (CIENTE), aproximadamente meados da década 1970, localizada na rua Monsenhor Frota, nº 609, Centro, Icó/CE. Atualmente nessas instalações funciona a Faculdade Vale do Salgado – FVS**



Fonte: Acervo pessoal da professora Maria Eleneuda de Sousa.

Diante da foto, podemos perceber que devido o CIENTE incorporar as instalações do Ginásio Nossa Senhora da Expectação, que é de origem religiosa, a arquitetura do prédio encontra-se em um formato que se assemelha um pouco aos seminários eclesiásticos, com a entrada localizada na parte inferior de uma das extremidades e na parte superior observamos uma fachada similar, sendo que na parte das salas de aulas, possuía muitas janelas. Notamos ainda, que o referido centro não possuía casas em sua vizinhança e em sua frente tinha um espaço sem arborização, denotando que a construção encontrava-se em um local isolado.

Em relação à organização curricular dos cursos técnicos que eram oferecidos pelo CIENTE, constatamos que esta era composta de uma parte denominada de Educação Geral, que continha as “disciplinas obrigatórias do núcleo”, “parte diversificada” e as disciplinas do “Artigo 7º da LDB nº 5692 de 1971”. A outra parte, chamada de Formação Especial, era integrada de disciplinas “profissionalizantes” e de “instrumentais parte diversificada” (conforme Figura 23). Além disso, o aluno ainda era submetido ao estágio. O curso geralmente se desenvolvia em três (3) anos.

**Figura 23 – Fragmento curricular do curso técnico em contabilidade iniciado em 1974**

EDUCAÇÃO GERAL				FORMAÇÃO ESPECIAL		C. Horária Anual Créditos	Depen- dência															
DISCIPLINAS OBRIGATORIAS NÚCLEO COMUM		PARTE DIVER- SIFICADA	ART. 7.º DA LEI 5.692	PROFISSIONALIZANTES				INSTRUMENTAIS PARTE DIVER- SIFICADA														
Ling. Port. e Lit. Brasil.	História			Geografia	Matemática	Moral e Cívica	Educação Artística		Programa de Saúde	Educação Religiosa	Ed. Física	Prof. Res. Esp.	Mecanografia	M. de Proc. Adm.	Prof. Contab.	Contabilidade	Dir. de Reg. e	Com. Mercad.	Pol. Adm. e	Pol. Legis.	Red. Prof. e	Educação Geral

Fonte: Sala (galpão) de documentação escolar da Secretaria de Educação do Estado-CE. Arquivo morto.

Analisando esse fragmento curricular do curso técnico em contabilidade iniciado em 1974, constatamos que o currículo já está sob influência da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 5692 de 1971. A referida lei determinava uma centralização no desenvolvimento e habilitação profissional discente no 2º grau, atribuindo uma formação especial ao longo de três (3) ou quatro (4) anos. Conforme podemos destacar no fragmento da ficha individual do aluno, a LDB nº 5692/71, determinava como obrigatório no seu Artigo 7º, a inclusão das disciplinas de Educação Moral e Cívica, Educação Física, Educação Artística e Programas de Saúde, deixando facultativo o ensino religioso. Logo, percebemos que a EF como disciplina fazia parte da matriz curricular desde o início de funcionamento do CIENTE.

### 6.3 AS ESCOLAS PÚBLICAS PROFESSORA LOURDES COSTA E VIVINA MONTEIRO, E O CONTEXTO DA EDUCAÇÃO FÍSICA

No final da década de 1960 foi criada outra escola de responsabilidade estadual em Icó, denominada de Grupo Escolar professora Lourdes Costa (Figura 24), para ofertar o ensino primário. Essa escola foi fundada em 17 de maio de 1967

e reconhecida pelo Decreto Estadual nº 8.344 de 27/11/1967 (PPP DA ESCOLA MUNICIPAL LOURDES COSTA, 2018).

**Figura 24 – Grupo Escolar professora Lourdes Costa, localizado na Avenida Ilídio Sampaio, 1571, Centro, Icó/CE.**



Fonte: Acervo fotográfico da Escola Municipal Lourdes Costa.

Analisando a imagem, percebemos que a escola foi construída com uma primeira abertura ampla de acesso às imediações externas, a qual era bastante arborizada, os muros eram baixos e com orifícios no meio da parede, deixando o ambiente bastante ventilado e com ótima estética. Já o portão, que dá acesso às imediações internas, era mais estreito e o muro mais alto.

A construção da referida escola foi justificada pelo aumento da demanda de alunos e solicitação da comunidade. O seu nome foi escolhido pelo então prefeito José Walfrido Monteiro Sobrinho em homenagem a uma ilustre professora da cidade que dedicou 30 anos de sua vida ao magistério (PPP DA ESCOLA MUNICIPAL LOURDES COSTA, 2018). No primeiro ano de funcionamento a escola possuía 585 alunos matriculados no ensino primário, distribuídos em 3 turnos. A primeira diretora da instituição de ensino foi Maria Irismar Maciel Moreira<sup>57</sup>. Conforme pesquisa em

<sup>57</sup> Foi uma das professoras entrevistadas, sendo a mais idosa (95 anos), prestou um grande trabalho educacional à população icoense, em reconhecimento aos seus serviços foi homenageada ainda em vida com uma escola municipal com seu nome, localizada na rua São Gerado, s/n, Centro, Icó-CE.

ficha individual dos alunos, no ano de 1968, até a 4ª série a matriz curricular era composta pelas disciplinas: Linguagem, Matemática, Ciências Naturais, Estudos Sociais e Habilidades Básicas (Figura 25).

**Figura 25 – Fragmento da ficha individual de uma aluna do Grupo Escolar Lourdes Costa em 1968**

PROFESSORA - <i>Maria Cláudia Oliveira da Silva</i>		DIRETORA -																		
4ª. SÉRIE PRIMÁRIA		ANO LETIVO DE 19 <i>68</i>																		
DISCIPLINAS	CONCEITOS MENS AIS												C. FINAL							
	MARÇO	FALTAS	ABRIL	FALTAS	MAIO	FALTAS	JUNHO	FALTAS	AGOSTO	FALTAS	SETEMBRO	FALTAS	OUTUBRO	FALTAS	NOV.	FALTAS	Insuf.	Regular	Bom	Ótimo
Linguagem	9		9		6	9	6,5		10		6		8						7	
Matemática	5,5		5,5		5		6		7,5		3		3					5		
Estudos Sociais	6,5		6,5		10		8,6		10		8		9		5				8	
Ciências Naturais	2		2		9,5		7		10		10		9		10			6		
Habilidades Básicas	9		9		9		10		10		10		10		10					9
		DATA: <i>10-12-68</i>																		
PROFESSORA -		DIRETORA - <i>Dalva Costa Farias</i>																		

*Obs. que matricula*

Fonte: Secretária da Escola Municipal Lourdes Costa.

Podemos perceber nessa ficha escolar que a matriz curricular ainda está sob a influência da LDB 4024 de 1961, que fixou a educação primária em quatro (4) séries consecutivas (da 1ª à 4ª) podendo ser acrescida de mais duas séries de Artes Aplicadas. O ensino primário tornou-se obrigatório a partir de 7 anos, e tinha como objetivo e finalidade, o desenvolvimento do raciocínio e das atividades de expressão da criança, e a sua integração ao meio físico e social. Essa Lei, em seu Artigo 22, determinava que a prática da EF deveria ser obrigatória nos cursos primário e médio, até a idade de dezoito (18) anos. Contudo, notamos a partir da análise da ficha da aluna, que essa determinação, no ano de 1968, não acontecia na referida escola icoense.

Assim, na Escola de 1º Grau Professora Lourdes Costa, só encontramos evidências oficiais do ensino da EF a posteriori, precisamente, no ano de 1982, na 5ª série, da turma A, do turno da manhã (conforme Figura 26).

**Figura 26 – Fragmento do livro de Ata de Resultados Finais da Escola de 1º Grau Professora Lourdes Costa do ano de 1982**

Escola de 1º Grau Professora Lourdes Costa  
 NOME DO ESTABELECIMENTO

Autorização - C. E. F.  
 Parecer 611/81

CIDADE: Iró ESTADO: Paraná

### ATA DE RESULTADOS FINAIS

Aos 31 dias do mês de dezembro do ano de 1982  
 terminou o processo de apuração das notas finais e nota global dos alunos da 5ª série  
 do 1º grau turma A turno da manhã deste estabelecimento.  
 com os seguintes resultados:

NOME DO ALUNO	Língua Portuguesa		Estudos Sociais		Ciências Físicas e Biológicas		Matemática		Educação Artística		Educação Religiosa		Técnicas Comerciais		Educação Física	
	R	B	R	B	R	B	R	B	R	B	R	B	R	B	R	B
Ana Lívia Belo	R	B	R	R	B	B	NAME									
Antônio Carlos Faustino Bezerra	R	B	R	R	B	B	NAME									
Antônio Gomes de Souza	R	B	R	R	B	B	NAME									

Fonte: Secretaria da Escola Municipal Lourdes Costa.

Percebemos nesse fragmento, que a matriz curricular da 5ª série A, estava composta das disciplinas: Língua Portuguesa, Estudos Sociais, Ciências Físicas e Biológicas, Matemática, Educação Artística, Educação Religiosa, Técnicas Comerciais e Educação Física. Notamos ainda, que em relação às demais, a EF era única disciplina que não apresentava nota nessa ata de resultados finais, apenas a menção à carga horária, o que nos dá a atender que era eminentemente prática e o registro oficial preconizava a frequência.

Em Icó, ainda destacamos o surgimento da Escola Vivina Monteiro, que teve sua origem funcionando no Círculo Operário<sup>58</sup> como instituição de ensino municipal. A escolha do nome da escola, foi uma homenagem a uma jovem estudante, que faleceu aos 16 anos de idade e era irmã de José Walfrido Monteiro e filha de Jose Walfrido Monteiro Sobrinho.

Em 1974 essa instituição de ensino funcionou ainda nas dependências do CIENTE, ano em que passou a pertencer à rede estadual, tendo funcionado também de agosto de 1976 até dezembro de 1978 no Colégio Senhor do Bonfim, passando a ter sede própria em 1979, nomeada Escola de 1º Grau Vivina Monteiro (PPP DA

<sup>58</sup> Associações civis de trabalhadores, de inspiração católica, surgidas no Brasil na década de 1930. Os primeiros círculos operários foram fundados no Rio Grande do Sul por iniciativa do jesuíta italiano Leopoldo Brentano. Inspiravam-se na tradição intelectual italiana do corporativismo e na própria orientação do regime de Vargas, favorável ao desenvolvimento do movimento operário católico como um meio de resguardar os trabalhadores da influência comunista (Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/circulos-operarios>>. Acesso em: 15 abr. 2019).

ESCOLA DE ENSINO MÉDIO VIVINA MONTEIRO, 2016). É interessante frisarmos que, até o final de 1975, a escola ofertava de 1ª a 4ª Série (antigo primário), mas a partir de 1976 passou a oferecer de 5ª a 8ª série, funcionando provisoriamente no primeiro semestre do ano letivo no Centro Comunitário da cidade.

Com relação à organização curricular escolar, destacamos o ano de 1976, quando passou a oferecer o ensino de 5ª a 8ª série. A partir do referido ano, constatamos a presença da EF como disciplina na matriz curricular (conforme Figura 27).

**Figura 27 – Fragmento do livro de Ata de Resultados Finais da Escola de 1º Grau Vivina Monteiro do ano de 1976**

ATA DE RESULTADOS FINAIS

Total de Horas

Aos 15 dias do mês de dezembro o ano de 1976 terminou-se o processo de apuração das notas finais e nota global dos alunos da 5ª série do 1º grau, deste estabelecimento, com os seguintes resultados:

curso 1º grau turma "A" turno da Tarde

M E S	Comunicação e Expressão			Educação Artística			Integração Social			Educação Religiosa			Ciências			Matemática			Inglês			Ed. Física		
	HA	FD	MF	HA	FD	MF	HA	FD	MF	HA	FD	MF	HA	FD	MF	HA	FD	MF	HA	FD	MF	HA	FD	MF
maio	19	19	36	06	06	06	19	19	36	06	06	06	19	19	36	06	06	06	19	19	36	06	06	06
junho	19	19	36	06	06	06	19	19	36	06	06	06	19	19	36	06	06	06	19	19	36	06	06	06
julho	19	19	36	06	06	06	19	19	36	06	06	06	19	19	36	06	06	06	19	19	36	06	06	06

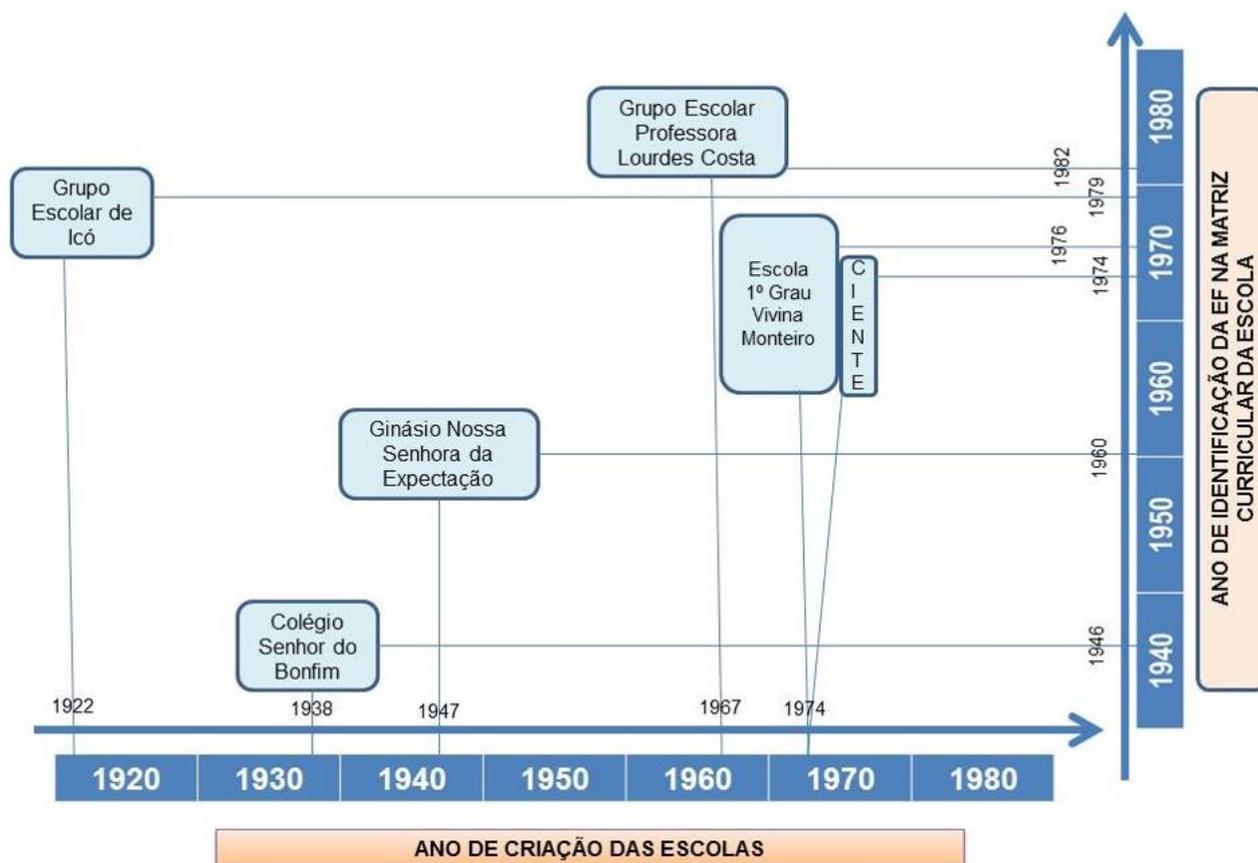
Fonte: Secretária da Escola de Ensino Médio Vivina Monteiro.

Analisando a ata de resultados finais da turma da 5ª série que funcionava à tarde do ano de 1976, podemos constatar que as disciplinas ofertadas para essa turma eram: Comunicação e Expressão, Educação Artística, Integração Social, Educação Religiosa, Ciências, Matemática, Inglês e Educação Física. Em relação à EF, percebemos que nessa ata, também não havia notas, o registro se restringia à carga horária e ao número de faltas o que, novamente reforçamos que na época a disciplina era eminentemente prática e o foco do registro estava na frequência às aulas.

Mediante o exposto nessa seção, considerando alguns fatos da história das escolas de Icó, organizamos uma cronologia com o ano de criação das

instituições de ensino e o ano de identificação da EF como disciplina nas matrizes curriculares, conforme a Figura 28 que se segue.

**Figura 28 – Cronologia com o ano de criação das Instituições de Ensino e o ano de identificação da EF nos registros documentais oficiais**



Fonte: Elaborado pelo autor.

Constatamos que a EF no município de Icó, oficialmente inserida na matriz curricular, foi identificada pela primeira vez no ano de 1946, no 1º ano do Curso Normal, no Colégio Senhor do Bonfim. No ano de 1960, identificamos o ensino dessa disciplina na 2ª série em nível ginásial no Ginásio Nossa Senhora da Expectação. No Centro Icoense de Ensinos Técnicos, encontramos a EF constando entre as disciplinas do 1º ano do curso Técnico em Contabilidade. Nas outras três escolas, a EF foi verificada nos currículos a partir da 5ª série do 1º grau, na Escola de 1º Grau Vivina Monteiro, em 1976, no Grupo Escolar de Icó, em 1979, e no Grupo Escolar Professora Lourdes Costa, em 1982.

Ressaltamos que a identificação da EF nessas escolas, se deu por meio de análise de documentos oficiais (livro de atas de resultados finais, fichas de

alunos) fornecidos pelas referidas instituições. Não descartamos a possibilidade dessa disciplina ter sido inserida antes dos anos demarcados em algumas dessas escolas, visto que, por muitas vezes, os fatos não são devidamente registrados ou, simplesmente, o que é registrado se perde com o tempo ou ainda não conseguimos encontrá-los. Nessa (re)constituição o importante foi o resgate dessa história por meio das escolas do município e, nelas inseridas, a EF oficialmente no currículo da escola.

## **7 A HISTÓRIA DA PRÁTICA DOCENTE DA EDUCAÇÃO FÍSICA NO MUNICÍPIO DE ICÓ (1946-1983): O QUE DIZEM SUJEITOS E DOCUMENTOS**

Nessa seção, buscamos (re)constituir a história da prática docente da EF, no município de Icó, a partir do que nos contaram os professores que a vivenciaram e/ou a observaram em algum momento do período demarcado (1946-1983) neste estudo. (Re)constituição entrelaçada, portanto, com a HO dos sujeitos e documentos que nos trouxeram também evidências da referida prática na época, alguns destes, encontrados com os próprios professores entrevistados.

Mesmo utilizando-nos da história oral temática junto aos professores de Icó, definir uma linha de tempo para configuração dessa (re)constituição histórica, não foi tarefa fácil, pois as informações recolhidas oralmente, muitas vezes, partem de lembranças que não surgem ordenadas no espaço e no tempo, permeadas de apegos afetivos ao município, às escolas, à profissão e à própria vida. Diante disso, fizemos uma opção de tentar organizá-las didaticamente, observando a cronologia do período assinalado. Contamos com a história oral de seis (6) professores, todos com um breve perfil, já relacionados na seção teórico-metodológica deste texto dissertativo.

Esclarecemos que o entendimento de prática docente utilizado nesta seção, ancora-se na concepção de Franco (2016), ao concebê-la como a prática pedagógica do professor, que não se restringe apenas às técnicas de didáticas adotadas em sala de aula, mas envolve também outros aspectos, como, os espaços e tempos escolares e a própria organização do trabalho docente. Mesmo ancorados nesse conceito, entendemos ainda, que ela está mesclada a outras atividades e ou elementos, sobretudo, afetivos, culturais, sociais, econômicos e até religiosos, da vida dos professores que entrevistamos. Nesse sentido, não podemos expressar com clareza onde a prática se separa da vida do sujeito, a não ser se a relacionarmos ao espaço no qual esta se efetiva, que é a escola. Assim, nosso foco é a prática docente que acontece no espaço da escola.

Dito isso, ressaltamos que nessa (re)constituição histórica da prática docente de EF nas escolas em Icó, abordamos as atividades desenvolvidas pelos professores, os conteúdos ministrados, os procedimentos que aconteciam (metodologias), os aspectos avaliativos e a organização dos espaços e horários das aulas de EF. Além disso, apontamos também que formação o professor possuía

para subsidiar a sua prática, destacando principalmente, as informações e considerações sobre os processos formativos da professora e do professor entrevistados que ministraram a EF no período demarcado.

Organizamos essa (re)constituição, tendo como contexto as instituições de ensino, onde a prática dos professores se materializou. São elas: Grupo Escolar de Icó, Colégio Senhor do Bonfim, Ginásio Nossa Senhora da Expectação, Centro Icoense de Ensinos Técnicos, Grupo Escolar Professora Lourdes Costa e Escola de 1º Grau Vivina Monteiro. Assim, iniciamos as subseções a seguir trazendo nossos resultados na teia de sua análise, movimento que (re)constitui essa historicidade.

## 7.1 O GRUPO ESCOLAR DE ICÓ E A PRÁTICA DE EDUCAÇÃO FÍSICA

Ao enfatizarmos a cartografia da historicidade da educação de Icó na seção 6, constatamos que a institucionalização do ensino no referido município se deu de forma efetiva no início da República, precisamente no ano de 1922 com a instalação do Grupo Escolar que, inicialmente, funcionou em três sobrados até ser construído um prédio próprio para seu funcionamento, em 1948. O Grupo Escolar de Icó, então instalado na rua denominada atualmente (2019) de Dona Aldery, ofertava em 1948, a educação primária que contemplava o ensino das matérias de Comunicação e Expressão, Estudos Sociais e Ciências.

Percebemos que o ensino da EF não fazia parte oficialmente das matérias curriculares iniciais dessa instituição educacional, fato justificado pela professora Francisca Ricarte Beserra, que nos conta que, por aquela época, “no curso primário nunca existiu a matéria chamada de educação física”. Contudo, a referida professora, ressalta a existência de uma prática esportiva, de iniciativa dos próprios alunos. Para ela, naquele tempo, “no Grupo Escolar de Icó, havia uma prática esportiva, mas era assim, quando os alunos mesmos se interessavam, formavam os grupos”.

Enfatizando como era aquela prática de esportes, Francisca Ricarte Beserra nos explica que a estrutura interna do prédio do Grupo Escolar lembrava a forma da letra “U”. Então no espaço do meio, havia um pátio em que, na hora do recreio, os alunos se reuniam e “faziam corrida, brincavam de peteca e com bola”. Especificando as práticas com bolas, a docente nos detalha que “o espaço era em

terra e, para prática do vôlei, faziam uma tela, uma espécie de rede e botava uns paus enfiados e iam jogarem [sic]... Os homens brincavam mais de futebol”.

Mediante os relatos da professora Francisca Ricarte Beserra, percebemos que os alunos aproveitavam a hora dos recreios escolares para divertirem-se por meio da prática de exercícios físicos.

É importante observar que, no ano de 1907, conforme destacamos na seção 4, foi promulgado pelo Governo do Ceará, o regimento dos grupos escolares direcionado aos estabelecimentos que funcionavam em Fortaleza que, entre várias recomendações, no Artigo 12, ressaltava a presença da EF como “prática de exercícios físicos, marcha, assaltos, exercícios pé firme e outros exercícios ginásticos na hora do recreio”, assim como, “jogos e brinquedos ao ar livre”. Nesse sentido, notamos que algumas dessas práticas (exercícios físicos, jogos e brincadeiras ao ar livre) contidas no referido regimento, eram praticadas no Grupo Escolar de Icó, entretanto não assumiam a forma curricular, conforme relatado pela professora pesquisada.

Ainda sobre a EF no Grupo Escolar de Icó, a professora Maria de Lourdes Maciel de Melo Peixoto complementa essas lembranças, contando que “como lá no grupo era só o curso primário, não se falava em Educação Física! Era só o primário, no caso, o 1º, 2º, 3º e 4º anos, aí isso, Educação Física... só tinha no tempo de comemorações”.

Acreditamos que essas festas e desfiles escolares, como acontecia também com apresentações de grupo de alunos e alunas desenvolvendo movimentos ritmados ao som de músicas e até com a utilização de bolas, bastões com fitas (conforme Figura 29), cordas, bambolês ou outros elementos, ela atribuía essas práticas à EF.

**Figura 29 – Alunas do Grupo Escolar de Icó como “balizas<sup>59</sup>” no desfile de 07 de setembro, aproximadamente no final de 1960 e início da década 1970**



Fonte: Acervo pessoal da professora Maria Eleneuda de Sousa.

Notamos na foto, duas alunas ainda meninas, com uniforme composto de saia um pouco rodada, blusa colada e sapatilhas que se assemelha a uma roupa de balé, com luvas curtas e bastões enfeitados. Essas alunas estudavam no Grupo Escolar de Icó aproximadamente no final dos anos 1960 e início dos anos de 1970, e se apresentavam no desfile de 07 de setembro como balizas, ou seja, iam à frente do pelotão da escola, realizando movimentos de ginástica rítmica com os bastões enfeitados. Interessante é a professora que já começa a reconhecer que esse tipo de apresentação poderia ser identificado como uma atividade corporal da EF, uma denominação que naquela época não existia com esse nome no Grupo Escolar, mas sim, como uma atividade prática, no caso, treinada e ensaiada por monitores ou professoras, para responder a um objetivo, notadamente, de comemorações cívicas.

Entendemos que essas práticas de preparação para comemorações escolares (apresentação em datas comemorativas, desfiles) perpetuaram-se por algumas décadas, nas escolas, sem um nome definido para elas. Essa posição é

---

<sup>59</sup> Pessoa que vai à frente de um grupo manejando um bastão e fazendo acrobacias em parada estudantil, passeata esportiva ou exibição carnavalesca.

corroborada e de certa forma ampliada, pela professora Maria Eleneuda de Sousa, para atos envolvendo também a cultura. Ela nos conta

Eu não lembro se havia recreação para os alunos, mas existiam muitas atividades culturais, apresentação de peças teatrais, de participação do grupo na semana do município, a gente se preparava para participar disso tudo... mas aula de recreação, com atividade física ou coisa parecida, eu não lembro... eram mais atividades com viés cultural.

Percebemos que havia toda uma preparação para o desenvolvimento e aprendizagem de uma prática que era ensinada e trabalhada, por vezes, consumindo muito do tempo escolar dos alunos, com um caráter também cultural. Outras práticas são lembradas pela professora Maria Eleneuda que ocorriam no Grupo Escolar de Icó, mas eram voltadas para recreação, às vezes vivenciadas individualmente ou, em sua maioria, realizadas em duplas ou pequenos grupos. A referida professora nos conta que as meninas se reuniam no recreio por afinidades e ficavam nas galerias, porque o pátio não era coberto e “brincavam muito com corda, de amarelinha, de xibiu com as pedrinhas e de baralho”.

Diante das lembranças relatadas pelas professoras citadas, evidenciamos que, mesmo não estando explícita na matriz curricular do Grupo Escolar de Icó, algumas atividades corporais da EF permeavam o contexto da escola, fossem pela presença de uma cultura lúdica e corporal de iniciativa dos alunos ao organizarem-se na hora dos recreios para brincarem e jogarem com bola, atividade muito frequente, ou na preparação de momentos ou solenidades de datas comemorativas e civismo, como o desfile de 7 de setembro e ainda aniversário do município<sup>60</sup> que se celebrava no dia 25 de outubro, entre outras comemorações que surgiam ao longo do ano escolar.

No estudo de Rocha (2011, p. 100) que buscou estabelecer a gênese da EF em Fortaleza, ela constatou algo similar, ao referir-se em seu texto que em seu início, “a ginástica era praticada na hora do recreio, fora dos horários da escola, ou

---

<sup>60</sup> Até o ano de 2016, Icó comemorava sua emancipação em 25 de outubro. Após um trabalho de pesquisa realizado pelo historiador Altino Afonso Medeiros, que durou 16 anos, essa cidade, na região Centro-Sul do Ceará, corrigiu essa data de emancipação política para o dia 04 de maio. A pesquisa e a proposta de modificação foram feitas pelo referido historiador, por meio de um trabalho voluntário, a partir de consultas no Arquivo Público do Estado, no Instituto Histórico e Geográfico do Ceará, em bibliotecas e fundações, além de visitas às cidades de Aquiraz, Fortaleza, Sobral, Crato e Tauá. A proposta de Lei foi aprovada em novembro de 2016, por todos os 15 parlamentares que estabeleceram a mudança do Artigo 18 da Lei Orgânica do Município, com a nova data (Disponível em: <<https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/editorias/regiao/ico-celebra-aniversario-com-correcao-historica-1.1747017>>. Acesso em: 29 abr. 2019).

entre o intervalo dos trabalhos intelectuais”, sendo que posteriormente a prática da ginástica acrobática “se fazia presente nas festas, nos desfiles (em comemoração à Independência do Brasil) e nas visitas de autoridades à escola”. O que confirma o que nos contam nossas professoras icoenses.

Constatamos que de forma oficial, inserida na matriz curricular do Grupo Escolar de Icó (naquela época, já denominada de Escola de 1º Grau Ana Vieira Pinheiro), a EF aparece entre as disciplinas da 5ª série no ano de 1979. Nesse contexto, as práticas docentes em EF, estavam vinculadas fortemente aos esportes. A professora Francisca Ricarte Beserra, nos conta que “a prática de Educação Física no currículo começou no final dos anos de 1970 e início dos anos de 1980, quando começou a ofertar a 5ª série” e complementa ressaltando que a partir dessa prática, formaram-se alguns talentos esportivos, para ela, “nós temos grandes jogadores de futebol como Esquerdinha que aprendeu nessa escola”.

Fazendo algumas considerações sobre a EF, naquele tempo, o professor José Reuber Bandeira Gondim, nos revela que não havia quadra no Grupo Escolar, só o espaço do pátio que era coberto, no qual praticava-se algumas atividades esportivas (futsal, vôlei). Ele ainda ressalta que “levava o pessoal para rua, para fazer as corridas no balão da rodoviária, que na época não tinha muito movimento de veículos. Lá a prática era separada, mulheres num horário e homens em outro”.

Percebemos que quando a EF passou a fazer parte da matriz curricular do Grupo Escolar, o docente direcionava sua prática para o ensino de modalidades esportivas, algumas realizadas no espaço interno da escola (pátio) e outras em ambiente externo (na rotatória nas proximidades da rodoviária), no horário contrário ao turno das aulas das outras disciplinas e uma prática em que as turmas eram separadas por sexo.

## 7.2 A PRÁTICA DOCENTE EM EDUCAÇÃO FÍSICA, NOS COLÉGIOS DE INICIATIVAS RELIGIOSAS E PARTICULARES

Com relação à prática de EF oferecida no Colégio Senhor do Bonfim que teve seu funcionamento a partir do ano de 1938, criado pela Congregação das Filhas de Santa Teresa de Jesus, na conversa com a professora Maria Irismar Maciel Moreira, a mesma ressalta, que essa prática começou desde o início de

funcionamento do colégio, para ela, “no início tinha logo a Educação Física, o colégio aqui começou esta atividade bem cedo, viu?”.

As lembranças de quando falamos sobre esses fatos, são flutuantes, reconstruídas no tempo, onde as professoras procuram os motivos ou até momentos dessa vivência, o que muitas vezes percebemos, não conseguem recordar. Entretanto, em nossa busca documental, encontramos evidência da EF incluída oficialmente nos currículos a partir do ano de 1946, constando no livro (Registros de 1943-1976) de atas de resultados finais do Curso Normal e no caderno de descrição de atividades de EF de uma aluna normalista do 1º ano do Colégio Senhor do Bonfim. Esse livro de atas de resultados finais, encontramos na secretária do referido colégio, com as páginas iniciais bastante desgastadas e em decomposição. Já o caderno com a descrição das atividades de EF, ainda se encontrava em um estado adequado de conservação. Esse documento encontrava-se sob a guarda e preservação da professora Maria de Lourdes Maciel de Melo Peixoto.

O referido caderno corresponde ao documento escrito mais antigo encontrado por nós, que nos revela detalhes da prática das atividades de EF nas escolas icoenses, a partir de sua organização na matriz curricular. O caderno com descrição de atividades de EF foi elaborado pela aluna Enedina Alencar Teixeira, do 1º ano do Curso Normal do ano de 1946, e revela-nos evidências da prática docente de EF da época do Colégio Senhor do Bonfim. É mister ressaltar que, apesar de datado de 1946, percebemos que nas páginas finais, abaixo de algumas atividades descritas, observamos datas correspondentes a 1947 e em outras até 1952, o que nos dá a entender que foram sendo acrescentadas pela aluna atividades nos anos subsequentes.

É importante mencionar que, em 02 de janeiro de 1946, foi promulgada a Lei Orgânica do Ensino Normal por meio do Decreto-Lei 8530, que estabelecia o ensino da EF durante os três anos de curso de formação de professores primários. Outro detalhe dessa lei em relação à EF foi registrado, no Artigo 14, que ressalta que o ensino dessa disciplina, na última série do Curso Normal, deveria contemplar a orientação metodológica para o ensino da EF no grau primário.

Com base nessa lei orgânica de ensino, percebemos que a EF deveria constar como disciplina obrigatória nos três anos de curso de formação do professor primário, sendo que no último ano do curso, o foco era na preparação do referido

profissional no tocante aos aspectos metodológicos para aplicação dos conhecimentos e realização de atividades de EF às turmas primárias.

Dito isto, a professora Maria Carmênia Garcia Alencar de Andrade, ao ver o referido caderno, esclarece-nos que a adoção de um caderno específico de EF no Curso Normal, fazia parte da prática docente da disciplina. Para ela,

No Curso Normal era ensinando como as normalistas iam trabalhar no ensino primário. As alunas faziam um diário, que tinha uma nota. Elas trabalhavam os 3 anos com esse diário. Faziam planos de aulas para trabalhar com recreação no primário, desde o primeiro ano. No terceiro ano, elas faziam a prática, faziam tipo um estágio com o primário. Aí esse diário, elas caprichavam mesmo, porque valia nota.

Corroborando esse relato, ao folhear o caderno a professora Francisca Ricarte Beserra, revela-nos mais detalhes dessa prática de adoção do caderno de EF, assinalando que

No primeiro e no segundo ano do curso normal a professora de Educação Física trabalhavam [sic] os conceitos... O conceito de jogos, de corrida, de motricidade, entre outros. Aí, as alunas tinham um caderninho. Cada uma tinha seu caderno e a professora ia, escrevendo e as alunas iam copiando, por exemplo, jogos que trabalham tal coisa. Quando chegava no terceiro ano do curso normal, as alunas passavam para parte prática, e a diretora, liberava os alunos da primeira série primária, na outra vez, os alunos da segunda... Assim, os alunos do terceiro ano do curso normal atuavam como estagiários, trabalhavam aquilo que tinham visto no primeiro e no segundo ano do curso normal.

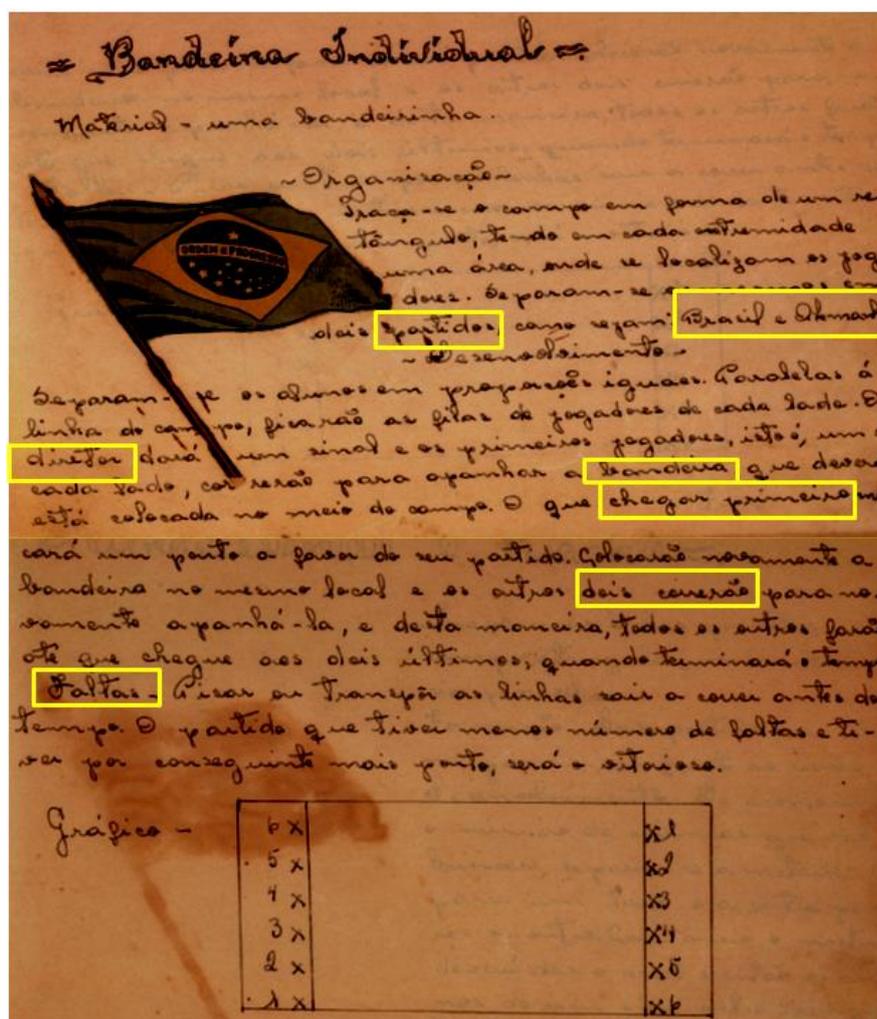
Outro detalhe interessante sobre esse caderno é a existência de uma preocupação das alunas em relação ao registro para posterior utilização no ensino e também a organização e a sua estética. A professora Francisca Ricarte Beserra ressalta que “era um caderno que continha fotos, desenhos, figuras, pinturas de um lado e outro. O caderno era todo enfeitado. A professora dava a orientação e, as alunas procuravam as figuras e ilustravam aquilo que ela orientava”.

Percebemos que esse caderno de descrição de atividades de EF da aluna Enedina Alencar Teixeira, na verdade, correspondia a um diário de planejamento da referida disciplina, orientado pelo professor, durante os dois primeiros anos do curso normal, para ser desenvolvido na prática no último ano de curso, com as turmas de ensino primário. Assim, correspondia a uma prática docente de preparação das normalistas para conduzir os momentos de recreação no ensino primário. Um ensino e/ou uma prática mais orientada e sistematizada. Notamos ainda que a produção desse diário era uma atividade avaliada pelo professor, daí a extrema dedicação da

aluna na sua organização, elaboração e cuidado com os detalhes.

Analisando especificamente o caderno elaborado pela aluna Enedina Alencar Teixeira, notamos que o mesmo traz a descrição de várias atividades de EF, dentre estas, destacamos o batalhão militar, corrida de canguru, bandeira individual, atravessando o riacho, colmeia, corrida de estafeta, bola ao centro, o gato e o rato, bailado dos estados, cores da bandeira, Icó, cidades do Ceará, momentos históricos do Brasil, dramatização. Para explorarmos a riqueza de detalhes das atividades, elencamos alguns desses exercícios que nos ajudam a compreender a prática docente em EF. Logo, destacamos entre elas, a bandeira individual (Figura 30) e cores da bandeira (Figura 31).

**Figura 30 – Descrição da atividade bandeira individual, contendo material, organização e seu desenvolvimento, contido no caderno de atividades de EF da aluna do 1º ano do Curso Normal do Colégio Sr. do Bonfim .**



Fonte: Acervo pessoal da professora Maria de Lourdes Maciel de Melo Peixoto.

Percebemos que a atividade de bandeira individual<sup>61</sup> envolve o movimento natural humano da corrida, organizado numa disputa entre “partidos” enfileirados que receberam nomes sugestivos de países (Brasil e Alemanha) delimitados numa área retangular com sanções para quem infringir as regras (pisar, transpor linhas, sair e correr antes do tempo) sobre o comando do “diretor”, que no caso, seria o professor da condução da atividade.

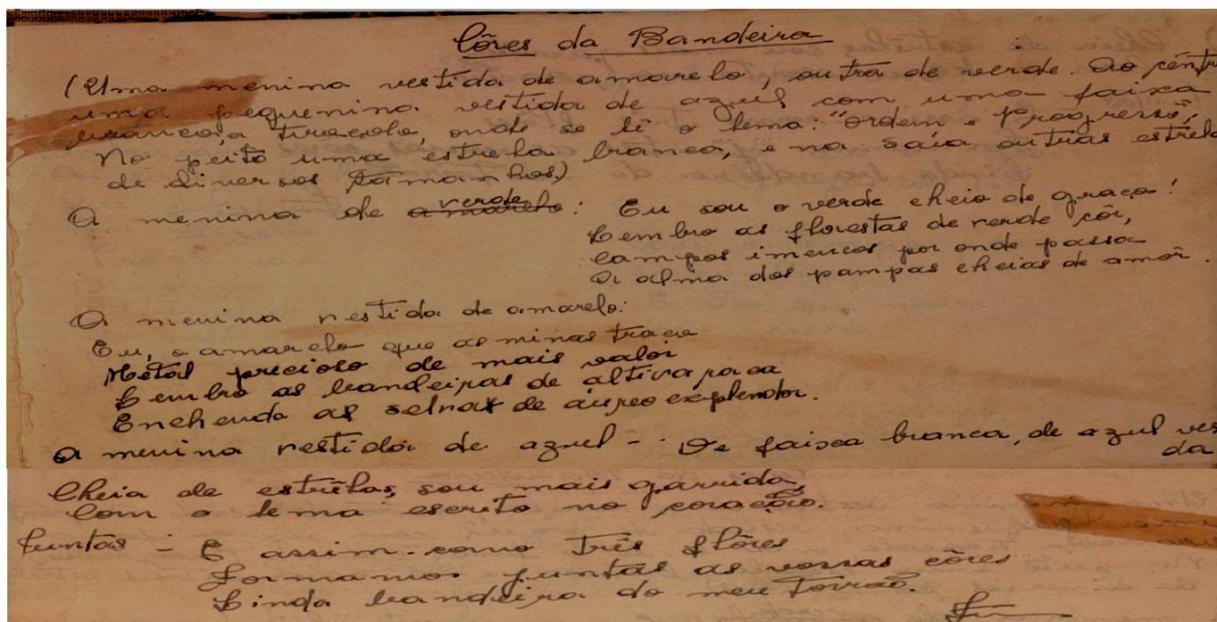
Notamos também nessa atividade a busca pelo desenvolvimento da aptidão física por meio da corrida, a disciplinarização no tocante ao respeito às regras, a valorização a hierarquia com relação ao respeito ao comando do diretor e o despertar para o sentimento de pertencimento à nacionalidade com equipes sendo representadas por países em disputa por uma bandeira.

Sobre essa atividade, a professora Francisca Ricarte Beserra revela-nos que os alunos gostavam bastante dessa atividade, inclusive, levava essa prática para as ruas, de acordo com ela, “essa brincadeira da bandeira ganhou até as ruas. Tinham alunos de uma rua que brincava contra os colegas da outra rua à noite no Icó”. Corroborando isso, a docente Maria Eleneuda de Sousa nos conta que era uma atividade replicada nas ruas, mencionando que, “na nossa rua, eu lembro, que os meninos mais danados corriam o quarteirão inteiro com a bandeira na mão e ninguém conseguia pegar”. Então, podemos perceber a forte influência dessa atividade na época.

---

<sup>61</sup> Material – uma bandeirinha. Organização: Traça-se o campo em forma de um retângulo, tendo em cada extremidade uma área, onde se localizam os jogadores. Separam-se os mesmos em dois partidos, como sejam: Brasil e Alemanha. Desenvolvimento: Separam-se os alunos em proporções iguais. Paralela a linha do campo, ficarão as filas de jogadores de cada lado. O diretor dará um sinal e os primeiros jogadores, isto é, um de cada lado, correrão para apanhar a bandeira, que deverá está [sic] colocada no meio do campo. O que chegar primeiro marcará um ponto a favor de seu partido. Colocarão novamente a bandeira no mesmo local e os outros dois correrão para novamente apanhá-la, e desta maneira, todos os outros farão até que chegue aos dois últimos, quando terminará o tempo. Faltas – Pisar ou transpor as linhas sair a correr antes de seu tempo. O partido que tiver menos número de faltas e tiver por conseguinte mais ponto, será o vitorioso.

**Figura 31 – Descrição da atividade<sup>62</sup> sobre as cores da bandeira localizada no caderno de atividades de EF da aluna do 1º ano do Curso Normal do Colégio Senhor do Bonfim**



Fonte: Acervo pessoal da professora Maria Lourdes Maciel de Melo Peixoto.

Com relação à atividade das cores da bandeira evidenciamos mais claramente o desejo de estreitar os laços do aluno com o dever cívico, de conhecer e valorizar o significado das cores da bandeira brasileira, despertando a defesa da pátria, entoando no final juntos em coro “e assim como três flores, formamos juntas as vossas cores, linda bandeira do meu torrão”. As professoras entrevistadas, não nos forneceram recordações sobre essa atividade.

Diante desses exemplos, podemos constatar que as atividades descritas enfatizam a prática de exercícios físicos com o intuito de fomentar o sentimento de patriotismo, tendo como referência simbólica a bandeira brasileira. Entendemos que as atividades descritas no caderno da aluna normalista do Colégio Senhor do Bonfim, em sua maioria, estavam fundamentadas no método de ginástica francês, que no Brasil focou na disciplinarização do comportamento dos cidadãos

<sup>62</sup> (Uma menina vestida de amarelo, outra de verde, ao centro uma pequenina vestida de azul com uma faixa branca a tiracolo, onde se lê o lema: “ordem e progresso”. No peito uma estrela branca, e na saia outras estrelas de diversos tamanhos). A menina de verde: Eu sou o verde cheio de graças! Lembro as florestas de verde cor, campos imensos por onde passa a alma dos pampas cheias de amor. A menina vestida de amarelo: Eu, o amarelo que as minas traço, metal precioso de mais valor, lembro as bandeiras de altiva rara, enchendo as selvas de áureo esplendor. A menina vestida de azul: De faixa branca de azul vestida, cheia de estrelas sou mais garrida, com o lema escrito no coração. Juntas: E assim como três flores, formamos juntas as vossas cores, linda bandeira do meu torrão.

(CASTELLANI FILHO, 2003), buscando estrategicamente por meio de atividades de EF estreitar os laços de amor à pátria, e formar pessoas obedientes e trabalhadores submissos às condições do mercado.

Ferreira e Queiroz (2010) ressaltam que o método francês objetivava potencializar o maior desenvolvimento físico de seus praticantes por meio de um conjunto de exercícios físicos que seguiam princípios da fisiologia e da pedagogia militarista. A criação desse método está vinculada à Escola Francesa de Joinville-Le-Pont<sup>63</sup>, tendo como principal colaborador Francisco Amoros y Ordeano<sup>64</sup>. O referido método estava formulado em quatro (4) tipos de ginástica: a civil e industrial, a militar (no exército e na marinha), a médica e a ginástica cênica. Na base do método natural francês estava a prática de exercícios naturais do homem (correr, saltar) para o alcance do desenvolvimento físico completo (FERREIRA; QUEIROZ, 2010).

É importante ressaltar que a adoção de atividades nas aulas de EF fundamentadas no método francês no Icó, diverge do resultado encontrado no estudo de Rocha (2011, p.128) quando menciona que o método de ginástica adotado no Ceará foi o sueco. A ginástica sueca tinha por foco a racionalidade científica, que partia do pressuposto da execução correta dos exercícios físicos voltados para os aspectos preventivos e curativos sobre a saúde (VENTURA, 2010). Esse método de ginástica foi criado por Peter Henrik Ling<sup>65</sup>, e estava agrupado em quatro (4) vertentes: a ginástica militar, a ginástica médica e ortopédica, a ginástica estética e a ginástica pedagógica ou educativa.

---

<sup>63</sup> A Escola de Educação Física de Joinville-le-Pont, em Paris, na França, por mais de 100 anos, foi o laboratório da Educação Física em todo o mundo.

<sup>64</sup> Francisco Amorós y Ordeano nasceu em Valência na Espanha em 1770 e faleceu em Paris em 1848. Foi um professor e militar espanhol, naturalizado francês. Em 1818, criou o Ginásio Militar, no qual deu origem à ginástica eclética, que misturou as técnicas e ideias de Guts Muths e Jahn. Após, idealizou uma série de itens que considerava essencial para sua obra, entre eles, a ênfase à resistência à fadiga, o andar e o correr sobre terrenos fáceis ou difíceis, o saltar em profundidade, extensão e altura, com ou sem ajuda de materiais, a arte de equilibrar-se em traves fixas, o transpor barreiras, o lutar de várias maneiras, o subir com auxílio de corda com nós ou lisa, fixa ou móvel, a suspensão pelos braços, a esgrima e vários outros procedimentos aplicáveis a um grande número de situações de guerra ou de interesse público geral (Disponível em: <[https://pt.wikipedia.org/wiki/Francisco\\_Amoros](https://pt.wikipedia.org/wiki/Francisco_Amoros)>. Acesso em: 30 abr. 2019).

<sup>65</sup> Pier Henrik Ling (1776-1839) nasceu na Suécia, em Södra Ljunga, Småland, em 1776. Sabe-se pouco de sua vida na infância e na juventude, apenas que viveu em um ambiente científico fértil. Tornou-se poeta e estudou teologia. Era um homem ligado ao mundo da literatura e às letras e trabalhava em Estocolmo, no Serviço Social. O projeto de Ling, de criação de um sistema sueco de ginástica, continha fortes traços idealistas. Inspirado pela filosofia alemã de Schelling (1775-1854), Ling acreditava que era possível desenvolver o espírito humano disciplinando o corpo, tarefa essa da ginástica. A ginástica lingiana tinha na formação do corpo harmonioso sua razão de ser e na ciência médica sua explicação (MORENO, 2015).

É mister salientar que a análise de Rocha (2011) para constatar a adoção do método de ginástica sueco na EF no Ceará, voltou-se para a educação pública (nos grupos escolares) e em nossa pesquisa essas atividades foram encontradas em um colégio de iniciativa religiosa (Colégio Senhor do Bonfim).

De acordo com a professora Maria Irismar Maciel Moreira, a prática docente de EF no Colégio Senhor do Bonfim, naquela época, ocorria em um galpão dentro do referido estabelecimento de ensino e algumas vezes na praça (espaço grande existente em frente ao próprio colégio). A referida professora ainda nos conta que o professor não tinha uma formação específica na área e essas aulas aconteciam no horário da manhã (aproximadamente umas 5h) antes do início das aulas das outras disciplinas. Para ela, a prática era “cedinho até mais ou menos próximo ao início das aulas normais do turno. Quando terminava o tempo (da aula) voltava para casa, tomava um banho trocava de roupa e voltava para o colégio”. Diante do relato da referida professora, acreditamos que existia uma roupa específica para a prática de EF e os alunos moravam nas proximidades do Colégio.

Alguns anos depois, aproximadamente na década de 1960, a EF no Colégio Senhor do Bonfim continuava perpetuando a prática de anos anteriores, isso nos contou a professora Francisca Ricarte Beserra, quando falou que “o ensino da Educação Física acontecia com a utilização de bolas, corridas, jogos, pega pega, formava marchas”. A referida professora, ainda ressalta que no final dos anos 1960, chegou uma docente no Colégio Senhor do Bonfim, que não possuía uma formação específica em EF, mas que desenvolvia atividades interessantes, entre estas, uma prática na qual fixavam umas listas de cores (amarela, vermelha, azul, verde) em alturas diferentes na parede do auditório, depois pedia para as alunas alcançarem com os pés, essas listas, e posteriormente ensinava alguns movimentos de giro e passos de danças, algumas vezes, trabalhava balé.

Além dessa atividade, a professora Francisca Ricarte Beserra, conta-nos que

Eu lembro que nós fazíamos atividade saltando uns pneus. Colocava não sei quantos pneus para ver quem saltava mais... Colocava um pneu em cima do outro. E a gente trabalhava também essas coisas dos pneus, em forma de túnel para ver quem era que conseguia passar mais rápido nos túneis. A gente pintava os pneus de branco.

Percebemos nessas atividades com pneus, a realização de exercícios corporais que se assemelhavam ao treinamento militar para desenvolvimento de

força dos membros inferiores e superiores. Assim, notamos práticas fundamentadas ainda no método de ginástica francês.

Para a professora Maria de Lourdes Maciel Melo Peixoto, no início da década de 1970 a prática esportiva em EF ganha notoriedade, estando voltada principalmente para o voleibol e em alguns momentos de comemorações cívicas era direcionada ao ensaio de apresentações.

Colaborando com o exposto, a professora Carmênia Maria Garcia Alencar de Andrade ressalta que nas aulas de EF havia a prática também da “dança, vôlei, atletismo e no período de 7 de setembro tinha os ensaios com as alegorias”. A professora Francisca Ricarte Beserra nos conta que “o desfile era só na data de 7 de setembro, mas no mês de agosto, já se começava [sic] os ensaios, que aconteciam na frente da escola, as marchas de preparação”.

Sobre os ensaios para o desfile, Maria Eleneuda de Sousa revela-nos que perto da data do desfile de 7 de setembro não havia aulas de EF, porque os ensaios da marcha, contava como aula dessa disciplina. A professora ainda ressalta que

Nesse desfile tinha bolas, às vezes, tinham aqueles bambolês, tinham umas varinhas com fitas... na qual as meninas ficavam tipo umas bailarinas com umas varinhas. Faziam danças, desfilavam com bolas, desfilavam com ternos de times, e também com algumas questões culturais, era muito forte a cultura, com vestes que representava [sic] a cultura, e tinha algumas coisas do esporte.

Essa parte dos esportes dentro do desfile é explicada pelo professor José Reuber Bandeira Gondim, que assinala que antes dessa data comemorativa as escolas realizavam os jogos interclasses, para tirar seus campeões, e na época do desfile “todo mundo desfilava, cada colégio com suas cores, tudo uniformizado, cada diretor vibrando com sua escola”.

Saindo desse contexto de época de desfile, em relação à década de 1970, no Colégio Senhor do Bonfim, a professora Maria Eleneuda de Sousa conta-nos que a prática de EF acontecia da seguinte forma,

Funcionava num horário diferente das aulas convencionais. Se estudava de manhã, então as aulas de educação física ou era de madrugada 5 horas da manhã, ou no final da tarde, mas a maioria eram de madrugada. Tinha uma farda específica para EF [...] a gente tinha professora para as mulheres na época, e para os homens, eram aulas separadas. A professora das mulheres [...] fazia alguns poucos exercícios, às vezes ela levava corda, Bambolê, alguma coisa assim, mas a gente era muito mais motivada para ir porque assim que acabava a aula a gente podia jogar carimbada, ai todo mundo queria ir para aula. Fora que era uma aventura acordar de

madrugada sair pelas ruas, chamando uma, chamando outra, aquela coisa, mas a aula mesmo não tinha nada de atrativo. Fazíamos pequenos exercícios, alongamentos e outras poucas práticas, mas encerrava rápido e ela liberava para gente jogar carimbada. Eu acredito que as aulas dos meninos, eram muito voltados [sic] para jogar futebol e a gente as meninas carimbadas, disputávamos os espaços.

Na fala dessa professora, notamos que a prática de EF acontecia em um turno oposto ao da frequência das outras aulas, e que as turmas eram divididas por sexo, sendo que a parte final era a mais atrativa da aula, quando a professora liberava para jogar carimbada<sup>66</sup>. Percebemos ainda que na prática da EF os procedimentos estavam bem definidos, inicialmente, existia a realização de pequenos exercícios (geralmente exercícios de calistenia<sup>67</sup>) e alongamentos e, posteriormente, um direcionamento para o futebol para os homens e a carimbada para as mulheres. Podemos evidenciar ainda que, para essas aulas, já existia um uniforme específico, a professora Carmênia Maria Garcia Alencar de Andrade, menciona que era “para meninas um shortinho e camiseta, e para os meninos calção e camiseta”.

Vale salientar que no início da década de 1970, precisamente em 11 de agosto de 1971, entrou em vigor a LDB nº 5.692/71 que determinou a obrigatoriedade da inclusão da EF nos currículos plenos dos estabelecimentos de 1º e 2º graus. Apesar da obrigatoriedade da prática da EF nos dois graus, no contexto das escolas, tal prática continuava mais frequente no antigo ginásial, isto é, a partir da 5ª série.

A professora Maria Eleneuda de Sousa enfatiza que até a 4ª série era só recreação. Para ela, nas séries iniciais

A educação física era sempre recreação. Esse nome educação física a gente só foi aprender a ter como estudante, com professor a partir da 5ª série, hoje sexto ano. A partir da 5ª série aí a gente tinha um professor específico de educação física, embora nenhum na época seja [sic] formado na área. Eram aqueles que tinham habilidades para fazer exercícios, principalmente praticar esportes.

Percebemos que nas turmas iniciais de ensino primário, as práticas corporais lúdicas que aconteciam nas aulas eram denominadas de recreação. Ainda

<sup>66</sup> Também conhecido como queimada ou jogo do mata, é um jogo coletivo em que os jogadores de duas equipes tentam acertar os oponentes com uma ou mais bolas, evitando serem atingidos. O objetivo de cada equipe é eliminar todos os membros da equipe adversária, acertando-os com bolas lançadas (Disponível em: <[https://pt.wikipedia.org/wiki/Queimada\\_\(jogo\)](https://pt.wikipedia.org/wiki/Queimada_(jogo))>. Acesso em: 30 abr. 2019).

<sup>67</sup> Exercícios em que, para sua execução, utiliza-se a própria força do corpo.

com relação às aulas de EF no Colégio Senhor do Bonfim na década de 1970, é mencionado pela professora Carmênia Maria Garcia Alencar de Andrade que

No curso primário (séries iniciais do 1º grau) a gente trabalhava no galpão com a parte de recreação e era todo voltado pra recreação, todos tipos de brincadeiras possíveis a gente utilizava. No ginásio (a partir da 5ª série) era feito também no galpão e tinha uma quadrazinha no Colégio Senhor do Bonfim, era a única escola que tinha quadra, aí a gente trabalhava fazendo tanto o atletismo como atividade de vôlei ... principalmente vôlei e futebol [...] No segundo grau que era o normal, a gente trabalhava em sala de aula, orientando os planos de aula, principalmente dentro da recreação pra elas trabalharem com o curso primário e todas as aulas práticas delas eram no curso primário.

Analisando o que nos contou a referida professora, podemos constatar que no Colégio Senhor do Bonfim (escola particular de iniciativa religiosa) nas séries iniciais do 1º grau existiam momentos de recreação com muitas brincadeiras (pega-pega, corrida de saco, bandeirinha, queimada). Já no nível ginásial existia a prática predominante de esportes (vôlei, futebol, atletismo). Evidenciamos que essas práticas ocorriam no galpão (Figura 32) e na quadra (Figura 33), sendo que no curso normal, a aula de orientação para recreação no ensino primário acontecia em sala. Percebemos assim, que de acordo com o nível das séries, as aulas de EF tinham um direcionamento de suas práticas bem definidas.

**Figura 32 – Galpão do Colégio Senhor do Bonfim, onde aconteciam aulas de EF**



Fonte: Acervo pessoal da professora Maria Lourdes de Melo Peixoto.

Analisando a imagem, percebemos um espaço coberto, amplo e arejado, cercado com uma baixa grade de ferro, que possuía plantas em suas proximidades. De acordo com a professora Carmênia Maria Garcia Alencar de Andrade, foi um local bastante utilizado para as aulas de recreação com atividades lúdicas (brincadeiras e jogos) e ainda, utilizado para dança e exercícios de calistenia com as moças.

**Figura 33 – Aula de EF sobre Voleibol na quadra do Colégio Senhor do Bonfim**



Fonte: Acervo pessoal da professora Maria Lourdes de Melo Peixoto.

Nessa imagem, notamos que a quadra ficava um pouco afastada das salas de aulas e próxima ao muro do colégio. Percebemos que após delimitação cimentada, havia uma parte em terra e logo depois uma parede baixa que cercava toda quadra e que servia como assento para os que quisessem assistir ou repousar do cansaço da prática. Podemos observar ainda, um número de 10 alunas em quadra jogando voleibol usando o uniforme do colégio composto por uma saia pregueada na cor vermelho escuro e blusa branca de mangas curtas e que fora da quadra de jogo encontram-se alguns meninos vestidos com short e camiseta que parecem aguardar sua vez de jogar.

Nessa quadra, a professora Carmênia Maria Garcia Alencar de Andrade, conta-nos que era muito utilizada nas aulas de EF, principalmente, para as turmas do antigo ginásio, onde se tinha um direcionamento maior para as práticas de

esportes. Assim, nesse local era muito praticado o voleibol com as meninas e o futebol com os meninos.

Diante do exposto, constatamos que no Colégio Senhor do Bonfim a prática docente em EF apresentava-se diversificada e organizada por nível de escolaridade, sendo que o colégio possuía espaços (quadra e galpão) na sua parte interna que favoreciam o desenvolvimento dessas aulas.

Em relação à EF no Ginásio Nossa Senhora da Expectação fundado em 1947 por iniciativa também religiosa e extinta em 1974, quando da origem do Centro Icoense de Ensinos Técnicos (CIENTE). Nele encontramos evidências da prática dessa disciplina nas pastas de alguns alunos que estavam no setor de documentação da SEDUC/CE. Nas referidas pastas estavam fichas individuais de discentes da década de 1960, nas quais são enfatizadas como eram feitos o acompanhamento e o controle da prática da EF.

Destacamos que na década de 1960, em termos de legislação educacional, estava em vigor a primeira LDB nº 4024 em 20 de dezembro de 1961 que estabeleceu a prática obrigatória da EF nos cursos primários e médios até a idade de 18 anos. Porém, em Icó essa prática sistematizada estava concentrada nos cursos médios.

A professora Francisca Ricarte Beserra conta-nos que no Ginásio Nossa Senhora da Expectação, as aulas de EF aconteciam só para os homens e os professores gostavam de trabalhar com práticas de corrida e futebol e alguns exercícios musculares (ginástica calistenia). A professora ressaltou ainda que os docentes mediam e pesavam os alunos e colocavam essas informações em uma ficha.

Por compreendermos que a ficha nos revela muitos elementos da prática do professor de EF na época, resolvemos destacá-la por partes para melhor discussão e compreensão. Na primeira parte da referida ficha, destacamos os dados de identificação do estabelecimento de ensino (nome, cidade e estado) e do aluno (nome, sexo, data, lugar de nascimento e filiação), tendo um espaço para colocar uma foto 3x4 (Figura 34).

**Figura 34 – Fragmento que corresponde à primeira parte da ficha de EF**

Mod. 1 - EF

Nome do Estabelecimento: Ginásio Nossa Senhora da Expectação  
 Cidade: Itó Estado: Ceará

**FICHA DE EDUCAÇÃO FÍSICA**

Nome do aluno: Carlos Maurício Duarte Sexo: Masculino  
 Data e lugar do nascimento: 28 de abril de 1949 - Itó - Ceará  
 Filiação: Baira Duarte

NOME DOS ESTABELECIMENTOS				Ano	Série	Município	Estado
<u>Ginásio Nossa Senhora da Expectação</u>				<u>1964</u>	<u>1ª</u>	<u>Itó</u>	<u>Ceará</u>
"	"	"	"	<u>1965</u>	<u>2ª</u>	"	"
"	"	"	"	<u>1966</u>	<u>3ª</u>	"	"

de \_\_\_\_\_ de 19\_\_\_\_

Inspetor Federal

Fonte: Setor da documentação escolar da SEDUC/CE.

Podemos observar, a partir dos dados de identificação do discente, que realmente, o público do referido ginásio era masculino e, nesse caso específico, o aluno entrou com 15 anos de idade. Notamos também que a EF estava inclusa nas três séries do ginásial, implicando dizer que, durante esse período havia o acompanhamento de desenvolvimento, sobretudo físico, por meio dos testes biométricos e dos exames práticos.

Na segunda parte da referida ficha encontrava-se o exame médico biométrico, constando da data da realização do exame, idade, peso e estatura com espaço de assinatura para o médico. Ainda havia espaço reservado para as observações médicas (Figura 35).

**Figura 35 – Fragmento que corresponde à segunda parte da ficha de EF**

EXAME MÉDICO - BIOMÉTRICO										
Curso	Série	CLASSIFICAÇÃO			EXAME, MÉDICO - BIOMÉTRICO					Assinatura do Médico
		Ciclo	Gráu	Turma	Data do exame	Idade	Peso	Estatura	Land méd	
<u>Ginásial</u>	<u>1ª</u>	<u>1ª</u>	<u>M</u>	<u>2ª</u>	<u>4-4-64</u>	<u>14</u>	<u>59</u>	<u>1,68</u>		
	<u>19-10-64</u>				<u>15</u>	<u>60</u>	<u>1,69</u>			
	<u>16-3-65</u>				<u>15</u>	<u>59,500</u>	<u>1,70</u>			
"	<u>2ª</u>	<u>1ª</u>	<u>2ª</u>	<u>20-10-65</u>	<u>16</u>	<u>60</u>	<u>1,71</u>			
	<u>16-3-66</u>			<u>16</u>	<u>60</u>	<u>1,71</u>				
"	<u>3ª</u>	<u>1ª</u>	<u>1ª</u>	<u>22-10-66</u>	<u>17</u>	<u>61</u>	<u>1,71</u>			
Abreugrafia (facultativo)	Anamnese e registro de alterações de saúde:									
	Indicações ou contra-indicações físicas:									
	Observações:									

Fonte: Setor da documentação escolar da SEDUC/CE.

Percebemos que o exame médico biométrico era realizado no primeiro semestre, geralmente no mês de março ou abril, e no segundo semestre no mês de outubro. Além do peso e da estatura, a idade também era atualizada por semestre. No caso específico desse aluno, notamos ao longo de três anos um aumento de 2 kg no peso e de 3 cm na estatura.

Na primeira parte do verso da ficha ficava o histórico escolar do aluno, constando os registros por mês dos números de sessões ministradas e o total de faltas dos alunos que estudavam nas séries no nível ginásial (Figura 36).

**Figura 36 – Fragmento que corresponde a primeira parte do verso da ficha de EF**

Série	Turma	Ano	HISTÓRICO ESCOLAR																								Total de Sessões	Total de Faltas	Porcentagem de Faltas
			NUMERO DE PENSOES E FALTA DO ALUNO																										
			MARÇO		ABRIL		MAIO		JUNHO		AGOSTO		SETEMBRO		OUTUBRO		NOVEMBRO		DEZEMBRO										
N. de Sessões	N. de Faltas	N. de Sessões	N. de Faltas	N. de Sessões	N. de Faltas	N. de Sessões	N. de Faltas	N. de Sessões	N. de Faltas	N. de Sessões	N. de Faltas	N. de Sessões	N. de Faltas	N. de Sessões	N. de Faltas	N. de Sessões	N. de Faltas	N. de Sessões	N. de Faltas	N. de Sessões	N. de Faltas	N. de Sessões	N. de Faltas						
1ª	26	1964	21	1	25	-	23	-	25	2	24	1	20	-	22	1	17	-	-	-	-	-	-	-	177	5	-		
2ª	26	1965	8	-	9	2	9	1	8	-	8	1	9	1	8	1	8	-	-	-	-	-	-	-	67	6	-		
3ª	11	1966	4	1	4	-	5	-	3	-	5	2	3	-	4	1	3	-	-	-	-	-	-	31	4	-			
GINÁSIO		19																											
		19																											
		19																											
		19																											

Fonte: Setor da documentação escolar da SEDUC/CE.

Podemos observar que o ano letivo de registro da EF na ficha, correspondia ao período de março a novembro, sendo registrado, por mês, o número de sessões e a quantidade de faltas. Percebemos que o número de sessões ia diminuindo de forma gradativa durante os três anos, ou seja, no primeiro ano foram 177, no segundo 67 e terceiro 31 sessões.

Na segunda parte do verso da ficha de EF ficava o registro de desempenho nos exames práticos, constando o tipo de exame, data, indicação das provas e dos pontos, total dos pontos, índice total, classificação e espaço para rubrica do professor (Figura 37).



se o desempenho do aluno “correspondia ou não o valor físico dos jovens” (CORRÊA, 2009, p. 100). Notamos claramente a intenção de classificar e selecionar os alunos, a partir do seu desempenho físico, uma maneira de acompanhar o crescimento e desenvolvimento da juventude, para atender às expectativas de mercado e defesa da pátria.

Em 1974, o Ginásio Nossa Senhora da Expectação é incorporado ao CIENTE. Em relação à prática da EF no CIENTE, a professora Francisca Ricarte Bessera lembra que essa instituição de ensino possuía um formato estrutural, semelhante a letra “L” e, na sua parte interna, tinha um galpão. Sobre esse espaço, a professora Carmênia Maria Garcia Alencar de Andrade menciona que era coberto, mas não era utilizado exclusivamente para aulas de EF, era usado também para outras atividades da escola e que, por esse motivo, também utilizava o espaço amplo que existia na frente da mesma.

A professora Maria Eleneuda de Sousa conta-nos que no CIENTE, havia uma professora para as meninas e um professor para os meninos, pois a prática era separada por gênero. Ela ainda lembra que

Geralmente, as aulas eram no horário contrário dos outros componentes curriculares, por exemplo, eu estudava à tarde, e tinha aula de EF pela manhã. Era aquela aula, na qual fazia alguns exercícios de alongamento, passava uns 40 a 45 minutos fazendo exercícios, bastante individuais e alguns coletivos, tipo aqueles de agachamento, cintura, abdominais... estes eram os básicos.

Podemos perceber que as práticas eram no turno contrário das outras disciplinas e que eram bastante praticados exercícios calistênicos. De acordo com a docente Carmênia Maria Garcia Alencar de Andrade, além dessas práticas, as alunas também faziam atletismo e jogavam voleibol, sendo que nessas aulas usavam como uniforme short e camiseta. Para José Reuber Bandeira Gondim, as atividades de EF para os meninos eram voltadas mais para o atletismo e o futebol, esse professor lembra que quem lecionava essa prática para os rapazes era um cabo da polícia militar que gostava muito de esportes.

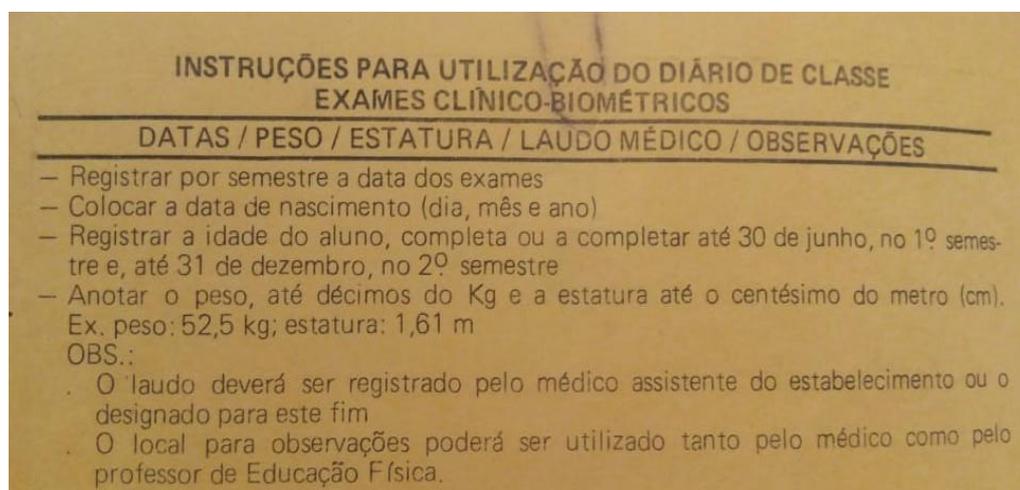
Diante dessas considerações, podemos constatar que, com a extinção do Ginásio Nossa Senhora da Expectação e o surgimento do CIENTE, a prática da EF passou a ser ofertada para o público feminino e masculino, tendo professores específicos para cada um dos públicos e aconteceu um aumento na diversidade das práticas, destacando-se o esporte como conteúdo predominante.

### 7.3 A PRÁTICA DOCENTE EM EDUCAÇÃO FÍSICA NAS ESCOLAS PÚBLICAS PROFESSORA LOURDES COSTA E VIVINA MONTEIRO

Na Escola de 1º grau Professora Lourdes Costas (antigo Grupo Escolar Professora Lourdes Costa), criada no ano de 1967, passaram a ofertar o ensino da EF na matriz curricular a partir da 5ª série do ano de 1982. Observamos que naquela época, existia a recomendação da realização dos exames clínicos biométricos e avaliação da aptidão física nas escolas públicas. Encontramos evidências disso, em um diário de classe das turmas de 5ª séries A e B e 6ª série A da disciplina de EF do ano letivo de 1983.

Notamos que no referido diário, logo em sua contracapa trazia as instruções para a realização dos exames clínico-biométricos, enfatizando as orientações sobre registro de datas, peso, estatura, laudo médico e observações (Figura 38).

**Figura 38 – Instruções em relação aos exames clínico-biométricos dos discentes contidas no diário de classe das 5ª séries A e B e 6ª série A da Escola de 1º grau professora Lourdes Costa, do ano de 1983**



Fonte: Arquivo morto da Escola Municipal professora Lourdes Costa.

Nessas instruções, notamos a padronização dos registros em relação à biometria dos alunos, recomendando a realização do exame duas vezes ao ano, isto é, um a cada semestre, atentando para a data e a idade do aluno, sendo que na anotação do peso, os décimos de Kg deveriam ser considerados, assim como os centésimos do metro quando a medida fosse a estatura. Outro detalhe é a

orientação do registro do laudo por um médico. Ressaltamos que havia um espaço no próprio diário para preenchimento desses dados.

Dito isso, ressaltamos que os procedimentos para preenchimento desses dados fizeram parte por alguns anos da prática do professor de EF. O professor José Reuber Bandeira Gondim nos conta, muitas vezes, como acontecia na prática. Para ele,

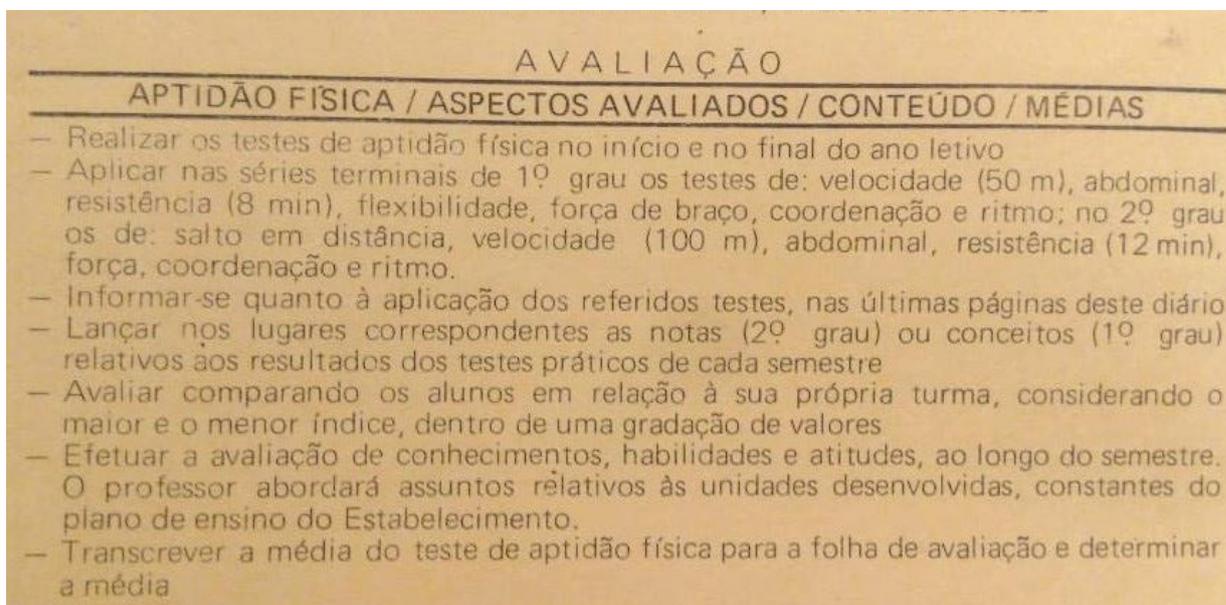
Eu fazia acompanhamento, fazia o exame biométrico, pesava, media. Para fazer, inclusive o médico tinha que ir à escola, para ver eu fazer... Tinha o exame médico também, o médico era para ir, mas não ia, aí o que é que eu fazia, além de fazer aquele exame de pesar e medir todos e durante o exercício, que aprendi lá no quartel, eu verificava os batimentos cardíacos mesmo sem aparelhos, aí tirava na pulsação, os batimentos cardíacos media direitinho no início, no meio e no final, para ver se tinha alguma alteração com o aluno... eu fazia antes do aquecimento, depois do aquecimento, depois do exercício você já via a diferença. Se está em repouso, está ali entre 60 a 80 batimentos, depois do aquecimento variava de 80 a 100, e depois do exercício pesado, vai de 130 a 150 batimentos cardíacos. Com base nisso, se tivesse alguma alterações bruscas [sic] no aluno, a gente indicava para um médico, ao invés do médico olhar todo mundo, só olhava quem tinha problema.

Percebemos que na prática, muitas vezes, o exame médico biométrico era realizado pelo próprio professor sem o acompanhamento do profissional da medicina, que, de acordo com o professor José Reuber, a escola entrava em contato com o médico que era contratado pelo estado para atender à população do município. Esse médico marcava o horário que estaria disponível para comparecer à escola para a realização desse exame, uma ou duas vezes ao ano. Contudo, muitas vezes não comparecia, justificando falta de tempo.

Trazendo relatos sobre esse exame médico biométrico, a professora Carmênia Maria Garcia Alencar de Andrade, revela que os médicos tinham que comparecer à escola para examinar duas vezes ao ano os alunos, para verificar o peso, estatura e fazer alguns exames. Ela ressalta ainda, que “se o aluno apresentasse algum problema de coluna, de osteoporose, problemas na perna, as vezes num braço”, era afastado e emitido um atestado que o dispensaria por um ano, “mas não era muita gente que apresentava”.

Destacando as instruções nesse diário de EF das turmas de 5ª séries A e B e 6ª série A, em relação à avaliação, mencionamos que considerava a aptidão física, aspectos avaliativos, conteúdos e médias (Figura 39).

**Figura 39 – Instruções em relação à avaliação dos discentes contidas no diário de classe das 5ª séries A e B da Escola de 1º grau professora Lourdes Costa, do ano de 1983**



Fonte: Arquivo morto da Escola Municipal professora Lourdes Costa.

Nessas orientações direcionadas aos professores, notamos que os testes de aptidão física deveriam ser realizados duas vezes ao ano, uma no início e outra no final, sendo que para as séries terminais do 1º grau, ou seja, a partir da 5ª série, era orientada a aplicação dos testes de velocidade (50 m), abdominal, resistência (8 min.), flexibilidade, força de braço, coordenação e ritmo. Já no 2º grau era o salto em distância, velocidade (100 m), abdominal, resistência (12 min.), força, coordenação e ritmo. No 2º grau os registros dos resultados dos testes deveriam constar em notas e no 1º grau em conceito. É importante frisar que na parte final do diário existiam todas as orientações detalhadas de como realizar cada teste de aptidão física, constando a descrição, procedimentos de realização, indicação de local adequado, os materiais necessários e como fazer os registros.

No tocante ao exame prático, a professora Carmência Maria Garcia de Alencar de Andrade, nos conta que “existia o teste prático! Existia um tempo que era para fazer as atividades, aí tinha vários tipos de exercícios e cada exercício dependendo do tempo, era atribuída uma nota”. A docente ressalta que “do mesmo jeito que o homem fazia, a mulher também fazia... só que para a mulher era menor o número de repetições e o tempo de duração dos exercícios”.

O professor José Reuber Bandeira Gondim nos explica que fazia “os testes de corrida, apoio de frente, abdominais e barras”, só que em relação às

mulheres, por exemplo, se a corrida para homem fosse 2.800 metros em 3 minutos, para mulher era 2.000. Lembra ainda que para “mulher não fazia, o apoio de frente nem tinha a barra, para elas, tinha o abdominal e polichinelo”.

Ainda em relação à prática de avaliação em EF, destacamos a recomendação no diário em questão, de efetuar a avaliação de conhecimentos, habilidades e atitudes do aluno ao longo do semestre. Percebemos que além da avaliação física, deveria o professor atentar para as capacidades cognitivas e comportamentais do aluno.

Com base no diário de classe das turmas de 5ª séries A e B e 6ª série A da disciplina EF da Escola de 1º grau Professora Lourdes Costa do ano letivo de 1983, podemos constatar, a partir dos registros de aulas, que a prática (Figura 40) estava voltada para o atletismo (corrida de velocidade, salto em altura, salto em distância) e exercícios direcionados para grupos musculares (membros inferiores, superiores, postura, abdominais) e atividades com cordas, bastões e bolas.

**Figura 40 – Registro das atividades do 1º semestre das turmas de 5ª séries A e B e 6ª série A da disciplina EF da Escola de 1º grau professora Lourdes Costa, do ano de 1983**

DIA	REGISTRO DO CONTEÚDO MINISTRADO E RUBRICA DO PROFESSOR
01	Revisão das atividades do 2º semestre. efe
02	Corrida de velocidade ef
08	Salto em distância efe
09	Corrida de velocidade efe
15	Atividades para a postura efe
16	Jogo com bola "comunalidade". efe

Fonte: Arquivo morto da Escola Municipal professora Lourdes Costa.

Vendo esses registros, a professora Carmênia Maria Garcia Alencar de Andrade, lembra-nos que a prática da EF era em um galpão que havia na escola e que o material de som e as fitas de ioga eram dela. A docente enfatiza ainda que, “trabalhava com muita corrida, porque a corrida não precisa de material, só com a pessoa mesma [sic]”.

Na Escola de 1º Grau Vivina Monteiro, criada no ano de 1974, a inserção da EF no currículo oficial consta a partir da 5ª série do ano de 1976. A referida escola só começou a funcionar em prédio próprio, no ano de 1979. A prática das aulas de EF nessa Instituição de Ensino, acontecia no horário diferente do turno em que os alunos tinham as outras disciplinas, mas, mesmo assim, os discentes frequentavam bastante. O professor José Reuber Bandeira Gondim, sobre essa adesão dos alunos às aulas de EF, conta-nos que

No turno da noite a gente fazia não era dentro do horário, isso era final dos anos 1970 e início dos anos 1980, porque depois colocaram Educação Física no horário curricular, dentro das aulas normais, mas nessa época não... a educação física era de manhã e de tarde. A turma da tarde a gente aproveitava saindo da escola, aí era de 5h as 7h, e a turma de manhã, às vezes vinha a tarde também, tinham uns que preferia vim a tarde, e a turma da noite vinha pela manhã, umas 5h, e aí era de 5 e meia até 7h. Naquela época era separada, tinha o dia das mulheres e o dia dos homens. [...] A participação era de 80% porque uns trabalhavam não podia [sic], aí vinha com declaração do trabalho, e outro, que tinha doença arrumava um atestado médico, tinha que justificar [...]

Colaborando com o assunto, a professora Carmênia Maria Garcia Alencar de Andrade complementa que as aulas de EF na referida escola ocorriam “cedinho e de tardezinha e às vezes nos últimos horários da noite” e acrescenta que “os alunos dos sítios (zona rural) eram dispensados porque não tinham condição [...] de vim em outro horário”.

Diante das falas dos professores entrevistados acima, notamos informações associadas à adesão e dispensa dos alunos. Aderiam porque, entendemos, eram aulas interessantes para eles, mas constatamos um tipo de dispensa pela dificuldade de acesso, principalmente porque moravam distante da sede e, notadamente, da escola. Esse tipo de dispensa era próprio da escola e do município uma vez que oficialmente, não havia dispensas por esse motivo. Contudo, há a possibilidade de a escola considerar esses alunos como trabalhadores, visto que grande parte era filhos de agricultores, e ajudava seus pais no roçado.

Destacamos ainda que nessa prática as turmas eram formadas por sexo, tendo um dia específico para os homens e outro para as mulheres.

É importante destacar que o Decreto Federal 69.450 de 1 de novembro de 1971 ainda estava influenciando a prática da EF, e no inciso III do Artigo 5º recomendava a composição de turmas com alunos do mesmo sexo e de preferência com nível de aptidão física similar. Além disso, no seu Artigo 6º, alínea a, tornava a prática facultativa aos alunos trabalhadores e na alínea d, discentes que apresentassem problemas de saúde comprovados por laudo médico que impossibilitasse sua participação na EF. Determinação que confirma nossa análise realizada acima.

É importante ressaltar que nessa época, a organização da aula de EF é descrita pelo professor José Reuber Bandeira Gondim da seguinte forma,

Para iniciar eu fazia um alongamento, fazia um aquecimento, ai fazia aquela calistenia, exercícios tradicionais, e dali, depois que o aluno estava preparado [...] entrava com a área de esporte, aí às vezes dentro da modalidade, as meninas iam jogar vôlei, formei um time de handebol feminino e outro masculino, treinava o pessoal para as corridas.

Podemos notar que, nesse momento, o conteúdo principal era o esporte. Na aula existia um momento de preparação (com aquecimento, alongamento) e a parte principal era a prática de alguma modalidade esportiva. É interessante mencionar que de acordo com Soares *et al.* (1992) a influência do esporte nas aulas de EF aumentou significativamente no período pós-guerras mundiais (1945), seguindo uma tendência internacional, sob a influência principalmente da cultura europeia. Nesse período foi-se fortalecendo o processo de esportivização generalizada nas aulas de EF nas escolas brasileiras.

Esclarecemos que o método de EF desportivo generalizado foi divulgado no Brasil por Auguste Listello<sup>68</sup> (SOARES *et. al*, 1992). Tinha como objetivo incorporar a prática esportiva às aulas de EF pelo prazer de jogar. Para os PCNs

---

<sup>68</sup> Nascido no ano de 1913, na cidade de Boghar, Argélia, Auguste Listello deixou definitivamente seu país no ano de 1928 para residir e trabalhar na França. Nessa data, se inseriu na École de Mousses, também conhecida por École de Apprentis Marins, onde iniciou sua formação na Marinha Francesa. Em 1945, Listello exonerou do serviço militar naval e se inseriu no Institut National des Sports (INS), o que não significou que seus vínculos com a Marinha tenham sido totalmente rompidos. Durante os anos de 1945 a 1958, Auguste Listello dedicou seu trabalho ao INS, onde ocupou as funções de professor, de diretor técnico-pedagógico e de chefe da comissão Educação Física Esportiva (Estudo e Experimentação) para a elaboração de “[...] uma certa concepção de ensino e de educação a partir das atividades físicas, esportivas e de lazer” (CUNHA, 2017).

(1997) a introdução desse método significou uma contraposição aos métodos de ginástica tradicional (francês, sueco e alemão), correspondendo a uma tentativa de incorporar o esporte à escola, adequando-o a objetivos e práticas pedagógicas.

De acordo com Soares *et al.* (1992, p. 54), o esporte atingiu uma grande magnitude no sistema escolar dos anos de 1960 a 1980, de modo que o esporte praticado na escola era subordinado aos códigos/sentido da instituição esportiva. Destarte, era concebido “como um prolongamento da instituição esportiva: esporte olímpico, sistema desportivo nacional e internacional”.

Nesse sentido, observamos que as competições esportivas dentro das escolas passam ter grande destaque, José Reuber Bandeira Gondim explica-nos que as escolas (CIENTE, Colégio Senhor do Bonfim, Grupo Escolar Ana Vieira Pinheiro, Grupo Escolar Professora Lourdes Costa e Escola Vivina Monteiro) realizavam os jogos interclasses com as modalidades esportivas (provas de atletismo, futebol, voleibol) praticadas nas aulas de EF, depois disso faziam a seleção da escola para participar dos Jogos intercolégiais (que era a competição entre as escolas do município) e aí quem fosse o campeão passava para disputar os jogos estaduais. Ainda de acordo com o referido professor, nos jogos havia tanto as modalidades esportivas masculinas, quanto as femininas, só que na competição das mulheres formava-se menos equipes e não tinha em todos os esportes ofertados na competição. O docente complementa que as equipes se apresentavam uniformizadas e tinha premiação de troféus para os vencedores. Nas competições, as torcidas eram animadas e cada uma tinha sua forma ou música para incentivo de sua equipe.

No tocante às condições para prática da EF na Escola de 1º Grau Vivina Monteiro, o professor José Reuber Bandeira Gondim conta-nos que

Quando a gente ia treinar no Vivina, nesse tempo não tinha quadra, mas tinha um espaço grande interno, então dava para fazer um campinho para jogar futebol. A gente usava os recursos que tínhamos, quando eu ia treinar os meninos para corrida, eu fazia a pista de corrida de velocidade, fazia a caixa de salto tudo lá dentro, cavando na chibanca<sup>69</sup> e colocando areia, fazendo as raias. Tinha um espaço amplo, mas depois fizeram muitas salas de aulas, e construíram uma quadra.

---

<sup>69</sup> É um instrumento constituído de uma lâmina de um lado e uma ponta semelhante à da picareta, de outro, geralmente usado para arrancar de um terreno tocos de árvores, ou simplesmente cavar barro.

Tecendo considerações sobre esse assunto, a professora Carmênia Maria Garcia Alencar de Andrade ressalta que a Escola de 1º Grau Vivina Monteiro não oferecia muitos materiais. Ela direcionava suas práticas muito para o atletismo que ocorria, muitas vezes, no espaço de frente à escola. Desse modo, podemos constatar que os professores não tinham à disposição os materiais necessários, construindo seus próprios espaços de prática e desenvolvendo atividades viáveis à realidade. Essa é uma constatação que nos parece bem atual, embora já tenha por parte das escolas uma preocupação com o espaço que a EF necessita para sua realização.

#### 7.4 A FORMAÇÃO DOS PROFESSORES, JOSÉ REUBER BANDEIRA GONDIM E CARMÊNIA MARIA GARCIA ALENCAR DE ANDRADE PARA ATUAREM COM A EDUCAÇÃO FÍSICA NAS ESCOLAS DE ICÓ

Em relação à formação dos docentes que lecionaram a EF durante o recorte temporal de nossa pesquisa (1946 a 1983) os professores entrevistados ressaltaram que, quem ministrava as aulas de EF não tinha uma formação específica na área, nem superior em outra, apenas possuíam o ensino médio e/ou Curso Normal. De forma geral, os sujeitos entrevistados mencionaram que acreditavam que o professor que ensinava EF tinha certa familiaridade com a prática de esportes ou com exercícios no meio militar, ou ainda, simplesmente o profissional ministrava a EF para complementar a carga horária de trabalho.

Destacamos nessa subseção, os processos formativos dos dois profissionais que atuaram diretamente com a EF nas escolas icoenses. O do professor José Reuber Banderia Gondim que ministrou a EF no início dos anos 1980 (no CIENTE, Grupo Escolar Ana Vieira, Grupo Escolar Lourdes Costa e Escola de 1º Grau Vivina Monteiro) e o da professora Carmênia Maria Garcia Alencar de Andrade que lecionou aulas dessa disciplina a partir de meados da década de 1970 (Colégio Senhor do Bonfim, CIENTE, Grupo Escolar Lourdes Costa e Escola de 1º Grau Vivina Monteiro).

O professor José Reuber Banderia Gondim descreve sua trajetória da seguinte forma:

Quando nós fomos para Fortaleza, fui estudar em 1970 [...] fui participar dos jogos das escolas, lá as coisas já eram diferentes né! [...] Então fui servir o exército, aí no exército foi onde me destaquei no esporte, então com isso, eu jogava no exército, jogava basquete, handebol, a parte de atletismo, a parte de futsal era mais com os oficiais. Cabo e sargento era mais o futebol de campo, o voleibol ou handebol, esse confronto do futsal que era mais violento, não colocava cabo e sargento com oficiais para não dar problema. Eu morava em Fortaleza, mas quando eu cheguei aqui, tinha um cabo que ensinava a Educação Física, era um cabo da polícia, lá no CIENTE, aí reunia os alunos e cabo davam essas aulas e tal, aí quando eu cheguei aqui era quando o cabo tinha ido embora transferido, [...] aí surgiu a vaga e me chamaram, inclusive eu já tinha sido cabo do exército aí deu certinho.

Sobre sua formação, a professora Carmênia Maria Garcia Alencar de Andrade destaca que a realização de um curso de recreação no Rio de Janeiro foi essencial para começar a lecionar a EF. Ela enfatiza que no início da década de 1970,

trabalhava na prefeitura [...] na parte de cultura... aí fui pro Rio de Janeiro passei 3 meses lá estudando a parte de recreação que era pra trabalhar no município na parte recreativa. Tinha gente de vários municípios brasileiros nesse curso. Não lembro mais do local, eu sei que era no Botafogo e eu ficava no Grajaú, aí me deslocava para o Botafogo todo dia. Lá a gente trabalhava mais na sala. Quando eu voltei fui convidada para trabalhar em escolas, aí fiz diversos cursos em Fortaleza. Eu sempre gostei (da Educação Física) e acho que o que mais levou foi esse curso que fiz no Rio de Janeiro, foi excelente. Um curso que incentivava a gente a participar, a trabalhar! Aí quando eu cheguei vim toda motivada.

Diante do exposto, podemos perceber que esses profissionais não tinham uma formação em nível superior na área de EF, mas ambos possuíam certo envolvimento com atividades da área. O professor José Reuber Bandeira Gondim, considerado um destaque no esporte em meio militar, tinha conhecimento das modalidades e treinamentos nos quartéis. O interessante é que o mesmo assumiu a vaga de professor de EF, inicialmente no CIENTE, deixada por outro militar (um cabo que foi transferido).

A professora Carmênia Maria Alencar de Andrade possuía uma aproximação com as manifestações culturais, utilizando-se da parte recreativa. A realização de um curso de recreação no Rio de Janeiro fez surgir oportunidades de ensino em outras instituições, o que fomentou a participação em outros cursos de aperfeiçoamento na área.

Nessa perspectiva, a referida professora ressalta que durante o período que ministrou a EF, fez vários cursos na área, ofertados pelo estado do Ceará. Ela conta-nos que

A gente ia passava uma semana lá em Fortaleza, as vezes, eles vinham e fazia aqui (Icó)... Os cursos ensinavam de tudo... a aprender a trabalhar fazendo os exames práticos, e aprender também a fazer as atividades para trabalhar com voleibol, futebol, atletismo, handebol, etc. O curso era feito pela secretaria de Educação.

O professor José Reuber Bandeira Gondim, também fez vários cursos na área. Ele revela-nos que quando o convidaram para a EF, começou a fazer os cursos, inclusive na capital cearense com Dimas, ex-treinador do Fortaleza e com Serginho, ex-jogador de futebol do Botafogo-RJ.

Notamos que, no caso de José Reuber Bandeira Gondim, como professor de EF, seguiu a tendência do resto do país e de Fortaleza, com o envolvimento dos militares à frente das práticas de EF. Rocha (2011) menciona em seu estudo que as instituições militares cearenses (escola militar e aprendizes de marinheiro) foram responsáveis pela formação dos primeiros instrutores militares que difundiram as práticas de exercícios físicos em meio civil, notadamente nas escolas.

A professora Carmênia Maria Garcia Alencar de Andrade chegou a terminar o curso superior em EF nos anos 1990. Porém, já estava afastada de suas atividades pedagógicas. Ela conta-nos que “em 1990 e pouco, eu fiz o curso superior em EF, terminei, mas já estava afastada para me aposentar e não quis mais retornar ao trabalho por mais 2 ou 3 anos para me aposentar nesse nível”. A professora, ainda ressalta que “o curso foi feito por correspondência e validado em Sobral”.

Certamente, a professora validou seu diploma pela Universidade Vale do Acaraú (UVA) de Sobral, que abriu o curso superior em Educação Física no ano de 1982. É importante mencionar que a formação em EF no nível superior realizada em solos cearenses, só aconteceu a partir de 1973 com oferta do curso de graduação em EF pela Universidade de Fortaleza (UNIFOR).

Diante desse contexto, ressaltamos que o surgimento de professores formados com nível superior em EF nas escolas de Icó, só aconteceu no final da década de 1990, com aprovação no concurso do Estado para o cargo no ano de 1997, com o profissional assumindo as aulas de EF no ano seguinte (1998).

Mediante essa história da EF nas escolas de Icó, contada pelos seus professores e professoras desse município e entrelaçada com documentos direcionados ao período demandado pelo estudo (1946 a 1983), podemos constatar que em razão do Grupo Escolar de Icó (criado em 1922) ofertar só o curso primário

a EF não estava oficialmente na matriz escolar, mas alguns elementos ou manifestações da cultura corporal encontravam-se presentes por meio das brincadeiras e jogos na hora dos recreios ou na prática de preparação para comemorações cívicas como desfiles. A EF só passou a integrar as disciplinas da escola em 1979, com uma prática predominantemente esportiva. Evidenciamos que no Colégio Senhor do Bonfim (criado em 1938) a EF estava inserida no currículo oficial das turmas dos cursos normal para formação de professores primários a partir de 1946, inclusive, por meio de um diário de atividades de uma aluna de 1º ano do Curso Normal e das entrevistas, foi possível perceber a prática do profissional de EF influenciada pelo método de ginástica francês, dotada de exercícios de marchas, corridas, saltos e de atividades que despertavam o sentimento de nacionalismo. Notamos que na década de 1960, essas atividades ainda continuavam presentes, sendo que no Ginásio Nossa Senhora da Expectação (criado em 1947), havia uma ficha de EF, com dados de registro dos exames médicos biométricos e exames práticos para averiguar o desempenho físico do aluno. O registro da prática dessa ficha se perpetuou pela década de 1970 e 1980, inclusive nas escolas do Estado (Grupo Escolar professora Lourdes Costa e Escola de 1º Grau Vivina Monteiro) no início dos anos de 1980 tinha espaço no próprio diário das turmas. No CIENTE (criado em 1974), as turmas eram divididas por sexos e havia a prática de exercícios calistênicos e esportivos. No Grupo Escolar Professora Lourdes Costa (criado em 1967) e na Escola de 1º Grau Vivina Monteiro (criada em 1974), ocorria uma predominância de prática esportiva (atletismo, futebol), antecidos de exercícios preparatórios (força, resistência) às modalidades. Ressaltamos que no final da década de 1970 e início de 1980, o trabalho com o esporte tornou-se prática de destaque, inclusive com preparação para competições, entretanto, continuou existindo a prática direcionada às apresentações cívicas (preparação para desfiles). Quanto à formação dos professores, notamos que nesse período não teve atuação de professores formados na área.

## 8 À GUIA DE CONSIDERAÇÕES FINAIS

A história da Educação Física no município de Icó-CE: (re)constituição da prática docente nas escolas (1946-1983) é uma produção científica acadêmica elaborada a partir de reflexões e instigações oriundas de nossa inserção profissional no município de Icó, quando constatamos que, diante de tantos elementos históricos encontrados na arquitetura das ruas, sobrados e igrejas, no tocante à Educação, especificamente, e ainda mais relacionada à EF, existia uma carência de registros de sua historicidade.

Diante disso, realizamos uma pesquisa com o objetivo geral de compreender a história da EF nas escolas do município de Icó – CE com ênfase na (re)constituição da prática docente, no período de 1946 a 1983. Para contemplarmos este objetivo, tivemos que retornar ao passado recente, em especial ao período assinalado, por meio, principalmente, da oralidade de cinco (5) professoras e um (1) professor que vivenciaram a prática docente, e entrelaçá-la à análise de documentos nacionais, institucionais e pessoais.

É importante frisar que por focarmos na (re)constituição histórica da prática docente de EF, em Icó, optamos por discutir e refletir nas seções teóricas desta dissertação, assuntos que tiveram implicações e influências historicamente significativas na prática do professor de EF no Brasil, notadamente, no Ceará e no Icó. Nesse sentido, realizamos uma cartografia dos atos normativos relacionados à área de EF, evidenciando esse processo de construção histórica a partir da legislação, revelando os meandros contextuais das determinações, sobretudo, com implicações na prática docente. Configurando nosso campo teórico, elaboramos a cartografia histórica educacional do município de Icó, na qual, abordamos a história do surgimento das escolas de nosso estudo, e dentro desse contexto, situamos a inclusão da EF na matriz curricular. Ainda imbricado nas reflexões teóricas, fizemos o mapeamento de estudos para constatar o estado do conhecimento sobre a nossa temática de pesquisa, com o propósito de evidenciarmos que contribuição nosso estudo traria para o avanço da ciência na área pesquisada.

No que concerne ao objetivo específico, cartografar os marcos iniciais da EF no município de Icó, realizamos um mapeamento de inserção, com discussão e análise dessa disciplina na matriz curricular das escolas, explicitado na seção 6 desta dissertação, constatando que no Colégio Senhor do Bonfim encontramos

evidências oficiais da prática da EF no ano de 1946, no Ginásio Nossa Senhora da Expectação, em 1960, no Centro Icoense de Ensinos Técnicos, em 1974, na Escola de 1º Grau Vivina Monteiro, em 1976, no Grupo Escolar Ana Vieira Pinheiro (Antigo Grupo Escolar de Icó), em 1979, e no Grupo Escolar Professora Lourdes Costa, em 1982. Podemos notar que a primeira instituição de ensino a ofertar oficialmente a EF no município de Icó foi o Colégio Senhor do Bonfim. É importante frisar que encontramos manifestações corporais que permeiam a área da EF nessas escolas, antes da inclusão oficial dessa disciplina nos currículos, tais como práticas recreativas, de iniciativas dos próprios alunos, e apresentações corporais cívicas e culturais, conduzidas por profissionais da escola.

No tocante à identificação da prática de EF como disciplina no processo da (re)constituição histórica, em relação à legislação educacional, na seção sobre a cartografia dos atos normativos, mapeamos vários documentos legais que concebiam a prática da EF como disciplina, e recorremos a alguns deles, na seção 6 desse estudo, quando abordamos a inserção da EF no contexto de surgimento das escolas e, também, na seção 8, ao tratarmos da (re)constituição da prática docente no município de Icó, apontamos, por exemplo, as implicações da Lei Orgânica do Ensino Normal de 2 de janeiro de 1946 (Decreto-Lei nº 8.530), a LDB nº 4.024 de 20 de dezembro 1961, a LDB nº 5.692 de 11 de agosto de 1971, e o Decreto Federal nº 69.450 de 1 de novembro de 1971.

Em relação às práticas docentes de EF no município de Icó, no período assinalado, evidenciamos que no Curso Normal (Colégio Senhor do Bonfim) estava organizada no turno com as demais disciplinas, sendo direcionadas para o planejamento da recreação no Ensino Primário. Porém, havia uma predominância nas escolas dessas aulas serem ofertadas em turno contrário ao dos outros componentes curriculares, sendo as turmas formadas por gênero, ou seja, turmas somente de homens e outras somente de mulheres. Constatamos também que, geralmente, o uniforme para os meninos era um calção e camiseta e para as meninas, inicialmente, uma saia rodada mais curta, depois um short e camiseta. Notamos que no período demarcado de nossa pesquisa a instituição de ensino que apresentava a melhor estrutura para prática da EF era o Colégio Senhor do Bonfim, porque possuía uma quadra, um galpão e um espaço amplo na frente (praça) para o desenvolvimento dessas atividades.

As práticas de EF evidenciadas foram diversas. No Curso Normal estavam direcionadas para a formação do professor do ensino primário e para o trabalho com as atividades recreativas, sendo que as normalistas adotavam uma espécie de caderno de planejamento durante o curso. No ensino primário (no Colégio Senhor do Bonfim) era desenvolvida a recreação (brincadeiras e jogos lúdicos), sendo que no antigo ginásio (anos finais do 1º grau) eram realizadas práticas direcionadas mais aos esportes. Identificamos que de meados dos anos 1940 até final dos 1950 predominavam as práticas fundamentadas no método de ginástica francês (atividades de corrida, saltos, marchas, atividades com bola, com bandeirinhas, alguns esportes, atividades que envolviam a valorização dos símbolos nacionais). Dos anos de 1960 e meados dos anos de 1970, evidenciamos práticas mais diversificadas e também controladas com exigências constantes de exame médico biométrico, exames práticos, preparação para os desfiles cívicos, marchas, dança, carimbada, exercícios calistênicos e práticas esportivas. Do final dos anos de 1970 a início de 1980, percebemos a perpetuação dessas práticas, sendo que os esportes (voleibol, atletismo, futebol) ganharam mais notoriedade, inclusive com acirramento de competições (interclasses e intercolegiais).

Referente à formação dos professores que ministravam a EF no período demarcado neste estudo, podemos constatar que não eram formados em nível superior na área específica, nem em outra área, possuindo o ensino médio e/ou o Curso Normal. Constatamos, com base nos relatos dos professores, que o docente que ensinava EF tinha certa familiaridade com a prática de esportes ou com exercícios do meio militar, ou ainda, simplesmente o profissional assumia essa atividade para complementar a sua carga horária de trabalho, replicando algumas práticas já utilizadas na escola.

Ressaltamos que nos deparamos com algumas dificuldades ao longo desta produção, entre estas, a tessitura do entrelaçamento das fontes orais com os textos documentais, na busca de definição de uma linha de tempo, para a (re)constituição da história da EF, visto que as informações recolhidas oralmente, muitas vezes, não se apresentam ordenadas no espaço e no tempo e, outras vezes, apresentam-se contraditórias, encontrar uma maneira de sequenciá-las didaticamente não é uma tarefa fácil.

No tocante ao surgimento da EF nas escolas investigadas, não descartamos a possibilidade dessa disciplina ter sido inserida antes dos anos

registrados e ter se situado em cada instituição de ensino historicizada, por compreendermos que, muitas das vezes, os fatos não são devidamente registrados, ou simplesmente, o que é registrado se perde com o tempo, ou ainda, não conseguimos encontrá-los. Logo, somos conscientes de que este trabalho se configura como os primeiros passos em busca de uma sistematização científica dos conhecimentos sobre os acontecimentos relacionados à história da prática docente, de EF, em Icó.

Nessa perspectiva, diante de nossos achados e constatações, ressaltamos que ainda temos muito a desvelar em relação à história da prática docente na EF no município de Icó, uma vez que o campo empírico é complexo, repleto de nuances e meandros. Assim, o universo do pesquisador é desafiador, necessitando traçar caminhos, fazer escolhas e trabalhar com as fontes disponibilizadas.

Nesse sentido, esperamos que esta pesquisa possa inspirar mais pesquisadores, a partir das pistas apontadas nos achados. Então, sugerimos estudos históricos que possam aprofundar a investigação em relação à EF no Curso Normal de formação de professores primários e/ou trabalho da normalista com essa disciplina; o perfil formativo dos docentes de EF nas escolas e a continuidade dos anos subsequente ao período demarcado de nossa pesquisa. Entendemos que o conhecimento do passado é imprescindível para a compreensão de nossa realidade, da nossa profissão e é extremamente necessário para recondução e ou planejamento de ações e/ou práticas, sobretudo, no campo da EF.

Dessa forma, consideramos relevante o registro da história da prática docente da EF no município de Icó, sobretudo, porque contribui para o acervo de produções na área da Educação e EF, especificamente, para os interessados em seu processo de (re)constituição histórica, despertando nos pesquisadores a necessidade de compreensão da construção histórica do conhecimento, valorizando as especificidades e identidades locais.

## REFERÊNCIAS

- AKSENEN, Elisângela Z.; MIGUEL, Maria E. B. Desvelando os exames de admissão ao ginásio na educação paranaense. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, n. 58, p. 230-243, set. 2014. Disponível em: <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/download/.../7949>>. Acesso em: 08 ago. 2018
- ALBERTI, Verena. **História oral**: a experiência do CPDOC. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1989. 197 p.
- \_\_\_\_\_. Histórias dentro da História. In: PINSKY, Carla B. *et al.* **Fontes históricas**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2010. 304 p.
- ALMEIDA, Jane M. F. de. **A reforma da instrução pública do Ceará de 1922**: as diretrizes da política educacional do governo Justiniano de Serpa. 2009. 127 f. Dissertação (Mestrado Acadêmico em Políticas Públicas e Sociedade) – Centro de Estudos Sociais, Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2009.
- ANDERÁOS, Margareth. **A reorganização da formação profissional em Educação Física no Brasil**: aspectos históricos significativos. 2005. 185 f. Tese (Doutorado em Educação Física) – Faculdade de Educação Física, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2005.
- BELL, Judith. **Projeto de pesquisa**: guia para pesquisadores iniciantes em educação, saúde e ciências sociais. 4. ed. Porto Alegre: Artmed, 2008. 224 p.
- BETTI, Mauro. **Educação Física e sociedade**. São Paulo: Movimento, 1991. 184 p.
- BOGDAN, Robert C.; BIKLEN, Sara K. **Investigação qualitativa em educação**: uma introdução à teoria e aos métodos. Porto: Porto Editora, 1994. 336 p.
- BOMBASSARO, Ticiane; VAZ, Alexandre F. Sobre a formação de professores para a disciplina Educação Física em Santa Catarina (1937-1945): ciência, controle e ludicidade na educação dos corpos. **Educar em Revista**, Curitiba, n. 33, p. 111-128, 2009. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/er/n33/08.pdf>>. Acesso em: 10 ago. 2018.
- BOREL, Tatiana. **Processos de formação e práticas docentes na constituição histórica da Educação física escolar no Espírito Santo, nas décadas de 1930 e 1940**. 2012. 182 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2016.
- BORGES, Cecília M. F. **O professor de Educação Física e a construção do saber**. Campinas, SP: Papirus, 1998. 176 p.
- BRASIL. Câmara dos Deputados. Comissão de Instrução Pública. **Parecer e Projeto nº 224, de 12 de setembro de 1882**. Reforma do ensino primário e várias instituições complementares da instrução pública. Rio de Janeiro, RJ: AG/AD/CIP,

1882. Disponível em: <<http://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/242356>>. Acesso em: 2 out. 2018.

\_\_\_\_\_. Câmara dos Deputados. Comissão de Instrução Pública. **Parecer e Projeto nº 64, de 13 de abril de 1882**. Reforma do ensino secundário e superior relativo ao decreto n. 7247 de 19 de abril de 1879.. Rio de Janeiro, RJ: AG/CD/CIP. Disponível em: <<https://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/242371>>. Acesso em: 2 out. 2018

\_\_\_\_\_. Conselho Federal de Educação. **Resolução nº 03, de 16 de junho de 1987**. Fixa os mínimos de conteúdo e duração a serem observados nos cursos de graduação em Educação Física (Bacharelado e/ou Licenciatura Plena). Brasília, DF: CEF, 1987. Disponível em: <[http://crefrs.org.br/legislacao/pdf/resol\\_cfe\\_3\\_1987.pdf](http://crefrs.org.br/legislacao/pdf/resol_cfe_3_1987.pdf)>. Acesso em: 10 out. 2018.

\_\_\_\_\_. Conselho Federal de Educação. **Resolução 69/69, de 02 de dezembro de 1969**. Brasília, DF: CFE, 1969. Disponível em: <<http://cev.org.br/biblioteca/parecer-69-69/>>. Acesso em: 10 mar. 2019.

\_\_\_\_\_. Conselho Federal de Educação. **Resolução Nº 9, de 10 de outubro de 1969**. Brasília, DF: CFE, 1969. Disponível em: <<http://cev.org.br/biblioteca/resolucao-n-9-10-outubro-1969/>>. Acesso em: 10 mar. 2019.

\_\_\_\_\_. Conselho Nacional de Saúde. **Resolução nº 510 de 07 abril de 2016**. Brasília, DFS, 2016. Disponível em: <<http://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2016/reso510.pdf>>. Acesso em: 18 maio 2018.

\_\_\_\_\_. **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil**. Rio de Janeiro, RJ, 1937. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/consti/1930-1939/constituicao-35093-10-novembro-1937-532849-publicacaooriginal-15246-pl.html>>. Acesso em: 20 abr. 2018.

\_\_\_\_\_. Decreto Federal nº 69.450, de 01 de novembro de 1971. Regulamenta o artigo 22 da Lei número 4.024, de 20 de dezembro de 1961, e alínea c do artigo 40 da Lei 5.540, de 28 de novembro de 1968 e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 1971. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/d69450.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d69450.htm)>. Acesso em: 10 mar. 2018.

\_\_\_\_\_. Decreto-Lei nº 705, de 25 de julho de 1969. Altera a redação do artigo 22 da Lei nº 4.024 de 20 de dezembro de 1961. **Diário Oficial da União**, Brasília-DF, 1969. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Decreto-Lei/1965-1988/De10705.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/1965-1988/De10705.htm)>. Acesso em: 10 abr. 2019.

\_\_\_\_\_. Decreto-Lei nº 9.613, de 20 de agosto de 1946. Lei Orgânica do Ensino Agrícola. **Diário Oficial da União**, Rio de Janeiro, RJ, 1946. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-9613-20-agosto-1946-453681-norma-pe.html>>. Acesso em: 25 jan. 2019.

\_\_\_\_\_. Decreto-lei nº 8.529, de 2 de janeiro de 1946. Lei Orgânica do Ensino Primário. **Diário Oficial da União**, Rio de Janeiro, RJ, 1946. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-8529-2-janeiro-1946-458442-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 12 jan. 2019.

\_\_\_\_\_. Decreto-lei nº 8.530, de 2 de janeiro de 1946. Lei Orgânica do Ensino Normal. **Diário Oficial da União**, Rio de Janeiro, RJ, 1946. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-8530-2-janeiro-1946-458443-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 12 jan. 2019.

\_\_\_\_\_. Decreto-Lei nº 6.141, de 28 de dezembro de 1943. Lei Orgânica do Ensino Comercial. **Diário Oficial da União**, Rio de Janeiro, RJ, 1943. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-6141-28-dezembro-1943-416183-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 10 jan. 2019.

\_\_\_\_\_. Decreto-Lei nº 4.244, de 9 de abril de 1942. Lei orgânica do ensino secundário. **Diário Oficial da União**, Rio de Janeiro, RJ, 1942. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/1937-1946/Del4244.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1937-1946/Del4244.htm)>. Acesso em: 14 fev. 2019.

\_\_\_\_\_. Decreto-Lei nº 4.073, de 30 de janeiro de 1942. Lei orgânica do ensino industrial. **Diário Oficial da União**, Rio de Janeiro, RJ, 1942. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-4073-30-janeiro-1942-414503-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 14 fev. 2019.

\_\_\_\_\_. Decreto-Lei nº 2.072, de 8 de março de 1940. Dispõe sobre a obrigatoriedade da educação cívica, moral e física da infância e da juventude, fixa as suas bases, e para ministrá-la organiza uma instituição nacional denominada Juventude Brasileira. **Diário Oficial da União**, Rio de Janeiro, RJ, 1940. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-2072-8-marco-1940-412103-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 8 fev. 2019.

\_\_\_\_\_. Decreto-Lei nº 1.212, de 17 de abril de 1939. Cria, na Universidade do Brasil, a Escola Nacional de Educação Física e Desportos. **Diário Oficial da União**, Rio de Janeiro, RJ, 1939. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-1212-17-abril-1939-349332-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 12 dez. 2018.

\_\_\_\_\_. Decreto nº 19.890, de 18 de abril de 1931. Dispõe sobre a organização do ensino secundário. **Diário Oficial da União**, Rio de Janeiro, RJ, 1931. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-19890-18-abril-1931-504631-publicacaooriginal-141245-pe.html>>. Acesso em: 10 abr. 2019.

\_\_\_\_\_. Decreto nº 14.784, de 27 de Abril de 1921. Aprova o Regulamento de Instrução Physica Militar, destinado a todas as armas, 1ª parte. **Diário Oficial da União**, Rio de Janeiro, RJ, 1921. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1920-1929/decreto-14784-27-abril-1921-511224-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 4 fev. 2019.

\_\_\_\_\_. **Decreto nº 7.247, de 19 de abril de 1879.** Reforma o ensino primário e secundário no Município da Corte e o superior em todo o Império. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-7247-19-abril-1879-547933-publicacaooriginal-62862-pe.html>>. Acesso em: 8 set. 2018.

\_\_\_\_\_. **Decreto nº 1.331-A, de 17 de fevereiro de 1854.** Aprova o Regulamento para a reforma do ensino primário e secundário do Município da Corte. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-1331-a-17-fevereiro-1854-590146-publicacaooriginal-115292-pe.html>>. Acesso em: 10 out. 2018.

\_\_\_\_\_. Lei nº 10.793, de 01 de dezembro de 2003. Altera a redação do art. 26, § 3º, e do art. 92 da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que "estabelece as diretrizes e bases da educação nacional", e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 2003. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/2003/L10.793.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/2003/L10.793.htm)>. Acesso em: 5 jan. 2018.

\_\_\_\_\_. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 1996. Disponível em: <<https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/70320/65.pdf>>. Acesso em: 10 maio 2018.

\_\_\_\_\_. Lei nº 5692, de 11 de agosto de 1971. Fixa Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 1971. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1970-1979/lei-5692-11-agosto-1971-357752-publicacaooriginal-1-pl.html>>. Acesso em: 10 fev. 2019.

\_\_\_\_\_. Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968. Fixa normas de organização e funcionamento do ensino superior e sua articulação com a escola média, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 1968. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-5540-28-novembro-1968-359201-publicacaooriginal-1-pl.html>>. Acesso em: 10 fev. 2019.

\_\_\_\_\_. Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961. Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 1962. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-4024-20-dezembro-1961-353722-publicacaooriginal-1-pl.html>>. Acesso em: 12 set. 2018.

\_\_\_\_\_. Ministério da Saúde. Fundação Serviços de Saúde. **Enfermagem, legislação e assuntos correlatos.** 3. ed. Rio de Janeiro, 1974. v. 1. p.184-52.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: Educação Física.** Brasília: MEC/SEF, 1997. 96p.

CAMPOS, Marcos A. A. **Histórias entrelaçadas:** presença da dança na Escola de Educação Física da UFMG (1952-1977). 2007. 204 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2007.

CASTELLANI FILHO, Lino. **Educação Física no Brasil: a história que não se conta**. 8. ed. Campinas: Papirus, 2003. 257 p.

CASTRO, Celso. **Exército e nação: estudo sobre a história do exército brasileiro**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2012. 236 p.

CENTRO EDUCACIONAL DE JOVENS E ADULTOS ANA VIERA PINHEIRO. **Projeto Político Pedagógico-PPP**. Icó: Sala de direção, 2015. 42 p.

COLÉGIO SENHOR DO BONFIM. **Projeto Político Pedagógico-PPP**. Icó: Sala de direção, 2017. 49 p.

CORRÊA, Denise A. **Os governos de Getúlio Vargas (1930-1954) e a Educação Física Escolar no Estado de São Paulo: Lembranças de Velhos Professores**. 2009. 230 f. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2009.

COSTA, Luciene H. da; SANTOS, Marysol de S.; GÓIS JUNIOR, Edivaldo. O discurso médico e a Educação Física nas escolas (Brasil, século XIX). **Revista Brasileira de Educação Física e Esporte**, São Paulo, v. 28, n. 2, p. 273-82, abr.-jun. 2014. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbefe/v28n2/1807-5509-rbefe-28-2-0273.pdf>>. Acesso em: 14 set. 2018

CUNHA, Luciana B. da. **A Educação Física desportiva generalizada no Brasil: princípios e sistematizações de um método de ensino em circulação (1952-1980)**. 2017. 262 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2017.

DARIDO, Suraya C.; RANGEL, Irene C. A. **Educação Física na escola: implicações para a prática pedagógica**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2005. 293 p.

DARIDO, Suraya C. **Educação Física na escola: questões e reflexões**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2003. 90 p.

DIAS, Cleber. Momentos iniciais da Educação Física em Goiás (1917-1929). **Revista Brasileira de Educação Física e Esporte**, São Paulo, v.28, n. 1, p. 95-111, jan.-mar. 2014. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbefe/v28n1/1807-5509-rbefe-28-01-00095.pdf>>. Acesso em: 14 set. 2018.

ESCOLA MUNICIPAL PROFESSORA LOURDES COSTA. **Projeto Político Pedagógico da Escola Municipal Professora Lourdes Costa**. Icó: Sala de direção, 2018. 93 p.

ESCOLA DE ENSINO MÉDIO VIVINA MONTEIRO. **Projeto Político Pedagógico da EEM Vivina Monteiro**. Icó: Sala de Secretária, 2016. 44 p.

FERREIRA, Heraldo S.; QUEIROZ, Ana P. de. **O curso de Educação Física da Universidade Estadual do Ceará: construindo sua história (2000-2010)**. Fortaleza: EdUECE, 2010. 151 p.

FERREIRA, Maria N. B. **A formação docente e a constituição dos saberes dos professores de história de Icó-CE**. 2014. 170 f. Dissertação (Mestrado Acadêmico em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2014.

FRANCO, Maria A. do R. S. Prática pedagógica e docência: um olhar a partir da epistemologia do conceito. **Rev. bras. Estud. pedagog. (on-line)**, Brasília, v. 97, n. 247, p. 534-551, set.-dez. 2016. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbeped/v97n247/2176-6681-rbeped-97-247-00534.pdf>>. Acesso em: 10 set. 2018.

FREITAS, Marcos C. de; BICCAS, Maurilane de S. **História social da educação no Brasil (1926-1996)**. São Paulo: Cortez, 2009. 376 p.

GIL, Natália; CALDEIRA, Sandra. Escola isolada e grupo escolar: a variação das categorias estatísticas no discurso oficial do governo brasileiro e de Minas Gerais. **Estatística e Sociedade**, Porto Alegre, n.1, p.166-181, nov. 2011.

GÓIS JÚNIOR, Edivaldo *et. al.* Estudo histórico sobre a formação profissional na Escola de Educação Física e Esporte da Universidade de São Paulo (1980-1990). **Motriz**, Rio Claro, v.18, n. 2, p.393-400, abr./jun. 2012.

GONDRA, José G.; SCHUELER, Alessandra. **Educação, poder e sociedade no Império Brasileiro**. São Paulo: Cortez, 2008. 320 p.

GUIMARÃES, Mariza A. **Um olhar sobre a história da organização curricular da educação física no colégio de aplicação da universidade federal de Sergipe (1959-1996)**. 2016. 159 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2016.

JUCÁ, Gisafran N. M. **A Oralidade dos Velhos na polifonia urbana**. 2. ed. Fortaleza: Premius, 2011. 154 p.

COSTA, Lamartine P. da. (Org.). **Atlas do esporte no Brasil**. Rio de Janeiro: CONFEF, 2006. 924 p.

LOBIONDO-WOOD, Geri; HABER, Judith. **Pesquisa em enfermagem: métodos, avaliação crítica e utilização**. 4. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2001. 330 p.

LIMA, Miguel P. de. **Icó em fatos e memórias**. Icó: Produção independente, 1995. v. 1. 215 p.

\_\_\_\_\_. Miguel P. de. **Icó em fatos e memórias**. Icó: Produção independente, 1998. v. 2. 290 p.

LIMA, Idelsuite de S.; SOUSA, Maria E. de. **Princesa dos sertões**. Fortaleza: Tropical, 1996. 139 p.

LUCENA, Ricardo de F. **Quando a lei é a regra**: um estudo da legislação da Educação Física escolar brasileira. Vitória: Universidade do Espírito Santo, 1994. 79 p.

LYRA, Vanessa B.; MAZO, Anice Z.; BEGOSSI Tuany D. A educação física no currículo da formação de professores primários no Rio Grande do Sul (1877-1927). **Revista Brasileira de Educação**, v. 23, p. 1-20, jul. 2018. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v23/1809-449X-rbedu-23-e230040.pdf>>. Acesso em: 14 set. 2018.

MAINARDES, Jefferson. A ética na pesquisa em educação: panorama e desafios pós-resolução CNS nº 510/2016. **Educação**, Porto Alegre, v. 40, n. 2, p. 160-173, maio-ago. 2017. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/faced/article/view/26878>>. Acesso em: 10 abr. 2018.

MORENO, Andrea. A propósito de Ling, da ginástica sueca e da circulação de impressos em língua portuguesa. **Revista Brasileira de Ciências e Esporte**, v. 37, n. 2, p.128-135, 2015. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbce/v37n2/0101-3289-rbce-37-02-0128.pdf>>. Acesso em: 5 jan. 2019.

MEIHY, José C. S. B.; HOLANDA, Fabíola. **História oral**: como fazer, como pensar. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2013. 175 p.

MEIHY, José C. S. B.; RIBEIRO, Suzana L. S. **Guia prático de história oral**: para empresas, universidades, comunidades, famílias. São Paulo: Contexto, 2011. 198 p.

MELO, Victor A. de. **Escola Nacional de Educação Física e Desportos**: uma possível história. 1996. 199 f. Dissertação (Mestrado em Educação Física) – Faculdade de Educação Física, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1996.

MELO, Victor A. de; PERES, Fabio de F. O corpo da nação: posicionamentos governamentais sobre a educação física no Brasil monárquico. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 4, p.1131-1149, out.-dez. 2014.

MINAYO, Maria C. de S. (Org.). **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. 18. ed. Petrópolis: Vozes, 2001. 80 p.

NÓBREGA-TERRIEN, Silvia M.; TERRIEN, Jacques. Os trabalhos científicos e o estado da questão: reflexões teórico-metodológicas. **Estudos em Avaliação Educacional. Fundação Carlos Chagas**, v. 15, n. 30, p. 5-16, jul. - dez. 2004.

NÓBREGA-TERRIEN, Silvia M.; FARIAS, Isabel M. S. de; SALES, José A. M. de. Abordagens quantitativas e qualitativas na pesquisa em educação: velhas e novas mediações e compreensões. In: FARIAS, Isabel M. S. de; NUNES, João B. C.; NÓBREGA-TERRIEN, Silvia M. **Pesquisa científica para iniciantes**: caminhando no labirinto. Fortaleza: EdUECE, 2010. p. 53-66. v. 1.

OLIVEIRA, Antônio S. F. **Inezil Penna Marinho: história e Educação Física (1940 a 1958)**. 2012. 135 f. Dissertação (Mestrado em Educação Física) – Centro de Educação Física e Desportos, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2012.

OLIVEIRA, Marcus A. T. de. Educação Física escolar e ditadura militar no Brasil (1968-1984): história e historiografia. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 28, n. 1, p. 51-75, jan. - jun. 2002. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ep/v28n1/11655.pdf>>. Acesso em: 14 set. 2018.

OLIVEIRA, Marcus A. T. de; CHAVES JÚNIOR, Sergio R. Os espaços para a educação física no ensino secundário paranaense: um estudo comparativo entre os anos finais da ditadura varguista e os anos da ditadura militar brasileira pós 1964. **Revista Educar**, Curitiba, n. 33, p. 39-56, 2009. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/er/n33/04.pdf>>. Acesso em: 14 set. 2018.

PADILHA, Maria I. C. de S.; BORENSTEIN, Miriam S. O método de pesquisa histórico na enfermagem. **Texto e Contexto Enferm.**, Florianópolis, v.14, n. 4, p. 575-84, out. - dez. 2005.

PÊGO, Pedro L. dos S. **A história da graduação em Educação Física da UNESP de Bauru e memória da reestruturação curricular de 1990**. 2016. 377 f. Dissertação (Mestrado em Ciências da Motricidade) – Instituto de Biociências, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Bauru, 2016.

PIRES, Roberto G. **História da Educação Física na Bahia: o percurso da formação profissional**. 2007. 154 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2007.

PRADO FILHO, Kleber; TETI, Marcela M. A cartografia como método para as ciências humanas e sociais. **Barbarói**, Santa Cruz do Sul, n. 38, p.45-59, jan./jun. 2013. Disponível em: <<http://pepsic.bvsalud.org/pdf/barbaroi/n38/n38a04.pdf>>. Acesso em: 20 jan. 2019.

REI, Bruno D.; LUDORF, Sílvia M. A. Educação Física escolar e ditadura militar no Brasil (1964-1985): balanço histórico e novas perspectivas. **Revista Educação Física/UEM**, v. 23, n. 3, p. 483-497, 3. trim. 2012.

ROCHA, Ariza M. **Educação Física Escolar: história da inserção e consolidação na capital cearense**. 2008. 172 f. Tese (Doutorado em Educação Brasileira) – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2008.

\_\_\_\_\_. **O passado da Educação Física Escolar em Fortaleza-CE (1865-1930)**. Fortaleza: Edições UFC, 2011. 198 p.

RODRIGUES, Júlio R. de B. **A Educação Física como disciplina escolar: que história é essa?: a construção componente escolar Educação Física no Colégio de Aplicação da Universidade Federal de Pernambuco no período de 1971 a 2001**. 2009. 244 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2009.

ROSA, Cinthia de P. **A escola nova e suas influências na educação: breve balanço bibliográfico**. 2017. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia) – Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2017.

SÁ, Elizabeth F. de. A educação dos corpos infantis no projeto mato-grossense de formação do cidadão republicano (1910-1930). **Caderno Cedes**, Campinas, v. 38, n. 104, p. 75-88, jan.-abr. 2018.

SAVIANI, Dermeval. **História das idéias pedagógicas no Brasil**. 2. ed. Campinas, SP: Autores associados, 2008. 474 p.

SILVA, Ribamar N. da. **Currículo escrito e a história da Educação Física no Brasil (1896-1945)**. 2016. 171 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de São Carlos, Sorocaba, 2016.

SOARES, Carmem L. **Educação Física: raízes europeias e Brasil**. 3. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2004. 143 p.

SOARES, Carmem L. *et al.* **Metodologia do ensino de educação física**. São Paulo: Cortez, 1992. 117 p.

SOUSA, Eustáquia S. de. **Meninos, à Marcha! Meninas, à sombra! A história do ensino da Educação Física em Belo Horizonte (1897 - 1994)**. 1994. 266 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1994.

VENTURA, Paulo R. V. **A Educação Física e sua constituição histórica: desvelando ocultamentos**. 2010. 206 f. Tese (Doutorado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2010.

VIEIRA, Sofia L.; FARIAS, Isabel M. S. de (Org.). **Leis de reforma da educação do Ceará**. Documentos de política educacional no Ceará: Império e República. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2006. 113 p.

\_\_\_\_\_. **A educação nas constituições do Ceará**. Documentos de política educacional no Ceará: Império e República. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2006. 113 p.

**APÊNDICES**

APÊNDICE A – ROTEIRO PRÉ-ESTABELECIDO DE ENTREVISTA PARA PROFESSORAS DO MUNICÍPIO DE ICÓ-CE



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO  
MESTRADO ACADÊMICO EM EDUCAÇÃO

ROTEIRO PREESTABELECIDO DE ENTREVISTA PARA PROFESSORAS DO MUNICÍPIO DE ICÓ-CE

**1. Identificação**

Nome \_\_\_\_\_ Idade \_\_\_\_\_ Sexo \_\_\_\_\_

Data da entrevista \_\_\_\_\_ Local \_\_\_\_\_

Formação acadêmica: \_\_\_\_\_

Escolas que atuou: \_\_\_\_\_

**2. Processo pessoal de formação/Escolarização (experiência discente)**

A – Como a senhora foi escolarizada, ou seja, como aconteceu a sua formação escolar?

B – Em que período (época)? (explicar por décadas, 1940 a 1980).

C- Qual escola? Quem dava aula? Que formação tinha seus professores?

D- Tinha algum momento de lazer ou de realização de brincadeira as aulas? O que vocês estudavam? Já tinha a disciplina de Educação Física? Descreva como era as aulas dessa disciplina? Qual a formação desse professor de Educação Física? Era no horário normal? A senhora usava uma roupa diferenciada para Educação Física? Lembra se tinha prova? Como era a prova? Quais exercícios o professor pedia para fazer? Frequentava muitos alunos nessa época? Onde aconteciam essas aulas?

**3. Processo de docência (experiência docente).**

a- Em que ano a senhora passou a ser professora? Que formação precisava ter para ser professora nesta época?

b- Nesse tempo em que foi professor, lembra de quando apareceu o professor de ginástica e/ou educação física em sua escola ou em outra do município? Poderia descrever quem ministrava estas aulas de ginástica e/ou EF? Como eram essas aulas? As crianças usavam outro tipo de uniforme para estas aulas? Esse professor de ginástica e ou/EF precisava ter uma formação especial ou diferente das outras? Como era a avaliação nessa disciplina? Essas aulas eram em outro horário? Quais os locais que aconteciam essas aulas?

- c- Antes dessas aulas existia alguma coisa parecida com a ginástica e/ ou EF de iniciativas dos próprios alunos? Existiam recreios? Se sim, o que os alunos faziam nesse momento?

Direcionamentos mais específicos para os professores que ministraram a EF

### **3 Processo de docência**

- 1- Como aconteciam as aulas de Educação Física? Quais os procedimentos que o senhor utilizava? Como ministrava a aula, na sala, ou fora dela, no campo? Der exemplos de como fazia... Quanto tempo durava?
- 2- Em quais os ambientes e horários de aula essa disciplina era ministrada? Havia um uniforme específico para prática?
- 3- Quais os recursos (materiais) os professores tinham a sua disposição para suas aulas?
- 4- Quais eram os principais conteúdos da Educação Física? De onde retirava os conteúdos que deveria ministrar nessas aulas?
- 5 - Todos os alunos participavam da aula? Os alunos gostavam dessas aulas?
- 5- Quais eram os procedimentos avaliativos na Educação Física? O que se objetivava na aprendizagem dos alunos?
- 6- O que representou/ou significou para o senhor ensinar Educação Física naquela época?
- 7- Qual o fato mais marcante sobre estas aulas de Educação Física ficou na sua memória ao longo desses anos que o senhor ensinou esta disciplina na escola?
- 8- Aqui no Icó nesta época haviam escolas... grupos escolares... colégios... Nestes locais, quais as que tinham a Educação Física como disciplina? O senhor pode mencionar, qual foi a primeira escola que teve a educação física no currículo em Icó-CE?

## APÊNDICE B - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO**  
**MESTRADO ACADÊMICO EM EDUCAÇÃO**

**TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – TCLE**

Estamos desenvolvendo a pesquisa intitulada: **“A história da Educação Física no município de Icó-CE: (re)constituição da prática docente nas escolas (1946-1983)”** a fim de registrar e compreender a história da prática docente de Educação Física nas escolas do município de Icó – CE no período assinalado. O conteúdo será gravado em áudio e as gravações serão utilizadas exclusivamente para análise dos dados, após ser transcritas e validadas por você. O foco serão os professores aposentados e/ou com conhecimento sobre a história da Educação e da Educação Física do município supracitado. Informamos que a pesquisa não lhe trará nenhum ônus e que você tem a liberdade para participar ou não, sendo-lhe reservado o direito de desistir da mesma no momento em que desejar, sem que isto lhe acarrete qualquer prejuízo. Informamos também que você não receberá qualquer espécie de reembolso ou gratificação devido à participação neste estudo e que terá o direito a uma via do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Se necessário, pode entrar em contato com o responsável pela pesquisa, Paulo Rogério de Lima, pelo telefone (88) 997178049 e-mail: progerio.sport@hotmail.com

\_\_\_\_\_  
 Assinatura do Responsável pela Pesquisa

----- (destacar)

Tendo sido informado sobre a pesquisa, **“A história da Educação Física no município de Icó-CE: (re)constituição da prática docente nas escolas (1946-1983)”** a fim de registrar e compreender história da prática do docente de Educação Física nas escolas do município de Icó – CE no período assinalado, concordo em participar dela de forma livre e esclarecida.

Nome: \_\_\_\_\_

Assinatura: \_\_\_\_\_

Icó, CE, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

## APÊNDICE C - TERMO DE VALIDAÇÃO DAS ENTREVISTAS



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO  
MESTRADO ACADÊMICO EM EDUCAÇÃO

**TERMO DE VALIDAÇÃO DAS ENTREVISTAS**

Eu, \_\_\_\_\_  
declaro ter lido a transcrição da entrevista realizada no dia \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_\_\_ pelo pesquisador Paulo Rogério de Lima. Venho por meio deste validar a transcrição da entrevista supracitada para a utilização na pesquisa intitulada: **“A história da Educação Física no município de Icó-CE: (re)constituição da prática docente nas escolas (1946-1983)”** desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual do Ceará (PPGE-UECE).

Icó, CE, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

Entrevistado(a) \_\_\_\_\_

Assinatura: \_\_\_\_\_

Documento de identificação: \_\_\_\_\_

APÊNDICE D - TERMO PARA AUTORIZAÇÃO DE USO DO NOME COMPLETO  
DO PARTICIPANTE NA DISSERTAÇÃO



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO  
MESTRADO ACADÊMICO EM EDUCAÇÃO

**TERMO PARA AUTORIZAÇÃO DO USO DO NOME COMPLETO DO  
PARTICIPANTE NA DISSERTAÇÃO**

Eu, \_\_\_\_\_ RG nº \_\_\_\_\_  
participante da pesquisa intitulada: **“A história da Educação Física no município de Icó-  
CE: (re)constituição da prática docente nas escolas (1946-1983)”** autorizo a utilização  
de meu nome por completo ao longo da dissertação e estou consciente que a pesquisa não  
me trará nenhum ônus e não receberei qualquer espécie de reembolso ou gratificação  
devido à participação neste estudo.

\_\_\_\_\_  
Assinatura do participante da pesquisa

Icó-CE, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2019

APÊNDICE E - AUTORIZAÇÃO PARA USO DE IMAGEM PESSOAL (FOTO) NA DISSERTAÇÃO



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO  
MESTRADO ACADÊMICO EM EDUCAÇÃO

**TERMO PARA AUTORIZAÇÃO PARA USO DE IMAGEM (FOTO) PESSOAL NA DISSERTAÇÃO**

Eu, \_\_\_\_\_ RG nº \_\_\_\_\_  
participante da pesquisa intitulada: “A **história da Educação Física no município de Icó-CE: (re)constituição da prática docente nas escolas (1946-1983)**”, autorizo a utilização de minha imagem (foto) pessoal e estou consciente que a pesquisa não me trará nenhum ônus e não receberei qualquer espécie de reembolso ou gratificação devido à participação neste estudo.

\_\_\_\_\_  
Assinatura do participante da pesquisa

Icó, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2019

## APÊNDICE F - TERMO DE FIEL DEPOSITÁRIO



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO**  
**MESTRADO ACADÊMICO EM EDUCAÇÃO**

### TERMO DE FIEL DEPOSITÁRIO

Eu, \_\_\_\_\_, fiel depositário de documentos, imagens, livros, reportagens sobre a história da Educação e da Educação Física no município de Icó-CE, declaro que o pesquisador Paulo Rogério de Lima está autorizado a realizar nesta Instituição a pesquisa intitulada: **“A história da Educação Física no município de Icó-CE: (re)constituição da prática docente nas escolas (1946-1983)”** a fim de registrar e compreender a história da prática docente de Educação Física nas escolas do município de Icó – CE no período assinalado.

Ressalto que estou ciente da resolução do Conselho Nacional de Saúde nº 510/2016, que dispõe sobre as normas aplicáveis a pesquisas em Ciências Humanas e Sociais (CHS), seguindo alguns princípios éticos que regem as pesquisas nessa área, e portanto, devem ser respeitados e adotados conforme o artigo 3º . Destacamos alguns:

I - reconhecimento da liberdade e autonomia de todos os envolvidos no processo de pesquisa, inclusive da liberdade científica e acadêmica; II - defesa dos direitos humanos e recusa do arbítrio e do autoritarismo nas relações que envolvem os processos de pesquisa; III - respeito aos valores culturais, sociais, morais e religiosos, bem como aos hábitos e costumes, dos participantes das pesquisas; V – recusa de todas as formas de preconceito, incentivando o respeito à diversidade, à participação de indivíduos e grupos vulneráveis e discriminados e às diferenças dos processos de pesquisa; VI - garantia de assentimento ou consentimento dos participantes das pesquisas, esclarecidos sobre seu sentido e implicações; VIII - garantia da não utilização, por parte do pesquisador, das informações obtidas em pesquisa em prejuízo dos seus participantes.

Icó- CE, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.  
 Assinatura do responsável: \_\_\_\_\_

## APÊNDICE G - FOTOS COM OS SUJEITOS DA PESQUISA



Maria Irismar Maciel  
Moreira



Maria de Lourdes Maciel Melo  
Peixoto



Carmênia Maria de Alencar  
Andrade



José Reuber Bandeira  
Gondim



Maria Eleneuda de Sousa



Francisca Ricarte Beserra

**ANEXOS**



ANEXO B – FICHA DE EF DE UM ALUNO DO ANO DE 1960, NO GINÁSIO NOSSA SENHORA DA EXPECTAÇÃO

*Lio Ginasio Nossa Sra. da Expectação*  
Nome do Estabelecimento

Ceará  
Estado

**FICHA DE EDUCAÇÃO FÍSICA**

Nome do aluno: *Cláudio Eduardo F. Graca* Sexo: *masculino*

Data e Lugar do nascimento: *22 de julho de 1946* *Lio - Ceará*

Filiação: *Bárcio Rufino da Graca - Francisca Fátima Graca*

NOME DOS ESTABELECIMENTOS	Ano	Série	Município	Estado
<i>Ginasio Nossa Sra. da Expectação</i>	<i>1960</i>	<i>2ª</i>	<i>Lio</i>	<i>Ceará</i>
<i>Seminário Diocesano</i>	<i>1961</i>	<i>3ª</i>	<i>"</i>	<i>Ceará</i>
	<i>1959</i>	<i>1ª</i>	<i>Crato</i>	<i>Ceará</i>

de \_\_\_\_\_ de 19\_\_

Diretor \_\_\_\_\_ Inspetor Federal *[Assinatura]*

Reservado ao reconhecimento da firma do Inspetor Federal

**EXAME MÉDICO-BIOMÉTRICO**

CURSO	SÉRIE	CLASSIFICAÇÃO			EXAME MÉDICO-BIOMÉTRICO					ASSINATURA DO MÉDICO	
		Ciclo	Grau	Turma	Data do exame	Idade	Peso	Estatura	Laudo Méd.		
"G"	2ª	1º			1ª	<i>22-7-60</i>	<i>13</i>	<i>38</i>	<i>1,47</i>	E	<i>[Assinatura]</i>
					2ª	<i>25-10-60</i>	<i>13</i>	<i>40,5</i>	<i>1,51</i>	E	
"G"	3ª	1ª			1ª	<i>27-3-61</i>	<i>14</i>	<i>43,3</i>	<i>1,56</i>	E	<i>[Assinatura]</i>
					2ª	<i>27-7-61</i>	<i>15</i>	<i>46</i>	<i>1,59,5</i>	E	
"G"	3ª	1º			1ª	<i>13-7-62</i>	<i>15</i>	<i>48</i>	<i>1,60</i>	E	<i>[Assinatura]</i>
					2ª	<i>10-11-62</i>	<i>16</i>	<i>49</i>	<i>1,60</i>	E	
"G"	4ª				1ª	<i>15-3-63</i>	<i>17</i>			N	<i>[Assinatura]</i>
					2ª	<i>17-9-63</i>					
					1ª						
					2ª						
					1ª						
					2ª						
					1ª						
					2ª						
					1ª						
					2ª						
					1ª						
					2ª						
					1ª						
					2ª						

Anamnese e registro de alterações de saúde \_\_\_\_\_

Abreografia (facultativo) \_\_\_\_\_

Indicações ou contra-indicações de atividades físicas \_\_\_\_\_

Observações: \_\_\_\_\_

ANEXO C – FICHA INDIVIDUAL DE ALUNO QUE CONSTA A EF NA MATRIZ CURRICULAR NO ANO DE 1974, NO CENTRO ICOENSE DE ENSINOS TÉCNICOS

Nome do Aluno Maria Luiza do Nascimento ENSINO DE 2.º GRAU

EDUCAÇÃO GERAL										FORMAÇÃO ESPECIAL				C. Horário Anual Créditos	Depos. dência					
DISCIPLINAS OBRIGATORIAS NÚCLEO COMUM					PARTE DIVER. DIFICILADA	ART. 1.º DA LEI 5.092				PROFISSIONALIZANTES		INSTRUMENTAL/PARTE DIVER. DIFICILADA								
Lang. Port. e Lit. Brasil	História	Geografia	Matemática	D.S.P.R.	Ativ. Sociais	Port. e Lit. Diver. Dificilada	Moral e Cívica	Educação Artística	Programa de Saúde	Educação Religiosa	Ed. Física	Prof. de Com.	Prof. de Matemática	Prof. de Física	Prof. de Química	Prof. de Inglês	Prof. de Espanhol	Educação Geral	Formação Especial	Hor. de Trab. Esc. Etn.

**1ª. Série - 1974**

C. Horário	144	72	72	144	36	72	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	504	504
Créditos	96	48	48	96	24	48	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	504	504
Créd. Anual Nota Final	74	92	87	70	89	82	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	504	504
Resultado	Aprovada																					

**2ª. Série - 1975**

C. Horário	108	72	72	144	36	72	72	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	504	504
Créditos	72	48	48	96	24	48	48	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	504	504
Créd. Anual Nota Final	64	-	-	98	78	74	100	100	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	504	504
Resultado	Aprovada																					

**3ª. Série - 1976**

C. Horário	36	72	72	144	36	72	72	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	504	504
Créditos	24	48	48	96	24	48	48	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	504	504
Créd. Anual Nota Final	-	-	-	80	80	72	48	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	504	504
Resultado	Aprovada																					

**4ª. Série - 1977**

C. Horário	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Créditos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Créd. Anual Nota Final	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Resultado	-																					

HABILITAÇÃO PROFISSIONAL: Técnico em Contabilidade

E. Gr.	124	124	124
F. Esc.	88	88	88
Tot. Sem.	152	152	152

Observação: Estágio supervisionado 216 horas - 144 créditos

SECRETÁRIO: Luiz Carlos Pereira DIRETOR: \_\_\_\_\_ REG. Nº: \_\_\_\_\_







ANEXO G – FICHA DE EDUCAÇÃO FÍSICA DO GINÁSIO NOSSA SENHORA DA EXPECTAÇÃO (VERSO)

		HISTÓRICO ESCOLAR																Total de Sessões	Total de Faltas	Porcentagem de Faltas						
		NUMERO DE PENSAÇÕES E FALTA DO ALUNO																								
Série	Turma	Ano	MARÇO		ABRIL		MAIO		JUNHO		AGOSTO		SETEMBRO		OUTUBRO		NOVEMBRO				DEZEMBRO					
			N. de Sessões	N. de Faltas	N. de Sessões	N. de Faltas																				
GINÁSIO	1ª	26	1964	21	1	25	-	23	-	25	2	24	1	20	-	22	1	17	-	-	177	5	-			
	2ª	26	1965	8	-	9	2	9	1	8	-	8	1	9	1	8	1	8	-	-	67	6	-			
	3ª	"	1966	4	1	4	-	5	-	3	-	5	2	3	-	4	1	3	-	-	31	4	-			
			19																							
			19																							
			19																							
			19																							
			19																							
			19																							
			19																							

TIPO DO EXAME	Data do Exame	EXAMES PRÁTICOS			Total de Pontos	Índice Total	Classificação	Rubrica do Professor
		INDICAÇÃO DAS PROVAS E DOS PONTOS						
C. velocidade	10 de Set 20	Provas	7,00	8,00	7,50			
S. altura		N. Pontos	8,00	7,00				
C. resistência		Provas	6,00	8,00	7,50			
S. extensão		N. Pontos	8,00	8,00	7,50			
Impar		Provas	7,00	7,00				
		N. Pontos	36,00	38,00	22,50			
		Provas						
		N. Pontos						
		Provas						
		N. Pontos						
		Provas						
		N. Pontos						
		Provas						
		N. Pontos						
		Provas						
		N. Pontos						
		Provas						
		N. Pontos						

Observações :

Ass. do Prof. de Educ. Física